

temáticas

ano 10
número 19 / 20
2002

revista dos pós-graduandos em ciências sociais
ifch - unicamp

temáticas

ano 10
número 19 / 20
2002

revista dos pós-graduandos em ciências sociais

ifch - unicamp

temáticas

Publicação semestral dos alunos de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas .

ISSN 1413-2486

Conselho Editorial

Héctor Fernando Segura-Ramirez, Igor José de Renó Machado, Samira Feldman Marzocchi e Simone Wolff.

Editor Responsável por este número

Héctor Fernando Segura-Ramirez

Editor Responsável pelo dossiê

Igor José de Renó Machado

Colaboraram neste número

Alexandro Dantas Trindade, Henrique José Domiciano Amorim, Roberto Barbato Jr e Tiago Losso.

Projeto gráfico/Editoração

Marilza A. Silva

Capa

Alexandro Dantas Trindade

Impressão

Gráfica do IFCH / UNICAMP

IFCH/UNICAMP

Diretor

Rubem Murilo Leão Rêgo

Diretora Associada

Rita de Cássia Lahoz Morelli

Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação

Leila Mezan Algranti

Sub-Coordenação de Doutorado em Ciências Sociais

Thomas Patrick Dwyer

Sub-Coordenação de Pós-Graduação em Antropologia Social

Emília Pietrafesa de Godoi

Sub-Coordenação de Pós-Graduação em Ciência Política

Valeriano Mendes Ferreira Costa

Sub-Coordenação de Pós-Graduação em Sociologia

Josué Pereira da Silva

SUMÁRIO

DOSSIÊ BRASIL/PORTUGAL: DISCURSOS NACIONALISTAS E SUAS CONSEQÜÊNCIAS

Introdução <i>Igor José de Renó Machado</i>	7
Mitos e historiografia portuguesa <i>Mariana Osue Ide Sales</i>	9
Entre as glórias renovadas do Império e o discurso da irmandade: história, política e identidade num enredo luso-brasileiro <i>Eduardo Caetano da Silva</i>	35
Tensões pós-coloniais entre imigrantes portugueses em São Paulo <i>Douglas Mansur da Silva</i>	61
“Cárcere público”: os estereótipos como prisão para os brasileiros no Porto, Portugal <i>Igor José de Renó Machado</i>	75

ARTIGOS

Burguesia e reforma agrária: reflexões a partir do debate acadêmico brasileiro das décadas de 1980 e 1990 <i>Giuliana Franco Leal</i>	107
---	-----

A modernização do mundo na sua versão econômica: a mundialização do capital <i>Alicia Ferreira Gonçalves</i>	133
Os paradoxos da modernidade e a abordagem sociológica: novos problemas que exigem novas soluções <i>Duarcides Ferreira Mariosa</i>	171
Raça, esterilização feminina e arrependimento no Nordeste Brasileiro <i>Gabriela Maria Hita</i>	191
Normas para apresentação de originais	217
Errata	221

**DOSSIÊ BRASIL/PORTUGAL:
DISCURSOS NACIONALISTAS
E SUAS CONSEQUÊNCIAS**

INTRODUÇÃO

Igor José de Renó Machado

O presente dossiê trata da relação entre Brasil e Portugal, dos discursos de nação e suas conseqüências na articulação de práticas e sentimentos em grupos específicos de suas populações. Três dos textos se amparam em experiências etnográficas e um em pesquisas historiográficas. De certa forma, todos lidam com o que Richard Fox (1990) chamaria de discursos nacionalistas, mas em diferentes níveis explicativos.

No primeiro texto, de cunho historiográfico, Mariana Sales narra o papel de dois mitos fundamentais (o da herança sagrada e o das cruzadas) em grande parte da historiografia portuguesa, indicando como a análise sobre os descobrimentos é por eles enviesada. Douglas Mansur Silva e Eduardo Caetano da Silva tratam sobre uma mesma população, os imigrantes portugueses em São Paulo e analisam as implicações das políticas de Estado portuguesas, que influenciaram e marcaram a atuação de lideranças portuguesas em São Paulo. Douglas faz uma análise da luta por diferentes recursos simbólicos (prestígio) e políticos (cargos) entre dois grupos opostos, os comendadores e os anti-salazaristas. Representados em diferentes associações estes grupos articulam diferentes discursos em relação às políticas de Estado portuguesas, sempre mediadas pela reconstrução da memória de resistência ou convivência ao salazarismo.

Já Eduardo Caetano da Silva procura analisar os próprios discursos produzidos nessa tentativa do Estado Português, focando principalmente na idéia da irmandade como forma oportuna de apagamento dos conflitos co-

loniais. Eduardo demonstra como a idéia da irmandade é adotada por parte dos líderes da comunidade portuguesa, os “comendadores”, como instrumento ideológico de construção de um espaço de poder. Igor José de Renó Machado, por sua vez, analisa a imigração brasileira na cidade portuguesa do Porto, relacionando a vida cotidiana destes imigrantes com os estereótipos e discursos nacionais brasileiros e portugueses. Para o autor as imagens “essencializadas” sobre a brasilidade vigentes em Portugal acabam por encarcerar os brasileiros em “prisões simbólicas”.

Três dos textos (os de Machado, Caetano da Silva e Mansur da Silva) são produto de pesquisas antropológicas desenvolvidas no CEMI (Centro de Estudos de Migrações Internacionais), sob coordenação de Bela Feldman-Bianco, o que explica a proximidade temática. O texto da historiadora Mariana Sales, desenvolvido no Departamento de História do IFCH, representa parte de suas preocupações com a história medieval portuguesa, de onde muitos dos mitos da produção atual de narrativas nacionais portuguesas foram resgatados e reelaborados. O conjunto dos quatro textos oferece ao leitor uma boa perspectiva sobre o trabalho crítico que vem sendo realizado no IFCH sobre a relação entre Brasil e Portugal, o desenvolvimento de ideologias nacionalistas e suas conseqüências na produção de identidades.

BIBLIOGRAFIA

FOX, Richard. Introduction. In FOX, Richard (Ed). *Nationalist Ideologies and the Production of National Cultures*. American Ethnological Society Monograf Series, n° 2, 1990.

MITOS E HISTORIOGRAFIA PORTUGUESA

Mariana Osue Ide Sales¹

RESUMO: O presente texto é uma breve reflexão sobre dois mitos, o da “herança sagrada” e o da “cruzada” e sua relação com a forma como parte da historiografia portuguesa se constrói a partir deles.

UNITERMOS: História de Portugal, Descobrimentos, Mitos portugueses, Idade Média/Portugal.

INTRODUÇÃO – O IMPÉRIO ULTRAMARINO NA HISTORIOGRAFIA PORTUGUESA

Portugal é considerado como um dos principais reinos a ter orquestrado a política e a economia européias, durante a Idade Moderna, enquanto sede de um império ultramarino. Tais idéias, normalmente consideradas como ponto pacífico pelo senso comum, são frutos de reflexões intelectuais e projetos políticos e são parte de uma contínua produção da identidade nacional portuguesa. Neste artigo pretende-se discutir, de forma bastante breve, alguns fragmentos dessa construção nacional, através da análise da historiografia relativa às navegações portuguesas; como ela foi e ainda é pensada a partir de uma perspectiva mitológica, relacionando-se especificamente com os mitos da herança sagrada e o da cruzada.

A historiografia referente ao crepúsculo da Idade Moderna, que hoje utilizamos para nos informar a respeito da história de Portugal, foi majorita-

¹ Mestranda em História, IFCH.

riamente produzida nos séculos XIX e XX, e é fortemente marcada por uma perspectiva de exaltação da nação, através da valorização de um “passado” construído e apropriado. Esta característica não deve ser considerada um processo peculiarmente português, mas é traço comum a vários países, como podemos notar através das observações de Eric Hobsbawn acerca do que denomina “tradições inventadas”:

“Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuação em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado”. (Hobsbawn 1984, p. 09).

“(...) na medida em que há referências ao passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória. É o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social que torna a ‘invenção da tradição’ um assunto tão interessante para os estudiosos da história contemporânea”. (Idem, p. 10).

“É exatamente porque grande parte dos constituintes subjetivos da ‘nação’ moderna consiste de tais construções, estando associada a símbolos adequados e em geral bastante recentes ou a um discurso elaborado a propósito (tal como o da história nacional), que o fenômeno nacional não pode ser adequadamente investigado sem dar-se a atenção devida à ‘invenção das tradições’”. (Idem, p. 23).

Especificamente, no caso português, chama a atenção a naturalização, a invenção da tradição, de que Portugal estava destinado ao mar e à cons-

trução de um império através dele. Tal idéia articula-se profundamente com a forma como se explica a origem do império, ou seja, com a interpretação a respeito dos Descobrimentos e, por conseguinte, aos mitos da herança sagrada e das cruzadas.

No século XIX, a fuga da família real para o Brasil em 1808, o domínio napoleônico até 1814 e a proclamação da independência do Brasil em 1822, forçaram Portugal a repensar-se como nação e como império ultramarino. Valentim Alexandre, afirma que, frente à perda do Brasil, no âmbito da argumentação política, a discussão da questão colonial tornou-se extremamente relevante, uma vez que ela (questão colonial) é argumento fundamental do discurso sobre a identidade do país e dela dependia a forma como Portugal se colocaria ainda como império marítimo. Alexandre considera enfim que, desse discurso a ser produzido sobre o novo império marítimo que se configurava com a perda do Brasil, dependia “(...) a própria sobrevivência do país”. (Alexandre 2000, p. 219). As correntes de pensamento nacionalistas, depararam-se, de alguma forma, com a questão ultramarina. A idéia de que Portugal estava destinada a ser uma talassocracia era já presente e naturalizada há muito tempo. Uma vez perdido o Brasil, era preciso falar da nova nação/império que se configurava. Pensar-se como um novo império ultramarino, ainda para Valentim Alexandre, foi “(...) um imperativo histórico, tomando os domínios sobretudo como testemunhos da grandeza dos feitos da nação, que não os poderia perder sem se perder”. (Alexandre 2000, p. 220).

No século XX, o salazarismo também imprimiu sua marca à produção historiográfica, igualmente naturalizando a idéia do destino imperial. A mesma idéia de que Portugal estava predestinado à construção de um império ultramarino pode ser notada ao observarmos o Ato Colonial, artigo da Constituição portuguesa, promulgado em 1930. O segundo artigo aponta que “(...) é da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica e possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que nele se compreendam” (Apud Alexandre 2000, p. 214-215). Esta declaração, longe de pertencer apenas ao plano da forma como

Portugal se auto-representava, justificou determinadas condutas do governo e dos colonizadores portugueses nas possessões africanas.

A “essência orgânica” portuguesa, que mostrou-se uma idéia tão eficiente enquanto argumento capaz de legitimar ações concretas, tem suas origens, segundo a historiografia que a promove, nas navegações que, por sua vez, tem seus fundamentos explicativos no que alguns historiadores chamaram de mitos da herança sagrada e das cruzadas. Ainda lembro que, em se tratando do império português, o tema marítimo é uma questão que possui grande relevância.

Conforme analisa José António Saraiva, essa relação da produção historiográfica que naturaliza o destino marítimo-imperial com o que denominamos vulgarmente de política dos séculos XIX e XX, explica-se da seguinte forma:

“Por vezes uma personalidade ou um grupo têm um papel decisivo no lançamento de um estilo ou de uma atitude quando se encontram numa posição estratégica. Isso acontece também com certas instituições sociopolíticas, (...).

Mas tudo tem de ter um discurso, uma explanação, uma possibilidade de se dizer. É daí que vem a necessidade de distinguir épocas para o historiógrafo. Por isso arriscamos hipóteses neste terreno aleatório, seguindo vários critérios.

Um deles é o dos mitos dominantes nas várias épocas, mitos que motivam ou que justificam os comportamentos, mesmo quando estes, na prática, se afastam daqueles” (Saraiva 1994, p. 111-112).

Penso que as palavras de Saraiva aproximam-se ao pensamento do medievalista Paul Zumthor. Notemos que eles não consideram que os mitos ou tradições evocadas para explicar o passado que justifica o presente são imutáveis, mas sim re-significados socialmente, em vários momentos ao longo do tempo, criando-se assim, de maneira sofismática, a impressão de uma imediata continuidade com um passado inicial e elucidativo, ainda que em função de um processo de des-historicização:

“Nossas culturas só lembram esquecendo, mantêm-se rejeitando uma parte do que elas acumularam de experiência, no dia-a-dia. Ela desconecta, corta o contato imediato que temos com nossa história no momento que a vivemos. Ela nos afasta daí um pouco, permitindo que se crie uma perspectiva (mesmo míope) ao tempo em que se instaura uma espécie de repouso paradoxal. Suspende, do real empírico, o efeito *hic et nunc*, se não destaca daí o ego. Mas, também na multiplicidade do que seria urgente talvez registrar na memória coletiva, ela recupera ou determina o que, do vivido, foi, é, e tem chances de permanecer funcional. (...) Parece uma tendência dominante: a comunidade adere memorialmente a formas de pensamento, de sensibilidade, de ação e de discurso graças às quais ela ‘funciona’, não somente porque ela os tem à sua disposição, mas por causa dos valores de que elas são carregadas – valores a dispor ao mesmo tempo entre as causas e os efeitos de uma seleção inicial, isto é, de uma vontade de esquecimento”. (Zumthor 1997, p. 15).

O MITO DA HERANÇA SAGRADA

António José Saraiva considera que alguns mitos têm estado presentes em Portugal, entre eles, especialmente, o da herança sagrada e o das cruzadas.

O primeiro deles originou-se de uma interpretação datável do século XV, repetida mas reinterpretada várias vezes ao longo dos séculos, acerca de um episódio ocorrido no século XII, no contexto da reconquista cristã dos territórios governados pelos muçulmanos. Estes últimos conquistaram e estabeleceram-se política, econômica e culturalmente na Península Ibérica a partir início do século VIII, imprimindo a marca de sua cultura na porção mais ocidental da Europa. No século XII, por razões que não vamos detalhar, os cristãos passaram a reconquistar, através de campanhas militares, as terras dos muçulmanos².

² Para mais sobre o assunto ver: Rucquoi 1995, Mattoso, 1998 e Oliveira Marques, “Afonso Henriques: rei portugalense ou rei português”, p. 35 a 45. In: Tengarrinha 1999.

Um dos episódios destacados desse processo tem como referência histórica a batalha de Ourique (1139), na qual D. Afonso Henriques combateu e venceu os mouros. No século XIV, momento no qual a dinastia de Avis ascendeu ao trono, findando a era bolonhesa, utilizou-se o episódio de Ourique como o momento que teria marcado o nascimento de Portugal, por ter representado mais que a primeira grande vitória contra os infiéis, a escolha de Cristo para que esse novo reino construísse seu império na terra. Tal interpretação, em parte, servia de argumento para a legitimidade da nova dinastia. No entanto, analisando mais detidamente os relatos da Península Ibérica no próprio século XII, pode-se notar que o sentimento do reino nascente não era presente³. A batalha de Ourique foi interpretada e reinterpretada nos séculos posteriores, pois Isabel Buescu⁴ considera que o episódio, depois de adquirir significação mística – que descrevo a seguir – foi o fundamento ideológico da nacionalidade, ou seja, foi tomado como seu mito de origem.

A versão mítica da história pode ser resumida pela aparição de Jesus Cristo crucificado a Afonso Henriques na véspera da batalha de Ourique, anunciando a vitória dos cristãos contra os mouros. Há variações da lenda, ao longo dos séculos, que se adequam às mensagens específicas que se desejaram transmitir. Segundo Saraiva, a primeira menção ao milagre de Ourique é de 1419 e aparece na *Crônica* de Fernão Lopes. Já no século XV ela afirmava a legitimidade da dinastia de Avis, que se impusera há pouco tempo (com a guerra civil de 1383-1385, D. João, mestre de Avis, assegurara para si a coroa portuguesa).

Entre 1367 e 1383, portanto durante a monarquia de D. Fernando, Portugal promoveu três guerras contra Castela, exacerbando o sentimento de rivalidade presente entre os dois reinos. A morte de D. Fernando deixara em aberto a possibilidade concreta do trono português ser de um castelha-

³ Para mais sobre o assunto ver: Mattoso 1998, p. 16 a 18 e p. 32 e segs.

⁴ Cf. Bibliografia.

no. Parte dos nobres de Portugal concordava com o cumprimento do desejo de D. Fernando de deixar o trono sob poder de D. Leonor de Teles até que o primeiro filho varão da infanta D. Beatriz com D. João I, rei de Castela, o esposo da herdeira do trono português, atingisse a idade de quatorze anos. Outra parcela dos nobres não concordava com as determinações de D. Fernando e defendia que o irmão do monarca falecido, João, filho bastardo de D. Pedro I e Teresa de Lourenço, fosse coroado. Essa guerra iniciada em torno da questão sucessória estendeu-se por dois anos. A mítica de Ourique, lembrada nesse momento, tinha a função de marcar o sentimento anti-castelhano ao lembrar que haviam sido os portugueses os escolhidos por Cristo para construir um império cristão na terra.

Segundo lembra Mattoso,

“[a batalha] é capaz de se regenerar a si mesma por meio de actos colectivos que funcionam como actos fundadores de novos períodos, como se em cada um desses momentos se recuperasse uma pureza primitiva anteriormente perdida”
(Mattoso 1998, p. 40).

Assim, vinculando a nova dinastia à memória do primeiro monarca, legitimava-se ela própria como continuadora do que fora prometido a Afonso Henriques, apesar da mudança de dinastia no poder. Principalmente, estava implícita a idéia de uma independência e da maior importância do monarca português em relação ao castelhano, pois Cristo havia aparecido ao “primeiro dos monarcas de Portugal”.

Um século depois, utilizou-se novamente a idéia de que os portugueses estavam predestinados a construir o império cristão na terra, por outros motivos. Através da passagem da crônica que se segue, temos um exemplo da idéia que era compartilhada por muitos habitantes do reino, a respeito do Milagre de Ourique. Segundo a crônica, Jesus Cristo teria dito a Afonso Henriques que:

“Eu sou o fundador E destruidor dos Reynos, E Imperios, E quero em ti, E teus descendentes fundar para mim hum Império, por cujo meio seja meu nome publicado entre as nações mais estranhas. (...) Não se apartará delles, ne de ti nunca minha misericórdia porque por sua vida tenho aparelhadas grandes searas, E a elles escolhidos por meus segadores em terras muy remotas”⁵.

O texto data do final do século XVI, reafirma a eleição dos portugueses por Jesus Cristo como construtores de um império cristão na terra e relaciona-se também com um sentimento anti-castelhano; em 1580, Filipe II de Espanha passou a governar Portugal. Depois da morte de D. Sebastião na luta em Alcácer-Quibir em 1578, a coroa portuguesa passou ao seu tio-avô, o cardeal D. Henrique, em função do monarca não ter deixado herdeiros. Em 1580, com a morte do cardeal, Filipe II de Espanha tornou-se rei de Portugal. Muito se discutiu a respeito da legitimidade dos castelhanos em Portugal, iniciada por Filipe II. Embora na historiografia atual ainda existam aqueles que negam a legitimidade do monarca, como o fez, por exemplo, Vitorino Magalhães Godinho, o fato é que pelas regras de sucessão vigentes, Filipe II foi um monarca legítimo:

“(...) a coroa portuguesa foi usurpada em 1580 à casa a que pertencia de juro e herdade – o ducado de Bragança – por Filipe II de Espanha, e seus sucessores Filipe III e Filipe IV retiveram-na ilegalmente (...)” (Godinho 1992, p. 307).

A possibilidade dele ascender ao trono era legal, de acordo com a política sucessória válida na época, uma vez que Filipe era filho de Carlos I de Espanha (Carlos V) e Isabel de Portugal, além de ser casado com D. Maria Manuela de Portugal (filha de D. João III e D. Catarina). Braudel descreve o contexto da ascensão de Filipe II à coroa portuguesa:

⁵ Frei António Brandão, *Monarchia Lusitana*, III Parte, Livro X, Cap. V, “Do jurameto com que el Rey Dom Afonso Henriques cõfirmou a visão de Christo nosso Saluador”, fols. 128v-129.

“Pela mãe, Filipe II tem direitos incontestáveis à coroa de Portugal; entre ele e este objeto da sua cobiça, existem muitos outros rivais – e não menos incontestáveis, da duquesa [Catarina] de Bragança. Mas esta casa “feudal” não está à altura de lutar contra o Rei Católico. Há igualmente o bastardo de D. Luís, também filho de Manuel o Venturoso. Mas o prior do Crato tem contra ele a ilegitimidade do seu nascimento. De facto, entre Filipe II e a coroa portuguesa existe apenas a pessoa do velho soberano de Lisboa [o cardeal D. Henrique]” (Braudel 1995, v. II, p. 560).

Por consequência da ascensão de Filipe II, o sentimento de rivalidade em relação aos castelhanos, fruto de vários séculos de guerras, personificou-se no ódio pelo novo monarca estrangeiro, o que pode-se notar observando a farta documentação produzida na época a respeito dessa questão. O próprio Braudel, ainda considera que:

“Na sua massa, o país recusava-se à dominação do vizinho odiado. A arraia-miúda das cidades, o baixo-clero estavam tão veementemente contra o Espanhol que faziam tremer ricos e poderosos” (Braudel 1995, v. II, p. 562).

Foi nesse contexto que reavivou-se o mito da fundação portuguesa divina, com o intuito de valorizar Portugal perante a Espanha e também como uma forma de oposição à legitimidade do monarca castelhano, uma vez que a real monarquia, a outorgada pelo filho de Deus, era somente portuguesa. Além do caráter contestatório e anti-castelhano, Saraiva nos fornece outras significações da valorização do milagre de Ourique, naquele momento:

“O mito é também uma forma de compensação em relação a uma realidade frustrante. É quando Portugal parece condenado a um estrangulamento inglório, em luta com Holandeses e Castelhanos, perdido da África e do Oriente (que justificava a motivação da Cruzada), que o mito ganha a sua forma mais grandiosa e precisa através do padre António Vieira, que o

descreveu na *História do Futuro* e nos seus escritos sobre a consumação do reino de Cristo na Terra” (Saraiva 1994, p. 114).

Dois episódios ilustram a força do mito enquanto argumento político de negação da legitimidade da monarquia castelhana. Segundo Isabel Buescu,

“(...) aquando da viagem realizada por Filipe II a Portugal, em 1619, no faustoso recebimento que a cidade de Lisboa fez ao monarca, da representação iconográfica da aparição de Cristo em Ourique que figurava, com destaque, no arco dos oficiais da bandeira de S. Jorge: afirmação velada de uma nacionalidade que *supera* o novo monarca, porque é sagrada, ou incorporação dessa memória no novo quadro de legitimidade dinástica (...)” (Buescu 1993, p. 19).

O segundo episódio refere-se à Restauração em 1640, quando finalmente Cristo pôde se acalmar pois o poder havia retornado às mãos de um monarca legítimo, ou seja, um rei português, novamente um momento no qual se manifestou fortemente a idéia da predestinação portuguesa à construção do império da fé.

“A Restauração constitui, acima de tudo, a refundação da monarquia, o retomar de uma legitimidade estabelecida pelo próprio Cristo em Ourique, e por isso mesmo insofismável e indiscutível. O despregar miraculoso do braço da cruz consistia, afinal, um dos múltiplos sinais que mostravam a legitimidade do novo monarca, herdeiro das promessas de Cristo a Afonso Henriques” (Buescu 1993, p. 19).

O episódio célebre refere-se ao dia da coroação de D. João IV, quando a mão de Cristo, numa imagem, se despregou da cruz. Uma crônica da época⁶ ajuda a ilustrar a forma como foi tal episódio foi entendido:

⁶ Fragmento da obra *A Santidade do Monarca Eclesiástico Innocencio X. Expoem Portugal as causas de seu sentimento, E de suas esperanças*, anônima, publicada em Lisboa, 1646, atribuída a João Pinto Ribeiro, págs. 41-42.

“Temos aquella mão divina, que Christo despregou da Cruz, no mesmo dia, E hora da venturosa aclamação de ElRey Dõ João, como incitandonos, E animandonos a que continuassemos obra tão acertada, E tão be principiada. Parece que cõ ella nos lembrava o Senhor, q este Reyno era obra de suas mãos, de sua omnipotencia, de seus afeytos, E de seus cuydados. Tinha elle no campo de Ourique levantado este Reyno, estando na Cruz, e abençoando seus Reys, cõ gloriosas promessas. Cõ despregar essa mão, nos ensina a repetir humana, e obrigarmos a sua diuina Magestade, que nos cumpra sua palavra, E nos prospere cõ as merces prometidas, E a não faltar ao amor cõ que edificou este Reyno [...] Não pode Deus faltar cõ seus favores a hu Reyno seu, obra sua, E cuydado seu, Isto nos assegura aquella mão despregada naquelle veturoso dia” (Apud Buescu 1993, p. 43).

Como afirmam António José Saraiva, Isabel Buescu e José Mattoso, o milagre de Ourique pode ser entendido como o mito de origem que explica a idéia, vigente em Portugal, em vários momentos ao longo dos séculos, da missão da construção imperial. Buescu ainda ressalta a sua importância para os séculos XVI e XVII.

“Por aqui passa, aliás, a coerência essencial que existe entre o mito fundador e a corrente do messianismo político, um dos tópicos que assinala e constitui uma das marcas da cultura portuguesa, com uma incidência muito particular, naturalmente, nos finais do século XVI e no século XVII. Para referirmos apenas a figura que, de forma mais emblemática, dá corpo a essa confluência, citemos o P. António Vieira, que inscreve de modo decisivo a fundação do reino e a aparição de Cristo, primeiro e último garante do Quinto império, no quadro do seu pensamento milenarista e messiânico, nomeadamente na *História do Futuro*. Em suma, Vieira vê nas palavras de Cristo – “Volo in te et in semine tuo, imperium mili stabilire”- a promessa de um império cristão universal, encarnado por um descendente do primeiro rei português. Destino e vocação imperiais, realidade a cumprir, implícita nas palavras de Cristo ao fundador do reino” (Buescu 1993, p. 18).

Para além do imaginário político tão bem expresso por Antônio Vieira, Saraiva e Buescu ainda lembram que a obra épica de Camões, do mesmo período, consagrou a idéia de que Portugal era predestinado a construir um império cristão na terra. Pode-se notar a idéia numa breve passagem d’*Os Lusíadas*:

Cessem do sábio Grego e do Troiano
As navegações grandes que fizeram;
Cale-se de Alexandro e de Trajano
A fama das vitórias que tiveram;

Que eu canto o peito ilustre Lusitano
A quem Netuno e Marte obedeceram.
Cesse tudo o que a Musa antiga canta,
Que outro valor alto se alevanta
(...)

E vós, ó bem nascida segurança
Da Lusitana antiga liberdade.
E não menos certíssima esperança
De aumento da pequena Cristandade,
Vós, ó novo temor da Maura lança,
Maravilha fatal da nossa idade,
Dada ao mundo por Deus, que todo o mande
Pera do mundo a Deus dar parte grande:

Vós, tenro e novo ramo florescente
De uma árvore, de Cristo mais amada
Que nenhuma nascida do Ocidente,
Cesárea ou Cristianíssima chamada,
(vêde-o no vosso escudo, que presente
Vos amostra a vitória já passada,
Na qual vos deu por armas e deixou
As que êle pera si na Cruz tomou)⁷

⁷ Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Canto I. Estrofes 3, 4, 6, 7 e 8.

O destaque conferido “à herança sagrada” não diminuiu nos séculos posteriores. Valentim Alexandre explica-nos como o mito reaparece com força no século XIX. O historiador, expondo especificamente a argumentação política em torno da questão colonial, ou seja, de como Portugal conduziria a política africana depois da perda do Brasil em 1822, considera que tanto o mito da herança sagrada como o de que o mundo escondia paraísos perdidos, de certa maneira, moveu ações concretas na política portuguesa.

“(…) recorreremos na nossa análise (…) ao [conceito] de *mito*, entendido como modo de apreender a realidade no seu todo, de a pensar e de a sentir, integrando factores económicos e não económicos e, em qualquer deles, tanto os aspectos racionais como os irracionais.

Dois desses mitos terão tido um papel central como sustentáculos do projecto colonial. O primeiro deles – a que chamaremos o “mito do Eldorado” – tem como pano de fundo a crença inabalável na riqueza das colónias de África, e na sua extrema fertilidade, nos tesouros das suas minas por explorar. Dominante logo nos primeiros anos do liberalismo, após 1834, o tema aparece-nos então em dezenas de artigos, nos periódicos de todas as facções políticas, servindo de base à defesa do projecto colonial como via privilegiada para a regeneração da nação, compensando a perda do Brasil. Sob formas menos primárias, mais elaboradas – voltadas para um Eldorado longínquo, no qual se cumpriria o destino da nação, que recuperaria finalmente o estatuto de grande potência -, o mito persiste ao longo de todo o império, ganhando um carácter estrutural.

Um segundo tema ideológico – que designaremos pelo “mito da herança sagrada” – vê na conservação de toda e qualquer parcela do território ultramarino um imperativo histórico, tomando os domínios sobretudo como testemunhos da grande-

Camões descreve a visão de Afonso Henrique, numa das variantes da lenda. O monarca teria estampado cinco escudos na bandeira portuguesa representando as cinco chagas de Cristo. Uma outra versão é a de que os escudos em torno da cruz azul representariam a vitória de Afonso Henriques sobre os cinco reis mouros.

za dos feitos da nação, que não os poderia perder sem se perder. Geralmente latente, o tema vem à superfície sempre que se configuram casos de perigo e de eminência de perda, real ou suposta, de qualquer das possessões ou de zonas sobre que se reivindicava a soberania portuguesa, contribuindo para afastar a tentação de abandono, não só da via colonial em si, mas também de cada um dos territórios em particular, por mais difícil que se afigurasse a sua exploração e conservação. Também o “mito da herança sagrada” tem um carácter permanente, estrutural, que lhe resulta da sua estreita relação com dois elementos de fundo do nacionalismo português: a consciência, sempre presente nas elites políticas, da vulnerabilidade de Portugal (que as torna especialmente sensíveis às ameaças externas); e sobretudo a idéia, muitas vezes expressa, de que a própria sobrevivência da nação dependia da existência do império, como contraponto necessário à força de atração da Espanha no conjunto da Península Ibérica” (Alexandre 2000, p. 219-220).

No campo da literatura contemporânea, podemos notar a presença da idéia da herança sagrada e também da predestinação à construção do império ultramarino. Da *Mensagem* de Fernando Pessoa, escrita em 1934, observa-se:

Com duas mãos – o Acto e o Destino –
Desvendamos. No mesmo gesto, ao céu
Uma ergue o facto trêmulo e divino
E a outra afasta o véu.

Fosse a hora que haver ou a que havia
A mão que o Ocidente o Véu rasgou,
Foi a alma a Ciência e corpo a Ousadia
Fosse Acaso, Ou Vontade, Ou Temporal
A mão que ergueu o facho e luziu,
Foi Deus a alma e o corpo Portugal
Da mão que o conduziu ⁸

⁸ Fernando Pessoa, *Mensagem*, São Paulo, FTD, 1998, pág. 68.

Por fim, José Saramago, na *Jangada de Pedra*, ainda que não celebre a idéia da construção de um império cristão, de certa forma reifica a idéia de que o destino português é atlântico, pois descreve que Joana Carda, ao riscar o chão com uma vara de negrilho, inexplicavelmente provocou a separação física da Península Ibérica do restante da Europa que começou, então, a se dirigir para as Américas. Portugal, finalmente cumpre seu destino. Como diz Saramago:

“Se a Joana Carda alguém vier a perguntar que ideia fora aquela sua de riscar o chão com um pau, (...) talvez ela responda, Não sei o que me aconteceu, o pau estava no chão, agarrei-o e fiz o risco, Nem lhe passou pela ideia que poderia ser uma varinha de condão, Para varinha de condão pareceu-me grande, e as varinhas de condão sempre se ouvi dizer que são feitas de ouro e cristal, com um banho de luz e uma estrela na ponta, Sabia que a vara era de negrilho, (...) mas, para o caso, estou que um pau de fósforo teria causado o mesmo efeito. Por que diz isso, O que tem de ser tem de ser, e tem muita força, não se pode resistir-lhe, mil vezes o ouvi à gente mais velha, Acredita na fatalidade, Acredito no que tem de ser”. (Saramago s.d., p. 08).

A perenidade do mito da herança sagrada é presente, a meu ver, nas obras dos dois autores portugueses de grande popularidade, e penso que também, ainda que de forma irrefletida, na história de Saramago. Esses autores não por acaso representam no mundo, a literatura portuguesa. Através dos fragmentos dos textos, espero ter conseguido demonstrar a validade de uma idéia longamente cultivada e que, apesar das metamorfoses, hoje nos parece tão natural.

O MITO DAS CRUZADAS

O mito das cruzadas também é um dos grandes temas valorizados na historiografia portuguesa. A idéia da cruzada contra os mouros, depois da Reconquista, iniciada no século XII e que perdurou até o XV, permanece

viva entre os portugueses durante muitos séculos. José Mattoso afirma ainda que a Reconquista foi tomada como um dos momentos decisivos para a definição da identidade portuguesa, pois pela primeira vez, os portugueses se definiram enquanto um grupo, rivalizando com o dos infiéis.

“Trata-se de um factor insistentemente posto em relevo pelos ideólogos do período nacionalista, para os quais Portugal teria nascido dos movimentos a que chamavam “cruzadas”. Todavia, não se pode também esquecer que a sua relação com a eclosão da nacionalidade é longínqua, dado que não se pode confundir a crença religiosa com o vínculo nacional. Por outro lado, é preciso também ter em conta que as lutas anti-islâmicas envolvem em primeiro lugar o bando dos cavaleiros que participou activamente nas conquistas afonsinas e nas expedições de Sancho I, em segundo lugar os membros da corte e alguns clérigos (...) e finalmente os habitantes dos concelhos mais próximos da fronteira, sobretudo aqueles que foram mais afectados pelas invasões almoádes de 1184, 1190 e 1191. Os restantes habitantes do país não se sentiam envolvidos por tais lutas nem provavelmente as consideravam como suas” (Mattoso 1998, p. 16).

A respeito das cruzadas na Península Ibérica, António José Saraiva considera que:

“O primeiro grande mito colectivo português, que aliás é um mito de toda a Espanha, foi o da Cruzada, fixado eloquentemente por Camões no poema nacional dos Portugueses. Portugal era o paladino da fé católica, e a expansão mundial da Fé era a sua vocação própria, a razão de ser da sua história. Em relação especial com Deus, que o favoreceu desde o nascimento, Portugal realizava um plano divino que culminaria na conversão do mundo inteiro. (...)”

O mito da Cruzada intensificou-se nos séculos XV e XVI, quando os papas tentaram mobilizar os desavindos príncipes cristãos para resistir ao avanço turco. Portugal combatia então os muçulmanos em duas frentes: no Norte de África e no Oriente até Malaca. A acção dos Portugueses podia ser idealizada num nível mundial de cruzada” (Saraiva 1994, p. 112-113).

Articulando-se com a idéia da herança sagrada, a idéia da cruzada teve grande importância na produção da historiografia portuguesa. Considera-se que os Descobrimentos portugueses tiveram início em 1415, quando as tropas do infante D. Henrique conquistaram Ceuta dos mouros. Os Descobrimentos são vistos, ou sob o mito das cruzadas e/ou da perspectiva da herança sagrada. De fato, a idéia de cruzada foi mencionada como uma forma de entender a conquista de Ceuta, pois Zurara, cronista que relata esse feito, conferiu-lhe essa conotação. Em vários momentos, Zurara fala da luta contra os mouros, nesse espírito. Ao descrever os ilustres cavaleiros que fizeram parte da expedição, podemos notar que o cronista destaca a presença de cristãos que já haviam lutado em outras pelepas contra os infiéis:

“Alvaro de Freitas, comendador d’Aljazur, que he da ordem de Santiago, tambem homem fidalgo, e que tinha feitas mui grandes prêsas nos Mouros de Graada e de Bellamarim (...). E era ainda hi, Pallenço, que era huu homem que tinha feita mui grande guerra aos Mouros, e que tôda sua vida despendeo em serviço de Deos e do regno, cometendo e acabando per si mui grandes feitos, segundo teemos fallado na crônica geral, depois que Cepta foe tomada” (Zurara 1942, p. 63).

Em parte, essa característica da crônica se explica porque Zurara era cavaleiro da *Ordem de Cristo* e interpreta o fato como a cruzada na África. Segundo defende Costa Pimpão, só por meados do século XV o cronista acredita que a empresa de Ceuta tenha se tornado comercial:

“O cronista mal compreende que empresa máxima da Ordem de Cristo possa converter-se numa operação comercial; e, por isso, renunciou a escrever as cousas da Guiné posteriores a 1448, visto que estas se trataram, a partir daquele ano, mais *per trantos e aveenças de mercadaria, que per fortalleza nem trabalho das armas*” (Pimpão 1942, p. 16).

Ainda que Zurara se negue a escrever os acontecimentos a partir de então, e apesar do espírito da cruzada permear o seu texto, em vários mo-

mentos podemos notar que ele menciona interesses comerciais. Como lembra Adeline Rucquoi, ter Ceuta implicava no controle comercial entre o Mediterrâneo e o Atlântico e esta perspectiva era também muito clara para Zurara. O fragmento a seguir serve de exemplo para mostrar a presença concomitante das idéias de cruzada, herança sagrada e também dos interesses comerciais no texto que relata os acontecimentos de 1415:

“(...) naquela mui honrada conquista que se fêz sôbre a grande cidade de Cepta, de cuja famosa vitória os ceos sentirom glória e a terra benefício? Glória me parece assaz para o sacro collégio das celestiaes vertudes, tanto sacrefficio divino com tam sagradas cerimoniaes, quantas ataa oje som feitas em aquella cidade em louvor de Christo Nosso Senhor, e per sua graça para sempre seram. Pois do proveito que a terra recebeo, o levante e o poente som bem clara testemunha, quando os seus moradores podem comudar suas cousas, sem grande perigoo de suas fazendas, ca por certo nom se pode negar que a cidade de Cepta nom seja chave de todo o mar Medioterreno” (Zurara 1942, p. 34).

Em outro momento, relatando os feitos portugueses em Ceuta depois da conquista, Zurara informa que:

“E das perfeiçoões desta villa nom posso muito fallar, porque ao tempo da feitura dêste livro em ella nom avia soamente os muros, que eram de boa fortalleza, com alguas poucos de casas, mas obrava-se em ella continuadamente, e segundo o comuu entender, era que o Iffante queria alli fazer hua villa especial pera trato de mercadores, e porque tôdollos navios que atravessassem do levante pera o poente, podessem alli fazer devisa, e achar mantimento e pilotos, assi como fazem em Callez, cujo porto é mui afastado da bondade daquelle, onde os navios teem abrigo pera tôdollos ventos, soamente de huu a que nós em êste regno chamamos travessia, e per essa guisa com todos sair, a qualquer tempo que o mareante quiser. E ouvi dizer, que seendo esta villa começada, os Genoveses davam por ella grande preço; os quaes, como sabees, som homees que nom empregam seus dinheiros sem certa sperança de guanho” (Zurara 1942, p. 43-45).

Vários historiadores, como Jaime Cortesão, Joaquim Bensaúde e Duarte Leite, analisaram o texto de Zurara ressaltando o espírito de cruzada que teria movido o infante e considerando irrelevantes outros fatores que ajudam-nos a entender o interesse pelo Estreito de Gibraltar, dominado pelos mouros. Outros pesquisadores, como Luís de Albuquerque pensavam que, para explicar tal acontecimento, combinaram-se interesses comerciais, científicos e espírito de cruzada, embora este último aspecto não mereça, na sua opinião, tanto relevo. Diz o historiador que:

“Lendo esses textos oriundos do papado, a crónica de Azurara, e todos os documentos referentes a este período histórico, nunca encontrei o mais pequeno indício do grandioso projecto de proselitismo católico que Bensaúde architectou. As cruzadas eram em África e não só contra os mouros das cidades e terras do Magrebe, mas sobretudo contra as povoações ribeirinhas da África atlântica” (Albuquerque 1990, p. 49).

Outros ainda, como Guillermo Giucci, pensam que, na verdade, foram as lendas a respeito do *Mar Oceano* e a busca do Paraíso terreal que realmente levaram os homens a se lançarem ao Atlântico. Mattoso, por sua vez, não sabia ao certo, em 1984, como tratar o tema dos Descobrimentos. Para o medievalista, a questão de se saber se a conquista de Ceuta e a posterior presença dos portugueses na África, teria se iniciado num espírito de cruzada e depois evoluído para o interesse comercial, não tinha sido explorada profundamente.

BREVES CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA HISTORIOGRAFIA DOS DESCOBRIMENTOS

“Que sabemos nós das origens dos Descobrimentos? Como se ensina este problema? Tem a historiografia moderna alguma coisa a acrescentar ao que vulgarmente se diz sobre ele? Estamos em condições de aproveitar os progressos historiográficos para renovarmos o ensino neste ponto?” (Mattoso 1993, p. 295).

Creio, particularmente, que as perguntas de José Mattoso ainda são motivos de extensas discussões, quase vinte anos passados. Poderia-se colocar em discussão a própria data símbolo. 1415 seria mesmo o ano que marca o início de um novo tempo? Compartilhando dessa idéia, defendida por muitos autores, vimos que se os Descobrimentos são explicados da perspectiva das cruzadas, isso em parte se deve ao fato da idéia ser presente no próprio século XV, como uma forma de apreender o significado da saída dos portugueses ao Atlântico. Por outro lado, é comum ainda os historiadores interpretarem os Descobrimentos num sentido que considero, conscientemente ou não, vinculado à idéia do mito da herança sagrada. Fala-se como se fosse natural os portugueses, uma vez no Atlântico, irem constituindo o império ultramarino. Vemos isso, mesmo em obras recentes que abordam a questão. Adeline Rucquoi, por exemplo, explica a expedição a Ceuta e seus desdobramentos de maneira breve, apontando datas de conquistas, como se as expedições na África e no Atlântico não precisassem de maiores explicações uma vez que compõem apenas a natural evolução dos passos que explicam a expansão portuguesa.

“(...) D. João I e seu filho [o infante D. Henrique] organizaram uma expedição que levou, em 1415, à conquista de Ceuta, em Marrocos. 1415, data da primeira conquista portuguesa em África, é frequentemente considerada uma data-charneira. Daí em diante, Portugal vira-se para as descobertas e conquistas de além-mar e, em breve, cria um verdadeiro império. De facto, a tomada de Ceuta inscreve-se ainda no quadro tradicional da política de controlo do Estreito de Gibraltar, embora revele o abandono, pelos Portugueses, das suas pretensões a exercer esse controlo do comércio a partir das costas da Península Ibérica. Não obstante, apesar da opinião do infante D. Henrique e da maioria da nobreza, que desejavam prosseguir a guerra em África, as únicas conquistas territoriais no fim do reinado de D. João I foram a Madeira (1418) e os Açores (1427-1431). A política de expansão em África foi retomada por D. Duarte (1433-1238), mas resultou num desastre em Tânger, em 1437. (...)

O longo reinado de D. Afonso V, o Africano, é caracterizado por um reforço do peso da nobreza e por uma política sistemática de conquistas em Marrocos, sobretudo depois da queda de Constantinopla. Em 1458, os portugueses, que nunca entregaram Ceuta, conquistaram, não longe dela, Al-Qasr al-Sagir – Alcácer Ceguer –, depois Casablanca em 1463 e Tânger em 1471, vingando assim a derrota de 1437. Durante esse tempo, os Portugueses dobraram o Cabo Bojador (1434), tomaram Cabo Verde (1444) e descobriram o Golfo da Guiné. A partir dos anos 1441-1442, o ouro, o marfim e os escravos negros fizeram o seu aparecimento nos mercados da metrópole” (Rucquoi 1995, p. 198-199).

Essa forma de narrar a história de Portugal é, segundo José Mattoso, muito comum.

“Para explicar tal fenómeno [os Descobrimentos], os manuais de história limitam-se normalmente a enumerar um certo conjunto de acontecimentos que se podem considerar como antecedentes. Tais são os contactos históricos do Ocidente europeu com outras civilizações: as cruzadas, o estabelecimento da rede do comércio mediterrâneo por mercadores italianos, catalães ou andaluzes, as embaixadas enviadas aos mongóis, as viagens de missionários e aventureiros ao Oriente” (Mattoso 1993, p. 296).

Ou então, ainda segundo Mattoso, os autores descrevem como a navegação no Atlântico foi possível através das inovações técnicas náuticas, como o uso da bússola e do sextante, o uso das estrelas para se guiar, etc. No entanto, nada informa essa enumeração de realizações e experiências. O medievalista português, a respeito da forma como o tema é tratado, considera que, em relação aos aspectos valorizados dentro dessa temática, “Tudo isto é importante, e pode-se considerar como matéria adquirida, mas não satisfaz plenamente” (Mattoso 1993, p. 297).

Mais que isso, esse enumerar de inovações técnicas que permitiram as navegações, contribui para a glorificação dos Descobrimentos portugueses,

conferindo um tom épico ao passado, deixando de lado a abordagem da difícil conquista da costa africana, das Índias orientais e ocidentais, feitas às custas de muitos naufrágios e vidas, ou seja, muito diferente da narrativa privilegiada para lembrar esse período.

Luís de Albuquerque também via a historiografia portuguesa a respeito dos Descobrimentos de maneira pouco épica, no início da década de 1990. Ele dizia que a pouca credibilidade dela devia-se ao fato dos historiadores criarem fatos históricos “(...) sem alicerces documentais sérios e completos” (Albuquerque 1990, pág. 08). Dizia isso, na ocasião, especificamente em relação à mítica criada em torno da figura do infante D. Henrique, “iniciador dos Descobrimentos”, o “príncipe navegador”, que não fora nunca príncipe e havia navegado no máximo três vezes para a África. Ainda referia-se à crença também vinculada à figura do infante, existente ainda hoje, de uma escola em Sagres que teria reunido os sábios nas várias áreas relacionadas às navegações, a fim exatamente de promovê-la.

“A notícia de que o infante D. Henrique, para acudir à preparação técnica dos seus navegadores, fundou uma escola técnica dos seus navegadores, fundou uma escola náutica a que se veio chamar Escola de Sagres, por ficar instalada sobre o promontório do mesmo nome, só tardiamente surgiu na historiografia. Duarte Leite (*História dos Descobrimentos*, I, p. 184 e segs.), que procurou averiguar a origem desta notícia, situa o seu aparecimento em 1625, ano da edição de uma obra de Samuel Purchas onde se diz que D. Henrique contratou o cartógrafo Jaime de Maiorca para dirigir uma escola de marinha, e não apenas para ensinar os Portugueses a fazerem castas de marear, como declara, por exemplo, Duarte Pacheco Pereira. Qualquer que tenha sido a origem da notícia, sabe-se que ela se divulgou rapidamente, teve grande aceitação entre os historiadores dos séculos XVIII e XIX e veio a ser acrescentada com vários pormenores significativos, embora sem fundamento em documentação fidedigna” (Albuquerque 1992, p. 414).

Luís de Albuquerque considera que, no máximo, o cartógrafo Jaime de Maiorca tenha contribuindo com o infante D. Henrique:

“Reconheceu-se, pois, que Jaime de Maiorca veio para Portugal na sua qualidade de “mestre de fazer cartas de navegar”, como dizem Zurara e Duarte Pacheco, e que a isso se deve ter limitado a sua actividade na corte de D. Henrique; reconheceu-se também que jamais o Infante, ou algum dos seus continuadores, pensaria em fundar uma academia, escola ou curso sobre a arte de navegar, pois, como era mais natural, esta aprendia-se no convívio do mar, na prática do dia-a-dia, enriquecida durante as viagens (...)” (Albuquerque 1992, p. 414).

Albuquerque, de modo geral, não deixa também de se referir ao fato da historiografia ser muito pouco crítica aos mitos que se incorporaram ao discurso historiográfico.

Como lembra Sérgio Buarque de Holanda, o que realmente permitiu a navegação dos portugueses foi a experiência adquirida com as inúmeras tentativas de travessias.

“(...) é quase como se as coisas só existissem verdadeiramente a partir dela. A experiência ‘é a madre das coisas...’ [como afirmou Duarte Pacheco Pereira no *Esmeraldo De Situ Orbis*]” (Holanda 1996, p. 05).

E, de fato, pode-se verificar isso. Paulo Miceli mostra que, no final do século XVI, portanto passados mais de século e meio de experiência, o número de naufrágios era ainda muito elevado:

“(...) em doze anos (1585-1597), das 66 naus que integraram a carreira da Índia, 22 se perderam dezoito por naufrágio e quatro por incêndio, o que representa mais de 30%.

(...), é possível alargar o período de observação e acompanhar o destino das 806 naus que partiram de Portugal para a Índia de 1497 e 1612. Subdividindo o período, isolando a fase anterior à dominação espanhola (...), dos 620 navios que largaram do Tejo até 1579, 325 “vieram a salvamento”, enquanto apenas cem dos que foram para a Índia entre 1580 e 1612 retornaram a Lisboa. Quanto aos 381 navios que em todo o período (1497-1612) não regressaram a Portugal, 285 ficaram no

Oriente, 66 naufragaram, vinte arribaram, seis incendiaram-se e quatro foram tomados por inimigos” (Miceli 1994, p. 189).

A experiência parece realmente ter dado a tônica da evolução dos conhecimentos que permitiram as navegações, feitas num “(...) universo de iletrados, em meio a capitães, pilotos e marinheiros pouquíssimo ou (quase sempre) nada alfabetizados, nobres e mercadores bem mais próximos dos números do que das letras (...)”. (Miceli 1994, p. 63-64). Somente nos finais do século XVI e início do XVII que João Batista Lavanha escreve o *Livro Primeiro da Arquitetura Naval*, no qual se descrevem algumas técnicas referentes à fabricação de navios.

“Existindo em função da defesa, da religião, da comodidade ou da navegação, a arquitetura triparte-se em militar, civil e naval, sendo esta última “a que ensina com regras certas fabricar navios, nos quais se possa navegar bem e comodamente”. A arquitetura naval era um saber em fase de elaboração, posto como exigência nova pelas viagens da expansão e da conquista (...)” (Miceli 1994, pág. 65).

Posto isso, não faz sentido naturalizar os Descobrimientos portugueses e muito menos enumerar as inovações técnicas como se elas fossem conhecimento a disposição dos homens que um dia resolveram se atirar ao mar. O conhecimento técnico que permitiu os achamentos de novas partes do mundo foi conquista lenta de inúmeras experiências, feito às custas de incontáveis naufrágios. Inegável que tais conhecimentos são relevantes para que se possa entender o fenômeno das navegações mas, no entanto, não constituem a totalidade ou o que há de relevante a se abordar sobre o tema. Como afirmou Mattoso, não satisfazem. Gostaria, por fim, de fazer uma última nota a respeito dos conhecimentos técnicos dos Descobrimientos. O conhecimento científico de então compreendia dimensões que hoje desprezamos, pois ainda João Batista Lavanha, a respeito do corte da madeira para a construção dos barcos, considera a influência dos céus;

“(…) o arquiteto naval deveria conhecer astronomia, pois só assim saberia os ‘tempos acomodados para o corte das madeiras’, segundo o lugar em que ‘nascem e se criam em respeito do céu e de suas influências” (Miceli 1994, p. 68).

O mesmo aconselhava que “(…) se tenha por regra geral, que as madeiras para esta fábrica se cortem nas minguentes da lua dos dois meses mais chegados ao princípio do inverno, um antes, e outro depois, os quais nestas partes são dezembro e janeiro” (Apud Miceli 1994, p. 70).

De modo bastante breve, tentei demonstrar como os mitos referentes a algumas interpretações portuguesas acerca dos Descobrimentos e do império portugueses são fortemente presentes no discurso historiográfico, ainda hoje, e como eles são argumentos tão nevrálgicos na historiografia a respeito de Portugal que para abordá-la torna-se impossível não passar por eles. Tentei fazer isso no que diz respeito ao que nos é mais conhecido, que é a história dos Descobrimentos portugueses, mostrando como, para explicá-la, estão fortemente presentes os mitos da herança sagrada e das cruzadas.

ABSTRACT: The present text is a reflection about two myths, “the sacred heritage” and “the crusade” and their relation with how part of the Portuguese history constructs itself.

KEYWORDS: Portuguese history – Portuguese expansion – Portuguese myths – Medieval History/Portugal

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Luís de. *Dúvidas e Certezas na História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. I, Lisboa, Vega, 1990.

_____. verbete: “Sagres, Escola de”, p. 414-415. In: SERRÃO, Joel. *Dicionário da História de Portugal*, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992.

- ALEXANDRE, Valentim, *Velho Brasil, Novas Áfricas – Portugal e o Império (1808-1975)*, Porto, Afrontamento, 2000.
- BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo*, vol. II, Lisboa, Dom Quixote, 1995.
- BUESCU, Ana Isabel. “Vínculos da Mémória: Ourique e a fundação do reino”, p. 09-50 In: CENTENO, Yvette Kace (coordenação). *Portugal: Mitos Revisitados*, Lisboa, Salamandra, 1993.
- CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas*, São Paulo, Edições de Ouro, 1969.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. verbete: “Restauração”, p. 307-325. In: SERRÃO, Joel. *Dicionário da História de Portugal*, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992.
- HOBSBAWN, Eric. *A Invenção das Tradições*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*, São Paulo, Brasiliense, 1992.
- MATTOSO, José. *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva, 1998.
- _____. *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Lisboa, Estampa, 1993.
- MICELI, Paulo. *O Ponto onde Estamos*, São Paulo, Scritta, 1994.
- TENGARRINHA, José. *A Historiografia Portuguesa, Hoje*, São Paulo/Instituto Camões, 1999.
- PESSOA, Fernando. *Mensagem*, São Paulo, FTD, 1998.
- RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*, Lisboa, Estampa, 1995.
- SARAIVA, António José. *A Cultura em Portugal*, v. I, Lisboa, Gradiva, 1994.
- SARAMAGO, José. *A Jangada de Pedra*, São Paulo, Círculo do Livro, s.d.
- ZUMTHOR, Paul. *Tradição e Esquecimento*, São Paulo, Hucitec, 1997.
- ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica dos Feitos da Guiné*, prefácio, selecção e notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1942.

ENTRE AS GLÓRIAS RENOVADAS DO IMPÉRIO E O DISCURSO DA IRMANDADE: HISTÓRIA, POLÍTICA E IDENTIDADE NUM ENREDO LUSO-BRASILEIRO¹

*Eduardo Caetano da Silva*²

RESUMO: A intenção desse artigo é analisar o discurso da irmandade luso-brasileira, a partir de suas formulações correntes entre as lideranças de associações portuguesas do Brasil. Pretendo, primeiramente, mostrar como a metáfora da irmandade possui sentidos que transbordam a simples enunciação do sentimento fraterno e corresponde a lógicas hierárquicas e visões históricas acerca das relações entre Brasil e Portugal. Também intento expor como seu caráter eminentemente ideológico, de certo modo, oculta-se na aspiração de sublimar situações conflituosas de ordem política, pertencentes à esfera pública, pela representação desses conflitos por categorias referentes aos assuntos de ordem familiar, portanto, concernentes à esfera das relações privadas.

PALAVRAS-CHAVE: relações luso-brasileiras, historicidade, identidade.

¹ Este artigo é baseado numa versão preliminar de capítulo que estou desenvolvendo para minha dissertação de Mestrado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do IFCH-UNICAMP. A pesquisa faz parte do projeto “Imigrantes portugueses, imigrantes brasileiros: globalização, antigos imaginários e reconstruções de identidades – uma comparação triangular”, coordenado por Bela Feldman-Bianco e integrado à linha Nação e Diáspora do Centro de Estudos de Migrações Internacionais – CEMI/UNICAMP.

² Mestrando em Antropologia Social e pesquisador do CEMI (Centro de Estudos de Imigrações Internacionais).

INTRODUÇÃO

Antes de iniciar uma discussão mais específica sobre a questão da irmandade luso-brasileira, julgo ser necessário, senão desenhar, ao menos esboçar, os quadros teóricos mais gerais com os quais essa minha análise procura dialogar. Os mais centrais deles dizem respeito aos debates sobre discursos nacionalistas e aos desenvolvimentos teóricos sobre história, etno-história e historicidade no campo da antropologia. Quanto à temática nacionalista, as referências principais mais amplas são Fox (1989), Anderson (1989) e Hobsbawm (1987), e suas respectivas discussões sobre conflitos entre diferentes ideologias nacionalistas no seio das chamadas culturas nacionais, sobre os processos de construção de imaginários nacionalistas e comunidades imaginadas e sobre a invenção de tradições.

Sobre a problemática da história na antropologia, um trajeto abreviado se iniciaria na contenda entre Lévi-Strauss (1967 e 1989) e Sartre (1973), na década de 60, e estender-se-ia, dentre outras, às reflexões de Lefort (1979), Cunha (1987) e Sahlins (1986 e 1990) acerca das relações entre cultura, história e sociedade. Esses autores avançam na idéia de uma interdependência entre sistemas simbólicos e práxis, a qual por sua vez, ampara minha análise, na mesma medida, em que permite sustentar as correspondências entre a afirmação de laços de irmandade luso-brasileiros nos cenários políticos e econômicos e a construção de continuidades e rupturas nas visões históricas que se concebem em torno das relações entre Brasil e Portugal.

Por fim, ainda no âmbito dos quadros teóricos, teria que citar as imbricações entre essas temáticas e a questão identitária, pois, ao se pensar em hierarquia, conseqüentemente, toca-se na questão da diferença e, portanto, da identidade. Nesse sentido, a irmandade, ao aludir às semelhanças e às afinidades entre Brasil e Portugal, mostra-se componente de um conjunto mais amplo de discursos e práticas identitárias produzidos e/ou reproduzidos por lideranças associativas portuguesas no Brasil, que incluiria também outras representações, tais como, da invisibilidade, da luso-brasilidade, do

Império, da Colônia, da diáspora, dentre outras.³ Por esta instância, o artigo alinha-se à opinião de que as construções e reconfigurações identitárias só podem ser entendidas voltando-se para o contexto de processos sociais e negociações políticas dos quais emergem e, por isso, procura alcançar um melhor entendimento, de como, a partir de diferentes posicionamentos sociais, são produzidos, imputados, apropriados e contestados os discursos identitários acerca de ser português no Brasil. Afina-se assim com uma postura anti-essencialista que busca compreender identidades no âmbito processual das relações entre cultura e poder. Segue, nesse particular, a proposta de Stuart Hall (1996, p. 68) que, *“ao invés de tomar a identidade por um fato que, uma vez consumado, passa, em seguida, a ser representado pelas novas práticas culturais”* sugere *“pensá-la, talvez, como uma produção, que nunca se completa, que está sempre em processo e é sempre constituída interna e não externamente à representação”*.

Obviamente, para os limites deste artigo, não será possível um aprofundamento no corpo de problemas tocantes às teorias apontadas acima (nacionalismo, historicidade e identidade) e, menos ainda, a investigação de suas inter-relações. Contudo, mesmo que a intenção desses apontamentos tenha por função prioritária apenas a de marcar genericamente um caminho teórico, espero que suas implicações mais gerais estejam manifestas no desenvolvimento de minha análise.

“OS 500 ANOS” E “OS OUTROS 500”

Sem dúvida, as (re)construções e o revigoramento da retórica da irmandade estão associados a uma conjuntura que inclui das comemorações conjuntas dos “500 anos de descobrimento” à ampliação de interesses

³ Tenho observado que essas representações são situacionalmente acionadas e se movimentam de modo pendular entre dois extremos: a ênfase à *semelhança* ou indiferenciação e o destaque à especificidade e à *diferença* entre brasileiros e portugueses. Em outro artigo, a ser publicado em antologia organizada por Bela Feldman-Bianco (2001), analiso de que formas, entre as lideranças associativas de São Paulo, essas diferentes representações sobre “ser português” coexistem virtualmente, manifestando-se contextualmente de maneira alternativa, complementar ou contraditória.

político-econômicos mútuos entre Brasil e Portugal. Nesse contexto, a busca por criar e fortalecer uma proximidade entre os dois países e, ao mesmo tempo, postula-la como um caminho natural para nações que, afinal, “compartilham 500 anos de história”, ajuda a entender, tanto a importância adquirida pelo discurso da irmandade, quanto seus limites. Eneida Leal Cunha apontou para os desequilíbrios e as dificuldades em se definir as programações comemorativas conjuntas ao “descobrimento”, comparando os discursos e as políticas oficiais portuguesas e brasileiras (isoladamente e em conjunto) para marcar a data. Observou que se diferenciavam: “*as comemorações em pauta pela dimensão contrastante, ou mesmo pela desproporção existente, entre a programática, os investimentos, os ritmos e os impasses comemorativos brasileiros e portugueses*”. Em comum, dizia ela: “*têm esses eventos o fato de se constituírem primordialmente como iniciativas de Estados Nacionais – ou, se quisermos, como políticas culturais de Estado, na peculiaridades das circunstâncias atuais.*” (Cunha, 1998).

Sua análise indica a relativa adequação das comemorações para o Estado português que, há tempos, tem voltado seus esforços para a transformação de seu antigo espaço colonial em um novo espaço de intercâmbio econômico e cultural, no qual reserva-se o papel de fundador e mediador. Atenta também para os obstáculos que despontaram diante do fato de as celebrações ocorrerem conjuntamente com o Brasil, o que gerou a necessidade freqüente de apelar ao *mea culpa*, quando as memórias de violência e exploração do colonialismo emergiam. Em contrapartida à conformidade das celebrações aos interesses portugueses, Cunha expôs o visível desconforto do Estado brasileiro ao enfrentar a complexa tarefa de comemorar “o encontro” em conjunto com Portugal e, ao mesmo tempo, fugir ao elogio do julgo colonial que sofrera.

Se do lado português, proliferaram as previsíveis referências ao heroísmo e pioneirismo dos descobridores, do lado brasileiro, concentraram-se os esforços na tentativa de revigorar a gasta, mas ao que pareceu ainda fértil, fórmula da apologia do encontro de raças.⁴ Evocou-se mais uma vez

⁴ Dentre vários episódios nesse sentido, um dos mais interessantes foi a desastrada tentativa de popularizar as comemorações, feita pelo então Ministro de Esporte e Turismo, Rafael Greca, que

um suposto caráter nacional, entre harmonizador e antropofágico, de nação tropical, uma das linhas mestras da ideologia nacionalista brasileira. Diante da necessidade de se combinar esses discursos, o caminho foi evitar questionamentos e o resultado foi uma espécie de comédia de erros, cujas principais cenas se desenrolaram entre os anos de 1999 e 2000. Nesse período, o confronto entre diferentes interpretações do passado foi inevitável e adquiriu proporções tão extensas quanto a avidez dos dois Estados e a reboque de suas elites político-econômicas por tirar proveito do momento.

Assistiu-se, em meio a missas, eventos publicitários, congressos acadêmicos e solenidades políticas comemorativas ao que os celebrantes chamavam de “descobrimento”, a insurgência de protestos de grupos variados contra o que os manifestantes chamavam de “invasão” e “genocídio”. Um marco importante para o crescimento do confronto ocorreu em abril de 1999, quando um grande protesto foi organizado em torno de uma missa comemorativa aos 499 anos da chegada dos missionários católicos ao Brasil. A missa, uma espécie de ensaio para os grandes eventos programados para 2000, foi celebrada por um frei português, apresentado como descendente direto de Cabral, em Coroa Vermelha, município de Santa Cruz de Cabralia, local considerado como o ponto de primeiro desembarque das naus portu-

apresentou uma composição dos cantores sertanejos Chitãozinho e Xororó, como “hino dos 500 anos”. A escolha, além não surtir o resultado de popularizar as festividades, pela arbitrariedade, criou polêmica entre intelectuais e artistas. Em resposta às inúmeras críticas que recebeu e considerou preconceituosas com os sertanejos, o ministro escreveu no jornal Folha de São Paulo de 21/07/99. O tom de seu artigo, que endossa a idéia de recriação do encontro de raças como suporte para se comemorar “o descobrimento” fica expresso num pequeno trecho que reproduzo, sobre a suposta riqueza musical brasileira: *“Contribuem para isso as tradições culturais de 206 povos indígenas ainda preservados no nosso território, as etnias africanas (transplantadas para cá no doloroso processo de escravidão, mas hoje perfeitamente integradas à nossa sociedade) e a variedade cultural das 174 imigrações europeias, asiáticas e americanas que sucederam aos portugueses. Índias Ocidentais’, sonbo dourado dos navegadores dos séculos 16 e 17, império colonial disputado pelas tropas de Portugal, Espanha, Holanda e França, eldorado gerador da arte barroca mais linda do mundo, o Brasil - sonbador, emboaba, quilombo, inconfidente, independente, Império, República - foi acumulando harmonias. Logo, contar a nossa história em música é ótima idéia”*. As idéias do Ministro não ficaram isoladas. Em diferentes cenários (de propaganda oficial a publicidade de empresas nacionais e multinacionais), o motivo da comemoração se associou ao elogio da “harmônica diversidade brasileira”.

guesas e contou com a presença de destacadas figuras políticas brasileiras e portuguesas. A cerimônia foi tomada por índios pataxós que tinham o objetivo de denunciar, nas palavras de um de seus líderes, o desrespeito pelos direitos indígenas e exigir a demarcação de suas terras, primeiramente tomada pelos portugueses e, hoje, pelos comerciantes e fazendeiros locais e pelo próprio governo brasileiro que associado ao português decidiu transformar as terras pataxó em “Museu Aberto do Descobrimento”.

Ocorrências como essa se repetiram durante todo o período das celebrações e recrudesceram com o fato de aos pataxós, juntarem-se representantes de outros movimentos sociais de contestação, destacadamente o MST (Movimento dos Sem-Terra) que encabeçou junto a outros segmentos da sociedade brasileira, dentre eles, índios, negros, estudantes, sindicalistas, partidos políticos de oposição, punks, anarquistas e agentes da pastoral negra da Igreja Católica, o movimento “Brasil, outros 500”, cujo mote aglutinador foi a questão “500 anos, o que comemorar?”. Os protestos, então, concentraram-se nos rituais de depredação dos “relógios dos 500 anos” que, sob o patrocínio da Rede Globo de Televisão, haviam sido instalados nas principais cidades do país para fazer a contagem regressiva para a data da chegada dos portugueses ao Brasil.

Nem a visita do presidente Fernando Henrique Cardoso a Portugal passou incólume. Em Santarém, terra de nascimento de Pedro Álvares Cabral, o presidente brasileiro acompanhado do presidente Jorge Sampaio foi recebido por estudantes portugueses que estendiam faixas em solidariedade aos Sem-Terra, além disso, foi abordado por migrantes brasileiros que reclamavam a reciprocidade portuguesa aos direitos que migrantes portugueses tem em solo brasileiro (FSP, 10/03/2000). A expectativa criada pelo clima de animosidade instaurado levou alguns representantes do governo brasileiro à tentativa de contemporizar a situação, arriscando-se a declarar que as comemorações em andamento referiam-se a formação da nação brasileira e não ao descobrimento por Portugal, criando óbvio constrangimento aos outros organizadores das festividades.

Esforço desajeitado e inútil. O dia 22 de abril de 2000, planejado como o ápice das celebrações, acabou se registrando de forma absolutamente negativa, marcada pela atitude autoritária e violenta do governo brasileiro com o objetivo de reprimir os protestos que se multiplicaram em todo o país. Na Bahia, onde discursariam os presidentes português e brasileiro, a Polícia Militar foi instruída a impedir completamente o acesso de manifestantes à cerimônia, o que foi seguido à risca de forma truculenta, deixando diversos manifestantes feridos e proporcionando cenas de violência que correram o mundo. Se essas ações tiveram um mérito, foi o de escancarar a ironia que as celebrações, vis-à-vis à desigualdade social do Brasil, tentaram de forma fracassada encobrir através do protocolo pomposo, dos espetáculos ensaiados e dos discursos apologéticos à harmonia brasileira.

A sucinta narrativa desses acontecimentos intenta, tão somente, sugerir o nítido favorecimento que as comemorações dos “500 anos” proporcionaram às associações feitas pelos diferentes grupos de protesto, em diferentes graus, de Portugal como representante da invasão européia e da espoliação colonialista, as quais, na visão de muitos dos que protestavam, hoje, renovam-se maquiadas na linguagem da globalização. Tal visão fundamentou-se não só nas atitudes repressoras do governo brasileiro (também visto pelo viés da continuidade das elites que reprimiram e exploraram índios e negros), mas também nos incontáveis atos falhos cometidos por figuras públicas portuguesas, de intelectuais a artistas, de políticos a empresários, que volta e meia, lamentaram a perda da ex-colônia, ou ainda na intenção de elogio à nação que o Brasil veio a se tornar, desvelaram os indícios de permanência da mentalidade colonialista, ao defini-lo por “jóia da Coroa”, em alusão a sua grandeza ou às boas oportunidades de investimentos geradas recentemente.

Esses episódios demonstram que, na tentativa de celebração conjunta, ficaram expostas as profundas e em muitos pontos insuperáveis diferenças de significados que o período colonial representa para o Estados português e para o brasileiro, para as elites político-econômicas e para as parcelas exploradas da sociedade. Para além disso, apontam a distância dos posicio-

namentos atuais dos dois países, supostamente irmãos, no cenário mundial, no qual, se compartilham uma condição semi-periférica⁵, o fazem cada vez mais, a partir do desejo de fazer parte de uma Europa que se fecha e a partir da inextrincável e indesejada pertença a uma América Latina que sucumbe, o quê, indubitavelmente, faz toda a diferença para as duas, se pudermos chamar assim, semi-periferias.

Nesse sentido, vale notar ainda que as celebrações não foram fatos isolados nas abordagens históricas recheadas de ambigüidades em que vêm se envolvendo crescentemente os dois países ao refletir sobre suas relações. Durante a década de 90, a definição das políticas econômicas de Brasil e Portugal inclui desde a firmação de acordos comerciais e tentativas de exercer papéis estratégicos na aproximação entre os blocos econômicos a que pertencem, Mercosul e União Européia, até a participação expressiva de Portugal na onda de privatizações promovida pelo atual governo brasileiro, chegando, com isso, a atingir o posto de terceiro maior investidor estrangeiro no Brasil. A geração de oportunidades de investimentos cruzados e as expectativas de possíveis vantagens recíprocas na área político-econômica colocaram na ordem do dia, projetos de intercâmbio econômico e cultural. Nesse cenário, também se multiplicaram os pretextos visando reafirmar e reinventar laços preferencialmente fraternos entre ex-Colônia e ex-Metrópole. Laços que tomam por fundamento a suposta riqueza de uma “história compartilhada de 500 anos” que seria responsável pelas afetividades e afinidades profundas existentes entre os dois países. Todavia, esses laços, afetividades e afinidades raramente são descritos ou qualificados, para além da idéia da língua e história comuns.

⁵ O paradoxal é que ao mesmo tempo em que Portugal tem se voltado para o mundo que chama de lusófono, evocando seu passado imperial e suas prerrogativas de colonizador, também curva-se diante das exigências da União Européia, reconhecendo, ainda que veladamente, sua incapacidade de se “levantar sozinho”, aceitando o julgo de “primo pobre” da Europa. São nessas circunstâncias, dentre outras, que Boaventura de Souza Santos encontra argumentos para considerar Portugal um país semi-periférico. (Santos, 1995)

Algumas vezes, aventam-se como testemunhos dessas afinidades e como peças fundamentais para o sucesso de compromissos futuros, as presenças de migrantes brasileiros em Portugal e de migrantes portugueses no Brasil. Nesse sentido, a política do governo português do PS (Partido Socialista) foi mais explícita, procurando sempre destacar a atuação esperada de seus emigrantes no Brasil e dos imigrantes brasileiros em Portugal, a qual poderia ser sintetizada numa espécie de compromisso em trabalhar por uma aproximação efetiva. No entanto, a questão de como essa aproximação tão alardeada deve ser feita é ainda aberta. Talvez, mais aberta ainda para os migrantes brasileiros em Portugal, que enfrentam grandes dificuldades para se inserir no mercado de trabalho de forma legal, no que devem se questionar sobre qual tipo de aproximação pode se estabelecer, com um país que hesita em aprovar uma lei de reciprocidade de direitos⁶, justificada no temor de uma migração brasileira em massa.

Já para os portugueses e luso-descendentes no Brasil, pelo menos para aqueles considerados líderes, em sua maioria empresários e profissionais liberais bem estabelecidos, exemplos mais palpáveis dessa aproximação não faltam nos discursos da oficialidade ou de empresários interessados em investimentos luso-brasileiros. Ainda que caracterizados pelo tom sentimental, esses discursos são claros ao definir expectativas de que essas lideranças tenham suficiente envolvimento político e inserção econômica para garantir a geração e ampliação de oportunidades de lucros no Brasil. Contudo, a posição em que essas lideranças se encontram, por um lado, politicamente convocadas a se manifestar sobre tudo o que se refere às relações luso-brasileiras, o que implica no apoio aos eventos organizados por associações de imigrantes e por órgãos oficiais portugueses também na participação em atividades políticas,

⁶ Em artigo intitulado *Reciprocidade: o que queremos*, publicado em 14/09/97, no jornal O Público, Carlos Viana, na época, presidente da Casa do Brasil de Lisboa, diante da rejeição em se incluir na Constituição portuguesa, direitos especiais aos cidadãos lusófonos, apontou, em tom de cobrança, o fato da Constituição brasileira garantir muito mais direitos aos cidadãos portugueses do que a constituição portuguesa garante aos brasileiros. No palco das comemorações centenárias ao descobrimento.

econômicas e culturais da sociedade brasileira e, por outro, num nível mais subjetivo, inclinadas a conciliar os diferentes enraizamentos resultantes do viver entre Brasil e Portugal é, por si só, geradora de contradições.

Assim, percebe-se que as mobilizações étnicas e as manipulações de identidade de portugueses e luso-descendentes de São Paulo respondem reflexivamente a demandas em via dupla (Brasil e Portugal), trazendo à tona as implicações da experiência transnacional dos seus sujeitos que transitam, comunicam-se e, afinal, vivem entre redes de relacionamentos que atravessam campos sociais de culturas e políticas⁷ de sociedades nacionais distintas. Esses migrantes desenvolvem, na prática, novas esferas de sociabilidade (Glick-Shiller et al., 1997), as quais tendem a reforçar ou a confrontar representações hegemônicas de nacionalidade e, cada vez mais conscientes das ambivalências de suas condições, passam a utilizá-las como margem de manobra em suas negociações identitárias. Por isso, os discursos identitários observados entre algumas parcelas de migrantes portugueses radicados no Brasil são mais reveladores das tensões em que se forjam os discursos nacionalistas português e brasileiro e é nesse sentido que o discurso da irmandade merece especial atenção.

BRASIL-PORTUGAL: MAIS QUE PARCEIROS, IRMÃOS.
(slogan do estande português na Bienal do Livro - São Paulo - 2000)

A fórmula acima é emblemática quando se trata de investimentos cruzados e celebrações em comum. Nesses casos, a irmandade torna-se a moeda corrente para falar das relações entre Brasil e Portugal. Em São Paulo, em meio da chamada comunidade portuguesa⁸, *locus* de minha pesquisa, esse pre-

⁷ Tomo aqui de empréstimo as definições de Clifford Geertz para articular política e cultura em sua discussão sobre o que chama de política do significado (1989: 207): “A cultura, aqui não são cultos e costumes, mas as estruturas de significado através dos quais os homens dão forma a sua experiência, e a política não são golpes e constituições, mas uma das principais arenas na qual tais estruturas se desenrolam publicamente”.

⁸ Durante o período salazarista o contingente de migrantes portugueses no Brasil foi acomodado sob a denominação de “colônia portuguesa”, atualmente há um questionamento entre associa-

tenso laço a unir duas nações aparece principalmente no repertório de discursos dos representantes oficiais do Estado português e é apropriado pelas lideranças associativas na mesma medida em que se alinham ou não a essa oficialidade.

A relevância da retórica da irmandade para explicar as relações Brasil-Portugal tem sido enfatizada por muitos autores. Ribeiro (2001) cita o uso da idéia fraterna em vários momentos de conflito entre Portugal e Brasil no período entre a proclamação da Independência e a da República. Feldman-Bianco (1999, 2001) mostra a centralidade do recurso ao discurso da irmandade no abrandamento e resolução dos conflitos diplomáticos entre os dois países, advindos da retenção e deportação de brasileiros nos aeroportos portugueses no início da década de 90, e de que forma é basal em projetos como o de criação da CPLP (Comunidades de Países de Língua Portuguesa). Santos (1998) ressalta a recorrência do recurso à irmandade na cobrança de direitos em que se empenha uma associação de imigrantes brasileiros em Lisboa. Capinha (1997), em sua análise da poesia de imigrantes portugueses no Brasil, afirma ser a “velha irmandade” uma metáfora que, com força centrípeta mantém, cria e estreita vínculos imaginados como luso-brasileiros.

O sentido dado à irmandade, de forma geral, é o de uma evocação de proximidade seja para minimizar conflitos, cobrar privilégios recíprocos ou evocar continuidade histórica. Mas há de se indagar por que a figura da irmandade, se tantas outras são possíveis para representar proximidade? Por que não amizade, por exemplo, o termo que celebra a relação entre Brasil e Japão? Ou então, por que não algo como “de pai para filho”, já que o papel de Portugal historicamente se forjou na figura do descobridor, tutor e colonizador e tanto se falou sobre o Brasil como futuro de Portugal? O prosaísmo dessas questões é apenas aparente, pois, na tentativa de respondê-las, pode se perceber a que tipo de hierarquia a figura fraterna alude e por quais razões.

ções acerca desse termo e de outros colocados entre as opções de denominação, tais como: comunidade e diáspora. De fato, os termos foram politizados e seu uso é indício de posicionamento político.

Se não se trata de qualquer proximidade a concebida entre Brasil e Portugal, mas da mesma espécie de proximidade que liga irmãos é necessário se compreender tanto as intenções explícitas, quanto os motivos mais ocultos ou inconscientes em que se baseia a analogia; qual a singularidade que a marca e a faz preferida como forma de representação. Como sugeriu Cunha (1985, p. 208) pensando na apropriação de símbolos em sociedades multi-étnicas, tal exercício pode tomar caminho análogo ao de Lévi-Strauss para entender o totemismo, a diferença é que no lugar das espécies naturais, lida-se com espécies da cultura para pensar os grupos sociais.

Assim, a partir do modelo de parentesco partilhado por portugueses e brasileiros, pode-se inferir o caráter específico da irmandade como uma relação entre irmãos. Indivíduos são definidos como irmãos pela consangüinidade partilhada através da transmissão da substância por mesmo pai, mesma mãe ou ambos em comum. Sua qualidade como relação entre parentes é de *horizontalidade*, ou seja, irmãos por definição partilham o mesmo *status* como membros de uma mesma família.

Pode-se ainda acrescentar que a irmandade refere-se, no mais das vezes, ao âmbito das relações privadas e domésticas não constituindo uma relação jurídica que estabeleça direitos ou deveres especiais, salvo em casos de partilha de herança ou ausência de parente mais próximo (pai, mãe, filhos ou cônjuge) e que é comum chamar de “meu irmão” alguém próximo ou com que se tenha ou pretenda ter uma relação de camaradagem, ou se dizer de um amigo muito íntimo: “é como um irmão para mim”. Ainda que sejam comuns relacionamentos conflituosos entre irmãos, o que se espera na irmandade é solidariedade. Tanto é assim, que histórias de rivalidade entre irmãos são casos suficientemente interessantes para se tornarem argumentos recorrentes de folhetins, novelas, etc.

Pautando-se nesses pressupostos corriqueiros da irmandade, talvez se possa compreender melhor sua adequação para representar a ligação Brasil-Portugal. Primeiramente, se a imaginação da irmandade luso-brasileira for interpretada através da consangüinidade, infere-se que a substância comum

a brasileiros e portugueses é concebida como o sangue português, tanto metaforicamente, encarnado na língua (Santos, 1998 e Feldman-Bianco, 2000 e 2001), quanto concretamente, a correr nas veias dos brasileiros. No primeiro sentido, encaixa-se boa parte dos discursos oficiais do Estados português e brasileiro, forjados na corruptela da sentença de Fernando Pessoa – “minha Pátria é a língua portuguesa”. Ao segundo sentido, juntam-se os discursos de cunho mais racista, ainda freqüentes, entre parcelas das lideranças migrantes portuguesas de São Paulo. Esse tipo de visão mais concreta foi defendido, por exemplo, por um dos oradores de cerimônia inauguração da sede brasileira do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP), considerado um dos intelectuais do meio associativo de São Paulo. Posicionando-se sobre a necessidade de se escrever a história da migração portuguesa para o Brasil, primeiramente, elegeu como marco inicial dessa história, a Independência brasileira, afirmando que ela transformara o colonizador em imigrante, e, em seguida, escolheu por seu enredo, a miscigenação, que colocara nas veias do povo brasileiro⁹, o sangue português, habilitando, portanto, portugueses e brasileiros a se chamarem de irmãos.

Já se se salientar como o ponto de analogia para a imaginação dos laços fraternos, a ancestralidade em comum, fica patente que através da irmandade aciona-se uma perspectiva da história compartilhada, na qual uma *ruptura* tem que se impor entre o passado e o presente, entre Portugal Metrôpole e o Portugal contemporâneo (o mesmo valendo para Brasil Colônia e Brasil contemporâneo). É dessa forma que os dois países podem ser pensados hoje como irmãos, ou seja, ambos como os produtos; os filhos de um relacionamento passado, e não como os sujeitos desse passado. Assim, anula-se ou ameniza-se a preeminência histórica de uma nação sobre a outra.

A propósito dessa ruptura, também é possível observar como pela “desidentificação” do passado com o presente. Metrôpole e Colônia passam

⁹ Num peculiar exercício de estatística-histórico-genética, chegou ao resultado de que, pelo menos, 2/3 da população brasileira teria sangue português.

a pertencer a um tempo mais mítico que histórico, mais alegórico que concreto. Por essa espécie de virtualização do pretérito, quaisquer pecados podem ser sublimados e o curso dos fatos históricos passa a ser entendido sob o signo do inexorável. A irmandade, nesses moldes, além de acrescentar-se ao quadro de um mito de origem, torna-se uma explicação para o *status* que as relações entre Brasil e Portugal têm no presente e subsidia a defesa da construção de um futuro de relações cada vez mais estreitadas.

Todavia, essa visão descontínua dos sujeitos do passado e do presente não exclui ou repudia completamente outras construções da história marcadas pela *continuidade*, com as quais, inclusive, conjuga-se, ainda que, pela lógica, resulte em um contra-senso. A visão contínua fica explicitada principalmente no conjunto de retóricas que retomam uma suposta vocação imperial portuguesa. A inteligibilidade desse conjunto se dá, por sua vez, na percepção de uma “super-identificação” entre passado e presente, que faz da nação portuguesa um sujeito se movendo pela história em busca de realizar seu “destino”. Surpreendente é que tanto ruptura quanto continuidade possam coexistir nas vozes dos mesmos sujeitos, pois é na conjugação dessas concepções contraditórias que se constroem os discursos do Estado luso para falar das relações com sua ex-colônia, os quais, usualmente, são apropriados por lideranças portuguesas do Brasil.

Desdobrando a argumentação pode concluir-se que, se, de um lado, a imaginação de um “destino grande”, espelhado nas míticas epopéias do passado, alimenta e renova as ambições portuguesas sobre seu antigo espaço colonial, transmutado em mundo lusófono ou, em outro registro, numa nação desterritorializada¹⁰; de outro, a irmandade surge como o abrandamento ne-

¹⁰ Argumento em minha dissertação de Mestrado que a centralidade do sistema colonial na África para a afirmação do nacionalismo português durante o regime salazarista transformou-se num grande vácuo no pós 74. Vácuo que nem mesmo a entrada de Portugal na União Européia foi capaz de preencher. Ao meu ver, tanto a inclusão de emigrantes num projeto de nação, que passa a se definir como desterritorializada, quanto às tentativas de se criar uma comunidade lusófona ainda mais abrangente, na qual a operação metafórica do sangue pela língua é usada como justificativa para se postular a existência de uma comunidade de sentimentos de falantes de português,

cessário, tentando diluir as memórias da dominação e fomentar um novo estatuto para o relacionamento entre Brasil e Portugal. Assim, é na impossibilidade da livre expressão das memórias do colonialismo que a irmandade surge, de certo modo, como uma fórmula adequada às duas nações, a um só tempo fechando as feridas e não deixando que as cicatrizes se apaguem.

Apresento a seguir uma série de trechos de anúncios publicados na Edição comemorativa ao 10 de Junho (Dia de Portugal e Dia de Camões) da Revista Portugal em Foco - Ano IX - no. 20 - Junho / 2000¹¹ que insinuam as ambivalências criadas pela (re)construção do discurso da irmandade (ruptura) *pari passu* à (re)construção dos discursos de exaltação às ambições imperial-colonialistas portuguesas:

“10 de Junho, Dia da nacionalidade de Portugal, é uma data também muito oportuna para se comemorar com o Brasil esses cinco séculos de História. Da epopéia de Cabral atravessamos cinco centúrias de História; da saga dos colonizadores aos governadores-gerais, dos reis e imperadores, Portugal forjou e lapidou esta terra. E Portugal continua a ser uma presença constante nos dias de hoje, onde investidores depositam confiança no futuro, na grandeza deste Brasil”.

(anúncio de agência de Turismo)

“O Portugal dos nossos dias que se agiganta entre os grandes da Europa, está comemorando o seu grande dia, neste mês de Junho, mês também das comunidades”.

(anúncio de Loja de Acessórios Automotivos)

estão, ambas, enraizadas à necessidade de se criar uma nova base simbólica do nacionalismo português que, contudo, acaba por repetir, de forma viciosa, o discurso de grandeza imperialista apregoadado durante o período ditatorial.

¹¹ A Revista circula normalmente no Rio de Janeiro, mas por ser uma edição especial, também foi distribuída (ainda que informalmente) em São Paulo. Alguns anunciantes eram grandes empresas que não sendo de imigrantes portugueses, possuem algum vínculo com Portugal ou seus imigrantes no Brasil. Em sua grande maioria eram empresas do Rio de Janeiro. Os trechos em negrito nas citações são de minha responsabilidade.

“A eternidade do destino lusíada é a cada ano festejada pela comunidade e a essa comemoração nos associamos”.

(anúncio de Indústria de Alimentos)

“O velho e o novo Portugal estão comemorando, de mãos dadas, no mês de Junho, o seu dia. Às muitas comemorações nos associamos com votos de paz duradoura”.

(anúncio de Empreiteira)

“Nossa saudação vai para Portugal que neste mês de Junho comemora seu dia, também para o **Brasil, país irmão, que sempre se juntou a gente lusíada, com carinho e amor.** Aqui fica a nossa mensagem de fé e esperança para esse **Portugal novo que agora ressurgue.**”

(anúncio de Tinturaria)

As passagens que marquei em negrito mostram claramente a conjugação das duas visões da história, descontínua e contínua, que são os pressupostos, respectivamente, dos discursos fraternos e imperialistas. Indicam também as oscilações entre: a *ruptura* na alusão ao “velho e ao novo Portugal”, a *continuidade* no “atrevessamos cinco centúrias de história” e a *ambivalência* do “Portugal novo que ressurgue”. Desnecessário explicitar a dificuldade em se entender os significados de um *novo* que *ressurgue*.

Nos últimos anos, datas comemorativas, sejam as comemorações dos “500 anos de descobrimento do Brasil” ou do “Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas” têm servido de pretexto à veiculação, na mídia dos dois países, de alusões históricas às relações luso-brasileiras, expondo, quase sempre a permanência tanto dos imaginários da grandeza colonial portuguesa, pelos quais, mais uma vez, Portugal pode se enxergar no espectro do Império por se realizar, quanto as (re)significações do Brasil como terra exótica, paraíso das raças e das riquezas naturais. A permanência, em linhas gerais, da mesma divisão de papéis que narrava a relação entre Colônia e Império com função estruturante nas novas narrativas sobre as atuais relações luso-brasileiras que se delineiam não são, portanto, como quiseram os mais críticos aos protestos contra as comemorações dos “500 anos”, um mero equívoco presente na concepção histórica dos manifestantes.

Ao mesmo tempo, em que essas críticas visavam desqualificar a atitude de enfrentamento dos grupos de protesto, classificando-a como anacrônica, eram lenientes ao uso feito à exaustão das fórmulas alusivas à idéia de continuidade e/ou repetição da história pelos grupos que comemoravam. Assistiu calada, de um lado, a calorosa oratória diplomática de ambos países a exaltar a irmandade entre seus povos e, de outro, a crescente obsessão pela idéia de *redescobrir* que pontilhou a maioria das manifestações comemorativas da imprensa à publicidade. São exemplares desse comportamento esquizofrênico, os textos de Franco Iacomini (Revista Veja, 31-03-1999, *Meu rico português*) e de Cynara Menezes (Folha de São Paulo, 27-04-2000, *Amor e ódio d'além mar: Portugal traz esquadra de 16 escritores para rever relação com Brasil*):

“A pouco mais de um ano das comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, os portugueses estão repetindo o feito histórico. Desta vez, em vez das caravelas, o que está atravessando o Atlântico são dólares. Os grandes grupos empresariais portugueses estão redescobrimdo o Brasil.”

“Não são tantos como os que vieram com Cabral, mas uma nova invasão de portugueses acontece agora, 500 anos depois do Descobrimento. Uma comitiva de 16 autores vem de Portugal para participar da Bienal de São Paulo.”

Há, sem dúvida, nesse insistente redescobrir, mais que a inocente falta de criatividade da imprensa e mais que o despreocupado jargão jornalístico, uma profunda ligação com o sentimento de continuidade histórica em que Portugal investe de maneira inconsciente ou deliberada e que, portanto, foi antes percebido, do que propriamente criado pelo “Movimento Brasil Outros 500”. Vale notar, que entre o contingente de migrantes portugueses, o quadro em que se colocam esses enunciados é mais confuso e desvela por moldura a tensão entre uma permanência do passado que une (a história, sangue, língua e cultura compartilhada) e uma ruptura com esse mesmo passado que permite a união de uma maneira específica (como irmãos). Essa tensão entre as duas visões (de continuidade e ruptura), parece-

me exposta de forma definitiva no texto *Um lugar ao sol* de Margarida França Santos Pinto publicado na Revista Portugal-Brasil: investimentos & negócios (no. 2, janeiro/fevereiro de 2000 – p.15):

“o brasileiro, acolhedor e afectivo por excelência virou-se com certa curiosidade para o seu velho colonizador, não o vendo mais como o padeiro que chegou no virar do século, mas antes como o empresário digno de nota. Neste âmbito, a história volta a assumir maior importância na vida de todos nós, uma vez que os portugueses não são, no Brasil, um investidor qualquer, mas antes os filhos dos pais deles, e por isso mesmo, seus irmãos”.

É só pensando nas tensões dispostas sob o eixo da *continuidade/descontinuidade* das visões da história envolvidas que se chega a compreender a lógica capaz de operar a transformação do velho colonizador em imigrante padeiro, do imigrante padeiro em empresário digno de nota e, enfim, desse empresário no irmão, que por isso mesmo, deveria ter seus privilégios reconhecidos e assegurados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, parece-me importante relevar que se a metáfora da irmandade se refere a uma horizontalidade de relacionamento, seria importante retomar sua própria trajetória como discurso para entender não só as equalizações hierárquicas, que intenta operar, mas as próprias transformações que sofreu, atravessando diferentes momentos históricos. Também seria de interesse para uma investigação desse tipo, pensá-la em contato com as figuras que são utilizadas para representar as relações de Portugal com suas outras ex-colônias, que se intensificam à sombra dos investimentos feitos no projeto da lusofonia. Não me arrisco a essa tarefa aqui, mas apenas a título de apontamento, registro o indício de que nesses casos, a formulação da ir-

mandade tanto pode se prestar a um *gradiente* em sua *horizontalidade*, quanto pode ser substituída por outra ordem de metáfora.

No primeiro sentido, pude observar gradações sendo introduzidas na fórmula da irmandade através do mesmo modelo fornecido pelo parentesco. O caso que pude melhor acompanhar foi o de Timor Leste, cuja recente situação de guerrilha serviu de pretexto para se cobrar via Portugal, interna e externamente, a ajuda decidida e imediata dos países considerados lusófonos na resolução do conflito. Nesse contexto, o apelo das autoridades portuguesas e timorenses, bem como, das lideranças associativas de São Paulo, inflectiu-se para uma obrigação familiar de tutela. Nesse caso, Brasil e Portugal não eram quaisquer irmãos, mas os irmãos maiores, os irmãos mais velhos e, portanto, de certo modo, responsáveis pelo bem-estar dos mais novos.

No segundo sentido, quando outra ordem de metáfora é utilizada para falar do relacionamento de Portugal com suas ex-colônias, afigura-se paradigmático para mim, o caso de Angola. Diante das recentes dificuldades enfrentadas por empresários portugueses para entrar em Angola, em nenhum momento a referência a uma irmandade foi aventada. Posfaciando uma série de ameaças de represálias aos migrantes angolanos em Portugal, o então ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama, contentou-se em classificar a situação como “insólita e inaceitável” entre *países amigos*. (Portugal em Foco: um jornal luso-brasileiro, RJ, 20 a 26 de abril de 2000, *Portugueses exigem bom tratamento dos angolanos*).

As possibilidades que a comparação dessas situações encerram, parecem-me das mais promissoras, no sentido de compreender o sistema hierárquico em que os nexos políticos e históricos entre Portugal e suas ex-colônias passam a ser significados num contexto de busca de conciliação por parte do governo português entre os projetos de inserção na Europa e o desejo por capitanear um espaço de intercâmbio lusófono.

Creio, ainda, ser ponderado esclarecer que não pretendi aqui condenar, *per se*, políticas de aproximação entre Brasil e Portugal, mas sim desvelar algumas das bases em que essas políticas se desenvolvem e que, no caso das

representações e práticas do Estado português, mostram-se marcadas pelo investimento e perpetuação de um projeto imperialista (Feldman-Bianco, 2001), cuja estreiteza, muitas vezes, afigura-se impeditiva para uma aproximação producente, a qual possibilite a superação de antagonismos passados e o compartilhamento de projetos comuns para o futuro. E fique claro, não será o discurso da irmandade impregnado de ambivalências e isolado de um sentido prático e construtivo capaz de promover essas mudanças no relacionamento luso-brasileiro.

Eduardo Lourenço (1999) ajuíza, em sua auto-denominada psicanálise mítica de Portugal, que a nação padece de um excesso de história, o que explicaria, de seu ponto de vista, a insistente inflexão para o passado e a força aglutinadora da saudade como sentimento nacional. Em registro mais crítico, Boaventura de Sousa Santos, argumenta que *“o excesso mítico de interpretação é o mecanismo de compensação do déficit de realidade, típico das elites culturais restritas, fechadas (e marginalizadas) no brilho de suas idéias”* (1995, p.54). Penso que os apontamentos feitos no decorrer desse artigo sobre as visões históricas de parcelas significativas da sociedade portuguesa que se caracterizam pela produção cultural da continuidade e a “super-identificação” com o passado mítico que resvala, sob a forma de ambivalências, até mesmo no âmbito do discurso fraterno, guarda íntimas relações com as afirmações dos dois autores. Com Lourenço, na mesma medida, em que o “excesso histórico” revela-se pesado lastro, o qual contamina todos os discursos e orienta todas as práticas políticas portuguesas, que só conseguem se conceber, em última instância, como projeção utópica da suposta grandeza de outrora. Com Santos, quando se leva em conta o caráter alienador e hipostático dessas narrativas históricas.

O artista e intelectual Fernando Lemos, em uma de suas cartas a Jorge de Sena e ainda no calor da Revolução dos Cravos, indagava-se partir do exílio no Brasil, *“E agora, será que a revolução fará daquilo um novo país em vez de um novo Portugal? Seria melhor porque a idéia de Portugal atrapalha”*.¹² Passadas quase três

¹² Trecho extraído de carta de Fernando Lemos para Jorge de Sena. São Paulo, 26-07-1975 exposta em artigo de Cláudia Atanazio Valentim (O mundo visto do exílio: uma leitura da corres-

décadas, percebe-se que não seria fácil, diante das atuais políticas do Estado português, responder positivamente a sua pergunta.

ABSTRACT: The purpose of this article is to analyze the Luso-Brazilian fraternity discourse, as from the current formulations amongst the Portuguese associative leaderships in Brazil. First, I intend to show how the fraternity metaphor has meanings that overflow the simple enunciation of the fraternity feeling and corresponds to hierarchical logic and historical visions about the Brazil-Portugal relationship. Furthermore, I attempt to expose how its eminently ideological character hides itself in the aspiration of preventing conflictive situations in the public sphere, through representation of such conflicts by categories in connection with family order and therefore concerning the private sphere.

KEYWORDS: Luso-Brazilian relationship, historicity, identities.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, B. *Nação e Consciência Nacional*, Ática, 1989.

CAETANO DA SILVA, E. *Disputas políticas e (re)construções identitárias dos portugueses de São Paulo no contexto dos "500 anos de descobrimento do Brasil"*. Projeto para Seleção de Mestrado Fapesp. Campinas: Unicamp, 2000.

Presenças portuguesas em São Paulo: disputas políticas e reconfigurações identitárias. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.) *Nação e Diáspora: encenações de identidade e poder entre Brasil e Portugal*, Campinas: Editora da UNICAMP, 2002 (prelo).

Dialéticas da inclusão e da exclusão: lideranças portuguesas de São Paulo e a questão da invisibilidade. *Revista Convergência Lusíada – Número Especial Relações Luso-brasileiras*, no. 19, Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2002.

CAPINHA, GRAÇA Ficções credíveis no campo da(s) identidade(s): a poesia dos emigrantes portugueses no Brasil. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, no.48, Coimbra, Portugal, 1997

pondência de Fernando Lemos e Jorge de Sena – *Revista Convergência Lusíada*, no. 19, 2002, p.106).

Temáticas, Campinas, 10(19/20):35-59, jan./dez. 2002

- CUNHA, ENEIDA L. As comemorações dos descobrimentos: figurações e reconfigurações de Estados Nacionais. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Lisboa, no. 19 (set./out.), 1998.
- CUNHA, M. C. *Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*, São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. Antropologia no Brasil: mito, história e etnicidade. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- FELDMAN-BIANCO, BELA. Múltiplas camadas de tempo e espaço. (Re)construções da classe, da etnicidade e do nacionalismo entre imigrantes portugueses, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 38, Dez/1993 (193-223).
- _____. The State, saudade and the dialectics of deterritorialization and reterritorialization, *Oficina do CES*, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 1995.
- _____. *Portugueses no Brasil, brasileiros em Portugal: antigas ambivalências ou reconstruções de identidade*. Relatório de Pesquisa, CES/IICT – Portugal, julho, 1999.
- _____. *Entre a fortaleza da Europa e os “laços de afetividade” da “irmandade luso-brasileira”*: um drama familiar em um só ato, 2000 (mimeo).
- _____. Brasileiros em Portugal, Portugueses no Brasil: construções culturais do “mesmo” e do “outro”. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.) *Nação e Diáspora: encenações de identidade e poder entre Brasil e Portugal*, Campinas: Editora da UNICAMP, 2002 (prelo).
- FOX, Richard G. Introduction. In: *Nationalist Ideologies and the Production of National Cultures*, American Ethnological Society Monograph Series, vol. 2, 1989.
- GEERTZ, CLIFFORD. A política do significado. In: *A Interpretação das Culturas*, Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GLICK SHILLER, N.; BASCH, L. & BLANC-SZANTON, C. Transnationalism: a new analytic framework for understanding migration. In: GLICK SHILLER, BASCH, L., BLANC-SZANTON (org.) *Towards a transnational perspective on migration: race, class, ethnicity, and nationalism reconsidered*. New York: Annals of the New York academy of Sciences, 645, 1992.

- GLICK-SCHILLER, N. e FOURON, G. Laços de sangue: os fundamentos raciais do Estado-nação transnacional, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, no. 48, Junho, 1997.
- HALL, STUART. A identidade cultural e diáspora, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, no. 24, 1996.
- HOBSBAWM, E. Introdução. In: *A Invenção das Tradições*, Paz e Terra, 1987
- _____. La política de la identidad y la izquierda. In: *Nexos*, no. 224, agosto, 1996.
- LEFORTE, CLAUDE. Sociedade sem história e historicidade. In: *As formas da História*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- LÉVI-STRAUSS, CLAUDE. A noção de estrutura em Etnologia. In: *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.
- _____. *O pensamento Selvagem*. Campinas: Papirus Editora, 1989.
- LOURENÇO, E. *Mitologia da Saudade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- MACHADO, IGOR J. R. *Estereótipos e representações cruzadas: brasileiros no Porto, Portugal*. Exame de Qualificação para Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2001.
- _____. “Já vi esse filme...”: estereótipos no cotidiano de imigrantes brasileiros no Porto. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.) *Nação e Diáspora: encenações de identidade e poder entre Brasil e Portugal*, Campinas: Editora da UNICAMP, 2002 (prelo).
- RIBEIRO, GLADYS S. Identidade Nacional e conflitos raciais: 1820-1834. In: *Projeto integrado: identidades: reconfigurações de cultura e política. Estudos de migrações transnacionais de população, signos e capitais*. Aprovado pelo PRONEX. Campinas: Unicamp. 1996.
- _____. Portugueses do Brasil e Portugueses no Brasil: “laços de irmandade” e conflitos identitários em dois atos (1822 e 1890). In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.) *Nação e Diáspora: encenações de identidade e poder entre Brasil e Portugal*, Campinas: Editora da UNICAMP, 2002 (prelo).

- SANTOS, BOAVENTURA DE SOUZA. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. In: *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, São Paulo: Cortez Editora, 1995.
- _____. Onze Teses por ocasião de mais uma descoberta de Portugal. In: *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, São Paulo: Cortez Editora, 1995.
- SANTOS, GUSTAVO P. D. *Relações Interétnicas em Lisboa: Emigrantes Brasileiros e Africanos no Contexto da Lusofonia*, 1998 (mimeo).
- SAHLINS, MARSHAL. *Ilhas de História*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990.
- _____. *Cultura e Razão Prática*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro; 1986.
- SARTRE, JEAN-PAUL. Questão de Método. In: *Os pensadores XLV*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- SEYFERTH, G. A Invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos, *Anuário Antropológico-93*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- _____. Etnicidade. In: *Dicionário de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1986.
- SILVA, D. M. *A ética da resistência: os exilados anti-salazaristas do "Portugal Democrático" (1956-1975)*, Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Unicamp, 2000.
- THOMPSON, E. P. Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial. In: *Revuelta y Consciencia de Clase: estudios sobre la crisis de la sociedad pre-industrial*. Barcelona: Critica, 1984.
- VALENTIM, CLÁUDIA A. O mundo visto do exílio: uma leitura da correspondência de Fernando Lemos e Jorge de Sena. In: *Revista Convergência Lusíada – Número Especial Relações Luso-brasileiras*, no. 19, Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2002.
- VERDASCA, JOSÉ *A Casa de Portugal e a Comunidade*, São Paulo, 1993.
- VIDAL, F. P. Biografia de uma instituição luso-brasileira. In: *80 anos Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo (1912-1922)*, São Paulo, 1992.

VIEIRA, N. *Brasil e Portugal: A Imagem Recíproca*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério de Educação, Lisboa, Portugal, 1991.

Jornais e Revistas

Jornal Folha de São Paulo de 21/07/1999, 10/03/2000, 27/04/2000.

Jornal O Público de 14/09/1997.

Jornal Portugal em Foco edição de 20 a 26 de abril de 2000.

Revista Portugal em Foco - Ano XI - no. 20 - 10 de junho de 1999.

Revista Veja 31/03/1999.

Revista Portugal-Brasil: investimentos e negócios no. 2 - 2000.

TENSÕES PÓS-COLONIAIS ENTRE IMIGRANTES PORTUGUESES EM SÃO PAULO

Douglas Mansur da Silva¹

RESUMO: O texto analisa tensões pós-coloniais entre portugueses em São Paulo a partir das disputas entre lideranças associativas que buscam legitimidade junto aos imigrantes e ao governo português, colocando-se, diferencialmente, como intermediários culturais na promoção da imagem e da presença portuguesa no Brasil. A despeito de o estado-nação português pós-colonial ter promovido políticas que visam estabelecer laços junto aos "portugueses espalhados pelo mundo" – políticas que se intensificaram no espaço Brasil-Portugal, em decorrência de investimentos financeiros – o governo do Partido Socialista de finais da década de 1990 vinha conclamando a "comunidade" portuguesa do Brasil, particularmente as lideranças associativas, a atuarem na promoção da imagem de um Portugal moderno e europeu, e no esforço de atraírem os imigrantes a estabelecerem vínculos com seu país de origem (ou de linhagem, para os luso-descendentes), tornando-os cidadãos e eventuais consumidores. Discute-se, portanto, se a temática da "invisibilidade", apontada por lideranças e governo como entrave para uma maior inserção de tais políticas na "comunidade" não seria também um dilema de legitimidade. O texto ainda aborda as diferentes iniciativas de tais lideranças imigrantes e do governo e como, significativamente, dizem respeito ao modo como pensam a presença portuguesa no Brasil: como aventura ou exploração; como tradição; como afirmação da diferença e das contingências enfrentadas no processo migratório e no cotidiano da sociedade brasileira. Tais iniciativas, que traduzem modos diferentes de imaginar a identidade nacional portuguesa, encontram sua manifestação numa arena política privilegiada: a produção de memórias.

UNITERMOS: migração, portugueses, pós-colonialismo, estado-nação, poder, memória

¹ Mestre em antropologia social pela Unicamp, Doutorando em Antropologia Social, PPGAS/MN/UFRJ, pesquisador do CEMI/UNICAMP. Professor da Fundação Oswaldo Aranha e substituto no Departamento de Antropologia Cultural do IFCS/UFRJ.

POLÍTICAS IMIGRATÓRIAS COMO OBJETO DE CRENÇA

O estado-nação português pós-colonial tem procurado, desde pelo menos a década de 1980 – e acentuadamente entre 1996 e 2001, durante o governo do Partido Socialista (PS) –, criar laços junto às populações emigradas, através de um conjunto de políticas e da criação de espaços para encaminhamento de demandas. Além do mais, tem concedido o direito à dupla cidadania aos luso-descendentes e vem atribuindo aos chamados “portugueses espalhados pelo mundo”² o papel de “intermediários culturais” na promoção da intensificação de trocas de capitais entre Brasil e Portugal, e no fomento de uma visibilidade pública de uma “nova imagem de Portugal” no Brasil, onde se representa um Portugal moderno e europeu (Feldman-Bianco, 2001).

Durante o processo de descolonização, decorrido após o fim da ditadura salazarista em 1974, os sucessivos governos procuraram rever a inserção de Portugal em novos espaços supranacionais, tendo-se optado pela entrada de Portugal na União Européia (U.E.), em 1986, e pela constituição, em 1996, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Nesses dois espaços, o estado-nação português tem procurado reelaborar o seu papel de intermediário entre a Europa e a África – e sua centralidade em relação ao novo espaço lusófono (Feldman-Bianco, 1992).

Por fim, o espaço das relações entre Brasil e Portugal tem se intensificado novamente, com a entrada de novos capitais e investimentos portugueses no Brasil, em decorrência do processo de privatização levado a cabo durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Como corolário, o Estado português tem procurado estreitar as relações com a “comunidade” portuguesa no Brasil, atribuindo-lhe a responsabilidade – ou compromisso

² Ao se imaginar não mais em termo de território imperial-colonial, mas de população, o estado-nação tem procurado incorporar os contingentes migratórios, como parte de uma estratégia que visa manter os vínculos com essas populações ou, em outros termos, como “um modo de continuar a mantê-los portugueses”. A expressão “portugueses espalhados pelo mundo” vem em substituição, na própria legislação, à palavra “imigrante”.

– em trabalhar por uma mais intensa reaproximação dos dois países. O discurso que procura justificar a necessidade de vínculos entre esses dois países não é muito distinto daquele apregoado por Gilberto Freyre, em suas teses sobre o lusotropicalismo. A associação entre afetividade (os laços de irmandade e a semelhança entre Brasil e Portugal) e migração de novos capitais encontra-se outra vez presente, no contexto de novas inversões que fazem de Portugal um dos principais investidores no Brasil.

No dia 27 de abril de 1997 realizou-se o primeiro ato que viria a compor a figuração de poder que aqui se analisa: as primeiras eleições para a constituição do Conselho das Comunidades Portuguesas. Câmara de caráter consultivo, composta por cem Conselheiros (25 do Brasil e os demais de diversos países onde há número expressivo de imigrantes portugueses), essas eleições revestiam-se de um dado significativo: tratava-se da primeira possibilidade de se exercer, na emigração, o direito do voto. As chapas que se constituíram acabaram por repor clivagens internas à “colônia” portuguesa em São Paulo, relacionadas ao passado salazarista. De um lado, antigos exilados do regime e, de outro, membros de associações cujo passado esteve, de algum modo, vinculado ao apoio ao regime ditatorial. As eleições foram marcadas por acusações recíprocas de “salazaristas” e “antidemocráticos”. Entretanto, um desafio comum a ambas as lideranças emergiu desse processo: solucionar o chamado dilema da “invisibilidade”, expresso na falta presença às urnas, em torno de 121 mil votantes em um universo de quase 3 milhões de eleitores aptos ao voto.

Encontrar um modo de despertar nos “portugueses espalhados pelo mundo” o interesse não apenas pela uma afirmação identitária como “português”, mas o próprio interesse em participar do conjunto de políticas então propostas pelo governo português, representava um desafio tanto para o governo (que para tal conclamava, em seguidos atos públicos, os “intermediários culturais”), quanto para essas lideranças. A aparente “apatia” do imigrante diante de direitos que a ele estavam sendo outorgados encontrava-se expresso no que se chamou, no decorrer do ato, de dilema da “invisi-

bilidade”. Em outros termos, o que temos nos deparado é com uma espécie de “dilema de legitimidade”.

A crença na legitimidade de algo como, por exemplo, um conjunto de políticas imigratórias é, de acordo com Weber (1964), elemento central para que se constitua uma relação de dominação. Ao definir a dominação como a probabilidade de ser obedecido, esse autor via na legitimidade uma pretensão à obediência, não uma certeza. A ação de obedecer, por sua vez, pressupõe interesse³.

Outras condutas, que não a máxima do Estado, apontam-nos para a diferenciação estabelecida por Weber entre legal (legalidade do Estado) e legítimo (onde a premissa é o reconhecimento social) e chamam a atenção para o fato de os indivíduos estarem orientados por mais de um conjunto de normas, que não apenas aquelas dos direitos, por exemplo.

Como desdobramento dessa pesquisa, realizada em conjunto⁴, os pesquisadores Eduardo Caetano da Silva e Célia Harumi Seki passaram a se direcionar ao universo de imigrantes qualificados como “invisíveis” e, através de pesquisas qualitativas e quantitativas, puderam observar que os imigrantes portugueses em São Paulo não apenas se afirmavam como portugueses – ao contrário da alegação das “lideranças” que afirmavam que os imigrantes no Brasil tinham “vergonha” de se afirmar publicamente – como participavam de outros espaços da “lusitanidade”, não apenas associativos, mas de rádios, grupos folclóricos e sociedade beneficentes, entre outros (Caetano da Silva, 2002). De fato, o dilema da “invisibilidade” se expressava

³ Necessário dizer que tais interesses não se restringem ao material ou a uma suposta racionalidade econômica.

⁴ Refiro-me ao projeto “Imigrantes portugueses, imigrantes brasileiros: globalização, antigos imaginários e reconstruções de identidades – uma comparação triangular”, coordenado por Bela Feldman-Bianco e integrado à linha Nação e Diáspora do Centro de Estudos de Migrações Internacionais – CEMI/UNICAMP. O projeto pretende comparar as antigas e contínuas migrações de portugueses ao Brasil e Estados Unidos com a recente migração de brasileiros a Portugal. No eixo do projeto relativo às migrações de portugueses ao Brasil, participei em trabalho de campo juntamente com Eduardo Caetano da Silva e Célia Harumi Seki, entre outros. Como desdobramento, direcionei meus interesses de pesquisa para a temática do exílio antisalazarista no Brasil, ao passo que Eduardo Caetano da Silva e Célia Harumi Seki voltaram-se para questões associativas entre imigrantes portugueses de São Paulo e à temática da “invisibilidade”.

como problema nos espaços reservados aos imigrantes pelo governo e pelas lideranças que se apresentavam como “intermediários culturais”.

Interessado em atrair o maior contingente possível de imigrantes, o então governo do PS passou a disponibilizar verbas, a partir de 1999, para atividades que promovessem a participação desses imigrantes nas atividades de estreitamento das relações econômicas, culturais e políticas entre Brasil e Portugal. Mais especificamente, o governo português, que passaria a investir fortemente no mercado brasileiro, neste momento, via no numeroso contingente de imigrantes neste país, empresários ou consumidores em geral, a possibilidade de atrair fiéis “aliados”, “clientes” e “consumidores”, além da dinamização das redes de remessas de dinheiro da imigração para Portugal.

Ao disponibilizar tais recursos o Estado português visou, ainda, a objetivação de uma cultura portuguesa moderna e européia, como parte da estratégia de atração de investimentos no espaço bilateral Brasil-Portugal. Entretanto, tem encontrado respostas diferentes, tanto da parte daquelas lideranças designadas como “intermediários culturais”, quanto dos demais imigrantes.

FIGURAÇÃO DA REDE DE RELAÇÕES E CONDUTAS

Ao descrever a rede de relações entre imigrantes portugueses em São Paulo, cabe-nos ter como pano de fundo uma disputa, constantemente em aberto, em torno do estabelecimento sobre quem tem força para impor as representações do mundo social ou, em outros termos, em torno da aquisição do monopólio da violência simbólica legítima (Weber, *op. cit.*). Revestir de crença e legitimidade suas ações é o que tem sido aspirado não apenas por representantes do governo português, mas por aqueles imigrantes que se apresentam como lideranças ou “intermediários culturais”. No caso de São Paulo, as lideranças têm se diferenciado em torno de duas questões substantivas: 1) a relação que travaram no passado com o regime salazarista, seja de apoio ou de oposição; 2) a afirmação do regionalismo ou de uma visão “nacional” do “ser português”.

Imigrantes que vieram para o Brasil fazer fortuna, trabalhadores de origem rural ou urbana e antigos exilados do salazarismo, constituem apenas algumas das experiências que decorrem da ancestral imigração portuguesa para este país (e da ambivalente *presença* do português como colonizador e imigrante). Entrecruzam-se, ainda, múltiplas referências de tempo e espaço (regionais, nacionais, transnacionais), que se relacionam a experiências migratórias, trajetórias de vida e localizações sociais específicas, sendo acionadas por esses imigrantes para comporem as mediações simbólicas pelas quais tempo e espaço participam da figuração do social.

Talvez por esses motivos a produção de memórias tem se tornado uma das arenas privilegiadas das disputas por poder e legitimidade como “intermediário cultural” entre Brasil e Portugal. De fato, a construção de memórias traz no seu bojo não apenas respostas diferenciais às “políticas de objetivação da cultura portuguesa”, mas referenciais à produção de identidades, traduzindo modos distintos de imaginar o pertencimento à nação. A promoção de eventos, festejos, celebração de datas e edificação de monumentos têm trazido à tona os dilemas de se imaginar a *presença* portuguesa no Brasil.

A partir da disponibilização de recursos oficiais e de cargos (de confiança ou eletivos) para a promoção de uma imagem do “Portugal moderno e europeu” (em contraposição aos estereótipos de “atraso” e “ignorância”, em geral acionados por brasileiros), uma série de eventos, celebrações e a constituição de marcos simbólicos na paisagem paulistana têm disputado e fomentado, de maneira diferencial, a renovação da imagem de Portugal no Brasil.

A aposta no estado pós-colonial e na promoção da imagem de uma nação europeia, moderna e empreendedora tem ficado a cargo de instituições governamentais que, em São Paulo, encontram-se instaladas no “complexo” da Casa de Portugal. O consulado português desta cidade, o Instituto Camões (responsável pela área cultural) e o ICEP – Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal.

A Casa de Portugal é o segundo elo aqui descrito de uma rede de relações de poder entre os imigrantes portugueses em São Paulo. Composta

por antigas lideranças, cujo passado está associado, de alguma maneira, ao salazarismo, este segmento da imigração que tem sido alcunhado de “comendadores” (no passado, um símbolo de honraria, no presente, uma categoria acusatória), concentra-se em algumas associações, como a Casa de Portugal de São Paulo, a direção da Federação das Associações Luso-Brasileiras, a Academia Lusíada de Letras e Artes, as diversas sedes regionais do Real Gabinete Português de Leitura, o Conselho das Comunidades Luso-Brasileiras e a Câmara de Comércio.

Embora sob várias siglas, essas associações são controladas por um número muito restrito de imigrantes, onde o acúmulo de cargos não é algo incomum. Em vista das atuais políticas culturais e de investimento portuguesas, tais lideranças têm se empenhado na promoção de eventos os mais variados, cujo cronograma intercala atividades culturais, rodadas de negócios e celebrações públicas e religiosas, com destaque para a construção ou restauro de monumentos e bens simbólicos na paisagem paulistana. Em várias dessas ocasiões, a figura de Camões é retomada, agora como símbolo de um Portugal da nova era, europeu, empreendedor, desterritorializado. Simboliza, ainda, o “caráter épico e desbravador dos portugueses”, tanto por (uma leitura de) sua obra, quanto por sua vida além-mar. Enaltecem a figura do imigrante, como modelos de “heróicos empreendedores” na “aventura” ou “destino migratório” do país, o que conota uma associação direta com as imagens do salazarismo acerca do “império”, das “colônias” e dos “imigrantes”. Nas manifestações públicas, consideram a recente demanda portuguesa por mercados para além das fronteiras nacionais como o revigoreamento de “um grande feito histórico”, significando, para Portugal, um “novo ciclo de expansão internacional”.

Ocorre, no entanto, de São Paulo ter sido, num passado algo recente, um dos principais centros de contestação ao salazarismo e, por conseguinte, ao colonialismo português, congregando alguns dos mais importantes núcleos de oposição a esse regime. O Centro Cultural 25 de Abril (CC25A) constitui um terceiro elo da rede de relações que estamos a detalhar. Fundada em 1982,

esta associação congrega os antigos exilados e membros da oposição ao salazarismo, que atuaram, em São Paulo, através do jornal *Portugal Democrático* (principal órgão da oposição no exílio, publicado entre 1956 e 1975) e do *Centro Republicano Português* (1908-1944 e reaberto entre 1958 e 1974).

Um quarto elo completa a rede de relações entre os imigrantes portugueses de São Paulo aqui detalhada. Trata-se das casas de apelo regional, dentre as quais a de maior destaque é a Casa dos Açores. Fundada em 1974, logo após a Revolução, com o intuito de “reviver a tradição”, a associação tem voltado suas atividades culturais para a promoção da açorianidade, através de festejos religiosos (o calendário da Casa dos Açores segue datas religiosas católicas, como dia de pentecostes e páscoa) e juninos, procurando celebrar a “tradição”, a “autenticidade” e o regionalismo (Santos, 1998).

Os atos que se seguiriam, como desdobramento dos investimentos anunciados pelo governo português no início de 1999, tornariam-se situações liminares para a observação dos comportamentos dos indivíduos e instituições em questão.

No dia 22 de abril de 1999, junto à estátua de Pedro Álvares Cabral, no Parque do Ibirapuera, celebrava-se o aniversário do “descobrimento do Brasil”, além do “Dia da Comunidade Luso-brasileira”. Ao lado de políticos locais, lideranças migrantes, governamentais e empresariais lusas (a maioria ligados à Casa de Portugal), assistiram ao discurso do cônsul português de São Paulo, do qual destacamos o trecho:

“Eu penso que esta data que hoje é importante, para o ano é mais importante ainda porque estamos a comemorar 500 anos e penso que temos a sorte de estarmos a comemorar esta data numa altura em que a relação entre os dois países, Portugal e Brasil, nunca foram tão estreitas, desde a independência do Brasil, penso. Temos relações políticas excelentes hoje, como pudemos ver pela recente visita do Presidente Fernando Henrique a Portugal, pela forma como as coisas ocorreram e que, além disso, uma presença econômica no Brasil das nossas empresas, que é cada vez mais forte. Os investimentos aqui, nós estamos neste momento em quarto lugar (...). Penso que, o fato

de hoje em dia termos ultrapassado a fase em que havia apenas os símbolos e laços afetivos entre os dois povos, para termos também uma entrada e uma participação muito forte na área política e econômica. Para tal, é de fundamental importância a atuação e o empenho da “comunidade portuguesa” no Brasil. Creio que com tudo isto estão criadas as condições para que as comemorações dos 500 anos dentro de um ano sejam um marco que vá ser lembrado durante muitos anos aqui.”

No dia 10 de julho desse mesmo ano, data que marca a celebração do Dia de Camões e das Comunidades Portuguesas, junto à estátua de Camões no centro de São Paulo (em frente à biblioteca municipal Mário de Andrade), Francisco Knopfli, atual embaixador português no Brasil, voltou a reforçar esses argumentos, destacando ainda mais a importância das populações migrantes para o reforço desses vínculos “culturais, afetivos, políticos e econômicos”.

Já a data do 25 de Abril, aniversário da Revolução dos Cravos, tem sido celebrada anualmente, pelo núcleo de imigrantes reunidos em torno do CC25A, desde 1975, antes mesmo da fundação da associação. A celebração do “Dia da Comunidade Luso-Brasileira” provocou reações críticas do CC25A, não apenas por discordarem da retomada do calendário salazarista, mas pela associação entre “comunidade” e figuras de “empreendedores e heróis descobridores”. O CC25A tem preferido ressaltar o “caráter” forçado dos fluxos migratórios, seja por motivos políticos ou econômicos. Têm optado, ainda, por um discurso que visa ressaltar as difíceis condições de vida da maioria dos portugueses no Brasil. Discordam, portanto, do modo tido pelo núcleo por “ufanista” representado nas manifestações dos chamados “comendadores”. Mais irritados, ainda, ficaram ao saber que à programação do 22 de abril seguiriam-se apresentações com artistas cujos nomes e canções estavam ligados aos acontecimentos da Revolução e, no mesmo dia e horário da celebração do 25 de Abril pelo CC25A haveria uma “Missa do Descobrimento”, com cobertura pela TV (SBT), celebrada pelo Padre Marcelo Rossi, tendo como outros atrativos a vinda de uma imagem de Nossa Senhora de Fátima e de um padre português cuja ascendência familiar remontava a Pedro Álvares Cabral.

Em decorrência desses acontecimentos, o CC25A publicou artigos manifestando suas opiniões na imprensa migrante. A principal iniciativa do núcleo consistiu na proposta de criação de uma data: o “Dia da Diáspora”. A expressão “diáspora” viria a reforçar o caráter forçado dos fluxos migratórios e uma postura “não laudatória” da condição migrante, entre outras acusações direcionadas aos comendadores, como a de que “usavam das celebrações de datas para se enaltecerem e se apoiarem em cargos de interesse pessoal”. A data escolhida foi o dia 5 de outubro, dia que marca o início da Revolução Republicana de 1910, de forte apelo simbólico, tendo sido comemorada durante todo o período do exílio, retomada como celebração após 25 anos.

De fato, o CC25A estava reivindicando uma participação de seus membros como “intermediários culturais” nas então recentes políticas de governo para a migração. Uma dessas disputas por cargos se deu por ocasião da Bienal do Livro de São Paulo em 1999, cujo temática central naquele ano foi a “literatura portuguesa”. A Academia Lusíada de Letras e Artes, com sede na Casa de Portugal, teve membros de seu quadro escolhidos para a promoção das atividades de divulgação cultural do evento, por parte do governo português, sendo seu presidente (R.L) o indicado para os contatos públicos. A reação pública do CC25A foi imediata. Além de se dirigir à imprensa migrante, fez circular uma “carta aberta” nos corredores da Bienal, denunciando a presença de “antigos agentes da PIDE”, a polícia política do regime salazarista, entre os quadros representativos das atividades a cargo do governo português. A indicação de R.L provocou a indignação emotiva de vários dos antigos exilados que compõem o CC25A, que o apontaram como responsável por uma série de prisões realizadas pelo DOPS em 1961, onde o próprio R.L, de acordo com depoimentos e artigos acusatórios publicados ao longo de 1999, identificava e apontava pessoalmente os integrantes da “oposição” ao regime, nos porões do DOPS.

Outro desdobramento desse ato consistiu na reinauguração da sede do CC25A e na elaboração de uma programação “cultural e artística”. Alegavam que a eles cabia este papel de promotor cultural, uma vez que durante o todo o

período da ditadura salazarista foi no exílio, e através dos anti-salazaristas (muitos deles participantes diretos do jornal “Portugal Democrático”) que se produziu uma literatura e manifestações artísticas vinculadas à modernidade e sem comprometimento político ou estético com o antigo regime.

Entre abril e julho de 2000, integrantes da Casa de Portugal reinauguraram os monumentos a Pedro Álvares Cabral e Camões, por ocasião da celebração dos “500 anos de descobrimento do Brasil”. O CC25A se opôs às comemorações do “descobrimento”. Em 2001, durante as celebrações anuais do 25 de Abril, inauguraram o “Monumento ao 25 de Abril – Revolução dos Cravos”, erguido no “Largo Mestre de Aviz”, local que já congregava estátuas de Fernando Pessoa e do Infante Dom Henrique.

Através de festejos juninos, ranchos folclóricos e da celebração do “Divino Espírito Santo”, a Casa dos Açores, localizada na Vila Carrão, bairro de forte presença demográfica de trabalhadores portugueses, tem sido a associação que maior número de imigrantes tem atraído para seus eventos. A festa, as missas, as comidas “típicas” e os grupos folclóricos, em associação com programas de rádios obtêm inigualável sucesso de público, em comparação com as outras atividades promovidas pela Casa de Portugal e pelo CC25A.

INTERDEPENDÊNCIAS: NORMAS E INTERESSES EM JOGO

A aspiração de legitimidade como “intermediário cultural” junto ao governo português tem sido marcada pelas celebrações e rituais acima descritos e por outras iniciativas que têm visado atrair os demais imigrantes portugueses. Além dos elementos ideológicos, essas associações, em conjunto com empresários portugueses e o governo, têm dinamizado iniciativas como a concessão de créditos, facilidades de abertura de contas correntes (na Caixa Geral de Depósitos; no Brasil, Banco Bandeirante), encaminhamentos e divulgação de pedidos de dupla cidadania, disposição a um investimento pessoal e econômico em promover atividades culturais, inaugurar monumentos, patrocinar a imprensa imigrante, entre outros.

Por seu turno, os representantes do Estado português têm de saber dividir suas atenções a essas múltiplas manifestações. Acusado de apenas ir aos festejos e celebrações da Casa de Portugal, o Cônsul português de São Paulo passou a discursar nas comemorações do 25 de Abril e freqüentar os ranchos folclóricos e festas regionalistas. O Instituto Nacional do Folclore tem promovido cursos, desde 1974, com o intuito de “orientar, treinar e formar” pessoal qualificado em representar danças e cantos ‘tradicionais’ regionais e portugueses de modo “autêntico” (Klimt, 2000). O critério de “autenticidade” é um elemento de disputa entre os diferentes ranchos folclóricos e é através desses ranchos e das festas regionalistas que o governo, em conjunto com tais associações, têm conseguido atrair um expressivo número de imigrantes e lusodescendentes que vêm a se “reconhecer” como portugueses.

A imagem de um “Portugal moderno e europeu”, simbolizado por novos investimentos no Brasil através de bancos, empresas de telecomunicações, redes de supermercados e indústrias (ou pela re-significação do “expansionismo imperial português”), entre outros, deparou-se com um reconhecimento do “ser português” ruralista, regionalista e tradicional.

Norbert Elias (s/d) chama a atenção para que se compreenda as relações humanas como processos que configuram as regras, em padrões de equilíbrio⁵, onde nenhum agente tem poder em si, pois este é relacional. O governo português depende da adesão dos imigrantes e lideranças associativas, tendo em vista, entre outros aspectos, a intensificação da troca de capitais. A interdependência é recíproca. O financiamento dos festejos, atividades culturais ou rodadas de negócios têm sido dinamizadas pelo governo, através do ICEP, do Instituto Camões e do Instituto Nacional do Folclore. Essas “lideranças”, por sua vez, também dependem da adesão dos imigrantes, sendo algo valorizado socialmente conquistar a probabilidade ou disposição para seguir a orientação de

⁵ A noção de equilíbrio, em Elias, não remete à idéia de que os agentes detenham as mesmas capacidades de poder, partilhadas entre si, mas a de que se estabelecem “padrões de equilíbrio” através da figuração de certa ordem de poder, não necessariamente igualitária. Encontrar esse padrão, analiticamente, é tarefa de elaboração sociológica.

tais “lideranças associativas”. A adesão de imigrantes torna-se capital simbólico para se reivindicar a legitimidade como “intermediário cultural”.

As disputas giram em torno de quem tem mais poder sobre a representação do mundo social, dinamizando as políticas, encadeadas a interesses distintos, numa luta constante pela manutenção ou alteração do modo pelo qual se “configura” o equilíbrio das forças.

A importância que Elias atribui aos valores, como motivadores para os homens, nos faz perguntar sobre quais os valores em jogo. Talvez o valor que mais interessa nessa configuração social e política seja o do prestígio, aqui qualificado de modo diferenciado: prestígio cultural e intelectual, para os membros do CC25A. O prestígio pelo sucesso no empreendimento da “aventura migratória”, seguido de honrarias, aos integrantes da Casa de Portugal. A busca pela “autenticidade” e por “reviver uma tradição” como sentido às práticas dos membros da Casa dos Açores, cuja gratificação está em despertar os imigrantes para a singularidade de ser regional, e português.

Em todos os casos, este prestígio tem de se manifestar em cargos e verbas. O que mobiliza esses grupos sociais, para além do fato de procurarem expressar uma “identidade”, é o reconhecimento social do trabalho que empreendem. Os recursos de poder que lançam mão visam este reconhecimento ou legitimidade, através da adesão, isto é, da probabilidade da ação da obediência, com conseqüências simbólicas, materiais e políticas: a conformação de uma leitura do mundo social, seguida, em muitos dos casos, da indicação para cargos políticos.

ABSTRACT: The text analyzes post-colonial tensions among Portuguese in São Paulo beginning with the disputes among associative leaderships that look for legitimacy among the Portuguese immigrants and the Portuguese government as cultural brokers in the promotion of the Portuguese presence in Brazil. In spite of the post-colonial Portuguese nation-state policies that seek to establish ties with the "dispersed Portuguese around the world" – policies that were intensified with financial investments in the Brazilian-Portuguese space – the government of Socialist Party claimed the Portuguese "community" from Brazil, particularly the associative leaderships, to promote the image of a modern and European Portugal. These policies also requires and effort of the community leaders to attract the immi-

grants to establish their bonds with their country of origin (or of lineage, for the Portuguese-descending ones). It is discussed, therefore, if the theme of the "invisibility", pointed for leaderships and government as impediment for a larger insert of such policies in the "community", would not also be a legitimacy dilemma. The text analyses the different initiatives of such immigrant leaderships. Such initiatives, that translate different manners of imagining the Portuguese national identity, find its manifestation in a privileged political arena: the production of memoirs.

KEYWORDS: migration, Portuguese, post-colonialism, nation-state, power, memoir

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAETANO DA SILVA, Eduardo. A Dialética da Inclusão e da Exclusão: disputas políticas entre imigrantes portugueses em São Paulo. *Convergência Lusitana*, Rio de Janeiro, n.19, p. 120-134.
- ELIAS, Norbert. *O que é Sociologia*, Lisboa: Edições 70, s/d.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. Multiple Layers of Time and Space: the construction of class, ethnicity and nationalism among portuguese immigrants In: GLICK-SCHILLER, N.; BASCH, L. & BLANC-SZANTON, C. (ed.) *Toward a Transnational Perspective on Migration: Race, Class, Ethnicity and Nationalism Reconsidered*. New York: Annals of the New York Academy of Sciences, vol.65, 1992, p.145-174.
- _____. Brazilians in Portugal, Portuguese in Brazil: construction of sameness and difference. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, v. 8 (4), December, p. 607-650, 2001.
- KLIMT, Andrea. Enacting National Selves: authenticity, adventure and disaffection in the portuguese diaspora. In: *Identities: Global Studies in Culture and Power*, v 6 (4), p. 513-550, 2000.
- SANTOS, Gustavo Adolfo P.D. A Festa do Divino Espírito Santo entre os Açorianos de São Paulo. *Travessia*, São Paulo, n.26, maio/agosto, p.26-30, 1998.
- WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, vol.1, 1964.

“CÁRCERE PÚBLICO”: OS ESTEREÓTIPOS COMO PRISÃO PARA OS BRASILEIROS NO PORTO, PORTUGAL¹

Igor José de Renó Machado²

Resumo: O trabalho tem o objetivo de entender o papel dos estereótipos na vida de brasileiros no Porto. A principal idéia defendida é a de que os estereótipos sobre brasileiros vigentes em Portugal atuam como uma prisão para a ação e que, constantemente submetidos às representações comuns em Portugal, os imigrantes *brazucas* acabam por performar papéis preestabelecidos. Estes papéis são marcados pela venda do exótico, de uma imagem mercantilizada da suposta essência brasileira. Assim, imigrantes brasileiros especializam-se na venda da “alegria” no mercado de trabalho português: trabalham como garçons e garçonetes, músicos, atendentes, dançarinos e dançarinas, prostitutas e travestis, etc. As imagens de um Brasil mulato, sensual e alegre transformam-se em uma mercadoria como outra qualquer, mas é uma mercadoria que reifica ainda mais a substância de que é feita: os estereótipos. É neste sentido que estes são considerados prisões simbólicas.

Unitermos: Identidade, Estereótipos, Imigração brasileira, Pós-colonialismo

¹ Este artigo é uma versão muito modificada do texto “A invenção do Brasil exótico entre imigrantes brasileiros no Porto, Portugal.” Apresentado no GT Migrações Internacionais, XXIII Anpocs, Caxambu, 19 a 23 de outubro de 1999.

² Doutorando em Ciências Sociais, UNICAMP, Pesquisador do CEMI, Professor da Universidade Federal de Itajubá.

INTRODUÇÃO

‘E apareceram lá uns espertinhos portugueses e começaram na brincadeira com elas, o quê que elas estavam querendo fazer. E elas, na boa, falaram: ‘Estamos vendo se conseguimos ligar direto para o Brasil’. E eles: ‘Você vai ligar para o Brasil para quê?, lá só tem preto, lá só tem ladrão e tal...’. E elas: ‘Não tem problema, aqui só tem português!’.’

Este trabalho tem o objetivo de entender o papel dos estereótipos na vida de brasileiros no Porto³. A principal idéia é a de que os estereótipos sobre brasileiros vigentes em Portugal atuam como uma prisão para a ação, e que constantemente submetidos às representações comuns em Portugal, os imigrantes *brazucas*⁴ acabam por desempenhar papéis preestabelecidos. Por outro lado, os estereótipos que os brasileiros carregam consigo sobre os portugueses também têm importância central na forma como enfrentam a imigração. Procuo explicar este processo e algumas de suas conseqüências – em especial a “sensação de invasão” de brasileiros em Portugal, recorrendo principalmente às visões de *brazucas* no Porto e a artigos da imprensa portuguesa e brasileira. A fonte principal desse trabalho, entretanto, são entrevistas com imigrantes pobres e de classe média baixa⁵, durante trabalho de campo preliminar em fevereiro de 1998 e, posteriormente, entre março e setembro de 2000.

³ Como parte de uma pesquisa mais abrangente, que resultará na minha tese de doutorado, este artigo aponta para várias temáticas que são exploradas com mais profundidade no desenvolvimento da tese. Portanto, pretendo aqui apresentar um quadro amplo de questões de forma a indicar a complexidade da situação e possibilidades de análise, sem a preocupação de ir a fundo nas suas conseqüências. Este trabalho faz parte do projeto “Imigrantes portugueses, imigrantes brasileiros: globalização, antigos imaginários e reconstruções de identidades – uma comparação triangular”, coordenado por Bela Feldman-Bianco e integrado à linha Nação e Diáspora do Centro de Estudos de Migrações Internacionais – CEMI/UNICAMP.

⁴ Brazuca é a categoria em Portugal para os imigrantes brasileiros sem ascendência portuguesa. Dependendo do contexto e de quem fala, o termo pode ser desde uma forma de afirmação de identidade até expressão preconceituosa.

⁵ Estes imigrantes são maioria, na minha opinião, embora a bibliografia sobre o tema ainda esteja presa a idéia de que a migração brasileira é, de alguma forma, qualificada. Sobre esta questão ver Machado (2001).

OS ATORES

Primeiramente, a própria idéia “brasileiros” é movediça em Portugal, sendo preciso considerá-la com mais cuidado. Como demonstra Feldman-Bianco (2001), as auto-identificações de brasileiros e portugueses refletem ambigüidades inscritas em vários e complexos processos históricos, como o a imigração de portugueses para o Brasil, o tratado bilateral de igualdade de direitos, a retórica da irmandade luso-brasileira, entre outros. Quem são, hoje em dia, os brasileiros no Porto? A definição não é algo evidente em si. A fronteira é tênue e esbarra no grande número de luso-brasileiros, aqueles com dupla cidadania, filhos de imigrantes portugueses no Brasil, ou mesmo de portugueses que moraram muito tempo no Brasil. Esta é uma questão móvel e nessa categoria, que tem uma historicidade própria, cabem desde portugueses que passaram uma parte da vida no Brasil até os brasileiros sem descendência portuguesa que migraram para Portugal nos últimos anos. As localizações sociais e posicionamentos diversos devem ser verificados empiricamente e este artigo pretende analisar o que acontece no Porto, Portugal.

Para alguns, brasileiros são aqueles que não têm passaporte português, para outros são aqueles que falam como brasileiros, para outros ainda são os que adotaram o Brasil como pátria afetiva. Vejamos o que dizem a esse respeito alguns “brasileiros” entrevistados em fevereiro de 1998:

— “(...) mas o Renato é português, né? Embarcou com dois anos para lá [para o Brasil], mas é português. O outro era filho de portugueses, tá entendendo? Está há muitos anos aqui, já está há uns vinte e poucos anos aqui também, veio de lá do Brasil. É muito por aí”⁶.

⁶ Das citações de trechos de entrevistas foram subtraídos os nomes do entrevistados, por razões éticas. Os trechos são tirados das falas de 14 entrevistados, todos em situação econômica mais ou menos parecida: são imigrantes pobres ou de classe média baixa. As aspas separam os trechos onde a fala é seqüencial daqueles onde foi recortada.

Nesta fala, brasileiro é apenas quem nasceu no Brasil, não importa ter passado a vida toda no Rio de Janeiro. Mesmo os filhos de portugueses nascidos e criados no Brasil, para alguns, não são brasileiros *strictu sensu*. Por outro lado, outros imigrantes definem “brasileiro” de forma variada. Muitos dos luso-brasileiros, os *chapas-duplas*⁷ (aqueles com dois passaportes), consideram-se brasileiros, dando ênfase especial ao sotaque: se se fala com o sotaque brasileiro é brasileiro, não importa onde tenha nascido. Na citação acima, ao contrário, não importa o sotaque, mas a territorialidade. Já os portugueses que viveram muito tempo no Brasil, os *portugueses-brasileiros*⁸, tendem a se definir como brasileiros por opção, por afeição. A situação pode se complicar, de acordo com a complexidade das redes de imigração⁹. Vejamos este exemplo:

“alguém fala assim: ‘Ah, vai falar com o Seu Antônio...’, são dois Antônio, o meu pai e o que não viveu no Brasil. ‘Qual Seu Antônio?’. ‘O brasileiro’. Não é o Seu Antônio Fernandes, ou o outro Seu Antônio que eu nem sei o nome. É o Seu Antônio...o brasileiro. Por quê? Porque ele já viveu no Brasil, tá entendendo. ‘O Fulano de Tal?’, ‘Ah, o francês’. ‘Ah, tem um dono do café ali que ele é brasileiro também...’, ‘É brasileiro porque ele nasceu...?’, ‘Não, não, mas morou muito tempo lá’.”

Estas questões são relevantes pois delimitam posicionamentos diferenciados em relação ao estar em Portugal. Podemos ver que complexas redes de migração portuguesa resultam na construção de várias possíveis

⁷ Esta é uma categoria nativa, a ser usada daqui em diante para referir a este grupo.

⁸ Esta é outra categoria nativa, que serve para referir aos portugueses emigrantes que retornaram para Portugal na segunda metade do século XX.

⁹ Ainda há outras categorias, como a formada por pessoas envolvidas nas imigrações relacionadas às transformações políticas em Portugal: há os exilados portugueses no Brasil, muitos dos quais voltam a Portugal após a Revolução dos Cravos e há os que fugiram da Revolução e se refugiaram no Brasil, em geral empresários, que retornaram gradualmente a Portugal (Feldman-Bianco, 2001).

identidades. Os *chapas-duplas* nascidos no Brasil¹⁰ consideram-se brasileiros em oposição aos *portugueses-brasileiros* dos quais são filhos. De qualquer forma, parece prevalecer em Portugal uma contradição entre práticas “não territorializadas” de políticas do Estado português (Portugal é onde estão os portugueses¹¹) e as classificações cotidianas: na prática, aqueles que saíram são menos portugueses do que os que sempre viveram em Portugal. De qualquer forma, a territorialidade parece falar alto na forma de identificação das pessoas: o *português-brasileiro* que vive grande parte da vida no Brasil é considerado brasileiro por portugueses e por alguns “brasileiros nativos”. Se considerarmos o papel do “brasileiro” do século XIX, isto é, o português “*torna-viagens*” do Brasil descrito por Alves (1994)¹², verificaremos uma continuidade na forma de classificação, pelo menos no Porto. Essa classificação territorial parece continuar relevante já que vários dos *portugueses-brasileiros* acabam montando negócios relacionados à passagem pelo Brasil: cafés brasileiros e restaurantes, por exemplo.

Os “brasileiros” do século XIX eram os emigrantes portugueses “*torna-viagens*”, duramente criticados e satirizados pela imprensa e literatura portuguesa da época. Para entender a imigração brasileira na contemporaneidade é importante levar em consideração estes *brasileiros de torna-viagens*. Alves (1994), que lhes dedicou uma tese de doutorado, assim os retrata: “(m)uitos emigrantes voltam episódica ou definitivamente. Este mais discreto, procurando fazer passar despercebido o seu infortúnio ou evidenciando a doença que lhe corroeu o corpo e o ânimo. Aquele marcado pelo sucesso, ‘com sutaque da fala, indumentado de calças brancas, casaco de ganga, chapéu do Chili, adereçado de cadeia de oiro e anel de brilhantes’,

¹⁰ Especifico o fato destes *chapas-duplas* terem nascido no Brasil, porque atualmente começam a surgir os nascidos em Portugal. Neste artigo trato apenas dos primeiros, motivo pelo qual, adiante, quando referir aos “*chapas-duplas*”, trato dos nascidos no Brasil.

¹¹ Ver Feldman-Bianco (1992, 1994 e 1996) e Caetano da Silva e Mansur da Silva (neste volume).

¹² Quando grafar *brasileiros de torna-viagem* em itálico refiro-me aos emigrantes portugueses que voltaram a Portugal no século XIX.

num exotismo de modos que o romantismo fixará para sempre, recriando o estereótipo do brasileiro. Mas, sobretudo no sentido da volta, circularão mesadas, as invisíveis correntes, as esperadas remessas...” (1994, p.12). Este *brasileiro de torna-viagens* é o português que emigrou para o Brasil e retornou a Portugal no século XIX, mas é principalmente aquele que voltou rico, que já fornecia elementos para a criação do exotismo que caracterizaria o Brasil.

A presença do *brasileiro de torna-viagens* do fim do século XIX em Portugal produziu uma carga simbólica relevante, da qual não estão livres os *brasileiros*¹³ que atualmente vivem em Portugal. O brasileiro como uma categoria só pode acontecer em relação a uma outra, anterior, a do torna-viagens. O *brasileiro* que hoje se encontra em Portugal não pode ser entendido sem a forte carga semântica que a história de imigração portuguesa para o Brasil criou. A esse *brasileiro de torna-viagens* relacionou-se a imagem de um Brasil que é lugar de fazer fortuna, ou um lugar de desgraça completa. O papel daquele emigrante que voltou rico e abastado e com influência na vida portuguesa, principalmente no norte, é bastante relevante e, como tal, alvo de críticas ferinas, sempre relacionadas à falta de educação e de refinamento intelectual. Os personagens literários de Camilo Castelo Branco, entre os de outros autores, são uma boa amostra dessas imagens, como demonstra Vieira (1991). Os estereótipos propagados em Portugal no final do XIX e começo do século XX fazem parte da presente percepção portuguesa sobre o Brasil e sobre o brasileiro. Essas representações fazem, atualmente, parte da experiência de *brasileiros*, mesmo que sirvam a outros interesses. Elas são retomadas a partir de um outro contexto histórico (o de Portugal contemporâneo), mas também são limitadas em certo sentido pelas representações preexistentes. Entre as representações já centenárias, fartura e ignorância são ainda duas idéias que são acionadas quando portugueses se confrontam, na vida cotidiana, com os *brasileiros*.

¹³ Para me referir tanto aos *chapas-duplas* e *portugueses-brasileiros* como aos *braçucas*, uso a palavra *brasileiros* grafada em itálico.

PAPÉIS E POSSÍVEIS ROTEIROS

Entre *brazucas* e portugueses em Portugal (que, por sua vez, são chamados por muitos dos primeiros de *galegos*) ocorre a projeção interminável de velhas idéias e estereótipos sobre o outro, além dos auto-estereótipos que *brazucas* formulam a respeito de si mesmos. Este jogo de imagens cruzadas é constantemente jogado no cotidiano. Obviamente, quando representações sobre os *brasileiros de torna-viagens* “rudes” ou então sobre o português “burro” no Brasil são retomadas, o são a partir dos novos contextos criados pela atual presença de *brasileiros* em Portugal.

As representações sobre portugueses têm uma longa tradição no Brasil e os trabalhos de Ribeiro (1997, 2000) tratam em detalhe esses processos. O interessante é perceber inversões significativas: da época da independência até depois da proclamação da república, o português era o espertalhão que tirava dos brasileiros o trabalho, mas no século XX forjou-se a imagem do português burro, motivo de piadas até hoje¹⁴. Do mesmo modo, as imagens do *brasileiro de torna-viagens* rude são reelaboradas a partir da experiência atual de imigração. Persiste a idéia da malandragem ligada a do *brasileiro de torna-viagens*, agora direcionada à percepção do Brasil como um celeiro de criminosos. O brasileiro é visto como um potencial ladrão, embusteiro e tal imagem é imposta aos *brasileiros*. Tal imagem é criada em torno da experiência de comerciantes portugueses no Porto, que tiveram muitos problemas com cheques sem fundo de *brasileiros* e através do retrato que a mídia portuguesa apresenta do Brasil, sempre marcado pelas tragédias e grandes escândalos (que são mais facilmente consumidos como notícia). É preciso reforçar que, em geral, essas imagens criaram-se (no passado e no presente) ao redor de conflitos no mercado de trabalho.

¹⁴ Felipe Alencastro (1988) indica que essa imagem está ligada aos grande fluxos de imigração do século XX, que traziam um número enorme de imigrantes muito pobres. Para uma análise mais detalhada desta questão, ver Machado 2001.

Mesmo que esse núcleo de representações seja móvel e instável e constantemente reformulado, aos *brasileiros* são impostos papéis que devem ser representados/ desempenhados. Essas representações ou estereótipos¹⁵, analisadas por Feldman-Bianco (2001) são como correntes que prendem os imigrantes a determinados papéis. Ao mesmo tempo, *braçucas e chapas-duplas* tentam, sem sucesso, impor aos portugueses as representações que trazem do Brasil. Afinal, são os brasileiros os estrangeiros.

Nesse cenário português, articulam-se percepções sobre uma suposta “essência” do brasileiro. O *jeitinho* passa a ser algo real, capital cultural “encontrável”. Dentro do mercado de trabalho na cidade do Porto, a presença dos *braçucas* destaca-se no que é considerado “hotelaria”, que são os serviços de restaurantes, casas noturnas, bares e lojas de atendimento em geral. Os *braçucas* principalmente, mas também os *chapas-duplas*¹⁶, ganham espaço no atendimento, como garçons, atendentes, vendedores, etc. Isto se deve a uma confluência de motivos práticos e simbólicos: 1) há a alegação constante de falta de mão de obra, principalmente na área do turismo, que envolve o atendimento direto ao público¹⁷, 2) nessas profissões de atendimento o domínio da língua portuguesa é fundamental, o que, por enquanto, praticamente descarta os imigrantes do leste europeu, 3) o senso comum que informa aos portugueses que os brasileiros são alegres e simpáticos e, portanto, naturalmente preparados para trabalhar junto ao público, aliado ao preconceito em relação aos membros do PALOP¹⁸ que, apesar de falarem português não são colocados nesses empregos. Para os africanos, o mercado de trabalho tende a se restringir a ocupações que envolvem força física e pouca visibilidade ao público.

¹⁵ Adiante específico exatamente como considero os estereótipos.

¹⁶ Os *portugueses-brasileiros* voltam já em idade avançada e, em geral, com capital suficiente para abrir algum negócio, que seguirá sendo limitado pelas amarras do estereótipo sobre o Brasil e, provavelmente, será um negócio envolvendo o contato com o público. Assim, o mais comum é abrirem cafés.

¹⁷ Reflexões sobre a relação entre o mercado de trabalho, salário e políticas de estado português são desenvolvidas no trabalho em andamento. Ver Machado 2001.

¹⁸ Países africanos de língua oficial portuguesa.

Os *brazucas* são aproveitados em função da necessidade do mercado de trabalho e da predisposição simbólica que os encaixa em determinada categoria. Mas além desses motivos há um quarto fator muito relevante: o próprio “avanço” cultural representado pelo surgimento de várias churras-carias no estilo brasileiro. Este negócio cultural é semelhante a várias dinâmicas do mundo contemporâneo, caracterizadas pela apresentação de técnicas e estilos culinários exóticos às populações nativas¹⁹. Restaurantes chineses por todos os lados, restaurantes árabes, gregos, mexicanos e agora também os brasileiros. Por trás de cada expansão desses negócios culturais, existem redes de imigração. Para o funcionamento de restaurantes brasileiros como churras-carias é preciso mão de obra especializada (churrasqueiros, cortadores de carne na mesa, etc.). Isso traz conseqüências, por um lado, na imigração especializada e, por outro, na especialização da força de trabalho existente nos locais onde se instalam os restaurantes. Ou seja, muitos *brazucas* tornam-se especialistas em churrasco no próprio lugar de imigração, no caso deste trabalho, o Porto.

Podemos notar como “idéias culturalizadas” produzem a legitimação e a efetividade de fenômenos como, por exemplo, a prostituição. Handler (1988) chama este processo de “mercantilização cultural”, enquanto Herzfeld (1997) prefere defini-lo como um tipo de “orientalismo prático”. Para este último o “orientalismo é mais relativo e negociável do que parece ser no caso da perspectiva textualista e descontextualizada de Said; e é essa propriedade que me levou a criar uma visão do orientalismo mais preocupada com a ação” (Herzfeld 1997, p. 96). Esta é uma modulação do que Said escreve no seu “Orientalismo” (1990), quando afirma que o Oriente se orientalizou através da leitura opressiva do “ocidente”.

Já Fox (1992, p.145-152) recorre ao “orientalismo afirmativo”, referindo-se à possibilidade deste servir de base a contestações políticas dos

¹⁹ Sobre processos de mercantilização (ou comoditização) cultural, ver Herzfeld (1997) e Handler (1988).

próprios “orientais”. Autores que examinam a globalização de uma cultura negra, como Hall (1992), também atentam para a mercantilização cultural. Por outro lado, Sahlins (1997) tende a ver na reconstrução de cenários culturais na diáspora o valor da teoria cultural, pelo revivalismo ou continuidade da cultura nativa. Uma perspectiva saidiana (Said 1990) acabaria por ver na prática desses brasileiros uma apropriação de *tropos* impostos a partir de um contexto de força, de uma idéia de identidade que não existe, mas que foi inventada na relação de uma periferia em condições de poder diminutas com o centro – como no processo onde o oriente se orientaliza. Hall (1996), em outra perspectiva, poderia ver a “força” das culturas híbridas se reinventando na diáspora. Estas posturas diferenciadas, desde um ponto de vista da vitimização até o de uma vitalidade cultural resistente, demonstram que várias visões podem ser articuladas.

Em relação à prostituição, por exemplo, pode-se dizer que é porque a mulher brasileira é vista e *determinada* como alegre e sensual que são trazidas prostitutas brasileiras, muito úteis para a propaganda de boates portuguesas. Obviamente, este fator é influenciado pela diferença entre os mercados de trabalho, favorecendo o português, onde as prostitutas têm condições de ganhar melhor. Mas o fato é que esta representação simbólica da mulher brasileira cria no mercado português do sexo uma demanda por prostitutas da ex-colônia. Não é por menos que, na percepção da situação do *imigrante brasileiro*, a narrativa é marcada pelos problemas relacionados à prostituição, localizados dentro de um jogo de imagens que alimentam e se alimentam das representações contrárias. Essas imagens contrapõem idéias antigas, idéias novas trazidas por novelas e problemas da vida cotidiana, em geral relacionados com o mercado de trabalho. Esse universo simbólico repleto de representações recíprocas, um autêntico jogo de espelhos, ganha uma nova conotação na experiência de imigração brasileira em Portugal.

Para *brasileiros*, este universo simbólico se reconfigura através da retomada de um par antagonico que já foi usado para diferenciar brasileiros e portugueses, só que no Brasil: o contraste entre a alegria brasileira e a triste-

za portuguesa, o fado *versus* o samba, o trabalho *versus* o carnaval, etc. Em várias falas vemos a expressão desse antagonismo:

“Chega a ser até mórbido o negócio [do português], de pegar o jornal e ler obituários para saber quem morreu. E existe uma coisa institucionalizada, o sujeito quer viver a desgraça alheia para se sentir melhor.”

“—Aí o quê que acontece? Entrou brasileira, só para ganhar dinheiro para pagar o quartinho dela e para comer. Então, começa aquela ginga brasileira, e dá risada, leva o cara pelo braço...”

— As pessoas são fechadas aqui, são tristes, tristes, não sorriem. Aí o quê que aconteceu? Todo mundo começou a pedir empregada brasileira.”

A “alegria” brasileira virou uma necessidade no mercado português, transformando-se, por um lado, numa vantagem natural e, por outro, numa “prisão simbólica”. Entretanto, não se pode deixar de considerar que grande parte desses trabalhadores não são regularizados, custam menos e são mais facilmente explorados pelo empregador.

Na reflexão sobre qualquer experiência cotidiana uma enorme carga de representações simbólicas e estereótipos são articulados. Se muitos *brasileiros* ocupam determinada posição no mercado de trabalho, é porque eles são vistos como naturalmente melhores e mais simpáticos que os portugueses. Este entendimento *cria* realidades pois alguns empregadores portugueses, tomando tais pressupostos simbólicos, requisitam os serviços de *brazucas*, enquanto estes passam a exercer “profissionalmente” a simpatia. É nesse sentido que os estereótipos são “prisões simbólicas” que cerceiam a experiência dos *brasileiros*. Por outro lado, a submissão dos trabalhadores a regimes de trabalho ilegais ajuda a efetivação desses discursos. Não podemos esquecer que muitas vezes essas idéias são simplesmente desculpas, legitimando a presença de *brazucas* e escondendo a exploração explícita a que estão sujeitos no mercado de trabalho. A experiência de trabalho de *brasileiros* na sociedade portuguesa, mais especificamente no Porto, ativa

uma mistura de expectativas simbólicas, universos de significado, ideologia e super-exploração do trabalho.

Por outro lado, os *brasileiros* sentem claramente como a própria imagem é ligada aos estereótipos, na percepção que deles têm os portugueses. Vejamos:

“O cara já (tem) uma postura assim: ‘você está gozando [ganhando dinheiro] daqui e só tem isso?! Como é que você conseguiu isso?’ E aí fala que você fez trambique, o que não é verdade. Pode até ser, em alguns casos. Porque nós não somos imunes a isso, a dar trambique, é claro. Qualquer raça. Mas, como sempre, o brasileiro, em todo o mundo, sempre teve má fama, em qualquer lugar os brasileiros criaram isso. Em qualquer lugar, em Paris ou Nova Iorque é a mesma coisa. Então, quando você tem um sucesso mesmo, trabalhando como nós dois trabalhamos, sem trambique, os caras falam: Não, deve ter feito alguma coisa...”

O estereótipo sobre a malandragem é operante no cotidiano desses trabalhadores *brasileiros*. A relação entre Brasil e malandragem é evidente em vários trechos de entrevistas como esse acima, ou ainda estes:

“Não, mas [os portugueses] sempre acham que faturamos horrores e estamos explorando eles... Esse é o princípio.

Ainda partem do princípio errado, justamente pela má fama que a gente tem. Prejudica bastante os próprios brasileiros...”

“Agora, se você é brasileiro – e principalmente brasileiro – e começa a subir na vida, ou começa a conseguir bens materiais que mostrem uma certa posse... vão dizer que você é safado.”

A força dos estereótipos é muito intensa, entre *brasileiros* e portugueses, já que a quantidade de situações efetivas de “malandragens” não é (aparentemente) maior que entre outros imigrantes. A má fama relaciona-se com algo fora da ação cotidiana e da experiência: a potencialidade de uma história de representação da malandragem. É muito provável, inclusive, que

essa percepção reforce ao máximo as experiências negativas que efetivamente foram praticadas por *brasileiros*. É como no exemplo de Alex, personagem de Fernanda Torres no filme *Terra Estrangeira*, quando derruba os pratos por acidente num restaurante lisboeta onde trabalhava como garçone. Imediatamente, o dono português do bar reclama: “Mas esses brasileiros, ô pá, não servem para o trabalho mesmo”. Tudo se passa como se existisse um roteiro que informasse previamente a idéia do que devem ser os brasileiros, permitindo poucas improvisações. Assim, discursos racistas nascem no contraste da prática com essas representações, processo, aliás, que se estende à imagem que os *brazucas* (e até *chapas-duplas*) formulam de portugueses, informados por representações trazidas do Brasil e reformuladas em Portugal.

Para entender a atual efetividade desse encarceramento simbólico (articulado na construção ou re-significação de estereótipos) a partir de uma matriz brasileira, basta ver como exemplo o artigo de Gustavo Ioschpe, jornalista da Folha de São Paulo, no qual afirma que “O único contato que tive na vida com os portugueses foi por meio dos livros de história e, principalmente, de uma série infinita de piadas e ditos que exemplificam a suposta estupidez lusa em toda e qualquer área do (des)conhecimento humano. Chegando ao aeroporto [de Lisboa], a impressão começou a se confirmar...”²⁰. O resto do artigo narra as experiências que comprovam os estereótipos. Esse tom racista é definitivamente influenciado pelas representações que, na prática, determinam o que vai ver o jornalista. Ele vai a Portugal para buscar a estupidez portuguesa e a encontra, pois estupidez há em qualquer lugar. Essa “verificação” é ressaltada como prova incontestável da veracidade dos estereótipos da burrice portuguesa.

Embora os estereótipos sejam cárceres para suas vítimas, são bastantes maleáveis para quem os impõe. Até aqui venho tomando estereótipo como sinônimo de representações simbólicas, mas não é mais possível

²⁰ Folha de São Paulo, 8/11/99, pág. 7/6.

manter tal associação. Os estereótipos são um tipo particular de representação simbólica, muito mais palpável e eficaz enquanto mensagem de hierarquização social. O estereótipo é uma forma de descrever o Outro, através de uma série de características generalizantes (em geral, depreciativas) que se lhe aplica. A eficácia do estereótipo – como forma de conhecimento que não conhece, mas que se justifica como um conhecimento empírico, como o orientalismo de Said (1990) – resulta na (e da) hierarquização do campo das alteridades, restando ao “estereotipado” um lugar inferior em relação ao “estereotipizador” (quando o estereótipo é um consenso na sociedade que abriga os diferentes grupos). Mas nada disso é novidade, o estereótipo nada mais é que aquela “essência” que vem sendo criticada pela antropologia desde que Ruth Benedict (1997) analisou o “caráter nacional” japonês. Mas, ao tomar o estereótipo (um falso conhecimento) primeiro como cultura e, num segundo momento, como cultura imóvel e invariável, a antropologia correu o risco de perdê-la como seu objeto, o que levou Sahlins a denunciar esse equívoco (Sahlins 1997).

Em Portugal, até a polêmica dos dentistas *braçucas* pode ser considerada a partir da dinâmica da representação da malandragem. O problema “dentistas brasileiros” (vistos como trambiqueiros) tem repercussão na experiência cotidiana de todos os brasileiros em Portugal e, como tal, não deixa de ser objeto de reflexões, análises e críticas. Durante muito tempo foi a partir da situação muito localizada desses profissionais que a migração brasileira foi vista como um todo.

Os demais brasileiros em Portugal acabaram percebendo que o problema dos dentistas influenciou a vida cotidiana de qualquer *brasileiro*, sem deixar de reconhecer que a ABOp (Associação Brasileira de Odontologia em Portugal) é uma entidade classista, que buscava primeiramente defender o interesse de seus associados e não dos brasileiros em geral. Mas a associação entre dentistas brasileiros e “trambique” estendeu-se à toda população brasileira em Portugal enquanto durou a querela dos dentistas (entre 1991 e 2000), devido a reportagens de jornais que davam destaque ao caso de fal-

dos dentistas brasileiros, à pressão da entidade de defesa dos médicos-dentistas portugueses (que até fez declarações explícitas à mídia de que os dentistas brasileiros eram um perigo à saúde pública, por transmitirem AIDS aos pacientes). Criou-se, na década de 90, um clima anti-brasileiro que ressaltava a malandragem e a má-fé dos novos imigrantes. Prostitutas e dentistas foram, e continuam sendo, submetidos a uma carga simbólica bem evidente, que relaciona Brasil a sexo e malandragem.

Como o caso dos dentistas e das prostitutas, a IURD (Igreja Universal do Reino de Deus) contribuiu para a imagem que é reconstruída pelos portugueses acerca dos brasileiros. Sendo vista como uma nova “coisa” que vem do Brasil, a IURD foi associada a estereótipos sobre brasileiros, simultaneamente reforçando algumas crenças e criando novas visões. A imagem da IURD também é associada à malandragem, corrupção e ganho fácil. Ao mesmo tempo, novas idéias são formuladas, pois o Brasil também passa a ser visto como produtor de religiões, como mais um passo da invasão cultural brasileira. Se o par sexo/malandragem é uma das maneiras através das quais brasileiro é visto, podemos pensar também no par novelas/IURD, com as novelas promovendo formas diferentes de tratar a sexualidade e a IURD significando, para muitos, “trambique”. De qualquer forma, ambas são enquadradas nos estereótipos correntes em Portugal sobre o Brasil.

A IURD desenvolveu, entre 1990 e 1995, uma campanha agressiva de aquisição de espaços públicos importantes da cidade do Porto, para transformá-los em igrejas. A sua rápida expansão em Portugal possibilitou (como em vários outros lugares) a compra de inúmeras emissoras de rádio, jornais e espaços para cultos. Uma das investidas teve como alvo o *Coliseu*, um importante teatro da história da cidade que estava em relativo abandono. Ao anunciar a compra do *Coliseu* em meados de 1995, jornais portugueses desencadearam uma campanha de repúdio à investida da IURD como se a igreja estivesse destruindo uma parte da memória coletiva da cidade. A privatização “religiosa” de um espaço público seria um afronta e uma descaracterização da cidade e, portanto, de Portugal. Essa campanha dos jornais

teve intensa participação da sociedade civil, com passeatas e protestos das mais variadas naturezas. O processo culminou com o espancamento de uma equipe de reportagem brasileira que vinha cobrir um desses protestos.

Estas guerras campais ganharam grande relevância se imaginarmos que os ataques são dirigidos a essa massa de significados complexos e não apenas a uma instituição qualquer: se a imagem da IURD não estivesse relacionada à imagem do Brasil e seus estereótipos, provavelmente os protestos não teriam acontecido da forma como aconteceram. Fica claro a importância que esses fenômenos têm para os *brasileiros* em Portugal, principalmente aqueles que vivem no Porto, onde aconteceram tais fatos.

Nestes fenômenos – prostituição, dentistas, IURD e as novelas – podemos estabelecer parâmetros com o par sexo/malandragem. A imagem sensualista a qual o Brasil é submetido é estendida às novelas e às prostitutas, enquanto a malandragem, o jeitinho é estendido aos dentistas e à IURD. As prostitutas são, entretanto, vistas pelos dois ângulos, contendo os dois pólos representativos na forma mais pejorativa e, talvez por isso, são sempre consideradas como o principal problema da imagem do Brasil em Portugal. Outra “categoria” que engloba os dois pólos (sexo e malandragem), de forma menos pejorativa, são os jogadores de futebol. Estes são vistos como talentosos e também sensuais, são temidos e admirados e em torno deles se constrói uma gama enorme de imagens, sempre mediadas pelos estereótipos sobre o Brasil mestiço²¹. Em termos numericamente significativos, estes reproduzem, na sua maioria, os estereótipos que lhes são impostos. Englobam, como as prostitutas, o sexo e a malandragem. Jogadores de futebol e prostitutas podem ser vistos como o par estrutural a partir do qual são representados os brasileiros. Não é por acaso que a piada corrente de que no Brasil só há prostitutas e jogadores de futebol é tão freqüentemente ouvida em Portugal.

Mas se estas representações são impostas, não se pode deixar de dizer que muitas das referências destas imagens são aquelas com as quais se re-

²¹ Esta imagem foi especialmente reforçada pela adoção do lusotropicalismo como ideologia de Estado (Castelo 1998) do regime salazarista, a partir de 1951.

presenta oficialmente o Brasil²². O discurso nacional brasileiro inclui muitos dos estereótipos que são reforçados em Portugal. A ideia predominante de um país mestiço é fundamental e a “ideologia da miscigenação”²³ serve, hoje em dia, como base para a construção de estereótipos negativos e também como base de políticas culturais das quais *brasileiros* (e portugueses) em Portugal se apropriam de formas diferenciadas. No entanto, vale afirmar que essa “visão” permanece como *essência* da brasilidade, seja negativa ou positivamente. A identificação possível entre os *brasileiros* no Porto é essencializada, propalada pela mídia, uma identidade vazia²⁴ que, ao mesmo tempo é mercantilizada na prática, nas formas de sustento econômico às quais os imigrantes se adaptam, submetidos às prisões do estereótipo. Se é preciso ser alegre, se o gaúcho tem que sambar e o baiano fazer churrasco, se qualquer refeição brasileira tem que ter uma feijoada, então passam a existir brasileiros conforme essas prescrições culturais estereotipadas. Ao mesmo tempo, a experiência cultural de cada um não evapora. As diferenças são sempre lembradas e as pessoas acabam sempre se identificando em última instância através de identidade regionais. As palavras de um dos entrevistados resume bem este processo:

“O que eu tenho a ver com um maranhense? Eu nunca fui ao Maranhão, eu não conheço nada do nordeste. Eu nasci no Rio, no interior, conheço bem o sudeste e o sul, onde joguei mais, o resto não me diz nada. Não como carne seca, não danço forró.”

²² A questão de onde essas representações são produzidas é uma outra tarefa. Para os interesses deste texto, basta dizer que muitos dos estereótipos fazem parte das narrativas de nação do Estado brasileiro, vendidas, por exemplo, através de agências especializadas em promover o turismo brasileiro no exterior. Mas é evidente que há uma negociação com as representações sobre o Brasil correntes em Portugal. Toda a reconstrução do pensamento imperial articulada na atual lusofonia portuguesa é carregada de representações sobre o Brasil. Sobre lusofonia ver Santos (1996) e Margarido (2000), sobre lusotropicalismo, ver Castelo (1998), Bender (1980), Moutinho (2000) e Boxer (1967).

²³ Conferir, entre outros, Porto Alegre (1998), Schwarcz (1998), Mello e Souza (1998). Sobre a mestiçagem como branqueamento, ver DaMatta (1987), Gillian (1997), Hasenbalg (1991), entre outros.

²⁴ Para uma discussão sobre esta “identidade vazia” como identidade-pastiche, ver Machado 2001.

REPRESENTAÇÕES MULTIFACETADAS DA TRAMA PRINCIPAL

Após a delimitação da operacionalidade de alguns estereótipos, torna-se necessário verificar como os *brazucas* representam esses “enredos culturais” e como confrontam seus preconceitos em relação aos portugueses na sua vida cotidiana em Portugal. Com esse intuito, examinarei algumas questões que resultam do choque entre história de representação cultural, processos de essencialização e desenvolvimento de identidades na diáspora.

Na sua vida cotidiana no Porto, os *brazucas* descobrem que as idéias e preconceitos sobre os portugueses que carregavam desde o Brasil não condizem com a realidade. Na verdade, os estereótipos formulados por brasileiros sobre os portugueses são reelaborados pois tendem a constatar, com certa surpresa, que portugueses nada têm de ignorantes. O resultado deste processo é que visões opostas são elaboradas: de terra de burros, onde o *brazuca* esperto seria rei, Portugal passa à terra da falcatrua onde ele é enganado. Assistimos a uma mudança significativa na representação dos portugueses, como percebemos na citação abaixo:

“Resolvi vir para cá, vi uma oportunidade aqui de chegar...tipo, em terra de cego quem tem um olho é rei, mas nunca pensei que houvesse tanta armação, tanta hipocrisia e tanta falcatrua.”

“É capaz de você imaginar, vamos supor, que você está sentado e um português vai querer lhe assaltar, então é assim: ‘Olha, desculpa, posso lhe assaltar, dá para você me dar o seu dinheiro que eu estou precisando de dinheiro? Posso lhe assaltar?’. Mas não! São espertos para caramba, porque fazem tudo pela caladinha...você é mineiro, e tem acreditado que come pelas beiradinhas, come quieto, não faz nada, e os caras...quando vai ver já está todo mundo lhe enganando”

“Você não pode cobrar ninguém, ninguém gosta de ser cobrado aqui. Por exemplo, compram a crédito e não querem ser cobrados, eles querem pagar quando acham que querem pagar. Então a gente sente uma diferença muito grande porque há uma idéia muito diferente em termos de honestidade, de integridade...”

“É uma desigualdade enorme, não há uma honestidade, vamos dizer assim. No Brasil também não há, mas eu acho que aqui ainda é bem pior.”

Nesta série de diálogos as imagens sobre o português são sempre contrastadas com uma imagem anterior, trazida do Brasil. A nova experiência demonstra que esses estereótipos são falsos, pois não há a “terra de cegos”, mas não deixam de ser operantes para muitos *brazucas* e *chapas-duplas*, mesmo que a burrice se transforme em “inatividade”, “esperteza” e “exploração”. A imagem resultante continua negativa, acentuando a desonestidade e o trambique, imagens que, curiosamente, são atribuídas aos brasileiros por portugueses. Os *brazucas* não se livram de seus estereótipos, mas passam a requalificá-los a partir da discriminação a que estão sujeitos, a partir dos desencontros no mercado de trabalho. E, eventualmente, a idéia da burrice é retomada como uma forma de vingança cultural.

Os estereótipos são uma forma de não-conhecimento utilizada também como defesa. A transformação das características que qualificam os portugueses para os *brasileiros imigrantes* atua sempre no sentido de aumentar a negatividade do estereótipo anterior. Se o *galego* “burro” era ingênuo, o novo espertalhão explorador é, por um lado, mais odiável e, por outro, serve como justificativa para a falta de sucesso financeiro que tantos imigrantes imaginavam colher rapidamente. Tanto são uma forma de não-conhecimento e instrumentos de subordinação ou defesa, que os estereótipos sobre os portugueses passaram por várias inversões. Como afirmei no princípio do artigo, ao final do século XIX, o português imigrante no Brasil era visto como espertalhão e não como burro, era dono do “espaço da alegria” (bares, botequins, etc.) e às mulheres portuguesas era associada a pecha de prostitutas (cf. Ribeiro 2000, Machado 2001, Alencastro 1988 e Rowland 2000). Só no começo do século XX é que a imagem muda. Novamente, desde o final da década de 80, as imagens se transformaram e o português descrito por um *brazuca* hoje em dia retoma antigas conotações.

Esses processos são sempre mediados pelo fundamental contraste da língua e dos sotaques. O artigo de Ioschpe citado anteriormente não foge à regra: “até as palavras mais informais – ‘pá’, ‘gajo’ etc. – são cômicas”²⁵. Imediatamente ligada aos estereótipos dos brasileiros está a percepção das diferenças lingüísticas. A língua brasileira é vista como uma outra língua e é significativa em cada momento da vida cotidiana, pois permite identificar os brasileiros e impede a diluição entre os portugueses. Qualquer *imigrante brasileiro* é identificado pelo sotaque, basta começar a falar. Assim, é natural que as diferenças na fala marquem muito a memória. Vejamos essas falas:

“Chego lá e o cara chega para mim, vira, começa aquela conversa mole de dizer que o brasileiro tem um linguajar diferente, fala muita gíria, que não ia ter uma clientela, assim, com um atendimento, que o brasileiro não sabia nem falar nem escrever.”

Outras passagens indicam como vários nichos do mercado de trabalho são menos receptivos às pessoas que falam o “brasileiro”, ou seja, o português falado no Brasil. Quando o *brasileiro fala* fica evidente que não é português e imediatamente a carga simbólica relacionada com o brasileiro é ativada. Fora do mercado da “hotelaria”, essa associação é geralmente depreciativa, acentuando a preguiça e a falta de seriedade. Mesmo que o sotaque brasileiro tenha um apelo comercial, como nas novelas, é unânime a constatação de que na vida real a coisa é diferente. O sotaque das pessoas na vida comum, fora da TV, é visto como mais um sinal de uma “invasão brasileira”.

Contudo, há uma grande incidência de casamento entre brasileiros e portuguesas, como também entre brasileiras e portugueses. Esses casamentos revelam algo sobre a adaptabilidade desses brasileiros e do lugar que podem ocupar dentro da sociedade portuguesa. O fato de aparentemente casarem-se com mais facilidade com “nativos portugueses” do que imi-

²⁵Folha de São Paulo, 8/11/99, p.7/6.

grantes africanos revela um lugar simbólico privilegiado. Não é de mal tom casar com brasileiros homens, ao passo que casar com brasileiras parece ser mais complicado, justamente por causa dessa carga simbólica erotizada que envolve mulheres com sotaque brasileiro. Dentro de uma hierarquia da alteridade portuguesa²⁶, os brasileiros estão melhor situados que africanos, e os brasileiros homens melhor que as mulheres.

O que chamo de “hierarquias das alteridades” é uma forma de escalonar em termos valorativos as diferentes populações que se encontram dentro de Portugal. Defendo a idéia de que a atual hierarquia que qualifica as populações imigrantes em Portugal, e na qual os brasileiros têm um lugar privilegiado, é fruto das hierarquias coloniais portuguesas, tão bem expostas nas grandes feiras coloniais do começo do século XIX, analisadas por Thomaz (1996). Defendo ainda a idéia de que a lusofonia é a forma atual renovada daquele mesmo pensamento colonial, que propaga vigorosamente a idéia da língua como pátria apenas para recriar as mesmas distinções valorativas entre as populações das ex-colônias. Ou seja, a lusofonia é um discurso de recriação de uma centralidade imperial sem o império, uma forma de re-subalternizar as populações que já foram subalternas, inclusive a brasileira.

Vejamos algumas falas:

“Estou casado com uma portuguesa.”

“O cara que vem com família ou constitui família, o que acontece? Os filhos começam a se adaptar muito aqui, começam a criar seu quadro de opções...”

“As pessoas, às vezes, não optam por ir [*de volta ao Brasil*] de vez por que não estão satisfeitas, mas muitas vão ficando. Vão ficando por razões diversas, por exemplo o meu caso, eu tenho dois filhos que estão envolvidos com mulheres portuguesas. Então torna-se um pouco difícil...”

²⁶Em outro trabalho (Machado 2001), relaciono esta “hierarquia da alteridade” às hierarquias raciais do império português, construídas desde o final do século XIX.

Estas e outras várias passagens parecem comprovar como brasileiros ocupam de antemão um lugar na hierarquia de alteridades em Portugal. Este lugar é mais privilegiado que o dos demais, possibilitando uma melhor integração com os portugueses que os demais imigrantes. Mas é preciso lembrar que este lugar privilegiado é sempre um lugar subalterno, como atores que legitimam as construções ideológicas da uma certa elite portuguesa.

REAÇÕES NA PLATÉIA

Em 1987, Paula Guedes, uma atriz portuguesa, num artigo no *Jornal do Brasil*, referia-se à decadência do prestígio do brasileiro em Portugal, evidenciada pela suspeita de uma invasão de imigrantes do gigante adormecido. Tanto suas falas como as de outros jornalistas são reveladoras de uma crescente insatisfação de portugueses em relação aos *brasileiros* e tudo indica que a sensação de invasão ocupa várias dimensões da vida em Portugal desde o final da década de 80. São vistos como sinais dessa invasão a presença esmagadora da mídia e das novelas brasileiras – já chamada de “imperialismo cultural” por um jornalista português –, a luta no mercado de trabalho de classes profissionais como a dos dentistas brasileiros, as redes ilegais de prostituição de brasileiras e até a ascensão da IURD (Igreja Universal do Reino de Deus).

Diz-nos Paula Guedes:

“Estou morando há um ano no Brasil e não sei o que aconteceu de um ano para cá, mas por várias vezes fui abordada por portugueses, inclusive intelectuais, que cortavam qualquer conversa sobre brasileiros. ‘Eu não suporto mais ouvir, falar e ver brasileiros’, diziam. É um preconceito, mas é sintomático que o sucesso que os brasileiros desfrutavam em Portugal tenha decaído tanto e pode chegar a ser um início de um pesadelo para quem deseja ver o país como um paraíso a beira-mar plantado. A verdade é que a imagem do brasileiro está sofrendo um corrosivo desgaste. No século passado, era comum nas peças de teatro e nos romances

naturalistas a presença de um personagem caracterizado como o brasileiro, isto é, o português aldeão que vinha para o Brasil, fazia fortuna e retornava para esbanjar e arrotar entre lautos almoços. Era uma imagem caricaturizada, que exibia mais o rancor de uma elite e dos que tinham ficado no país. Foi Eça de Queirós quem chamou a atenção para o excesso de caricatura com que se pintavam esses personagens. O brasileiro de agora é brasileiro mesmo e pode sofrer a mesma demolição que, outrora, os escritores fizeram de seus patrícios.”²⁷

A tensão aludida nessa passagem, somente aumentou nos anos seguintes, atingindo seu ápice no polêmico caso dos dentistas brasileiros em meados da década de 90. Atualmente, para os brasileiros, há sinais de uma ressaca dessas imagens conflituosas, sem que os problemas tenham sido resolvidos. Nas palavras de um imigrante brasileiro:

“— Mas mudou a mentalidade. [Antes] o brasileiro era Deus. O brasileiro era Deus, tá entendendo? Era fantástico, ele era tratado aqui como rei. Entendeu?”

Essa mudança deve-se aos processos que destronaram o brasileiro dessa posição privilegiada e colocaram-no noutra, delicada e, em alguns casos, discriminada. Norma Curi, em outra reportagem do *Jornal do Brasil*, de 31/07/1988, indicava já pelo título a situação de brasileiros em Portugal: “Portugal, inferno dos brasileiros”. A reportagem indica os principais temas que foram discutidos ao longo desse trabalho: novelas, dentistas e preconceito.

A importância da impressão de invasão generalizada é fundamental na experiência atual desses brasileiros no Porto. O sucesso da telenovela, literalmente onipresente na televisão portuguesa, apenas complica a situação dos brasileiros. Como afirma Daniel Piza, em reportagem para a *Folha de São Paulo*²⁸, “Se, na realidade, portugueses e brasileiros estão meio às turras,

²⁷ Paula Guedes, *Jornal do Brasil*, 22/11/1987.

²⁸ *Folha de São Paulo*, 09/02/1993.

na principal máquina dos sonhos – a televisão – tudo continua tão cor-de-rosa quanto um comercial de refrigerantes”. Ou seja, o papel da novela e a situação dos imigrantes têm que ser diferenciados. É possível que os atores brasileiros sejam estrelas em Portugal e, ao mesmo tempo, as novelas com altíssima audiência sejam usadas para reforçar estereótipos pouco louváveis, como a idéia de que no Brasil a licenciosidade sexual seja regra, implicando uma espécie de vale-tudo nas relações pessoais. Uma reportagem do jornal português *Expresso*²⁹, intitulada “A ‘invasão’ brasileira”, chamava a atenção para o perigo da condescendência do governo português em relação à migração brasileira:

“Em primeiro lugar, há um aspecto essencial: o da dimensão. Portugal tem 10 milhões de habitantes e o Brasil mais de 150 milhões. Sendo certo que somos devedores de uma dívida incensurável às Terras de Vera Cruz – desde o ouro passado às telenovelas do presente, passando pelo excelente acolhimento a centenas de milhares de emigrantes (também eles construtores do Brasil) e a muitos refugiados políticos –, é do mesmo modo incontestável que não possuímos território, riquezas materiais, potencial económico ou défice demográfico que nos permita, agora ou alguma vez no futuro, pagar na mesma moeda. O estado português necessita assim de criar mecanismos que o possam proteger de uma avalanche migratória, tanto mais previsível quanto estão à vista os sinais de desagregação da economia e tecido social brasileiros [...]”

Na lógica do artigo, embora o Brasil seja, em várias dimensões, credor de Portugal, este não pode ceder à tentação de pagar. Os argumentos listados para acentuar a dívida portuguesa são os mesmos que brasileiros usarão para exigir direitos em Portugal. O editorial enfatiza também questões importantes para a vida desses *brasileiros*: os compromissos de Portugal com a Comunidade Européia e seus tratados de controle de migração, mar-

²⁹ *Expresso*, 06/07/1993.

cando mais ainda essa “virada europeia” da política externa portuguesa³⁰. O editorial também retoma a questão da irmandade luso-brasileira³¹ *versus* a virada europeia portuguesa, a dívida portuguesa em relação ao tratamento que o Estado brasileiro dispensou a cidadãos portugueses em vários momentos da história, a importância da novela brasileira em Portugal e as redes ilegais de migração de brasileiros (onde se pode ler prostitutas e travestis).

COMENTÁRIOS FINAIS

Vimos que para brasileiros e portugueses, a experiência cotidiana é mediada pela eficácia das construções estereotipadas. Várias dimensões são articuladas: os estereótipos sobre o “português”, sobre o jeito brasileiro, a tremenda influência dos posicionamentos dos dentistas, o problema da prostituição, das novelas e da IURD. Assim, foi se configurando a idéia de “invasão brasileira”. Mesmo a atual necessidade de mão-de-obra imigrante não diminui esta impressão, pois ela não tem apenas relação com a presença física de *brasileiros*, mas com a influência da mídia e cultura brasileiras. Esse conjunto de imagens e interpretações fundem-se instavelmente e constituem a atual imagem do Brasil, fruto de uma tensa relação entre esses vários significantes. Algo não definitivo e em constante transformação.

Vimos nessas reflexões iniciais sobre a dinâmica da vida de brasileiros em Portugal que a experiência no mercado de trabalho (a venda da alegria), entre outras variáveis, acaba por reforçar estereótipos. A experiência desses *brasileiros* é influenciada por várias construções simbólicas preexistentes: aquelas de exotismo, construídas ao longo de séculos; as veiculadas pela mídia televisiva brasileira, portadora de novas fontes de estereótipos; e aquelas relacionadas ao lugar preexistente na hierarquia das alteridades portuguesa, construída na longa história de colonização. Novos fatores como a luta dos den-

³⁰ Ver Feldman-Bianco (1992, 1994, 1996) e Santos (1996) para uma análise de tais questões.

³¹ Ver Caetano da Silva (neste volume).

tistas, os jogadores de futebol, a presença das prostitutas brasileiras e o sucesso da IURD são inseridos nessas lógicas simbólicas preexistentes, ao mesmo tempo em que criam novas imagens sobre os brasileiros.

Importante é perceber que esse universo simbólico português, no qual o *brasileiro* está inserido, é contrastado àquele trazido do Brasil. Uma série de imagens sobre os portugueses, em geral preconceituosas, são redirecionadas e reinterpretadas na situação de confronto encontrada pelos imigrantes. Mesmo que se casem com portuguesas(es), persiste um racismo contrário, em geral estimulado pela disputa no mercado de trabalho. Grandes fluxos simbólicos são postos em contato, agitados, transformados e solidificados nesse encon(fron)t(r)o de *brasileiros* e portugueses no Porto.

Nesse contexto, os “estrangeiros” *brasileiros* deparam-se com um grande número de representações sobre Brasil e brasileiros. Essas representações assemelham-se a roteiros de um filme, a sugestões de como construir personagens de gosto público. De fato, tudo funciona como se esses novos atores executassem papéis em novos filmes inspirados por grandes clássicos do passado, clássicos que duram e são reelaborados por séculos. Os estereótipos são esses roteiros-prisão imaginários, aos quais os *brasileiros*, as vezes, rendem-se, outras estimulam, e outras, ainda, recusam. Por isso as representações são múltiplas e facetadas. Acrescente-se a este cenário que os novos atores vêm carregados de representações sobre sua nova platéia e suas atuações dialogam com tais pressupostos, em geral tão fantasiosos quanto os roteiros involuntários a que estão sujeitos. Também a reação da platéia portuguesa não é a de mera espectadora, diga-se, pois transforma um roteiro antigo num fenômeno de críticas (em geral negativas).

Essa é a explicação para a escolha da estrutura do texto que, imagino, ilumina bem a grande questão subjacente a todos os fenômenos aqui aludidos: como o que permanece nesse roteiro é a antiga hierarquia do império português³², a recolocação no presente de antigas ordens, nas quais uma

³² Ver Thomaz 1994 e Alencastro 2000.

hierarquia da alteridade é reafirmada na nova face de um Portugal país de imigração. Esta ordem delimita um lugar relativamente privilegiado aos *brasileiros*, em relação aos demais imigrantes, como os dos PALOP, e desprivilegiada em relação aos próprios portugueses, como as reações à presença física e cultural brasileira indicam.

ABSTRACT: The paper main objective is to understand the stereotype role in Brazilians immigrants' life at Porto, Portugal. These stereotypes are seen as prisons to Brazilians agency and these immigrants end up performing preexistent roles. The selling of the exotic and of an image of Brazilian essence characterize these roles. Brazilians have specialized in selling happiness at Portuguese work market as attendants, musicians, dancers, prostitutes, travesties, etc. The essencialized images of a mestizo, sensual and happy country have become commodities, however commodities that reifies even more its substance: the stereotypes.

KEYWORDS: Identity, Stereotypes, Brazilian migration, Post-colonialism.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. Escravos e proletários. In: *Novos Estudos Cebrap* n° 21, julho de 1988, p. 30-57.
- ALVES, Jorge Fernandes. *Os brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Edição do Autor, 1994.
- BENDER, Gerald J. *Angola sob domínio português, mito e realidade*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980.
- BENEDICT, Ruth. *O crisântemo e a espada*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- BOXER, C. R. *Relações raciais no império colonial português 1415-1825*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967, 163p.
- CAETANO DA SILVA, Eduardo. “Disputas políticas e (re)construções identitárias dos portugueses de São Paulo no contexto dos ‘500 anos de descobrimento do Brasil’ ”, mimeo, 1999.

- CASTELO, Cláudia. *O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1 961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1998. 166p.
- DAMATTA, Roberto. Digressão: a fábula das três raças. In: *Relativizando: Uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- DUMONT, L. *O Individualismo - uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. Imigrantes portugueses, imigrantes brasileiros. Globalização, antigos imaginários e (re) construções de identidade (uma comparação triangular). In: Projeto integrado: identidades: reconfigurações de cultura e política. Estudos de migrações transnacionais de população, signos e capitais. Enviado ao Pronex. Campinas: Unicamp, 1996.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. Brazilians in portugal, portuguese in brazil: constructions of sameness and difference. In: *Identities*, 2001.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. The state, saudade and the dialectics of deterritorialization and reterritorialization. Paper Wenner-Green Foundation for Anthropological Research: Mijas, 1994.
- FELDMAN-BIANCO, Multiple Layers of Time and Space: the Construction of Class, Ethnicity, and Nationalism among Portuguese Immigrants. In: GLICK SHILLER, BASCH, L., BLANC-SZANTON (org.) *Towards a transnational perspective on migration: race, class, ethnicity, and nationalism reconsidered*. New York: Annals of the New York academy of Sciences, 645, 1992.
- FOX, Richard. East of Said. In: SPRINKER, Michael. *Edward Said, a critical reader*. Cambridge: Blackwell, 1992.
- GILLIAN, Angela. Globalização, identidade e os ataques à igualdade nos Estados Unidos: esboço de uma perspectiva para o Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 48, junho de 1997, p. 67-103.
- HALL, Stuart. Identidade cultural na diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n° 24, 1996.
- HALL, Stuart. What is this "Black" in black popular culture?. In: DENT, Gina (ed.). *Black popular culture*, Seattle: Bay Press, 1992.

- HANDLER, Richard. *Nationalism and the politics of culture in Quebec*. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.
- HASENBALG, Carlos A.. Discursos sobre raça: pequena crônica de 1988. *Estudos Afro-Asiáticos* (20), jun. 1991, p.187-195.
- HERZFELD, Michael. *Cultural intimacy: social poetics in the Nation-State*. Londres/Nova York: Routledge, 1997.
- MACHADO, Igor José de Renó. *Estereótipos e representações cruzadas: brasileiros no Porto, Portugal*. Exame de Qualificação para Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2001.
- MANSUR DA SILVA, Douglas. *A Ética da Resistência: os exilados antialazaristas do “Portugal Democrático” (1956/1975)*, dissertação de mestrado em Antropologia Social, departamento de Antropologia, Unicamp, 2000.
- MANSUR DA SILVA, Douglas. *Memórias e itinerários de Pereira: narrativas contextuais de um imigrante português antialazarista e anticolonialista*. (Monografia de fim de curso) Campinas: Unicamp, 1998.
- MARGARIDO, Alfredo. *A lusofonia e os lusófonos. Novos mitos portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias lusófonas, 2000.
- MELLO e SOUZA, Laura. América diabólica. In: *Revista de Cultura Brasileira*, 1998.
- MOUTINHO, Mário. *O indígena no pensamento colonial português*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000. 262 p.
- PORTO ALEGRE, M. S.. Reflexões sobre iconografia etnográfica: por uma hermenêutica visual. In: FELDMAN-BIANCO & LEITE, Míriam (orgs.). *Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas: Papirus, 1998.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. A guerra dos portugueses no Rio de Janeiro no final do século XIX. In: *Oceanos*, nº 44, out./dez. 2000.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado*. (Tese de doutorado). Campinas: Unicamp, 1997.
- ROWLAND, Robert. Portugueses no Brasil independente: processos e representações. In: *Oceanos*, nº 44, out./dez. 2000.

- SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte I). *Mana* 3(1), 1997, p.41-73.
- SAID, Edward. *Orientalismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- SANTOS, Gustavo. *Sabiá em Portugal: a imaginação da nação na diáspora*. (Monografia de fim de curso). Campinas: Unicamp, 1996.
- SCHWARCZ, Lilia. Complexo de Zé Carioca – sobre uma certa ordem da mestiçagem e da malandragem. *RBCS*, n°29, outubro de 1995, p.49-64.
- SERRÃO, Joel. *A emigração portuguesa: sondagem histórica*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982. 245p.
- THOMAZ, Omar Ribeiro. *Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*. (Tese de doutorado). São Paulo: USP, 1997.
- VIEIRA, Nelson H. *Brasil e Portugal: a imagem recíproca: o mito e a realidade na expressão literária*. Lisboa: Ministério da Educação. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991, 256p.

Filme citado

Terra Estrangeira. 1995, 102 min.

Diretores: Walter Salles e Daniela Thomas

Roteiro: Walter Salles, Daniela Thomas e Marcos Bernstein

Fotografia: Walter Carvalho.

Distribuição: Rio Filme e Sagres Vídeo

artigos

BURGUESIA E REFORMA AGRÁRIA: REFLEXÕES A PARTIR DO DEBATE ACADÊMICO BRASILEIRO DAS DÉCADAS DE 1980 E 1990

Giuliana Franco Leal

RESUMO: Este artigo pretende discutir, a partir do debate acadêmico das décadas de 1980 e 1990, os significados e as implicações que a reforma agrária poderia ter para a burguesia agrária brasileira, entre as décadas de 1950 e 1990.

UNITERMOS: reforma agrária; proprietários fundiários; burguesia agrária.

APRESENTAÇÃO

Qual o significado econômico, político e social da reforma agrária? Esta questão já foi bastante discutida e suas respostas vêm se transformando ao longo das últimas décadas. Nelas estão contidas, de forma mais ou menos explícita, reflexões sobre a relação da burguesia, agrária e não agrária, com as políticas agrárias. Tendo por base aquela primeira questão, este é o tema específico que pretendemos abordar, de suma importância seja teoricamente seja em termos de implicações para a luta pela reforma agrária: quais são os significados que políticas de reforma agrária podem ter para a burguesia brasileira?

Para pensar esta questão, iniciamos o artigo com um balanço da bibliografia do final da década de 1980 e meados da década de 1990 sobre o

papel da reforma agrária na sociedade brasileira. Em seguida, pensamos nas alianças e confrontos entre burguesia em geral e proprietários rurais, para por fim refletirmos especificamente sobre os posicionamentos da burguesia brasileira com relação à reforma agrária.

Sendo expressão das leituras e reflexões iniciais de uma pesquisa ainda em andamento, este artigo procura levantar hipóteses, deixando em aberto questões a serem pesquisadas.

1. O SENTIDO DA REFORMA AGRÁRIA NO DEBATE DOS ANOS 80/90 – UM BALANÇO BIBLIOGRÁFICO

No debate sobre a reforma agrária, os aspectos econômicos, sociais e políticos freqüentemente se confundem e sempre contêm influências e imbricações mútuas. Nos anos 90, especialmente, torna-se bem pouco nítida a distinção entre as conseqüências econômicas e sociais da reforma agrária, pois esta deixa de ser vista como uma política para acelerar a acumulação capitalista, sendo agora abordada sobretudo como uma política com a capacidade de tornar mais justamente distribuídos os resultados desta acumulação.

Vê-se aí uma distinção clara em relação ao debate dos anos 50, bastante assinalada pelos autores que estudam a questão agrária quase meio século depois. Na década de 50, a reforma agrária estava em voga no Brasil com uma argumentação que girava em torno de seu sentido mais clássico: seus benefícios desenvolvimentistas.

Nestas formulações, difundidas sobretudo pela Cepal, a reforma agrária era pilar dos projetos desenvolvimentistas (Veiga 1991, Leite 1992, Tavares 1996). Seu papel era duplo: por um lado, visava expandir o mercado interno, ao incorporar um expressivo segmento de trabalhadores rurais cujo poder de compra era anteriormente insuficiente. Este argumento tinha importância fundamental num contexto em que a expansão do mercado inter-

no era vista como estratégia fundamental para o desenvolvimento do país. Isto porque o mercado interno ocuparia a posição de arrimo da indústria brasileira quando viesse a se esgotar o modelo de desenvolvimento industrial por substituição de importações. Por outro lado, ao levar ao barateamento da produção de alimentos – fosse porque a produção aumentaria ou porque só se remuneraria o trabalho e não o capital –, a reforma agrária rebaixaria o valor e/ou o preço da força de trabalho urbana, o que conduziria ao incremento da acumulação capitalista (Abramovay 1985).

Semelhante apelo à contribuição da reforma agrária para a acumulação de capital, e conseqüentemente para o desenvolvimento capitalista, ainda se ouve no início da década de 90, mas é minoritário. Veiga (1991) explica o barateamento dos alimentos na agricultura familiar pelo fato de que no modelo familiar de agricultura, diferentemente do modelo de agricultura patronal, pode existir a remuneração do trabalho mas não do capital. Do rebaixamento dos preços dos alimentos, derivam conseqüências de dois tipos: 1) contêm-se os custos salariais, de modo que as indústrias ganham maior capacidade de acumulação e de competitividade, o que implica em desenvolvimento capitalista; 2) aumentam-se os salários reais (o que significa dizer que aumenta o poder de consumo) do conjunto da classe trabalhadora, possibilitando a passagem de um padrão extensivo de crescimento econômico – isto é, um padrão baseado na expansão da produção para novos setores e novas áreas, mantendo-se semelhantes os níveis de produtividade e os padrões de consumo – para um padrão intensivo, em que a produtividade aumenta e a produção em massa se consolida, apoiando-se na expansão do consumo das camadas populares e a exigindo.

Entretanto, é bom lembrar que as classe trabalhadoras brasileiras não viveram o mesmo tipo de processos de conquistas pelo qual passaram classes trabalhadoras de países desenvolvidos. Assim, os benefícios da sociedade de consumo não foram estendidos àquelas com a mesma extensão e intensidade com que estas foram contempladas. De acordo com Silva (1993), este argumento invalida o raciocínio anterior.

A inserção brasileira no capitalismo mundial é subordinada e as alianças da burguesia brasileira são necessariamente diferentes; compreendem alianças internas entre os proprietários fundiários e os setores mais modernos da burguesia e alianças, em posição subordinada, com o capital estrangeiro.

Lembremos agora que grande parte da bibliografia consultada concorda que o papel de impulsionar o desenvolvimento capitalista se perdeu na medida em que, durante os governos militares (1964-1984), foi empreendida a chamada “modernização conservadora”, que consistiu na intensificação das relações capitalistas no campo com manutenção da estrutura fundiária concentrada, por meio de incentivos à modernização técnica da grande propriedade.

Neste sentido, pode-se dizer que houve desenvolvimento capitalista no campo, assim como nos demais setores da economia brasileira, sem que se realizasse uma efetiva reforma agrária. A partir desta constatação, torna-se recorrente o argumento de que a história provou que a reforma agrária não era requisito necessário para o desenvolvimento capitalista (Abramovay, 1985; Müller, 1988; Graziano, 1996).

Quando a situação criada pela modernização conservadora é vista como a única possível no contexto atual, desenvolvem-se diversos argumentos quanto à inviabilidade econômica da reforma agrária. Müller (1988), por exemplo, diz que para pensar o destino social dos “sem-terra” e dos “com terra insuficiente”, impõe-se uma forma da distribuição de terras distinta do assentamento destes grupos sociais em áreas desapropriadas, pois as demandas internas e externas estão mais próximas de serem satisfeitas por grupos sociais “modernos”.

Com uma idéia de reforma agrária que provavelmente se assemelha à de Müller, pois não vê a possibilidade de uma reformulação ampla da estrutura fundiária (por meio da qual os assentados possam produzir com métodos modernos e resultados correspondentemente satisfatórios), Albuquerque (1987) vê na reforma agrária um perigo de desestabilização da pro-

dução agrícola, pois ao criar-se um campesinato, voltado necessariamente para a produção de subsistência, a generalização do capitalismo na agricultura estaria em risco de desarticulação.

O perigo de desestabilização da produção agrícola é destacado também por Graziano (1996), mas a razão apontada é diferente: assentar um número muito grande de trabalhadores rurais sem-terra, sem critérios precisos de definição, como o contingente proposto pelo MST (que considera parceiros e assalariados como sem-terras), inviabilizaria a produção agrícola por diminuir a oferta de trabalhadores rurais para as propriedades capitalistas. Veremos mais tarde que este mesmo autor, no entanto, reconhece o desemprego como um grande problema a ser resolvido, em parte, pela reforma agrária.

Quando se pensa em efeitos da reforma agrária em termos de desenvolvimento econômico, na década de 90, a referência é normalmente regional. Fala-se freqüentemente da contribuição dos assentamentos para o desenvolvimento da região onde eles se situam: a economia regional se aquece, com o estímulo ao comércio local e a geração de novos empregos, e a arrecadação de impostos aumenta (Andrade, 1998/1999).

O aspecto econômico mais recorrentemente enfatizado é, na maior parte dos textos, o que diz respeito à atenuação da desigualdade social (Abramovay, 1998/1999; Abramovay & Carvalho Filho, 1993; Graziano, 1996; Sorj, 1998), distribuição de renda e riqueza (Ramos, 1998; Romeiro *Et al.*, 1996) ou reintegração de setores excluídos da modernização (Silva, 1994). É aí que ficam mais evidentes as imbricações entre aspectos econômicos e sociais.

Romeiro (1994) enfatiza os efeitos da reforma agrária na melhoria das condições de vida dos trabalhadores assentados, a partir dos resultados de pesquisa realizada pela Food and Agriculture Organization (FAO)¹. Mostra

¹ A pesquisa mostra que 90% dos assentados declararam que sua situação melhorou em relação ao período anterior ao assentamento (entre eles, mais de 60% não foram proprietários; a maioria era de empregados temporários, bóias-frias etc.) e também que os assentados estão bem acima da

também, em consonância com outros autores (Abramovay, 1985; Martins, 1997; Sorj, 1998), o papel da reforma agrária na geração de empregos, não só para os trabalhadores rurais diretamente beneficiados pela política reformista, como também para os trabalhadores urbanos de baixa qualificação, pois diminuindo-se o êxodo rural, ameniza-se a concorrência por empregos nas cidades. A ampliação das oportunidades de empregos, por sua vez, traz consigo a atenuação da criminalidade nos centros urbanos (Abramovay 1985).

Outros sentidos sociais atribuídos à reforma agrária pela bibliografia consultada são a garantia da oferta de alimentos, em eventual aumento da demanda – considerando-se que se as demandas do mercado de alimentos fossem ampliadas, a estrutura agrária brasileira, tal como se encontra hoje, não conseguiria responder ágil e eficazmente –, e o evidente alívio a tensões sociais no campo (Graziano, 1996).

Assim como no campo econômico, também no campo político a reforma agrária teve seu significado reduzido, dos debates dos anos 50 para o dos anos 90. Naquele período, os defensores da reforma agrária destacavam seu sentido político de contribuir para a democratização no campo mediante ampliação das condições de cidadania do trabalhador rural, fossem estas referentes ao processo de construção da consciência política destes trabalhadores ou às condições econômicas necessárias a uma vida politicamente independente do patronato. Neste caso, a potencialidade politicamente transformadora da reforma agrária estava ligada ao seu poder de ruptura em relação ao poder tradicional, tão forte no campo, na figura dos coronéis e latifundiários em geral (Tavares, 1996).

Nos anos 90, a questão da conscientização dos trabalhadores rurais permanece nas análises, especialmente daqueles que estudam a reforma

linha da pobreza, estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em um salário mínimo (a renda média familiar dos trabalhadores assentados, no país inteiro, é de 3,7 salários mínimos, enquanto que a renda média familiar brasileira, incluindo todas as classes de renda e os setores rural e urbano, é de 3,2 salários mínimos).

agrária pelo prisma da luta de movimentos de trabalhadores rurais – como Aued (1990) e Grzybowski (1987), por exemplo. Mas o papel de ruptura das relações tradicionais aparece com pouca freqüência.

Esta ausência da idéia da reforma agrária como uma luta política que é parte da luta de classes, na bibliografia consultada, faz parecer que se por um lado a reforma agrária não é mais um instrumento necessário à acumulação burguesa, por outro, também não mais representa uma ameaça ao domínio político das classes proprietárias – afirmação que acreditamos dever ser questionada.

Dada a importância desta questão para a forma que o debate sobre a questão agrária assume no momento atual, vamos examiná-la com maior cuidado.

2. CLASSES DOMINANTES E QUESTÃO AGRÁRIA – ASPECTOS DO DEBATE ACADÊMICO SOBRE O TEMA

2.1 CONTRADIÇÕES, INTERESSES COMUNS E ALIANÇAS ENTRE PROPRIETÁRIOS FUNDIÁRIOS E CAPITALISTAS – ALGUMAS TEORIAS CLÁSSICAS E O CASO BRASILEIRO

Em uma formulação clássica, Lênin (1980) associa o caráter específico de uma formação social do modo de produção capitalista à forma como a questão agrária foi historicamente encaminhada. São duas as vias de evolução agrária burguesa identificadas:

Uma delas é a via *farmer*, também chamada de via americana, em função de seu caso típico ser os Estados Unidos. Trata-se de uma forma de desenvolvimento burguês que se dá através da evolução de pequenas propriedades camponesas que, progressivamente, tomam o lugar dos latifúndios feudais, onde estes existem. Por esta via, os camponeses evoluem a pe-

quenos burgueses. É a via mais rápida para o desenvolvimento das forças produtivas e a que causa menos exploração e opressão para os camponeses.

A outra via é chamada de prussiana ou *junker*. O seu caso típico ocorreu na Alemanha, onde o desenvolvimento capitalista pôde acontecer sem eliminação das grandes propriedades dos latifundiários, que aos poucos substituíram os métodos feudais pelos métodos burgueses de exploração, transformando-se em verdadeiros burgueses.

Este modelo concentrador de desenvolvimento agrário burguês é contemplado também por Barrington Moore (1967), como uma das três vias de passagem do mundo pré-industrial para o mundo moderno. Entre estas vias, há uma conduzida revolucionariamente pelos camponeses e operários e duas que levam a uma transformação de tipo burguês. Destas, uma se dá por via revolucionária e a outra se dá por via reacionária. Na via revolucionária, grupos sociais emergentes erguem-se contra obstáculos herdados do passado, como a estrutura agrária. Este tipo de movimento conduz a um ulterior desenvolvimento político democrático. Já sob a via reacionária, lideranças agrárias tradicionais controlam as transformações modernizantes, preservando formas autoritárias de controle social. Em outros termos, poderíamos falar em “revolução pelo alto”.

Este termo, aliás, aplica-se bem ao caso brasileiro, como destaca Viana (1989). No Brasil, os grandes proprietários assumiram papéis capitalistas, mas limitados pela sua posição subordinada no capitalismo mundial em suas possibilidades de desenvolvimento.

Por isso, fica claro que não se trata da clássica via prussiana, embora tenha em comum com esta a importância do papel da grande propriedade no desenvolvimento capitalista, a “modernização pelo alto” (ou seja, sem participação das classes populares) e o peso muito importante do Estado na condução da industrialização em um momento em que os efeitos da revolução industrial já estão consolidados nos países que a empreenderam primeiro. Porém, o desenvolvimento brasileiro tem algumas peculiaridades que o afastam da via prussiana: sua industrialização é hipertardia, retardatária e

subordinada. Em vista destas características, a categoria que melhor se aplica ao caso brasileiro é a de via colonial.

Ainda de acordo com Viana (1989), a revolução burguesa só se efetivaria no Brasil com a condução, pela burguesia agrária, de uma modernização levada a cabo pelo Estado, com interesses industrializantes, mas sem que houvesse, no entanto, hegemonia de uma burguesia industrial.

Segundo Carvalho (1979), a burguesia industrial não podia firmar-se como classe hegemônica, naquele momento, por ser muito fraca, tanto em termos econômicos – porque não tinha capacidade de fazer propriamente uma revolução industrial que derrubasse empecilhos à industrialização, tendo que se contentar apenas com medidas cambiais, fiscais, empréstimos governamentais, exploração intensiva da capacidade manufatureira ociosa –, como em termos políticos – pela sua incapacidade de formular um projeto próprio e capitalizar todas as forças sociais na mesma direção. Neste contexto, formou-se um bloco agrário-industrial que dominaria a sociedade brasileira por meio do Estado populista. Este, com ampla autonomia frente à divergência das diversas frações do capital, ocupou-se em preparar a dominação e direção da classe industrial.

O bloco agrário-industrial descrito por Carvalho (1979) comportava uma relação orgânica entre o desenvolvimento das forças produtivas industriais e as alianças políticas, em especial da classe industrial emergente com os proprietários de terra, ainda poderosos.

Aliás, várias teses afirmam que a origem da burguesia industrial está na própria burguesia agrária. Em uma delas, Silva (1976) mostra a vinculação da indústria brasileira, em seu surgimento, com a burguesia cafeeira, além da participação de investimentos do capital estrangeiro, através dos bancos e das casas de exportação. O capital cafeeiro tinha, ao mesmo tempo, as características de capital agrário, de capital bancário, de capital comercial e de capital industrial. Ou seja, não havia diversas frações de burguesia relativamente autônomas (uma burguesia agrária, outra burguesia industrial e assim por diante), mas uma burguesia cafeeira que exercia funções múltiplas.

Provavelmente com facilidades advindas da origem comum, e certamente constrangidas a uma aliança pela necessidade de juntar forças, a emergente burguesia industrial e a classe dos proprietários fundiários firmaram uma aliança, em 1930, pela qual a primeira se beneficiava da modernização, ao passo em que a segunda podia ficar tranqüila com a intocabilidade da estrutura fundiária. A preservação da concentração fundiária tinha, aliás, um bom grau de funcionalidade para a manutenção da dominação, na medida em que o poder sobre a terra era a base do controle político sobre as classes trabalhadoras, formadas em sua maior parte pelas populações rurais (Medeiros, 1982).

Segundo Carvalho (1979), quando a burguesia industrial encontrou-se economicamente fortalecida, duas décadas depois da revolução de 1930, passou a procurar exercer a hegemonia sobre a sociedade, transformando a industrialização em interesse da nação, ou seja, em interesse de todas as classes.

Entretanto, seu projeto estava restrito aos limites de sua aliança com a grande propriedade fundiária. A manutenção desta continuava sendo protegida por leis e a legislação trabalhista só se estenderia aos trabalhadores rurais na década de 1960.

Estudando as alianças feitas pela burguesia industrial brasileira nas décadas de 50 e 60, Cardoso (1971) explica as opções da mesma pelas suas tendências às “reações adaptativas acomodáticas”: os setores burgueses aceitam, em cada etapa, compromissos com os grupos que consideram politicamente mais vigorosos e a escolha de aliados ocorre em função do tipo de mercado que lhes parece mais adequado aos seus interesses.

Na medida em que as condições objetivas colocavam dificuldades para o empreendimento de distribuição salarial e capitalização interna, um número cada vez maior de indústrias caminhou para a associação com o capital estrangeiro e para a aceitação de um padrão de industrialização restrita, em que o circuito que engloba produção e consumo se restringe aos próprios setores burgueses.

Ainda segundo Cardoso, a burguesia brasileira dividia-se então de acordo com sua ligação maior com o capital estrangeiro ou com o mercado interno: os setores das indústrias têxteis e alimentares, por exemplo, apresentavam maior afinidade com o modelo nacional-desenvolvimentista, enquanto que os setores das indústrias pesadas, de base e de aço, e os setores mais modernos em geral afinavam-se com o modelo de industrialização restritiva e internacionalizada.

Quando perguntados sobre o tipo de alianças que consideravam mais adequadas – alianças entre as “classes produtoras” (incluindo a burguesia agrária) ou alianças com a classe trabalhadora – a maior parte dos empresários industriais (68%) optou pela primeira. Embora 40% dos empresários reconhecessem divergências econômicas entre os setores industriais e os setores agrários, elas implicavam somente uma oposição secundária de interesse, quando se considera o contexto político no qual se devem fazer opções.

2.2 INTERESSES EM TORNO DA PROPRIEDADE DA TERRA

A propriedade privada é um interesse que unifica proprietários fundiários e capitalistas em geral, na medida em que lhes garante suas vantajosas posições de classe. A todos eles, a propriedade (inclusive a fundiária), garantindo a subordinação do trabalho ao capital, possibilita a apropriação privada de uma riqueza produzida pelo trabalho social.

Entretanto, segundo apontou Marx (1988), ao assumir este papel no modo de produção capitalista, a terra torna-se um obstáculo ao capital. Isto porque, dada a propriedade privada da terra, o investimento de capital na produção agrícola exige a imobilização improdutiva de uma parte deste capital.

Trata-se da renda fundiária, que teve dois tipos identificados: renda absoluta e renda diferencial. Vejamos em linhas gerais como estas se originam, a começar pela diferencial.

Os preços das mercadorias são determinados em relação com o preço médio, isto é, com o tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. Mas algumas mercadorias podem encontrar condições de produção mais favoráveis que a média – por exemplo, porque a propriedade onde são produzidas conta com uma queda d'água natural, dispensando o uso de máquina a vapor. Neste caso, gasta-se um quantum menor de trabalho global, pois menos trabalho objetivado entra no processo de produção como capital constante, e em alguns casos também restringe-se a quantidade de trabalho vivo (no exemplo da queda d'água, dispensa-se aquecimento). Enfim, quem tem mais facilidade para produzir gasta menos e vende pelo mesmo preço. Conseqüentemente, lucra mais que os outros capitalistas, tem sobrelucro (isto é, a diferença entre preço individual de produção desses produtores favorecidos e o preço social geral da produção).

Este sobrelucro resulta de um aumento das forças produtivas, originado da maior força produtiva natural do trabalho, associada ao aproveitamento de uma força natural monopolizável, que não pode ser produzida pelo próprio processo de produção do capital e que independe do capital para existir. Nessas circunstâncias, o sobrelucro recai para o proprietário fundiário. Transforma-se, assim, em renda fundiária.

O sobrelucro existiria mesmo se não existisse a propriedade fundiária; a diferença é que ele ficaria no bolso do fabricante, e não do proprietário. Se o proprietário for o próprio capitalista, o sobrelucro continua a ser revertido para ele. O motivo disto é ele dispor de uma força natural separável de seu capital, monopolizável e limitada em seu volume.

Mas existe um outro tipo de renda que é pago por qualquer terra de que o capital queira se apropriar. É a que mais nos interessa, neste momento, pois se origina justamente do fato da propriedade fundiária constituir-se numa barreira para o investimento de capital. Esta renda que o capital é obrigado a pagar para poder investir na terra é chamada de renda absoluta.

Considerando-se que até mesmo o solo que apresenta a menor fertilidade entre todos só pode ser cultivado se gerar renda, conclui-se que a própria propriedade fundiária é a causa geradora da elevação de preço que possibilita o pagamento da renda. Mas *como* esta renda é gerada?

Para que haja renda, é necessário que o preço de mercado seja maior que o preço de produção (o qual é constituído pelo investimento em capital constante e capital variável e pelo lucro médio). Na agricultura, existe uma diferença entre valor e preço de produção, porque, no total de capital que ela emprega, há uma quantidade maior de capital variável do que nos outros setores de produção (o que significa que há menor composição orgânica do capital na agricultura) e esta quantidade maior de capital variável, explorada nas condições médias, gera um montante maior de mais-valia. Esta quantidade diferencial de mais-valia transforma-se em renda (ou seja, é interceptada pela propriedade fundiária), em vez de entrar na nivelção para a formação do lucro médio (como ocorre nos demais setores), por causa do monopólio da propriedade, que exige o pagamento de renda para que possa haver investimento de capital na terra (Marx, 1988).

Na atualidade, novas questões sobre o mesmo tema colocam-se: quando proprietário e capitalista passam a ser a mesma pessoa, a renda deixa de ser paga? Isto significaria que a terra deixou de ser obstáculo ao capital?

Há autores que defendem que a renda absoluta não é paga obrigatoriamente, como consequência necessária de uma prerrogativa econômica. Amin (1977) defende esta posição dizendo que não existe qualquer racionalidade acima da luta de classes. Dessa forma, o avanço do modo de produção capitalista, nas formações capitalistas centrais, ao promover a subordinação da agricultura ao capital, elimina a renda capitalista na terra.

Também Vergopoulos (1977) aborda a renda fundiária como “um elemento desviante em relação à ‘normalidade’ da máquina capitalista”, enumerando uma série de argumentos nesse sentido.

Inicialmente, diz que as duas principais teses de Marx sobre a renda absoluta – a tese de que a propriedade fundiária cria a renda absoluta e a

tese segundo a qual é a situação geral de mercado que determina se a renda se realizará e, caso se realize, quanto e como se realizará (pois a situação de mercado determina o quanto o preço de produção vai se aproximar do valor e assim em que medida ultrapassará o preço de produção, bem como em que medida o excedente de mais-valia se converterá em renda ou não) – são mutuamente excludentes.

Então, Vergopoulos centra esforços para provar a impossibilidade, lógica e concreta, da propriedade ser considerada a “fonte geradora” da renda absoluta. Em primeiro lugar, porque na teoria de Marx, somente o trabalho tem a capacidade de gerar valor; o monopólio da propriedade pode apenas levar à *transferência* de valores de uma classe para outra. Além disso, no raciocínio do autor, para conceber a renda absoluta como causa do aumento dos preços agrícolas, seria necessário que a renda estivesse incluída nos preços de produção – o que não ocorre.

Além disso, Vergopoulos lembra que o próprio Marx diz que o proprietário fundiário não tem como agir sobre a formulação do sobrelucro agrícola, do qual provém a renda. O preço agrícola, por sua vez, só pode ser formado entre o capitalista e o mercado, sem possibilidade de intervenção do proprietário fundiário.

Uma parte da mais-valia é *retida* pelos proprietários fundiários, segundo Marx. Aí se encontra uma nova objeção de Vergopoulos: sendo a renda um rendimento monetário, o proprietário só pode realizar sua retenção no mercado, onde, porém, ele não pode evocar nenhuma razão particular e válida para que o seu privilégio seja sempre reconhecido.

A causa originária da renda absoluta, nesta visão, está no atraso relativo de produtividade da agricultura em relação à indústria, o qual engendra o excesso de demanda por produtos agrícolas, ao passo em que a disponibilidade de terras é limitada. Portanto, conforme o desenvolvimento da agricultura alcançasse uma velocidade tal que a colocasse no mesmo patamar produtivo que a indústria, a renda absoluta tenderia a desaparecer.

Das críticas de Vergopoulos à formulação marxiana sobre a renda da terra resulta sua tese de que a renda absoluta é uma possibilidade de mercado, sendo este quem fixa o sobrepreço e o sobrelucro agrícola. O proprietário apropriaria-se ou não da renda em função de sua negociação com o empresário.

Silva (1981), pelo contrário, defende que a causa geradora da renda fundiária é puramente econômica: a renda absoluta existe porque o capital apropria-se de um valor que não possui valor mas potencializa a produção de valor. Porém, ao afirmar que a renda absoluta deriva da geração de um lucro suplementar resultante da diferença entre a mais-valia total gerada na agricultura e a taxa média de lucro, reconhece a possibilidade de que ela não se realize através dos preços de produtos agrícolas, em consequência de perturbações da lei do valor. É o caso acarretado pela “administração dos preços” vigente nos anos 80 – consequência da dominação do capital monopolista moderno e da intervenção da política governamental – que atinge a taxa de lucro no setor agropecuário e afeta as possibilidades de realização corrente da renda embutida nos lucros.

Mas a realização da renda fundiária absoluta através dos preços dos produtos não é a única forma desta renda se manifestar. Silva lembra que se na sua forma clássica, a renda da terra tem expressão progressivamente rebaixada, por outro lado, amplia-se a importância da sua manifestação sob sua forma capitalizada – isto é, o preço da terra. Isto significa simplesmente a recolocação da contradição entre monopólio da terra e capital em outro nível: trata-se de nada mais que uma outra forma de manifestação da renda da terra, pois através dela, uma parte da mais-valia continua sendo destinada a uma classe, em função de sua propriedade sobre a terra.

Esta manifestação tem, todavia, um efeito acirrador da contraposição entre propriedade fundiária e capital: uma vez que a realização da renda através do preço da terra torna-se fundamental, a realização da renda fundiária, paradoxalmente, passa a apresentar-se como uma alternativa à utilização produtiva da terra.

Quanto à discussão sobre a necessidade de existência de um lucro suplementar na agricultura para que haja renda da terra, ela deixa de ser tão premente para a discussão central deste artigo quando consideramos que, quando proprietário fundiário e capitalista unem-se numa só figura, anula-se a diferença prática entre a parcela da mais-valia que lhe cabe como capitalista e a que lhe cabe como proprietário. Isto não significa que a propriedade da terra deixe de ser um obstáculo ao capital, pois sua utilização continua exigindo que este seja imobilizado improdutivamente.

A contraposição entre proprietários fundiários e capitalistas permanece na medida em que tal contraposição não se refere a indivíduos proprietários fundiários e indivíduos capitalistas que querem negociar; trata-se de uma contraposição de interesses *de classe*, como Medeiros (1982) assinala de forma muito clara:

(...) a propriedade privada da terra no modo de produção capitalista não implica em uma contradição com um empresário em particular que deseje investir seu capital no ramo de produção agrícola, mas sim com a totalidade dos agentes de quem o proprietário fundiário extrai uma parcela de mais-valia para cuja produção ele não contribui (Medeiros, 1982, 2).

Também de acordo com Martins (1981), a fusão de proprietário fundiário e capitalista numa só figura apenas encobre a contradição de interesses. Afinal, é o fato de haver propriedade privada da terra – independente de quem seja o proprietário² – que coloca a barreira ao capital para o investimento na produção agrícola. Esta barreira continua a existir para o capital quando proprietário fundiário e capitalista são a mesma pessoa. Segundo Martins, é o próprio fato de ambas as classes – a classe dos capitalistas e a classe dos proprietários fundiários – estarem juntas no interesse comum da apropriação da mais valia, que possibilita a sua unificação.

² É bom lembrar que estamos falando aqui da propriedade real da terra e não da sua propriedade jurídica.

Assim, se um capitalista que quer investir na agricultura é também o proprietário da terra que vai ser usada para a produção, ele acumula lucro e renda da terra. Desta forma, Martins explica o posicionamento adotado por capitalistas-proprietários fundiários brasileiros na ocasião da apresentação das propostas do Plano Nacional de Reforma Agrária, em 1985: como capitalistas, eles exigiram que o Plano se submetesse a uma política nacional de desenvolvimento agrícola (fomento, apoio tecnológico, preços; enfim, elementos para obtenção de lucro); como proprietários de terras, exigiram reconhecimento de intocabilidade no direito de propriedade e solicitaram uma política de subsídios e incentivos financeiros para comercialização de terra ociosa. Isto porque os simultaneamente capitalistas e proprietários de terra individuais tentam conciliar os interesses peculiares a cada uma das classes na sua prática, fazendo ao mesmo tempo a defesa do lucro, como capitalistas, e a defesa da renda da terra, como proprietários fundiários.

3. BURGUESIA E GRANDES PROPRIETÁRIOS DE TERRAS NO BRASIL: DISPUTAS E ALIANÇAS EM TORNO DA REFORMA AGRÁRIA

A partir do debate acadêmico sobre o sentido da reforma agrária nos anos 90, vimos o predomínio da idéia da não necessidade da alteração da estrutura fundiária brasileira para o desenvolvimento do capitalismo no país, posto que o modelo de desenvolvimento adotado via modernização conservadora não impediu a acumulação de capital. Destas conclusões do debate, deriva a tese predominante de que a burguesia brasileira não tem motivos econômicos para assumir a bandeira da reforma agrária.

Esta bandeira tem sido encampada, porém, pelos segmentos da sociedade que preconizam a melhor distribuição de riquezas – principalmente os próprios trabalhadores rurais, que se constituem nos sujeitos protagonistas desta luta.

Luta que, pelo menos por enquanto, compõe-se apenas de vitórias parciais, pois o que se vê é a redução do processo de reforma agrária a ações isoladas, perdidas ante a inexistência de um projeto do Estado brasileiro de transformar significativamente a estrutura agrária do país mediante reformas.

Portanto, a possibilidade de uma reforma agrária ampla sequer existe e quando as forças pró-reforma agrária colocam possibilidades de ampliação de seu sentido, levantam-se em oposição os grupos anti-reformistas presentes no interior da própria máquina do Estado, como apontam Palmeira e Leite (1998). E quem são estes agentes opositores da reforma agrária?

Grandes proprietários rurais, sem dúvida, agindo por via de influências particulares ou como membros de organizações de classe. Eles não são mais passíveis de serem classificados simplesmente como latifundiários ou mesmo como burguesia agrária apenas, desde que a aplicação do Estatuto da Terra pelos governos militares desembocou em políticas de incentivo à aquisição de terras por grandes empresas capitalistas. Através da concessão de facilidades nos empréstimos, subsídios, crédito abundante e/ou incentivos fiscais a grandes projetos, a obtenção de grandes quantidades de terras tornou-se um excelente negócio para o capital, atraindo para o campo capitais ligados a atividades financeiras e industriais. Com isto, grandes grupos econômicos adquiriram terras em larga escala, às vezes apenas como meio de valorização especulativa e às vezes como base para a produção agro-industrial.

Enfim, uma conseqüência marcante deste processo modernizador interessa especialmente à definição dos proprietários da terra brasileiros do final do século XX: a integração entre capitais agrário, industrial, comercial e financeiro, iniciada nos anos 60 e fortalecida nos 70 (Müller, 1988; Sorj, 1998) e que permaneceu nas décadas seguintes (Palmeira & Leite, 1998; Silva, 1994).

Isto explica a junção de interesses de frações diversas da burguesia em torno da especulação e da obtenção de benefícios públicos através da propriedade fundiária. Este emerge como um dos fatores mais importantes

na discussão sobre as alianças intra-burguesas acerca do monopólio da terra, porque se refere aos grandes capitais investidos na terra.

Como lembra Silva (1984), a expansão do crédito às atividades agropecuárias e a ampliação da importância da manifestação da renda no preço da terra, ampliando a capacidade de acumulação através da propriedade fundiária (isto é, de apropriação de mais-valia, na forma de lucro ou de renda), consolidam a terra como alternativa de aplicação financeira para os grandes capitais. Reproduzem e reforçam, dessa maneira, a subordinação da terra ao grande capital.

Além disso, há os interesses que unificam os grandes, médios e pequenos proprietários: a disputa por recursos estatais, que os alinha contra a formação de novos setores agrícolas que lhes venham a disputar os créditos, empréstimos e demais investimentos de recursos públicos (Müller, 1988).

Voltando à nossa questão principal, seriam apenas os proprietários de terras, mesmo que compostos por capitalistas de diversas origens e capacidades de influência, que conseguiriam imobilizar o processo de reforma agrária, isoladamente? Levantamos a hipótese de que seu poder é potencializado pelo apoio do conjunto da burguesia, o que inclui os setores burgueses não proprietários de terras. Cabe, então, tentar entender as razões desta aliança.

Por um lado, vemos a adaptação da burguesia brasileira a um tipo de industrialização restrita e subordinada ao capital estrangeiro. Esta adaptação significou a exclusão da reforma agrária como uma política de primeira necessidade, uma vez que substituiu a possibilidade de aliança da burguesia industrial com a classe trabalhadora pela aliança dos setores burgueses entre si e com os proprietários fundiários em geral (Cardoso, 1971).

Em pesquisa de publicações de associações empresariais (*Desenvolvimento e conjuntura* e *Boletim* da FIESP), Medeiros (1982) constatou que mesmo o apoio dos industriais à reforma agrária – para fornecer divisas para importação de equipamentos necessários à expansão industrial, possibilitar ingresso da população rural no mercado consumidor interno, consumo de

bens de uso pessoal e de bens de produção e para criar empregos para uma população incapaz de ser absorvida de outro modo – era recheado de cuidados com a manutenção das propriedades produtivas, inclusive as altamente concentradas. Ao defenderem a propriedade, mesmo concentrada, desde que produtiva, os empresários elegiam como eixo fundamental da crítica ao campo a baixa produtividade.

Se a maior preocupação da burguesia industrial era a produtividade agrícola, qualquer política que visasse aumentá-la poderia ser bem-vinda. Talvez por isso, o Estatuto da Terra, ao promover a modernização do latifúndio, foi tão bem aceito pela burguesia industrial.

Em vista disto, consideramos correta a afirmação de Medeiros de que, na década de 1960, havia apoio e interesse, por parte da burguesia industrial, em um processo limitado de desconcentração fundiária, sem que, entretanto, tal processo fosse vital para a sobrevivência desta classe. Assim, ela pôde optar por outra forma de desenvolvimento, que interessava igualmente aos interesses a grande propriedade fundiária.

O setor que estava se tornando dominante no interior da burguesia acabou por apoiar o desenvolvimento concentrador incentivado pelo Estatuto da Terra, pois era ligado ao grande capital, especialmente ao multinacional. A este setor, interessava uma agricultura que consumisse máquinas e equipamentos pesados, mais viáveis em extensões grandes de terras (Medeiros, 1982).

Além disso, como Medeiros também pôde constatar na leitura das publicações da Fiesp, os empresários industriais aproximavam-se dos proprietários fundiários na preocupação com a manutenção da ordem e isto limitava seu apoio à reforma agrária.

De fato, em vários momentos da história brasileira, mais antiga ou mais recente, verifica-se a união de capitalistas e proprietários de terras em torno do interesse geral na propriedade privada e na manutenção do poder político.

Em um exemplo concreto, vemos a unificação dos setores burgueses contra as propostas de reformas constitucionais e reformas de base (entre as quais, a reforma agrária figurava como uma das principais), que culminou no golpe de 1964. De acordo com Camargo (1996), um dos aspectos que contribuíram para este pacto foi o argumento dos proprietários fundiários, conclamado pela Confederação Rural Brasileira (posterior Confederação Nacional da Agricultura), na VI Conferência Rural Brasileira (1962), de que a expropriação e a distribuição de terras incentivariam o campesinato organizado a uma radicalização política que, somada à radicalização de outros setores da classe trabalhadora, poderia ter resultados imprevisíveis e indesejados para as “classes produtoras”.

Pouco mais de 20 anos depois, por ocasião da Assembléia Constituinte de 1987, tínhamos outro exemplo concreto de união de proprietários fundiários e representantes de outros setores burgueses pela intocabilidade da propriedade privada e pela preservação da dominação política. Trata-se da atuação das associações de proprietários fundiários (Confederação Nacional da Agricultura, Sociedade Rural Brasileira, Organização das Cooperativas do Brasil e União Democrática Ruralista), minuciosamente descrita por Baltar (1990), contra qualquer ameaça à concentração fundiária. Essas associações agiam por meio de agitação visando interromper seções que tomassem rumos contrários aos seus interesses, atuação direta junto aos deputados na redação dos textos constitucionais, ação “corpo-a-corpo” no convencimento de parlamentares a votarem segundo as disposições dos grandes proprietários e, por fim, apoio a interesses específicos de outros setores burgueses em troca de apoio contra a reforma agrária.

Essas organizações fizeram-se representar pela Frente Parlamentar da Agricultura, que se uniu aos representantes de outros setores burgueses, passando a atuar dentro do Centrão – bancada formada principalmente pelo Partido da Frente Liberal (PFL) e pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e também pelo Partido Social Democrata (PDS), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Liberal (PL) e outros – cujo objetivo

comum era a defesa da livre iniciativa e da propriedade privada, o combate à estatização e à socialização.

A conduta que podemos observar dos setores burgueses leva-nos a acreditar que é válida a tese de Martins (1986) de que a luta pela terra, entendida como luta popular que questiona o direito de propriedade, é temida politicamente pela possibilidade de atingir o núcleo do direito de propriedade e abrir espaços políticos para as classes sociais excluídas do poder e, assim, desestabilizar a organização política do país.

A partir da discussão bibliográfica precedente, formulamos uma hipótese, que exige verificação por uma pesquisa mais aprofundada. Nossa hipótese é de que estas motivações mantêm-se nos anos 90, uma vez que o pacto que sustenta o Estado brasileiro não foi fundamentalmente alterado, permanecendo da grande propriedade como um aliado potencial e, cada vez mais, como um componente participante da sustentação do capital comercial, industrial e financeiro.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, quando boa parte da bibliografia situa a reforma agrária como uma política que, nos anos 90, serve à distribuição parcial de riquezas mas não à acumulação capitalista, conclui pela perda de seu sentido econômico clássico para a burguesia. Resta então à reforma agrária o sentido de atenuação da pobreza. Mesmo no debate acadêmico, é residual a atribuição à reforma agrária da função de alterar radicalmente o quadro de distribuição de riquezas, pois raramente se fala numa redistribuição total de terras, que atinja inclusive as grandes propriedades que cumpram a “função social” segundo a definição legal desta. Restringindo-se a reforma agrária em seu sentido e em sua amplitude, restringem-se também seus efeitos políticos clássicos de abalo à estrutura de dominação.

Analisando os acontecimentos concretos, porém, vemos que mesmo alterações parciais na estrutura fundiária ficam comprometidas pela participação de interesses anti-reformistas no interior do próprio Estado. Estes interesses sustentam-se na aliança histórica entre proprietários fundiários e capitalistas em geral e na sua imbricação de interesses, como tentamos demonstrar.

ABSTRACT: This paper objective is to discuss the meanings and implications that the land reform might have to the Brazilian agrarian bourgeoisie, between the decades of 1950 and 1990.

KEYWORDS: land reform; landowners; agrarian bourgeoisie.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Reforma agrária, desenvolvimento capitalista e democracia. In: LEAL, L. (org.), *Reforma agrária na Nova República: contradições e alternativas*. São Paulo: Cortez/Educ, 1985, p. 13-19.
- _____. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. *Reforma Agrária: revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, Campinas, vol.28/29, 1998/1999, p.49-67.
- _____; CARVALHO FILHO, José Juliano. A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais: o caso dos assentamentos. *Reforma Agrária: revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, Campinas, vol.24, 1994, p.35-49.
- ALBUQUERQUE, M.C. C. Estrutura fundiária e reforma agrária no Brasil. *Revista de Economia e Política*, São Paulo, vol.7, 1987, p.99-134.
- AMIN, Samir, VERGOPOLOS, Kostas. *A questão agrária e o capitalismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, 179 p.
- ANDRADE, T. Três perguntinhas difíceis. *Reforma Agrária: revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, vol.28/29, 1998/1999, p.25-48.

- AUED, Bernardete W. *Questão agrária: dilemas e questões no ascender de luzes do século XX*. Tese (Doutoramento). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1990.
- BALTAR, Ronaldo. *Os empresários rurais e a reforma agrária no governo de transição (1985-1988)*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1990.
- CAMARGO, Aspásia A. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: GOMES, M. C. (et al). *O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*. (História geral da civilização brasileira, t.3, v.3). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 121-224.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- CARVALHO, Abdias Vilar de. Reforma agrária: união e cisão no bloco agrário-industrial. In: ARAÚJO, B.J. *Reflexões sobre a agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.161-180.
- GERMER, Claus. Perspectivas das lutas sociais agrárias nos anos 90. In: STÉDILE, J.P. *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRG, 1994, p.29-48.
- GRAZIANO NETO, Francisco *Qual reforma agrária? – terra, pobreza e cidadania*. São Paulo: Geração Editorial, 1996.
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes/Fase, 1987.
- LEITE, Sérgio Pereira. *A face econômica da reforma agrária: Estado e assentamentos rurais em São Paulo na década de 80*. Dissertação (Mestrado). Itaguaí: Programa de Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1992.
- LENIN, Vladimir I. *O programa agrário da social-democracia na a Revolução Russa de 1905-1907*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.
- MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981.

- _____. *A reforma agrária e os limites da democracia na "Nova República"*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. A questão agrária brasileira e o papel do MST (entrevista). In: STÉDILE, J.P. *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997, p.11-76.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, v.5., 1988, p. 111-135, 198-222, 229-250.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo. *A questão da reforma agrária no Brasil – 1955-1964*. São Paulo, 1982. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1982.
- _____. *Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões*. Ibase/Riad, Fórum Alternativas para a Agricultura Brasileira. In: <<http://www.dataterra.org.br/Documentos/leonilde>>. Acesso em: 03 de novembro de 2000.
- MOORE JÚNIOR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses e a construção do mundo moderno*. Lisboa: Cosmos, 1967.
- MÜLLER, Geraldo. Ambivalências da modernização agrária: ampliação do modo capitalista intensivo de produzir e distribuir nas atividades agrárias. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n.21, 1988, p.168-184.
- PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: COSTA, L.F.C. e SANTOS, R. *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998, p.92-165.
- RAMOS, P. Agricultura e (sub)desenvolvimento: aspectos teóricos e elementos para uma reinterpretação do caso brasileiro. *Reforma Agrária: revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, vol.28/29, 1998/1999, p.77-96.
- ROMEIRO, A, GUANZIROLI, C., PALMEIRA, M., LEITE, S. *Reforma agrária: produção, emprego e renda – o relatório da FAO em debate*. Rio de Janeiro: Vozes/Ibase/FAO, 1994.

- SILVA, José Graziano. *A reforma agrária no Brasil: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento?*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- _____. O desenvolvimento do capitalismo no campo e a reforma agrária. In: STÉDILE, J.P, op. cit., 1994.
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- _____. *Valor e renda da terra: o movimento do capital no campo*. São Paulo: Polis, 1981.
- _____. Observações sobre a questão agrária. *Cadernos IFCH-Unicamp – Estudos sobre estrutura de produção e a questão agrária*. Campinas: Unicamp, 1984, p. 38-48.
- SORJ, Bernardo. A reforma agrária em tempos de democracia e globalização. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n.50, 1998, p.23-40.
- TAVARES, Maria da Conceição. A questão agrária e as relações de poder no país. *Folha de São Paulo*, caderno 2, p.5, 5 mai.1996.
- VEIGA, José Eli da. Fundamentos do agro-reformismo. In: STÉDILE, J. P., op. cit., 1991.
- VIANA, Luís Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

A MODERNIZAÇÃO DO MUNDO NA SUA VERSÃO ECONÔMICA: A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

Alicia Ferreira Gonçalves¹

RESUMO: O objetivo geral deste trabalho é realizar uma breve reflexão sobre a política-econômica da modernização expressa na sua vertente (neo) liberal contemporânea. Apresentando como fio condutor da análise, as reflexões sobre o movimento denominado por Chesnais de *mundialização do capital* na sociedade de mercado. E, como objetivo específico, apresento na parte final do presente trabalho, como contraponto ao argumento de Chesnais, a argumentação central de Boaventura Santos – que vislumbra uma “luz no fim do túnel”, para além da sociedade de mercado. Meu interesse específico neste trabalho recai sobre a relativa ausência de autonomia do Estado-nação frente ao movimento dos fluxos de capitais, onde aponto para questionamento os efeitos perversos engendrados no bojo da *mundialização do capital*. Chesnais aponta para a relativa ausência do Estado-nação frente aos fluxos de capitais, no entanto, a *mundialização do capital* não apaga a existência do Estado-nação. Ocorre que, o movimento de *mundialização do capital*, em especial, na esfera financeira – acentua os fatores de hierarquização entre os países, ao mesmo tempo em que, redesenha a sua configuração. O termo mundialização em contraponto ao termo globalização – tal como é utilizado por Chesnais (1996), defende a tese de que: se a economia se mundializou, seria necessário construir instituições políticas mundiais capazes de dominar o seu movimento.

UNITERMOS: modernização, mundialização, economia

¹ Doutoranda em Ciências Sociais na UNICAMP, Pesquisadora do Grupo Etnografias do Capitalismo Contemporâneo da Unicamp.

INTRODUÇÃO

Creio que por causa dessas obras ímpias. Criminosas e ignominiosas, perpetradas de modo tão injusto, tirânico e bárbaro, Deus derramará sobre a Espanha sua fúria e sua ira, porque toda a Espanha, bem ou mal, teve seu quinhão das sangrentas riquezas, usurpadas à custa de tanta ruína e extermínio(Las Casas).

O objetivo geral deste trabalho é realizar uma breve reflexão sobre a política-econômica da modernização expressa na sua vertente (neo) liberal contemporânea. Apresentando como fio condutor da análise, as reflexões sobre o movimento denominado por Chesnais de *mundialização do capital* na sociedade de mercado. E, como objetivo específico, apresento na parte final do presente trabalho, como contraponto ao argumento de Chesnais, a argumentação central de Boaventura Santos – que vislumbra uma “luz no fim do túnel”, para além da sociedade de mercado.

Meu interesse específico recai sobre a relativa ausência de autonomia do Estado-nação frente ao movimento dos fluxos de capitais, onde aponto para questionamento os efeitos perversos engendrados no bojo da *mundialização do capital*.

Chesnais aponta para a relativa ausência do Estado-nação frente aos fluxos de capitais, no entanto, a *mundialização do capital* não apaga a existência do Estado-nação. Ocorre que, o movimento de *mundialização do capital*, em especial, na esfera financeira – acentua os fatores de hierarquização entre os países, ao mesmo tempo em que redesenha a sua configuração.

O termo *mundialização* em contraponto ao termo *globalização* – tal como é utilizado por Chesnais (1996), defende a tese de que se a economia se mundializou, seria necessário construir instituições políticas mundiais capazes de dominar o seu movimento.

O fio condutor de minha análise é a reflexão teórica de Chesnais articulada com argumentos parciais de outros autores que tratam o tema em questão. O presente trabalho está dividido em três seções: a seção inicial

apresenta algumas considerações sobre a doutrina liberal do século XVIII e o (neo) liberalismo do século XX.

A segunda seção versa sobre as reflexões de Chesnais sobre o movimento de *mundialização do capital*, focalizando em especial, as políticas de desregulamentação dos capitais e a relativa ausência de autonomia dos governos nacionais com relação ao fluxo de capitais. Essa segunda seção sinaliza para os efeitos perversos engendrados no bojo do movimento de mundialização da economia, discutidos na terceira seção a partir da leitura de autores como Bourdieu, Chesnais, Tavares e Fiori e Castells.

I - LIBERALISMO E (NEO) LIBERALISMO

Para compreendermos o movimento de *mundialização do capital* e seus efeitos sobre as pessoas de “carne e osso”, devemos voltar no tempo – na época das grandes “descobertas” e buscar no liberalismo clássico do século XVIII algumas pistas.²

A noção de modernização ou ocidentalização do mundo refere-se ao advento das grandes navegações, do mercantilismo e da prática colonial e se difunde com a ascensão do capitalismo que atua em escala mundial a partir de seu centro irradiador – a Inglaterra e seu ideário subjacente: o liberalismo do século XVIII³.

Latouche diz que o movimento de Ocidentalização do mundo é de início uma cruzada. Este autor data o nascimento da Ocidentalização do mundo a partir das cruzadas no século XII. A cristandade fortifica e homogeneiza a base ocidental:

² De acordo com Chesnais (1996, p.32), o movimento de mundialização deve ser pensado como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização, à escala do conjunto das regiões do mundo onde há recursos ou mercados.

³ Para uma crítica à Ocidentalização do mundo como ideal e prática ver Latouche (1992).

“A Ocidentalização do mundo sobre a figura da cristandade acaba-se com seu triunfo no século XVI. O século de ouro da península hispânica. Os grandes navegadores e os grandes conquistadores abriram as vias aos grandes aventureiros do céu e da terra. Os tempos do mundo finitos têm início com Vasco da Gama e Magellan. Os conquistadores refazem o mapa do mundo”. (Latouche, 1992, p.14).

As cruzadas e a prática colonial foram de fato um amplo domínio e imposição nos âmbitos militar, político, científico, espiritual, cultural e comercial, sobre os povos colonizados. Tratou-se do domínio da natureza e dos homens visando os interesses econômicos e políticos das grandes potências, a exemplo da Inglaterra.

Da perspectiva habermasiana, a modernização do mundo – na fase do capitalismo tardio, é realizada de acordo com a razão instrumental, permeando todas as esferas da vida social. ⁴

Este argumento fica claro em Habermas (1975), em vários de seus escritos, em especial, no texto: “Técnica e Ciência enquanto ideologia”, no qual, o autor demonstra como o processo de modernização das sociedades orienta-se pelo predomínio da racionalidade instrumental, em detrimento, dos ideais emancipatórios engendrados durante a Revolução Francesa.

⁴ O termo razão instrumental é utilizado ao longo do texto de acordo com a concepção de Habermas (1987). Em Habermas temos a sociedade concebida como sistema e mundo da vida. Sendo que o sistema é constituído de dois subsistemas: subsistema político e subsistema econômico. No subsistema econômico, predomina a lógica da integração sistêmica e a ação instrumental coordenada pelo mecanismo de propriedade e dinheiro. No subsistema político predomina a ação instrumental coordenada pelo mecanismo de poder. No mundo da vida, predomina a lógica da ação comunicativa, em que o mecanismo de coordenação da ação é a solidariedade, na qual sobressaem as formas de comunicação livres da dominação e da força. No entanto, é importante sublinhar que a distinção é fundamentalmente analítica, na medida em que na realidade existe a influência dos subsistemas regidos por meios no mundo da vida, distorcendo, portanto, a comunicação. Por outro lado, podem existir formas de comunicação livres dentro dos subsistemas político e econômico. Habermas resgata de Weber o conceito de razão cognitivo-instrumental, apontando suas limitações para pensar as sociedades contemporâneas, agregando, deste modo, ao conceito de razão cognitivo-instrumental, o conceito de razão comunicativa.

Ou seja, a técnica e a ciência são concebidas por Habermas como dominação calculada, metódica, sistemática sobre a natureza e sobre os homens, assumindo também o papel de ideologia, legitimando, deste modo, a dominação na fase do capitalismo tardio.

“Não é apenas de maneira acessória, a partir do exterior, que são impostas à técnica fins e interesses determinados – eles já intervêm na própria construção do aparato técnico; a técnica é sempre um projeto histórico-social; nela é projetado aquilo que a sociedade e os interesses que a dominam tencionam fazer com os homens e as coisas”. (Habermas, 1975, p.304).

Segundo Ianni (1996), a idéia de ocidentalização do mundo tem embutida a tese da modernização, compreendendo os valores, padrões, e instituições ocidentais. Os padrões ocidentais de vida e de trabalho se difundem por todo o globo, combinando e às vezes tencionado com padrões de outras culturas. Deste modo, a tese da modernização do mundo envolve o argumento de que o capitalismo como modo de produção e processo civilizatório não é somente “superior”, mas também inexorável. Neste sentido, o capitalismo avança em escala mundial tendo como doutrina econômica em um primeiro momento o liberalismo do século XVIII⁵.

A ideologia liberal do século XVIII tem por base a idéia da “mão invisível” de Adam Smith: economia e liberdade; liberdade econômica como condição de liberdade política; liberdade e igualdade de proprietários garantidos pelo contrato codificado no Direito burguês.

“O liberalismo representa um conjunto de idéias que afirma, convictamente, que o mundo seria melhor – mais justo, racional, eficiente e produtivo – se houvesse livre iniciativa, se atitudes econômicas dos indivíduos (e suas relações) não fossem limitadas por regulamentos e monopólios estatais”. (Moraes, 1997, p.3).

⁵ Ianni (1996, p.14), afirma que “esse é um processo simultaneamente civilizatório, já que desafia, rompe, subordina, mutila, destrói ou recria outras formas sociais de vida e trabalho, compreendendo modos de ser, pensar, agir, sentir e imaginar”.

Neste contexto o mercado e sua “mão invisível” é concebido como o mecanismo por excelência capaz de gerar eficiência, justiça e riqueza. Eficiência, porque propicia o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico. Justiça, porque estimula a dedicação ao trabalho e recompensa a engenhosidade. E riqueza, já que, pelo aumento geral do volume de produtos, difunde-se o benefício de modo geral.⁶

De acordo com Moraes (1997), os resultados, nos limites são: a liberdade, a paz e a harmonia internacional. O papel do Estado neste contexto é a manutenção da segurança interna e externa; a garantia dos contratos, e a responsabilidade por serviços essenciais de utilidade pública.

No entanto, o “livre mercado”, era segundo Moraes, um mundo imposto pela dominação inglesa, que representava os interesses do capitalismo, identificando, como entraves ao seu desenvolvimento a política-econômica dirigista do mercantilismo e das corporações.

O neoliberalismo dos tempos da globalização do capitalismo retoma e desenvolve os princípios que se haviam formulado e posto em prática com o liberalismo ou a doutrina da “mão invisível”, a partir do século XVIII. Mas o que distingue o (neo) liberalismo pode ser o fato de que ele diz respeito à vigência e generalização das forças do mercado capitalista em âmbito global.⁷

⁶ A “ideologia” liberal se dissemina a partir da publicação de Adam Smith: “A riqueza das Nações”, em 1776.

⁷ O neoliberalismo de acordo com Moraes (1997 e 1999), tem seu manifesto fundador em 1944, com a publicação do “Caminho da servidão”, de Friedrich Von Hayek. Friedrich August Von Hayek nasceu em Viena, a 8/5/1899, em uma família de universitários. Inicia os estudos de Direito na Universidade de Viena-1918 e Doutorado em 1921. Em 1923 obtém seu segundo Doutorado em Ciência Política. Em 1950 transfere-se para a *London School of Economics*, vive em Londres até 1950. Em 1944 publica a obra *Road to serfdom* e lidera uma organização da “internacional dos liberais”, que resulta na criação da Mont-Pèlerin Society, no ano de 1946. Após 1946 leciona nos EUA, Alemanha e Áustria. Em 1974, recebe o prêmio Nobel, compartilhado com Gunnar Myrdak. Em 1977 volta a Freiburg, onde fica até a sua morte (23/3/1992). Para uma análise crítica do pensamento de Hayek, consultar Moraes (1999a).

Os entraves à prática neoliberal segundo Moraes (1997), são as idéias e práticas associadas à doutrina Keynesiana, as centrais sindicais e o Estado com sua crise fiscal. Na América Latina o entrave seria o Estado gerado pelo nacional-desenvolvimentismo Cepalino.

No Brasil de Collor a FHC, faz-se apologia do desmonte do “Estado-Providência”, monstro insidioso que esconderia, sob uma aparência benevolente e protetora, uma realidade marcada pela ineficácia, opressão e clientelismo (Moraes, 1999c). No caso brasileiro as políticas nocivas foram identificadas com os orçamentos públicos sobrecarregados, folhas de pagamento inchadas, emissões monetárias irresponsáveis, excessiva regulamentação sobre investimentos, recursos injetados em empresas estatais deficitárias e parasitárias, hostilidade irracional frente a investidores estrangeiros etc. Realizado o diagnóstico, qual seria, então, o remédio para o crescimento econômico?

O remédio seria a aplicação de um conjunto de reformas orientadas para e pelo mercado: *market-oriented reforms*. O programa “Muda Brasil” anunciava o corte drástico do gasto público, o limite de crédito e financiamento, a privatização das estatais, a desnacionalização dos recursos naturais, a abertura de mercado e a desregulamentação dos fluxos de capitais.

Reformas foram implementadas na Inglaterra de Thatcher (1979), nos EUA de Reagan (1980) e na Alemanha de Kohl (1982). Na América Latina: Pinochet (1973), no Chile, Menem (1989) na Argentina e Collor seguido de Fernando Henrique no Brasil na década de 1990.⁸

Atualmente, a noção de modernização, implica o argumento de que o modelo neoliberal de organização da atividade econômica no âmbito mundial é o modelo mais eficiente, justo e gerador de riquezas. Resta questionar

⁸ No Brasil as palavras de ordem da “cruzada” neoliberal na era Collor eram: privatizar e desregulamentar, isto é, diminuir a interferência dos poderes públicos sobre os empreendimentos privados.

sobre a distribuição desta riqueza entre os países e entre os vários segmentos da população no interior dos próprios países.⁹

“Guardião da justiça, o mercado recompensaria a habilidade, a dedicação e a diligência. Matriz da riqueza garantiria eficiência na alocação dos recursos existentes, pondo à disposição da sociedade os bens de que mais necessita. Mandatário da liberdade, impediria que a distribuição das posses materiais fosse submetida ao arbítrio e à ação deliberada de qualquer pessoa”. (Moraes, p. 47, 1999c).

Bourdieu (1998) afirma que o neoliberalismo está baseado em uma série de pressupostos, dentre eles, a noção de que o crescimento máximo, e logo, a produtividade e a competitividade, são fins últimos e únicos das ações humanas; ou que não se pode resistir às forças econômicas. Por outro lado, há toda uma nomenclatura associada ao neoliberalismo, tais como, desregulamentação, flexibilidade, que faz crer que a mensagem neoliberal é uma mensagem universalista de libertação.

II - A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

Também faz parte da defesa da razão o combate àqueles que mascaram sob as aparências da razão os seus abusos de poder, ou que se servem das armas da razão para fundamentar ou justificar um império arbitrário (Bourdieu).

A modernização do mundo na sua versão contemporânea vem acompanhada do movimento de *mundialização do capital* – teorizado por François

⁹ De acordo com entrevista do Diretor do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA à *Globonews*, o Brasil é o país mais desigual do globo em termos de distribuição de renda. O problema do Brasil não tem sido o crescimento da economia na década de 90, pois a economia cresceu, o que não houve foi uma distribuição da renda gerada no país, ao contrário, houve uma concentração da renda e um aumento na desigualdade, engendrando efeitos perversos, tais como o aumento da exclusão.

Chesnais (1996). Chesnais argumenta que a *mundialização* da economia de mercado, privatizada, desregulamentada e liberalizada está liberando o capitalismo das regras, procedimentos e instituições que haviam permitido o Estado-nação, construir o contrato social – o Estado previdenciário do bem-estar.¹⁰

O termo *mundialização do capital* designa uma nova configuração do capitalismo mundial e nos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação¹¹. A *mundialização* é resultado de dois movimentos conjuntos: 1) longa fase de acumulação ininterrupta do capital desde 1914, e 2) políticas de liberalização, privatização, desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos de Thatcher e Reagan.

Chesnais elenca em seu capítulo inicial os traços relevantes da *mundialização do capital*:

- (i) O vetor principal no processo de internacionalização é o IED (Investimento externo direto), que suplantou o comércio exterior;
- (ii) O intercâmbio intra-setorial é a forma dominante do comércio exterior: caracteriza-se pelo intercâmbio intragrupo, no quadro dos mercados privados das multinacionais, bem como por suprimentos internacionais, organizados pelos grupos, em insumos e produtos acabados;
- (iii) Integração horizontal e vertical das bases industriais nacionais separadas e distintas está ocorrendo a partir do IED. As multinacionais beneficiam-se simultaneamente, da liberalização do comércio, da adoção de novas tecnologias e do recurso a novas formas de gerenciamento da produção (o toyotismo);

¹⁰ Harvey (1993), descrevendo o período fordista, afirma que o Welfare-State se esforçava para controlar os ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público - em setores como transporte e os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação e habitação.

¹¹ O adjetivo “global” surgiu no começo dos anos 80, nas grandes escolas americanas de administração de empresas, as célebres *business management schools* de Harvard, Columbia, Stanford, etc. Foi popularizado nas obras e artigos dos mais hábeis consultores de estratégia e *marketing*, formados nessas escolas – o japonês K. Ohmae (1985 e 1990) e o americano M.E. Porter.

- (iv) Regionalização do comércio exterior – blocos comerciais;
- (v) Organização dos grupos empresariais como empresas-rede;
- (vi) O grau de interpenetração entre os capitais de diferentes nacionalidades aumentou. O investimento internacional cruzado e as fusões-aquisições transfronteiras engendram estruturas de oferta altamente concentradas no nível mundial;
- (vii) Surgimento de oligopólios mundiais em um número crescente de indústrias;
- (viii) Globalização financeira e concentração de um capital monetário, que acentuou os aspectos financeiros dos grupos industriais e imprimiu uma lógica financeira ao capital investido no setor de manufaturas e serviços;
- (ix) O movimento da *mundialização* é excluyente, está em curso um movimento de marginalização dos países em desenvolvimento, e
- (x) Esse movimento caracterizou-se, na década de 80, por um claro recuo dos IEDs e das transferências de tecnologia aos países em desenvolvimento, bem como, por um começo de exclusão de vários países produtores de produtos de base, em relação ao sistema de intercâmbio.

No presente trabalho me deterei na globalização financeira e nos efeitos perversos que se engendram no bojo do processo de *mundialização* do capital, isto é, nos itens viii, ix e x elencados acima.

Chesnais identifica na atual fase de acumulação capitalista, um conjunto de fatores que contribuíram para um novo conjunto de relações internacionais e internas, que “formam um sistema” e que modelam a vida social, não apenas na dimensão econômica, mas em todas as suas dimensões. O autor afirma que tais fatores remetem à duração prolongada de uma fase de acumulação do capital, à forma que assumem os seus impasses (melhor dizendo, suas contradições), às saídas propostas e à maneira como tudo isso manifesta e se resolve no plano político¹².

¹² Sobre a concepção sistêmica, Ianni (1996,p.60) afirma que: “ A sociedade mundial pode ser vista como um sistema social complexo, no âmbito do qual encontram-se outros sistemas mais

A fase anterior à *mundialização* do capital – no pós-guerra (1950-1975) – a fase de regulação fordista, caracterizou-se por um grau de efetiva soberania por parte dos governos na definição de regras para o capital privado, sendo que tais arranjos institucionais, que tinham como fundamento o governo nacional, sustentaram uma fase de expansão da acumulação capitalista:

“Durante essa fase, as relações políticas entre as classes sociais e o grau de efetiva soberania que os governos possuem asseguram o respeito das multinacionais à certas convenções e formas de relacionamento correspondentes à relação salarial fordista, bem como sua colaboração visando a certos objetivos de política econômica nacional, o equilíbrio da balança comercial por exemplo”. (Chesnais, 1996,p.298).

A hipótese defendida pelo autor é que a raiz da crise da regulação fordista deve ser buscada nas transformações das economias nacionais diante do movimento de *mundialização do capital*.

Chesnais (1996), argumenta em seu texto que os regulacionistas (R. Boyer), não se deram conta do impacto do movimento de internacionalização sobre a crise do modo de regulação. Mais ainda sente-se tal impacto quando se atenta para a internacionalização do capital monetário, ao mesmo título do que a do capital produtivo, isto é, como expressões distintas, mas interligadas, de um movimento único de libertação do capital de todas as instituições que enquadravam e “regulavam” suas operações.¹³

Por exemplo, ao longo da década de 80, a taxa de Investimento Externo Direto (IED) foi superior ao PIB e ao comércio exterior, segundo fonte das Nações Unidas – citada em Chesnais (1996), no capítulo segun-

ou menos simples e complexos, tanto autônomos e relativamente autônomos como subordinados, ou subsistemas. No âmbito da sociedade mundial, logo se destacam o sistema econômico e o político, mas também outros podem tornar-se relevantes, em termos da organização e dinâmica da mundialização”.

¹³ A referência a Boyer é a seguinte publicação: *La Théorie de la régulation: une analyse critique*. Paris: La Découverte, 1986.

do¹⁴. Contudo, houve uma concentração desses investimentos no interior dos países “avançados” – a denominada Tríade¹⁵.

O IED (na esfera financeira), que nos interessa mais de perto, em função do objetivo geral deste texto, explica-se pela mobilidade do capital transnacional na busca de liquidez e rendimentos cada vez maiores, como forma de compensar a saturação da demanda de bens de consumo duráveis.

Na atual fase da acumulação capitalista, o sistema capitalista é hegemônico, isto é, alcança todas as partes do globo, no entanto, os países membros do G-7, cuidam de se¹⁶ apresentarem como portadores de uma missão histórica do progresso social.¹⁷

O conceito de hegemonia no capitalismo moderno, leva à seguinte reflexão: Arrigui (1996) afirma que um país dominante exerce uma função hegemônica quando lidera um sistema de nações em uma direção que lhe convém, e, ainda assim, é percebido como buscando um interesse geral. Fiori (1997), analisando a trajetória da hegemonia norte-americana pós-segunda guerra, argumenta que a função hegemônica exercida atualmente foi costurada a partir do governo conservador Reagan, respaldado pelas administrações Thatcher e Kohl¹⁸.

¹⁴ Chesnais (1996, p.51), inspirando-se nas formulações de Michalet, identifica três formas de internacionalização: intercâmbio comercial, o investimento produtivo no exterior e os fluxos de capital monetário, ou financeiro.

¹⁵ De acordo com Chenais (1996, p.63), os países que compõem a Tríade são: EUA, União Européia e Japão. Os termos “Tríade” e “triádico”, foram formulados por K. Ohmae (1985).

¹⁶ Os sete países mais industrializados do mundo citado por Chesnais (1996), são: EUA, Canadá, Japão, França, Alemanha, Reino Unido e Itália.

¹⁷ Mesmo antes do término da guerra-fria as principais economias do globo criaram condições para a incorporação da ex-União Soviética e da China na economia de mercado (Ianni, 1996, p.52).

¹⁸ Com as eleições de Margaret Tharcher em 1979 e de Helmut Kohl em 1982, a decisão norte-americana encontrou respaldo das forças conservadoras inglesas e alemãs para sustentar sua retomada hegemônica e iniciar uma das restaurações conservadoras mais extensas e radicais da história moderna, companheira inseparável da revolução financeira global liberada definitivamente pelas políticas de desregulamentação e deflação dos novos governos conservadores. A partir deste momento, como num “efeito dominó”, todos os demais países industrializados foram adotando sucessivamente as mesmas políticas, mesmo no caso dos governos social-democratas e socialistas (Fiori, 1997, p115).

A hegemonia é expressa na hierarquização que se estabelece entre os países – pelas potências do globo e suas instâncias multilaterais. A esse respeito as reflexões de Bourdieu (1998), sobre o *campo econômico mundial* são mais que pertinentes¹⁹.

Bourdieu (1998, p.54-55) diz que a estrutura do campo mundial exerce uma coerção estrutural, tida como natural. Deste modo, a política de um Estado particular é determinada pela sua posição na estrutura da distribuição do capital financeiro (que define a estrutura do campo econômico mundial):

Esse mercado financeiro é dominado por certas economias, isto é, pelos países mais ricos, e particularmente pelo país cuja moeda é utilizada como moeda de reserva e que, com isso, dispõe, no interior desses mercados financeiros, de uma grande margem de liberdade. O mercado financeiro é um campo no qual os dominantes, os Estados Unidos nesse caso particular, ocupam uma posição tal que podem definir em grande parte as regras do jogo (Bourdieu, 1998,p.53).

A retomada da hegemonia norte-americana tem início, segundo Tavares e Melin (1997), a partir da diplomacia do dólar conduzida pelo Sr. Volcker em Setembro de 1979, ocasião em que houve uma valorização radical do dólar e conseqüente desvalorização das moedas internacionais frente à moeda norte-americana. No período de 1979 a 1989 – a partir do choque da política de Volker, o Federal Reserv, FED – pratica uma “diplomacia do dólar” que muda de ênfase e mesmo de direção conforme as conveniências da economia americana, no sentido de restaurá-la a uma posição firmemente dominante.

¹⁹ Bourdieu et al (1992, p.16-17), afirmam o seguinte: “O campo é um espaço social constituído de relações objetivas e históricas entre detentores de posições baseadas em determinadas espécies de capital (...) Cada campo prescreve valores particulares e possui princípios regulativos específicos. Tais princípios delimitam um espaço estruturado socialmente, no qual os agentes lutam para transformar ou preservar seus limites de acordo com a posição que eles ocupam nesse espaço. O campo é simultaneamente um espaço de conflitos e competição, cabe neste contexto a analogia com o campo de batalha, dentro do qual os participantes visam estabelecer total monopólio sobre as espécies de capital que possuem”.

No plano geoeconômico a hegemonia americana é exercida através da *diplomacia do dólar* na sua versão financeira. Os preços praticados mundialmente estão denominados em dólar, qualquer que seja a paridade cambial vigente nos mercados nacionais. O dólar atualmente cumpre o papel de moeda financeira em um sistema desregulado onde não existe um padrão monetário rígido. Como é óbvio, argumentam Tavares e Melin (1997, p.64-65):

“Neste sistema monetário financeirizado, as funções centrais do dólar são a função de segurança e de arbitragem. Daí a coordenação, espontânea ou forçada, com o dólar, por parte dos bancos centrais relevantes, sob o comando do Federal Reserv – FED”.

De fato, Fiori (op. cit.), critica o conceito de hegemonia referindo-se ao comportamento dos EUA no mundo hoje. Segundo o autor, o termo que se aplica ao comportamento americano é o de “ordem imperial”:

“Resumindo, desde 1991, o comportamento econômico, cultural e diplomático dos Estados Unidos frente ao mundo tem sido o de um país que não apenas acredita, mas se comporta cada vez mais orientado por uma visão unipolar do mundo (...) E a postura norte-americana tem sido a de um país que exerce a sua primazia nos termos ativistas concebidos por Charles Kindleberger, mas orientada, integralmente, pela defesa de seus interesses nacionais, e pela proteção e promoção explícita de todos os segmentos de sua economia produtiva e financeira. Por isto a ordem política e econômica emergente tem pouco ou nada a ver com o conceito de hegemonia e parece muito mais próxima da idéia do sistema imperial de que falam James Petras e Robert Cox” (Fiori, 1997, p.127-128).

Bourdieu (1998, p.31) tece crítica contundente à “hegemonia” exercida, afirmando que a racionalidade subjacente às orientações do Fundo Monetário Internacional – FMI – e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID –, é, ao mesmo tempo, a expressão e a caução de uma arro-

gância ocidental, que leva a agir como se alguns homens tivessem o monopólio da razão e pudessem instituir-se, como se diz, habitualmente, como polícia do mundo, isto é, detentores autoproclamados do monopólio da violência legítima, capazes de pôr a força das armas a serviço da justiça universal.

A ofensiva norte-americana em reação ao acontecimento de 11 de Setembro de 2001 em Nova York é, a meu ver, um exemplo dessa arrogância. Embora, eles (EUA) e seus ícones representantes de sua hegemonia, tenham sido atacados por supostos terroristas, criaram um discurso do Bem (Ocidente) contra o Mal (Oriente, em especial, Afeganistão – base de Bin Laden) veiculado na mídia no âmbito mundial, que “justifica” e “legitima” a intervenção norte-americana no mundo inteiro com a suposta finalidade de exterminar os focos terroristas.

Por outro lado, Ohmae (1991), afirma que está surgindo uma ilha maior que um continente – a Economia Interligada (ILE): Estados Unidos, Europa e Japão; sendo que, o objetivo da política da ILE será assegurar o livre fluxo de informações, dinheiro, mercadorias e serviços, assim como a livre migração de pessoas e corporações. Os governos tradicionais terão que estabelecer uma nova estrutura única de governança global, diz Ohmae.

É verdade que alguns de seus pólos dominantes e centros decisórios localizam-se nos Estados nacionais mais fortes. Em escala crescente, no entanto, formam-se pólos dominantes e centros decisórios localizados em empresas, corporações e conglomerados transnacionais. Aí nascem diretrizes relativas à desestatização, desregulação, privatização, liberalização e regionalização. São diretrizes que principalmente o FMI e o BIRD se encarregam de codificar, divulgar, implementar e administrar.

Enquanto o liberalismo baseava-se no princípio da soberania nacional, ou ao menos o tomava como parâmetro, o neoliberalismo passa por cima dele, deslocando as possibilidades de soberania para as organizações, corporações e outras entidades de âmbito global. (Ianni, 1996, p.79).

II.1- O CAPITAL MONETÁRIO – A VALORIZAÇÃO NA ESFERA FINANCEIRA: D-D'

O estilo contemporâneo da acumulação capitalista é determinado pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros (os fundos mútuos e fundos de pensão), cuja função é frutificar principalmente no interior da esfera financeira. Chesnais (1996), afirma que a esfera financeira é um dos campos de valorização do capital que deve gerar lucros como qualquer outro setor.²⁰

A esfera financeira, segundo Chesnais (1996), alimenta-se das riquezas geradas na esfera produtiva. Chesnais (1996, p.246), remetendo-se a Marx (Livro III, capítulo XXIV), afirma que o capital monetário representa “a forma mais alienada e mais fetichizada da relação capitalista”. A forma D – D' (isto é, aquela em que um capital D se fecunda e gera D', sem passar por um investimento produtivo).

Seus veículos são os títulos – *securities* – e sua obsessão, a rentabilidade aliada à liquidez da qual Keynes denunciara o caráter anti-social, isto é, anti-ético ao investimento de longo prazo. Não é mais um Henry Ford ou um Carnegie, e sim o administrador praticamente anônimo (e que faz questão de permanecer anônimo) de um fundo de pensão com ativos financeiros de várias dezenas de bilhões de dólares, quem personifica o “novo capitalismo” de fins de século XX.²¹

²⁰ De acordo com entrevista do presidente da entidade nacional dos fundos de pensão à *Globe-news* do dia 10/10/99, para os anos de 2005 e 2007 está previsto para o Brasil a atuação de mais de 2.000 fundos de pensão, movimentando uma quantia de aproximadamente 20 bilhões de dólares, o que nos dá a idéia da relevância dos fundos de pensão para a economia mundializada.

²¹ “A securitização é, em sentido amplo, o processo pelo qual empresas produtivas, bancos, demais empresas financeiras, e governos emitem títulos de dívida, com inúmeras finalidades, envolvendo e interligando, desta forma, os chamados mercados creditícios, de capitais, de derivativos. Ela é uma modalidade financeira que torna os títulos negociáveis, flexibiliza prazos e taxas de rendimento, adaptável a múltiplos agentes, funcional à administração de riscos, substituta dos empréstimos bancários e, ao mesmo tempo, propicia aos bancos na captação de fundos. Como tal é peça-chave do padrão de riqueza em questão, disseminando-se nas operações nacionais e transnacionais, nos regimes monetário-financeiro e cambial” (Braga, 1997).

Braga (1997), elabora a seguinte hipótese: a financeirização global é o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo, que se origina nos EUA, após a década de 60. Segundo o autor, a financeirização é a expressão geral das formas contemporâneas de definir, gerir e realizar riqueza no capitalismo. Trata-se, prossegue o autor, de um padrão sistêmico porque a financeirização está constituída por componentes fundamentais da organização capitalista, entrelaçados de maneira a estabelecerem uma dinâmica estrutural segundo princípios de uma lógica financeira geral.

Segundo Chesnais (1996), é na produção que se gera a riqueza, no entanto, é na esfera financeira que se comanda cada vez mais a repartição e a destinação social da riqueza: Um dos fenômenos mais marcantes dos últimos 15 anos tem sido a dinâmica específica da esfera financeira e seu crescimento, em ritmos qualitativamente superiores aos dos índices de crescimento do investimento, ou do Produto Interno Bruto (inclusive nos países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE), ou do comércio exterior:

“Essa dinâmica específica das finanças alimenta-se de dois tipos diferentes de mecanismos. Os primeiros referem-se à inflação do valor dos ativos, ou seja, à formação de capital fictício. Os outros baseiam-se em transferências efetivas de riqueza da esfera financeira, sendo o mecanismo mais importante o serviço da dívida pública e as políticas monetárias associadas a este. Trata-se de 20% do orçamento dos principais países e de vários pontos dos seus PIBs, que são transferidos anualmente para a esfera financeira. Parte disso assume então a forma de rendimentos financeiros, dos quais vivem camadas sociais rentistas”. (Chesnais, 1996,p. 15).

A vertente fictícia - possibilitada pela desregulamentação financeira - da valorização engendra efeitos perversos “reais”, ou nos dizeres de Chesnais: encadeamentos conjunturais desfavoráveis: a perda da autonomia dos governos nacionais e a conseqüente socialização dos custos financeiros fiscais. Deste modo, a busca de credibilidade diante dos mercados tornou-se o “novo Graal” dos governos. A expressão “bola da vez” ilustra tal fato!

Chesnais (1996), afirma que o nível de endividamento dos Estados perante os grandes fundos de aplicação privados (os mercados) deixa-lhes pouca margem para agir senão em conformidade com as posições definidas por tais mercados. Salvo que questionem os postulados do liberalismo.

Pelo contrário, assim que surgem dificuldades, as instituições financeiras internacionais e as maiores potências do globo precipitam-se em defesa dos privilégios desse capital financeiro, quaisquer que sejam o preço a pagar e os custos a socializar por via fiscal. Isto foi evidenciado, mais uma vez, pelos 52 bilhões de dólares adiantados, em fevereiro de 1995, pelo governo federal dos Estados Unidos e pelas instituições monetárias internacionais (FMI e BID) como “avalistas em última instância”, para evitar que a bancarrota do Estado mexicano desencadeasse, no plano mundial, um processo de desvalorização em cadeia dos ativos financeiros.

Isso mostra a que ponto os governos dos países do G7 desmentem as esperanças de Keynes no sentido de uma “eutanasia progressiva” do capital rentista e de seu “poder opressor” (Chesnais, 1996, p. 15-16). O capital monetário dita e orienta, limita as ações dos atores na economia mundializada, ou seja, dita o comportamento das empresas e dos centros de decisão capitalistas.

Chesnais (1996) elabora o seguinte modelo explicativo para análise da conjuntura econômica mundial contemporânea: De acordo com o autor, a conjuntura econômica mundial é caracterizada por uma recessão que assola os países da OCDE no início da década de 90; índices fracos de crescimento do PIB das principais economias, excetuando-se a norte-americana; deflação acelerada; elevado desemprego estrutural; agravamento das desigualdades na distribuição de renda; rendimentos rentistas realizados nas aplicações financeiras; marginalização de regiões do globo no comércio exterior, acirramento da competitividade entre EUA e Japão.

Somando-se, a essas séries de fatores, a economia mundial sofreu vários choques monetários e financeiros. Os fatores elencados acima, na argumentação do autor, devem ser considerados um “sistema”. Um sistema que remete à dois fatores interligados: liberação do capital dos arranjos ins-

titucionais nacionais (bancos centrais nacionais) e a transformação na relação capital X trabalho.

Chesnais argumenta que a conjuntura econômica atual apresenta as características de uma depressão econômica longa no sentido atribuído por Schumpeter. O movimento de mundialização do capital, afirma o autor, de acordo com os traços elencados no livro (segunda seção do texto), exercem sobre a acumulação um efeito depressivo de natureza estrutural. De acordo com Chesnais (1996), tal efeito depressivo é global, embora afete as regiões de forma diferenciada.

Velasco e Cruz (1998), argumenta que o capitalismo é uma economia que nasce e se reproduz nos quadros de uma estrutura política fragmentada, composta de um número variável de unidades políticas que se reconhecem mutuamente como distintas e independentes. A globalização, a liberalização de bens e serviços, as cadeias produtivas globais e os fluxos financeiros instantâneos, não resultam da “mão invisível” do mercado. Tais fatores resultam de decisões e políticas estatais. E não de quaisquer Estados, diz o autor, mas sim, de um pequeno número deles, dentre os quais sobressai o Estado norte-americano.

Tavares e Fiori (1997, p.8) argumentam que o movimento de desregulação e financeirização da economia internacional não é fruto de um desenvolvimento espontâneo e autônomo das forças de mercado: “Pelo contrário, faziam parte de um esforço estratégico bem-sucedido – da restauração da hegemonia mundial dos EUA, posta em xeque durante os anos 70”.

A expressão *mundialização* do capital, afirma Chesnais (1996), é a que corresponde mais exatamente à substância do termo inglês *globalização* – que traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria um enfoque e conduta globais. A mesma lógica de atuação global se aplica à esfera financeira, para as chamadas operações de arbitragem.

A integração internacional dos mercados financeiros resulta, sim, da liberalização e desregulamentação que levaram à abertura dos mercados nacionais e permitiram sua interligação em tempo real, graças às Tecnologias de Informação (TI)²². Mas, baseia-se, sobretudo, em operações de arbitragem feitas pelos mais importantes e mais internacionalizados gestores de carteiras de ativos, cujo resultado decide a integração ou exclusão em relação às benesses das finanças de mercado. Como veio lembrar a crise mexicana de 1994-1995, basta pouca coisa para que um lugar financeiramente “atraente” deixe de sê-lo em questão de dias, e, de certa forma, fuja da órbita da mundialização financeira. Quais são as facetas de tais operações de arbitragem?

Vamos verificar o que Tavares e Melin (1997, p.64-65), nos informam sobre tais operações:

“Em outras palavras, as transações comerciais das grandes empresas transnacionais e os preços praticados mundialmente estão denominados em dólar, qualquer que seja a paridade cambial vigente nos mercados nacionais. Isto significa que o dólar não é mais um padrão de valor no sentido tradicional dos regimes monetários internacionais anteriores (padrão ouro-libra e padrão ouro-dólar), mas cumpre, sobretudo, o papel mais importante de moeda financeira em um sistema desregulado onde não existem paridades cambiais fixas, vale dizer, onde não há padrão monetário rígido. Como é óbvio neste sistema monetário “financeirizado”, as funções centrais do dólar são a função de segurança e arbitragem”.

A linha argumentativa tecida nesta seção demonstra a relativa ausência de soberania do Estado-nação frente aos fluxos de capitais, como co-

²² De acordo com Castells (1997), o desenvolvimento das tecnologias associadas à telemática tem desempenhado papel fundamental na reestruturação capitalista em curso, ou seja, de acordo com o autor tais tecnologias têm sido configuradas de acordo com os interesses capitalistas. Há de se levar em conta que a atual globalização financeira e as tais operações de arbitragem só se tornam possíveis graças às tecnologias de informação, que permitem as realizações das operações em tempo real.

mentaram os autores citados neste texto. No entanto, os mesmos autores citados, em especial Chesnais e Bourdieu, argumentam que o Estado-nação, não desapareceu, e, continua ativo. Como? Criando as condições políticas e econômicas para que a *mundialização* do capital se realize sem entraves (liberalizando e desregulamentando). No entanto, esses autores propõem medidas para controlar os fluxos de capitais: criando instituições supranacionais a fim de controlar os fluxos de capitais.

A mundialização do capital e a pretensão do capital financeiro de dominar o movimento do capital em sua totalidade não apagam a existência dos Estados nacionais, segundo Chesnais (1996). Esses processos, no entanto, acentuam os fatores de hierarquização entre os países, ao mesmo tempo em que redesenham sua configuração. O abismo que separa os países participantes, mesmo que marginalmente, da dominação econômica e política do capital monetário rentista, daqueles que sofrem essa dominação, alargou-se ainda mais.

A unificação do mercado financeiro internacional traz como consequência direta a perda de autonomia dos governos nacionais de definirem a partir de si próprios as taxas de juros e o câmbio, que por sua vez, são determinados por um poder concentrado nas mãos de um pequeno número de países. A desregulamentação financeira engendra efeitos perversos, como os ataques especulativos do Sr. Soros, sem que os governos nacionais possam tomar alguma atitude. Tais efeitos perversos engendram “reações em cadeia” com custos sociais que a maioria da população tem de assumir, tais reações em cadeia serão examinadas adiante.

Lerda (1996) analisando a problemática da “autonomia” do Estado-nação no mundo contemporâneo, afirma que a dimensão econômica da globalização remete à desterritorialização das atividades econômicas: indústrias, setores ou cadeias produtivas inteiras optam por realizar suas operações desvinculadas de suas nações de origem; o mercado financeiro, neste caso, é o emblema da desterritorialização das atividades econômicas. Lerda argumenta que há uma progressiva desterritorialização das atividades econômicas, gerando entre os teóricos a seguinte tese, a da perda da autonomia

do Estado-nação, dentre eles, o principal é Ohmae, que defende a constituição de organismos transnacionais (1991).²³

A relativa ausência de autonomia do Estado-nação, frente ao movimento de *mundialização* ocorre na dimensão das políticas públicas nacionais conduzidas por autoridades econômicas responsáveis pela política econômica. Deste modo, a própria internacionalização foi possível por decisões tomadas no âmbito da política – econômica, no caso brasileiro, tais medidas foram tomadas no governo Collor e depois intensificadas no governo FHC, contando com figuras relevantes como Pedro Malan e Armínio Fraga dentre outros da equipe econômica.

Retomando o argumento do autor quanto à perda de autonomia, nunca é demais lembrar que tal “autonomia” é restringida atualmente graças à decisões tomadas anteriormente visando a inserção de países na globalização. Foram tomadas decisões no sentido de restringir o papel do Estado na economia, abrir a economia à competição internacional, privatizar empresas públicas, dentre outras medidas de cunho neoliberal.

“Tais políticas domésticas foram formuladas, desenhadas e implementadas no contexto de programas de estabilização, ajuste e/ou reformas estruturais de corte liberalizante, fundamentadas na busca de maior eficiência, flexibilidade, competitividade externa e capacidade produtiva das economias nacionais. Exemplos conspícuos são os programas de descentralização fiscal, desregulação financeira, liberalização comercial, privatização/desincorporação de empresas públicas, e reformas tributárias compatíveis com os requerimentos lógicos desses programas (particularmente com a liberalização do setor externo). O conjunto de políticas associado com tais programas é bem conhecido e responde pelo nome de Consenso de Washington”. (Lerda, 1996, p.246).

²³ A origem da atual globalização dos mercados financeiros, segundo Lerda (1996, p.250): foi o surgimento do mercado de eurodólares, ao final dos anos 40, quando a Ex-União Soviética depositou suas reservas em bancos franceses, para prevenir um possível congelamento de suas contas por parte dos EUA.

A decisão conjunta dos países de aderirem ao Consenso de Washington derivou de pressões internas e externas, e, da impossibilidade dos governos nacionais de equacionarem tais pressões baseados no modelo de crescimento “para dentro”.

A crescente mobilidade das moedas, enfim, a dinâmica do mercado financeiro cria desafios para as autoridades dos Bancos Centrais e responsáveis pela condução das políticas bancária, monetária e cambial. Por exemplo, o risco sistêmico “latente”, derivado da interdependência entre instituições financeiras, se traduz potencialmente em efeitos adversos potenciais sobre a condução de políticas monetária e fiscal. Deste modo, o desafio que se impõe às autoridades econômicas dos governos nacionais é desenhar e implementar políticas capazes de neutralizar os efeitos adversos da globalização sobre a autonomia das autoridades econômicas.

Lerda (1996), argumenta que a força disciplinadora da concorrência internacional pode vir a ter efeitos benéficos sobre o curso futuro das políticas públicas nos países de nossa região. De fato, esta é uma tese que será comprovada no futuro, mesmo porque, até então, o processo de *mundialização do capital*, tem engendrado *encadeamentos conjunturais desfavoráveis*.

III - ENCADEAMENTOS CONJUNTURAIS DESFAVORÁVEIS: A FACE PERVERSA DA MUNDIALIZAÇÃO

Não se pode trapacear com a lei da conservação da violência: toda violência se paga; por exemplo, a violência estrutural exercida pelos mercados financeiros, sob forma de desemprego, de precarização etc., tem sua contrapartida em maior ou menor prazo, sob forma de suicídios, de delinqüência, de crimes, de drogas, de alcoolismo, de pequenas ou grandes violências cotidianas (Bourdieu).

Tal movimento do capital desregulado e liberado em âmbito mundial, que circula “livremente” e relativamente independente das instituições fi-

nanceiras nacionais, engendram, na opinião de Chesnais (1996) encadeamentos conjunturais desfavoráveis.

Quais encadeamentos desfavoráveis? No último capítulo de seu livro, o autor cita três fatores que emergem em consequência do movimento de *mundialização do capital*, inclusive nos países centrais:

- (i) Desemprego estrutural, precarização do trabalho, marginalização e decadência social;
- (ii) O capital monetário – na esfera da reprodução que ocorre no âmbito estritamente financeiro – conquista autonomia e força diante dos Estados-nacionais, e
- (iii) O poder de intervenção dos Estados-nacionais diminuiu qualitativamente, devido à crise fiscal, e os fundamentos de suas instituições estão solapados a ponto de torná-los incapazes de impor qualquer restrição à movimentação do capital privado.

Houve, na opinião de Chesnais (1996), um retrocesso econômico, político, social e humano. Com relação específica no nível micro-econômico, a produtividade ocorre graças à combinação articulada entre a mais-valia absoluta e relativa, gerando uma precarização e intensificação da exploração do trabalho vivo na produção. Especificamente à inserção dos países na *mundialização* o autor afirma:

“Hoje em dia, muitos países, certas regiões dentro dos países, e até áreas continentais inteiras (na África, na Ásia e mesmo na América Latina) não são mais alcançadas pelo movimento de mundialização do capital, a não ser sob a forma contraditória de sua própria marginalização”. (Chesnais, 1996, p.18).

De fato, no México sob a administração de Salinas as medidas neoliberais (desregulamentação e liberalização do mercado monetário e financeiro), engendraram consequências sociais nefastas: diminuição de 5% do PIB; a taxa de inflação girou em torno de 50%; o desemprego atingiu 25% da população ativa; 55% da população foi atingida pela perda no poder aquisitivo, e, 2 milhões e meio de pessoas caíram abaixo do limite de pobreza extrema.

Um claro exemplo dessa perda de autonomia do Estado-nação, frente ao capital privado nacional e transnacional é a transferência das atividades industriais para qualquer local do globo com menos encargos sociais e restrições, e, ainda, com um baixo índice de mobilização sindical, gerando entre os Estados a denominada “guerra fiscal”:

“As empresas européias transferiram suas atividades de expansão para outras partes do mundo, onde contratar e demitir pessoas não custa caro. A Mercedes-Benz e a BMW instalaram-se no Alabama e Carolina do Sul – não por acaso, os lugares nos EUA com menos regulamentação governamentais e mais baixos encargos sociais. Os índices de emprego europeu estão estagnados e, com o tempo, o desemprego chegará a níveis mais altos do que se fosse permitido às empresas contratar e demitir livremente”. (Thurow, 1997,p.171).

As fusões estratégicas entre grandes empresas para monopolizar determinado segmento de mercado constituem-se em outro traço do movimento de mundialização do capital. No Brasil a fusão entre a Antártica e Brahma é um exemplo deste fato, diante desta fusão tanto o governo brasileiro e as centrais sindicais estão se mobilizando, para resguardar pelo menos o emprego ameaçado de 17 mil pessoas. A Nissan anunciou, em 1999, nos meios de comunicação de massa o programa de reestruturação que inclui a demissão de 14.000 empregados e o fechamento de três plantas, visando tornar a empresa mais competitiva.

Contudo, a despeito das teses que apresentam as limitações de intervenção dos governos nacionais frente aos fluxos de capitais, é preciso ter claro que o Estado desempenha papel ativo nas economias nacionais. De acordo com o próprio Chesnais (1996), o papel do Estado-nação é ativo no sentido de criar condições político-econômicas favoráveis à implementação das medidas desregulamentadoras e liberalizantes próprias da política externa da mundialização, expressas pelo ideário neoliberal.

No entanto, a meu ver, é importante considerar as relações assimétricas entre os Estados-nacionais e observar aqueles Estados-nacionais e suas instâncias multilaterais que detêm, de fato, o poder de criar as regras da política externa da *mundialização*, como argumenta Bourdieu (1988).

Nos Ensaio contra a ordem, Petras (1995) (des) constrói o mito sobre o neoliberalismo referindo-se ao contexto latino-americano, entre 1981 a 1991. De acordo com o autor, as medidas de cunho neoliberal implementadas na região tiveram implicações negativas do ponto de vista do desenvolvimento econômico e social.²⁴

O ponto de partida de Petras é uma crítica contundente aos mitos veiculados pelos meios de comunicação de massa dos Estados Unidos relativos à década perdida e às perspectivas políticas de futuro:

Mito 1 – As políticas e regimes populistas e estatizantes são os culpados pela regressão social e econômica dos anos 80, e não as políticas e regimes neoliberais. Reza o mito que populistas e esquerdistas perdulários arruinaram a economia da região. Isto é um mito porque a partir da década de 80 os governos seguem a orientação neoliberal:

“Ao contrário do que afirma a doutrina neoliberal, a derrocada das décadas de 1980-90 não se deveu aos populistas do passado, mas é consequência direta da aplicação das políticas de mercado durante os anos 80 a serviço dos bancos estrangeiros e seus sócios locais”. (Petras, 1995, p. 154).

Mito 2 – Surgiu um novo consenso, compreendendo os dirigentes neoliberais e os trabalhadores, em apoio às políticas neoliberais. A tese do consenso é falsa:

²⁴ Há que se mencionar o fato de que a crise asiática coloca em cheque a globalização como a “única via”, de acordo com reportagem do *Estado*, do dia 14-06-98: “*Dos estudantes da Indonésia a empresários transpacíficos em Hong Kong, de líderes islâmicos na Malásia a funcionários de governos tailandeses, reina a desconfiança generalizada de que a globalização não é uma inevitabilidade histórica, mas apenas um projeto político neoliberal*”.

“O consenso em vigor é entre as autoridades eleitas e os bancos estrangeiros, os exportadores domésticos e os compadres cujos interesses foram promovidos pelas políticas do mercado livre. Em praticamente todos os casos, os presidentes recém-eleitos governaram por decreto, e não por consenso, implementando centenas de alterações básicas por decreto, passando por cima do congresso eleito, ignorando a opinião pública e militarizando as cidades e o meio rural quando a população resistia (...) Finalmente, a maioria das políticas de austeridade foram arquitetadas e são supervisionadas pelo FMI e pelo Banco Mundial, um consenso de elites feito às costas do povo”. (Petras, 1995, p.157)

Mito 3 – No final da década, a adoção das políticas de mercado livre levou as economias da América Latina a entrarem nos eixos. Reza o mito que após implementação de medidas neoliberais as economias da região começaram a se recuperar, mas os dados demonstram que não houve crescimento e, sim, o contrário, e cita o exemplo do Brasil: 3,3% em 1989 para – 4,6% em 1990. Petras afirma ser um erro grave supor que as afirmações do Departamento de Estado, dos meios de comunicação de massa e dos novos regimes eleitorais são algo mais do que são: mitos em defesa de um império que está saqueando suas semicolônias.

De acordo com o autor, a década perdida deve-se à remessa de capitais para o exterior para pagar a dívida externa e ao crescimento econômico negativo, causando pobreza na região. Petras apresenta dados numéricos sobre a desigualdade de rendas na América Latina, índices de desemprego e subemprego na região.

Segundo Petras, a ideologia messiânica de livre-mercado apresenta o neoliberalismo como panacéia para todos os males do subdesenvolvimento da região: a abertura dos mercados ao livre fluxo de capital e mercadorias trará consigo crescimento, prosperidade e liberdade – este é o mito!

No entanto, a história é diferente; a América Latina tem uma tradição de abertura de mercados ligados às potências hegemônicas, ao subdesenvolvimento e às ditaduras. Tal tradição aliada à política neoliberal na década de

80 teve conseqüências perversas: aumento na concentração de riquezas, os gastos públicos no setor social diminuíram, os salários decresceram:

“Esta era de queda vertical de salários, de deteriorização crônica no padrão de vida e de taxas negativas de crescimento está diretamente ligada a políticas governamentais que facilitaram a transferências maciças de capital para o exterior”. (Petras, 1995, p.166-167).

Petras (1995), concluí que o neoliberalismo criou uma economia dual extremamente rígida: um setor privado ligado aos circuitos internacionais e que se alimenta de recursos financeiros de fora e da pilhagem do Estado, cada vez menor, ligado a salários em queda, serviços estatais em deterioração e falta de oportunidades de trabalho.

Castells (1996), analisando da perspectiva das transformações tecnológicas (e não do plano político-econômico, como fazem Petras, Bourdieu e Chesnais) os efeitos perversos que se engendram no bojo do processo de transição para uma sociedade informacional, afirma a ocorrência de uma *dualização* nas sociedades, constituída de setores integrados à nova ordem e setores excluídos, colocados à margem (desempregados, sem terra, meninos de rua, empregados precários, mulheres, etc.)²⁵.

Para este autor as características centrais das sociedades contemporâneas – baseadas em conhecimento e informação – são os fluxos, ou seja, os processos sociais se desenvolvem na sociedade contemporânea articulados por meio de fluxos de informação, conhecimento e capitais²⁶.

²⁵ Castells (1997) afirma que a sociedade de informação é uma sociedade em que as fontes de poder e riqueza dependem da capacidade de geração de conhecimento e processamento de informação. Capacidade que depende da geração da interação entre recursos humanos, infraestrutura tecnológica e inovação organizacional e estrutural. Nesse sentido, todas as sociedades estão conectadas globalmente em redes de informação que condicionam toda a sua dinâmica. Mas há sociedades majoritariamente conectadas e outras em que somente um pólo dinâmico pertence a essas redes globais informacionais.

²⁶ Sobre uma análise dos efeitos perversos que se engendram no processo de transição para uma economia intensiva em informação no caso brasileiro ver Mattoso(1995).

Os fluxos, de acordo com este autor, são uma característica fundamental da “nova ordem mundial”. Deste modo, de acordo com o raciocínio de Castells, os conflitos na sociedade moderna emergem da resistência de setores excluídos que resistem e/ou não se inserem de forma competitiva à dinâmica dos fluxos, e não das relações de poder estruturais e inerentes ao capitalismo (desde sempre), como afirmam Bourdieu e Chesnais. Ou seja, Castells identifica também na sociedade contemporânea *os encadeamentos conjunturais desfavoráveis*, de que fala Chesnais (1996), contudo, sob outro ponto de vista.

Castells (1998), identifica na sociedade informacional uma associação entre dois elementos: informatização e a exclusão social. No entanto, as causas não estão localizadas nas tecnologias e sim nos arranjos institucionais realizados pelos países. Ou seja, nas opções políticas engendradas no bojo do processo de reestruturação capitalista após a década de 80.

O autor afirma que a forma como as tecnologias da informação estão sendo utilizadas e gerenciadas aprofunda tendências construídas historicamente, que exclui amplos segmentos da população mundial dos *fluxos*, engendrando o processo do surgimento das cidades duais.

Os espaços de fluxos concentram através do mundo espaços que agregam empresas e atividades que têm como condições objetivas as tecnologias de informação e que conectam esses espaços à rede global, enquanto que, segregam espaços marginalizados que são excluídos da rede, São Paulo é um exemplo de cidade dual.

Diante dessas tendências estruturais que têm como base objetiva a infraestrutura tecnológica baseada nas novas tecnologias de informação, Castells (1998) insere a seguinte indagação: o processo de dualização urbana pode ser revertido? Pode a tecnologia assumir uma face humana? O que se constata empiricamente, a meu ver, é a utilização das tecnologias de informação a partir de uma lógica sistêmica – atendendo aos interesses das potências hegemônicas, por meio de suas corporações transnacionais que atuam em várias regiões do mundo.

No entanto, a resposta de Castells à sua própria indagação é positiva, isto é, a sociedade pode reverter essa tendência estrutural do capitalismo que reproduz a desigualdade por meio da dualização, se houver a combinação entre a formação de políticas públicas, ações de agentes empresariais e da sociedade civil organizada. Tal proposta formulada por Castells (1998) está registrada na entrevista concedida pelo autor ao jornal Folha de São Paulo, Caderno Mais, em 23 de maio de 1999.

Subjacente às formulações de Castells há um determinante estrutural, denominado pelo autor de *tendências estruturais*. Tais tendências estruturais reproduzem e aprofundam a desigualdade social, engendrando a cidade dual. Esta tendência estrutural pode ser revertida utilizando-se para tanto, as novas tecnologias de informação, na visão do autor: A reversão da tendência estrutural será possível através da combinação de políticas públicas, onde o principal ator é o governo local. O principal problema a ser atacado é o desemprego e a geração de renda. Uma das armas contra o desemprego é a educação e a utilização das tecnologias de informação, que a partir de então ampliam a sua atuação para além da lógica sistêmica.

Castells identifica a saída da desintegração do tecido social, no âmbito do governo local, na geração de emprego, de renda e educação dentro da sociedade de mercado. Concordo com o autor nesses pontos citados, no entanto, penso que é preciso ter em mente as relações de poder (assimetria entre os países) que são estruturais à acumulação capitalista. É justamente por esse fato que Boaventura Santos “vislumbra” uma luz no fim do túnel para além da sociedade de mercado, como veremos adiante, quando propõe um novo modelo societal e epistemológico.

A meu ver, o movimento denominado por Chesnais (1996) de mundialização do capital, em especial o formato que as grandes empresas transnacionais assumem atualmente (empresas-rede), comentada por Chesnais no capítulo quarto de seu livro, têm como suposto para funcionarem em rede as Tecnologias de Informação de que fala Castells.

No entanto, Castells e Chesnais partem de matrizes teóricas distintas: o primeiro resgata Daniel Bell e Touraine – que, já na década de 1970, constatavam a partir da experiência dos E.U.A e Europa a importância das Tecnologias de Informação e do conhecimento para as sociedades denominadas por eles de pós-industriais, enfatizando a transformação tecnológica, correndo o risco, a meu ver, de reificar essa tecnologia: ela seria (a tecnologia em si) o elemento impulsionador das transformações contemporâneas, ignorando os processos e as relações de poder (estruturais) que permeiam a sociedade capitalista. Sendo assim, os conflitos emergem de grupos sociais que não se inserem competitivamente aos fluxos, ou que simplesmente são excluídos desses fluxos.

Chesnais, por sua vez, resgata a noção de crises cíclicas da acumulação capitalista no interior da teoria da regulação, agregando a esta a noção de internacionalização do capital, que envolve, fundamentalmente, a hierarquização entre os países, ou seja, relações assimétricas. No primeiro caso (teoria da regulação), a acumulação se desenvolve em conformidade com as políticas-econômicas dos Estados-nacionais – que vai do final da segunda guerra mundial até 1979, quando se inicia a ofensiva neoliberal desencadeada pelo governo de Thatcher.

No segundo caso, a internacionalização do capital se desenvolve em especial na esfera financeira, possibilitada pelas condições criadas pelos Estados-nacionais de liberalização e desregulamentação dos fluxos de capitais. Ou seja, a acumulação se desenvolve no cenário internacional – de acordo com regras estabelecidas pelas economias centrais e suas instâncias multilaterais.

Bourdieu (1998, p.19) afirma que no momento em que as grandes utopias do século XIX revelaram toda a sua perversão, é preciso criar as condições para um trabalho de reconstrução de um universo de ideais realistas, capazes de mobilizar as vontades, sem mistificar as consciências.²⁷

²⁷ A respeito das utopias do século XIX, Latouche (1992) afirma que o Ocidente se mostrou incapaz de cumprir as propostas emancipatórias contidas no projeto da modernidade. O Oci-

Interessante no texto de Bourdieu (1998, p.9) é observar como o autor relaciona em suas reflexões os acontecimentos macro-político-econômicos e a dimensão micro. Por exemplo, no texto “A mão esquerda e a mão direita do Estado”, publicado no livro *Contrafogos*, relaciona a adoção de medidas de cunho neoliberal por parte dos Estados europeus e os dramas pessoais vivenciados por pessoas “comuns”. Por exemplo, “O diretor de uma escola em dificuldades, expressa, por exemplo, a sua amargura pessoal: em vez de se ocupar com a transmissão do conhecimento, ele se tornou, a contragosto, o policial de uma espécie de delegacia”²⁸.

A criação de um Estado supranacional europeu, criando as bases para um internacionalismo crítico, capaz de se opor verdadeiramente ao neoliberalismo, é a proposta de Bourdieu, como também de Chesnais (1996).

O que propõe Bourdieu (1998, p.56) a partir de seu referencial europeu é um debate sobre as condições sociais atuais, a exemplo dos serviços públicos e da precarização do trabalho. O autor deseja contrapor à lógica econômica uma lógica social, que respeite mais os homens e as realidades com as quais eles se vêem confrontados.

Bourdieu argumenta que é preciso inserir nas decisões econômicas os custos sociais, e demonstrar que, em longo prazo, as decisões tomadas estritamente no âmbito da lógica econômica causam custos econômicos ainda maiores. Custarão mais aos cofres públicos os custos com demissões; sofrimentos; doenças; suicídios; alcoolismo; violência familiar, culminando na desintegração do tecido social.

É o que mostra a reportagem veiculada pela *Folha de São Paulo* em 1996, onde se afirma que o desemprego acarreta problemas sociais e emocio-

dente que inventou o progresso, prossegue o autor, a crença na técnica, na ciência e na produtividade, engendra em sua própria dinâmica o declínio e o caos.

²⁸ Em Campinas, SP, Brasil, no dia 4 do mês de Outubro de 1999 houve uma chacina em uma escola pública no bairro “Vida Nova”, as escolas públicas, em vários países, estão se transformando em palco de conflitos para os traficantes. Note-se que no caso de Campinas a chacina foi praticada por adolescentes, que foram encaminhados à Fundação de Amparo ao Bem-estar do Menor – FEBEM de São Paulo.

nais: “Muitas pessoas reagem como se tivessem passado por um estresse semelhante ao de um divórcio ou da morte de um parente. O desempregado corre o risco de sofrer depressão, ansiedade, agressividade, insônia, perda de auto-estima e problemas conjugais”. Estudos conduzidos nas Universidades de Michigan e John Hopkins mostram que o aumento do desemprego é acompanhado por suicídios, ataques do coração e doenças mentais. Segundo pesquisas, a cada 1,4 ponto percentual a mais do desemprego num ano, ocorrem: a) 26.440 mortes ligadas a problemas do coração; b) 1.540 suicídios; e c) 5.520 internações de pessoas em hospitais psiquiátricos.

Moraes (1997) refletindo sobre a questão da lógica de mercado a partir de um referencial latino-americano nos apresenta as seguintes indagações: “Será que é sempre eficiente aquilo que é gerado pelo mercado? Eficiente para quem? E dentro de qual horizonte de tempo (curto ou longo prazo)?”. “Atualmente existe espaço para algo como o planejamento indicativo, o *New Deal*, as câmaras setoriais, as políticas industriais? Ou será que a estratégia tem que assumir um escopo internacional?”.

De outro lado, Velasco e Cruz (1998), argumenta que o principal fator a restringir a autonomia do Estado é a liberdade com que se movimentam os capitais. Como precisa deles e não pode controlá-los o Estado procura atraí-los e, nesse sentido, deve curvar-se a sua vontade. No entanto, é preciso que se recorde que a desregulamentação do capital não é fruto da “mão invisível do mercado”, mas fruto de decisões da política-econômica dos Estados hegemônicos. Ou seja, a liberalização financeira foi produzida por decisões e ações dos Estados que participam das formulações das regras para o *campo econômico mundial* de que fala Bourdieu.

De outro lado, Chesnais (1996, p.34), afirma que sem a intervenção política ativa dos governos Thatcher e Reagan, e também do conjunto dos governos que aceitaram não resistir a eles, e sem a implementação de políticas de desregulamentação, de privatização e de liberalização do comércio, o capital financeiro internacional e os grandes grupos multinacionais não teriam podido destruir tão depressa e tão radicalmente os entraves e freios à

liberdade de se expandirem à vontade e de explorarem os recursos econômicos, humanos e naturais, onde lhes fosse conveniente.

Logo, indaga Velasco e Cruz (1998), se hoje o Estado é inibido pelos efeitos de suas políticas passadas, cabe dizer que ele se auto-limita. Neste sentido, em princípio, ele poderia reverter o que fez e recriar as condições para o exercício de graus maiores de autonomia. Este raciocínio aplica-se ao Brasil? Ou os movimentos de capitais ganharam “vida própria”?

Observa-se uma movimentação que oscila entre dois pólos: a adoção de orientações neoliberais ditadas pelas instâncias multilaterais e o impacto da adoção de tais orientações em contextos nacionais específicos. Quando sobrevêm dificuldades mais sérias e crises sociais, a questão do “que fazer” é endereçada aos agentes políticos e econômicos nacionais e não aos *global players*. Outra constatação realizada por Velasco e Cruz diz que mesmo os Estados mais frágeis gozam de um determinado grau de autonomia frente ao mercado financeiro, trata-se de se criar vontade política para inibir o movimento do capital.

Atualmente, as desigualdades sociais e os efeitos sociais da exclusão se fazem sentir em todas as partes do globo, e torna-se tema da agenda do FMI, que adota como retórica a relevância das políticas públicas para minimizar os custos sociais nos países “em desenvolvimento”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os autores citados ao longo do presente texto, como Castells e Chesnais, vislumbram soluções no âmbito da “sociedade de mercado”, como contraponto apresento a seguir para finalizar este trabalho, as reflexões de um autor que vislumbra uma “luz no fim do túnel,” além da sociedade de mercado, e que relaciona a crise social contemporânea à impossibilidade do projeto da modernidade (na sociedade de mercado) de cumprir suas promessas em termos de emancipação da humanidade.

Para Santos as possibilidades emancipatórias estão definitivamente anuladas na ordem das sociedades contemporâneas dominadas pela razão cognitivo-instrumental e pelas políticas neoliberais. A *utopia* para este autor é sinalizada a partir da constituição de novas bases epistemológicas e sociais, onde o entrelaçamento entre conhecimento científico e o conhecimento do senso-comum engendrará *possibilidades emancipatórias*.

De acordo com Santos (1995a, 1995b e 1990), estamos vivenciando um período de transição do paradigma da modernidade para o paradigma pós-moderno, no qual a exaustão do paradigma da modernidade ocorre devido as promessas cumpridas em excesso da razão cognitivo-instrumental e pelo “défice” em termos de emancipação do ser humano. Neste sentido, para o autor trata-se de uma crise epistemológica envolvendo as ciências (naturais e sociais) e de uma crise societal provocada pela exaustão de um modelo de sociedade apoiado no projeto da modernidade.

As promessas emancipatórias identificadas na matriz do projeto da modernidade serão possíveis à luz de um novo paradigma epistemológico e de um novo modelo societal, onde a fusão entre o conhecimento científico e o conhecimento do senso-comum desempenhará um papel relevante “no engendrar alternativas”, ou seja, “possibilidades de emancipação” – nos dizeres de Santos (1995, p.283), na configuração de um novo paradigma que envolve, a meu ver, colocar o desenvolvimento científico e tecnológico articulado ao conhecimento local – para além da razão instrumental (regida pelos mecanismos de mercado). E considerar, principalmente, o Homem no centro de nossas preocupações: a “luz no fim do túnel”, portanto, o autor a vislumbra na realização das promessas emancipatórias que só serão possíveis no quadro de um novo paradigma epistemológico e societal: *o paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente*.

ABSTRACT: The general subject of this work is to do a reflection about the economical politic of modernization expressed in the neoliberal point of view, in the “mondialisation” capital movement, in the context of Chesnais’s theory. And the specific subject of this work,

is to put against Chesnais's argument, the Boaventura Santos's central argument – who believes in a solution beyond market society. The specific interest of this work is to do a discussion about the partial absent of autonomy of nation-state in relation to the movement of capital flow, and it's perverse effects over the peoples, in the context of “mondialisation”. The analysis is conducted in direction of the critical reflections of Chesnais's work, articulated with partial arguments of other authors.

KEY-WORDS: “mondialisation”, modernization, economy, economical politic.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRIGUI, Giovanni. *O longo século XX: Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. São Paulo: Editora UNESP, 1996, 408p.
- BRAGA, José Carlos. Financeirização global. O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. IN: TAVARES, Maria Conceição e FIORI (org.). *Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p.195-242.
- BOURDIEU, Pierre e WACQUANT, Loic. *An invitation to reflexive sociology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992, 332p.
- _____. *Contrafogos. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, 151p.
- CASTELLS, Manuel. *La era de la información. Economía, sociedad y cultura*. Vol1. Madrid: Alianza Editorial, 1997, 564p.
- _____. A nova sociedade tecnológica. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 maio. 1999. *Caderno Mais*.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996, 335p.
- DIMENSTEIN, Gilberto. Desemprego também é doença. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 14 jan. 1996. Seção 1, p.22.
- ESCOBAR, Pepe. Ásia presente fim do mito da globalização. *Estado de São Paulo*. São Paulo, 14 jun. 1998. Seção A, p.19.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa. Crítica de la razón funcionalista*. Vol.2. Madrid: Taurus, 1987. 513p.

- _____. Técnica e Ciência enquanto ideologia. IN: Benjamin W. et al. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p.303 – 333.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1993, 349p.
- FIORI, José Luis. Globalização, hegemonia e império. IN: TAVARES, Maria Conceição e FIORI, José Luis (org.). *Poder e Dinheiro. Uma economia política da globalização*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p 87-147.
- IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. 2ºed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996, 228p.
- LATOUCHE, Serge. *L'Occidentalisation du monde. Essai sur la signification la portée et les limites de l'uniformisation planétaire*. Paris: La Découverte, 1992, 143p.
- LERDA, Juan Carlos. Globalização da economia e perda de autonomia das autoridades fiscais, bancárias e monetárias. IN: BAUMANN, Renato (org.). *O Brasil e a economia global*. Rio de Janeiro: Campus/SOET, 1996, p. 239-263.
- MATTOSO, Jorge. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Página Aberta, 1995, 210p.
- MORAES, Reginaldo Corrêa de. Liberalismo e neoliberalismo. *Primeira Versão*, Campinas, n°73, Nov., 1997, 30p.
- _____. Hayek e a teoria política do neoliberalismo econômico. *Textos Didáticos*, n° 36, Campinas, abril, 1999 (a), 100p.
- _____. Economia, política e ideologias. *Primeira Versão*, Campinas, n°83, abril, 1999b, 33p.
- _____. Brasil, política: estruturas, conjunturas, conjecturas. *Primeira Versão*, Campinas, n°86, jul., 1999c, 51p.
- OHMAE, Kenichi. *O mundo sem fronteiras*. São Paulo: Makron Books, 1991, 227p.
- PETRAS, James. *Ensaio contra a ordem*. São Paulo: Scritta, 1995.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

- _____. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos Avançados*, São Paulo, s/d/p.
- _____. *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995a.
- SCHUMPETER, Joseph. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril, 1982
- TAVARES, Maria Conceição e MELIN, Luiz Eduardo. Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana. IN: TAVARES, Maria Conceição e FIORI (org). *Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997, P.55- 86
- THUROW, Lester C. *O futuro do capitalismo. Como as forças econômicas moldam o mundo de amanhã*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, 456p.
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América. A questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1983, 258p.
- VELASCO E CRUZ, Sebastião. As idéias do poder. Dependência, globalização, crise e o discurso de FHC. *Primeira Versão*, Campinas, n°77, out., 1998, 43p.

OS PARADOXOS DA MODERNIDADE E A ABORDAGEM SOCIOLÓGICA: NOVOS PROBLEMAS QUE EXIGEM NOVAS SOLUÇÕES

Duarcides Ferreira Mariosa¹

RESUMO: O objetivo principal deste texto é propor uma reflexão sobre os limites e alcance da abordagem sociológica clássica, especialmente, quando se procura compreender os paradoxos da sociedade moderna. Com a diversificação e especialização das atividades em todos os setores da vida humana, resulta insuficiente uma análise que não contemple de forma precisa os muitos conflitos, interesses e disputas surgidos em seu interior. Sobretudo, porque as sociedades modernas estão de tal forma configuradas que já não podemos mais falar em conjuntos homogêneos de indivíduos, classes ou papéis, onde categorias como as de Família, Nação, Classe ou Estado bastavam à interpretação sociológica. Precisamos pensar em novas formas de abordagem.

UNITERMOS: modernidade, teoria social, sociedade, conflito.

INTRODUÇÃO

Quando há um momento de crise, de transformação rápida da sociedade, buscamos encontrar uma explicação que nos satisfaça o desejo e a necessidade de saber como esse todo – a sociedade – funciona. Embora possam existir inúmeros conceitos, teorias, métodos, estudos específicos e

¹ Doutorando em Ciências Sociais na UNICAMP.

regras gerais para a análise social, muitos dramas ainda continuam sem solução e muitas perguntas persistem sem respostas coerentes. É o que basta ao sociólogo para demonstrar o quanto seus métodos, conceitos e modelos interpretativos podem resultar insatisfatórios frente a determinadas situações concretas. Logo, é para poder acompanhar como se processam e em que consistem as mudanças e alterações das formas de interação social, e das configurações que assumem as estruturas e instituições da sociedade, que a prática sociológica requer atualização constante.

Ao lidarmos com a sociedade moderna – capitalista, ocidental, contemporânea –, por exemplo, fica particularmente evidente que a complexidade das conexões que exhibe o todo é muito maior do que a soma interpretativa de suas partes. Em especial, porque os métodos empregados até recentemente pela Sociologia se, de um lado, permitiam análises parciais contundentes da realidade, de outro, levavam a generalizações quase sempre imprecisas, mesmo se aplicadas a situações próximas ou similares.

Na análise social, ainda que alcancemos a compreensão científica de cada situação empírica em particular, de cada categoria sociológica aplicável ao caso, ou até das diferentes instâncias em que possa estar subdividido o objeto analisado, é sumamente difícil contemplar todas as suas implicações e desdobramentos. Primeiro, porque, no caso de considerarmos indivíduos ou fenômenos sociais específicos, vemo-nos constantemente obrigados a relevar o fato deles não existirem isoladamente, ou que estejam participando de alguma forma de todos os processos sociais que a sociedade moderna comporta. Com isso, muitas das categorias analíticas, a princípio universais, deixam de sê-las, pois só são adequadas a um limitado número de casos particulares. Segundo, porque, apesar de seu discurso igualitário, as sociedades modernas encontram-se socialmente estratificadas, dividem-se em tantas classes, estratos ou segmentos, conforme seja a participação desigual de seus membros na riqueza, no poder e no prestígio que nela existem e vigoram. Perpetuando, portanto, uma realidade que é em si mesma contraditória, e para a qual concorrem, por isso mesmo, interpretações conflitantes.

Ora, para poder compreender a sociedade, os pesquisadores buscam invariavelmente focar o universo social a partir de recortes analíticos da realidade, numa reconstrução do objeto de observação segundo critérios, no mais das vezes, particulares ou aleatórios. Ao examinar um certo evento como, por exemplo, a progressiva racionalização do mundo (Weber, 1973), fatores importantes que condicionam e determinam as decisões dos agentes individuais, fazendo-os, em muitos casos, reviver formas alternativas e reificadas de relacionamento mítico-religioso, são abstraídos do modelo interpretativo (Adorno & Horkheimer, 1985). O diagnóstico da modernidade, conforme é possível verificar mais adiante, ou fica por demais generalizado ou, então, torna-se extremamente específico, ensejando discussões intermináveis e improdutivas. Vejamos mais de perto esta situação.

DA ANTIGUIDADE MÍTICA AO RACIONAL-MODERNO

Tendo em vista o progresso técnico-científico alcançado em todos os níveis, e a complexidade dos processos sociais atuais, para a explicação sociológica, as sociedades humanas de outrora poderiam até parecer simples, e de fácil e tranqüila compreensão. Não é este o caso, mas podemos admitir que as origens, composições e transformações das instituições sociais mais importantes e fundamentais da vida humana poderiam ser encontradas, por exemplo, acompanhando-se a passagem de uma visão mítica da realidade para outra baseada no pensamento racional. Max Weber (1967), Emile Durkheim (1978c) e George Simmel (1977), estão entre aqueles autores que assim o fizeram. Variando apenas nos detalhes, num caso, ou no conteúdo narrativo, em outro, diziam do tempo na história da humanidade em que Zeus, do alto do Olimpo, comandava o destino dos gregos; Júpiter dirigia o destino dos romanos; e Osíris velava pelos egípcios. Por toda parte seres sobrenaturais e fantásticos reservavam um pequeno instante da eternidade de que dispunham para ouvir as preces e clamores de submissos mortais

terrenos. Cada povo cultuava seu deus particular e este, através dos cultos e dos ensinamentos ministrados pelos sacerdotes, orientava e previa o comportamento de seus seguidores, aplicando-lhes castigos, enviando-lhes catástrofes ou, quando satisfeitos, permitindo fartas caçadas e abundantes colheitas. Cosmovisões míticas organizavam as sociedades, davam explicações sobre as origens e fins do ser humano, enquanto prescreviam um corpo de regras que deveriam ser rigorosamente obedecidas, sob pena dos mais terríveis castigos e flagelos. As leis ali eram imutáveis, os costumes rígidos e as instituições sociais perenes porque, afinal de contas, os deuses são eternos.

Em sociedades dessa forma constituídas grandes mudanças e transformações ocorriam, quase sempre, em razão das guerras de conquista: era quando o povo vencido deixava de cultuar seus deuses locais, substituindo-os pelos deuses do povo vencedor. O crescimento das religiões sempre esteve, com raríssimas exceções, diretamente associado ao sucesso das campanhas militares. Se o cristianismo, por exemplo, tornou-se poderoso e influente no mundo ocidental foi porque a religião católica pôde contar com o apoio dos mais eficazes exércitos de seu tempo na luta contra os hereges e na catequese dos pagãos. Assim, enquanto os deuses dirigiram o destino dos homens, a história girou em torno de reis, sacerdotes e guerreiros.

Entretanto, como bem o notou Talcott Parsons (1974, p. 94-106), foi a partir da difusão das idéias Iluministas, que privilegiava a razão como forma de conhecimento, o indivíduo como portador de direitos inalienáveis e a igualdade entre todos os homens como condição fundamental das relações humanas, que tomou forma um tipo diferenciado e superior, porque mais complexo, de organização social: era a Revolução Democrática. Ao mesmo tempo, segundo o autor, partindo da Europa Ocidental, inicialmente da Inglaterra, uma série de eventos, depois conhecidos como Revolução Industrial, transformou as técnicas e métodos de produção e o uso da força de trabalho do homem, espalhando-se, em seguida, pelos cantos mais afastados do planeta. Nesta nova fase da história humana foi que vimos a

força das idéias e o poderio econômico igualarem em seus efeitos o que antes só o podia a força militar. Ao transpormos o século XXI da era cristã, encontramos-nos ainda perplexos e atônitos com as conseqüências não totalmente compreendidas dessas revoluções, que além de técnicas foram também estéticas, morais e do pensamento.

Numa passagem importante de seu *Dialética do Esclarecimento*, Adorno e Horkheimer (1985, p. 43) recordam que “os homens sempre tiveram de escolher entre submeter-se à natureza ou submeter a natureza ao eu”. Mas, se antes, felicidade e tristeza, miséria e riqueza, vitória e derrota dependiam da fatalidade das condições naturais ou do humor mais que humano dos deuses, na medida em que cresce a capacidade de eliminar em definitivo toda miséria humana, eis que esta também cresce desmesuradamente (Adorno & Horkheimer, 1985, p. 49).

Segundo Adorno & Horkheimer (1985, p. 14), “o aumento da produtividade econômica, que por um lado produz as condições para um mundo mais justo, confere por outro lado ao aparelho técnico e aos grupos sociais que o controlam uma superioridade imensa sobre o resto da população”. Com efeito, ao mesmo tempo em que o indivíduo se vê impotente e a mercê dos poderes econômicos, “estes elevam o poder da sociedade sobre a natureza a um nível jamais imaginado”. Logo, o domínio das condições e das forças naturais nunca bastou a qualquer tempo, para que os homens buscassem satisfazer seus anseios de igualdade, justiça e liberdade para todos. Ao contrário, este poder sempre foi usado com maior despudor ainda para submeter aos mais fracos e pobres. É só olharmos para a nossa História.

Se foi com o advento da modernidade, portanto, que os princípios mais elevados das cosmovisões anteriores – Natureza, Deus ou Ser – desapareceram em favor dos princípios formais da razão discursiva, as instituições fundamentais da sociedade ocidental moderna, acompanhando essa tendência, estão hoje, quase todas, organizadas segundo uma lógica que privilegia a racionalidade e o cálculo imediatista, em detrimento de valores tais como justiça, igualdade e liberdade – princípios que foram tenazmente de-

fendidos pelos filósofos e pensadores iluministas. Com isso, o homem na sociedade moderna, não mais limitado por uma força sobrenatural que o prendia e lhe tolhia os movimentos, conformando segundo critérios tradicionalistas todas as esferas de sua existência, entregou-se à racionalidade, à busca do progresso material e de novas formas de relacionar-se com outros homens sem nenhum pudor. Como conseqüência, um novo modo de vida espalhou-se paulatinamente por todos os quadrantes da Terra, enquanto formas inéditas e surpreendentes de sociabilidade refaziam o universo simbólico da cultura em outros termos.

De todos os símbolos surgidos e consolidados nesta modernidade – pois se refere ao atual, ao contemporâneo – nenhum é mais emblemático do que o dinheiro. Muito embora outros fenômenos atuais, como a tecnologia da informação, por exemplo, tenham tornado possível ações que antes não eram sequer sonhadas, podemos afirmar com relativa segurança, baseados principalmente nas análises que fizeram os mais expressivos autores e pesquisadores sociais que aqui citamos, que, antes de tudo, a modernidade pode ser caracterizada pela autonomia absoluta da forma-dinheiro ou, ainda, pela velocidade das transformações que esta engendra.

Logo, se na antiguidade era a religião o centro irradiador dos valores, crenças e representações com os quais os homens construía seu destino, na modernidade é o dinheiro, sob o manto da racionalidade e do utilitarismo, que pretende dirigir e condicionar todas as esferas da existência humana. Neste sentido, os seres sobrenaturais e magníficos de outrora não desapareceram, foram, sim, substituídos pela força fantástica e fantasmagórica da forma-dinheiro. Em vista disso, se liberdade for entendida como a capacidade que os homens têm de dispor de si mesmos segundo seu próprio desejo e vontade, então a liberdade não pode existir, pois, neste caso, o máximo a que o homem poderia aspirar seria a possibilidade de escolher livremente a quem servir. A modernidade é, conseqüentemente, como um remédio potente para nossa ignorância, que na esperança de curar-nos de um mal causa-nos outro ainda maior.

A TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE E AS PRIMEIRAS TENTATIVAS DE EXPLICAÇÃO

Estudos que lidaram com a vida social em suas respectivas épocas, até recentemente, caracterizavam-se, em sua maioria, por indicar formas de organização social tidas por seus autores como ideais. Assim, utopias literárias como as de Platão (*A República*), Thomas Morus (*Utopia*) e Campanella (*Cidade do Sol*), por exemplo, foram criadas com o objetivo manifesto de produzir conseqüências bem reais. Em última instância, estes autores acreditavam que a simples imposição de um corpo de normas e regras, assentados em valores éticos e morais tidos como universais, seriam suficientes para configurar a sociedade perfeita. Obras como estas indicariam, por isso mesmo, qual deveria ser o comportamento dos homens no interior das sociedades para que estas permanecessem em equilíbrio constante; quais os papéis e funções possíveis a seus dirigentes e administradores; e qual o comportamento esperado dos demais membros do corpo social. Em tais sociedades, o conflito, a diversidade de interesses, ou outras manifestações e posições conflitantes, não seriam admitidos ou tolerados. Quem, afinal, poderia recusar-se a viver numa sociedade perfeita? Ainda mais quando todos teriam, conforme acreditavam, as mesmas condições de entrada no processo social?

Contudo, acompanhando o incremento e a complexificação das sociedades surgiram formas de compreensão igualmente sofisticadas. As primeiras abordagens de cunho por assim dizer “pré-sociológico” atribuíam o comportamento humano, ora a determinações naturais necessárias, ora a disposições arbitrárias advindas de sua constituição ou índole “boa” ou “má”. Para Thomas Hobbes (*De Cive* e *Leviathan*) e Jean-Jaques Rousseau (*O Contrato Social* e *Discurso Sobre a Origem da Desigualdade entre os Homens*), por exemplo, o indivíduo é naturalmente refratário à vida social e apenas quando é forçado pelas circunstâncias admite dela participar. Por isso, quando os fins da sociedade entram em desacordo com os interesses individuais somente pela instituição e

organização da coação pode ser mantido o conjunto social. De outra perspectiva, pensadores liberais amparados em estudos como os de Adam Smith (*A Riqueza das Nações*) julgavam a coação desnecessária, pois consideravam a vida social como sendo o resultado espontâneo e natural da busca dos diversos interesses individuais. A coesão social era antes consequência da somatória das várias disposições pessoais que algo imposto externamente, ou necessário à conformação ideal da sociedade.

No entanto, quando falamos em sociedade o que nos vêm à mente de imediato é o fato, incontestado, de os homens não viverem isolados, mas juntos. São as relações de interdependência recíproca que levam os seres humanos a formarem grupos estáveis, cooperarem entre si e disputarem o controle e o domínio no interior destes agrupamentos. Apoiados no que diz Durkheim (1978a, p. 32) a respeito dos efeitos da solidariedade social, pode-se afirmar com relativa segurança que todo o desenvolvimento posterior ou não das culturas humanas resulta exatamente dos desdobramentos dessas relações duráveis que foram estabelecidas a princípio para facilitar a convivência. O que pode parecer complicado ao leigo é que se, de um lado, a sociedade – ou melhor, o universo das relações constitutivas de uma organização social – constitui-se de muitas instâncias ou dimensões diferenciadas entre si, de outro, esta mesma sociedade, quando vista do exterior, apresenta-se como um sistema único, integrado e coeso (Lockwood, 1992). Assim, a possibilidade de se focar a realidade social sob diferentes pontos de vista – seja partindo-se das ações individuais ou, inversamente, da estrutura que estas ações criam ou, ainda, da interação entre ação e estrutura – trouxe, como veremos, consequências teóricas e metodológicas de vulto para o desenvolvimento posterior da Sociologia.

Emile Durkheim, por exemplo, procurou na análise do que é visível nas sociedades mostrar o que se encontra invisível aos olhos de seus integrantes e do observador, isto é, as estruturas, sistemas e modelos que regem as ações individuais. Segundo Emile Durkheim (1978b, p. 88), existem fenômenos que por sua natureza são exclusivos do domínio da Sociologia,

pois consistem essencialmente das representações, crenças e sentimentos compartilhados por uma coletividade qualquer susceptíveis de “exercer sobre o indivíduo uma coação exterior”. E embora, neste sentido, seja a sociedade uma entidade imaterial, visto situar-se fora dos indivíduos que lhe servem de substrato, para o enfoque positivista de Durkheim os fatos que nela ocorrem devem, para fins da análise sociológica, ser tratados como coisas, como se fossem objetos concretos e formais e entendidos em suas conexões causais (Durkheim, 1978b, p. 94).

No entender de Émile Durkheim (1978a, p. 54 e 55), o traço característico principal de uma coletividade é a coesão social de seus membros, isto é, a maneira como compartilham interesses e valores semelhantes, mesmo que em graus variáveis. Conquanto a coesão social existente entre os membros da sociedade resulta de uma certa conformidade de todas as consciências particulares ao tipo psíquico comum dessa sociedade, a experiência social compartilhada pelos indivíduos dá origem a um sistema independente formado pelo conjunto de crenças e de sentimentos comuns. É o que Emile Durkheim (1978a, p. 40) chama de consciência coletiva ou comum. Dessa forma, continua Emile Durkheim (1978a, p. 54), individualmente, todos são atraídos uns pelos outros, pois se assemelham, ligados que estão à condição de existência da sociedade que formam por se acharem reunidos, ao mesmo tempo em que repelem tudo que esteja em oposição direta ao que é o seu próprio senso comum. Fundamental, portanto, para a sociedade é a educação, isto é, o processo de generalização das regras de conduta – aqui tomadas como normas referidas a valores possuídos em comum por uma sociedade –, e sua internalização em cada um dos membros individuais.

Para Max Weber, diferentemente de Emile Durkheim, a sociedade não deve ser tomada como um todo orgânico integrado, mas, sim, como o palco da luta incessante entre indivíduos que se orientam por valores e interesses distintos e equivalentes cuja coesão resulta de situações sempre mutáveis de interesses e dominação. Max Weber (1997, p.88) destaca que a realidade é caótica e infinita frente ao conhecimento finito do homem e que,

portanto, a sociedade não existe como realidade concreta, mas como consequência das ações consolidadas de inúmeros indivíduos. Dessa forma, para a concepção idealista de Max Weber (1997, p.125 e 126), o objeto de que se pretende o conhecimento social não está dado pela natureza, não se impõe à análise. Ele é construído na própria realidade através de procedimentos metódicos do pesquisador. Assim, a tarefa do conhecimento sociológico consiste não na descrição pura e simples dos acontecimentos, mas na ordenação racional da realidade empírica e segundo critérios e conceitos formulados pelo próprio pesquisador.

Karl Marx, numa outra direção, ao confessar-se seguidor da dialética hegeliana (Marx, 1985, p. 20 e 21), faz-nos crer que não podemos compreender nenhum fenômeno social isolado do contexto em que se encontra ou se manifesta. É que quando olhamos à nossa volta não vemos um amontoado caótico de objetos ou fenômenos isolados entre si, mas um todo unido, coeso, cujas partes estão agindo entre si a todo instante, tornando-se reciprocamente condicionadas e interdependentes, por isso ao longo do tempo instáveis.

Na concepção de Karl Marx e do materialismo dialético (Galliano, 1981, p. 94 e 95), a realidade social não é estática, é processo. Não há, por isso mesmo, sociedades imutáveis, constituídas sobre princípios eternos. Tudo que a compõe se transforma, desenvolve, nasce, cresce e depois morre. O motor dessas mudanças não é, todavia, o acaso, mas a resultante do acúmulo de pequenas alterações insensíveis, porém graduais, e que podem ser desejadas, dirigidas e previstas pelos homens por tratar-se de um fato objetivo. Mas, como estão em processo, nem todos os elementos desaparecem quando surge um novo. Desse modo, convivem em oposição o que nasce e o que morre, o velho e o novo, o que se esvai e o que evolui, constituindo-se, portanto, no conteúdo interno de todo mecanismo de desenvolvimento e evolução. Por isso a ênfase dada por Karl Marx (1985, p.21) nas contradições internas da sociedade burguesa, na luta dos contrários que anuncia seu fim.

Em concepções semelhantes ou derivadas destas três formas principais, e conforme foram se tornando mais complexos e amplos tanto seu

objeto de pesquisa como as formas de interpretá-lo, o sociólogo passou a interessar-se não só pelas “sociedades em geral”, mas, também, por todas as formas, estáveis ou não, de interação humana. Neste sentido, puderam ser realizados estudos sociológicos tendo por objeto famílias, vizinhanças, empresas e freqüentadores de um bar até aqueles que envolvessem cidades, nações, determinado grupo étnico ou toda a humanidade, ou, ainda, que falassem da amizade, de um estado mental coletivo, da prostituição ou do dinheiro. Porém, em nosso entendimento, nunca se conseguiu uma definição unívoca do que seja a sociedade, e dos fenômenos a ela associados. O que vemos freqüentemente são diferentes abordagens e concepções particulares do universo social, conforme sejam os critérios de investigação e os fundamentos metodológicos de cada autor.

De acordo com Talcott Parsons (1977, p. 73), por exemplo, o desenvolvimento de relações de cooperação e solidariedade resulta da busca de um objetivo funcional específico. São as afinidades e similitudes de interesses que caracterizam e conformam o interior das coletividades possibilitando a base de todo um sistema social mais complexo. Para Emile Durkheim (1978a, p. 32), a sociedade é antes o resultado da associação que fazem entre si determinado número de indivíduos e não o aglomerado que se forma por sua simples reunião esporádica ou fortuita. Já conforme o pensamento de Karl Marx (1973, p. 180-182), as relações que se estabelecem entre os homens resultam de um processo historicamente construído de intervenção na natureza e de acomodação de conflitos.

Complementar a esta problemática do eixo analítico, temos, também, o fato controverso de que as sociedades humanas não são estáticas, elas evoluem (a palavra “evolução” aqui não é usada para expressar algum sentido filosófico ou teleológico, mas para indicar que determinado fenômeno ou sistema fenomênico torna-se mais complexo, mais diferenciado ou que agrega novos elementos). Evolução que se dá, cabe ressaltar, mais no plano das visões de mundo e da capacidade cognitiva do que propriamente no desenvolvimento da técnica, da ciência e da produção material, embora estejam

ambos os aspectos freqüentemente vinculados entre si. É com base nesse tipo de abordagem que vários autores, de Augusto Comte a Jürgen Habermas, passando por Emile Durkheim, Max Weber, Adorno e Horkheimer descreveram a evolução das sociedades conforme seja a transição de uma visão mítica para uma visão religiosa, metafísica e racional do mundo.

Ora, o que vemos em comum entre os pensadores do passado e os sociólogos mais recentes é o fato de tanto os defensores da organização social como resultado do consenso, como aqueles que a derivam do conflito, identificarem na coesão a argamassa da organização social e o meio último de garantir a integração. É como se uma espécie de força autônoma e constitutiva da própria sociedade fosse a responsável pela unidade e harmonia de seus membros. Estabelecida a partir de um conjunto de idéias aceitas espontaneamente, num caso, ou impostas por algum poder maior, em outro, faltou estabelecer, entretanto, uma definição clara e precisa de como ocorre e em que consiste exatamente, nas unidades sociais, a integração e a união de suas partes; uma explicação satisfatória que possa apontar as origens e direções das mudanças; um modelo explicativo que tanto possa falar do consenso como do conflito. Em que pese a existência de inúmeras tentativas concretas neste sentido, acreditamos que as mesmas resultaram insuficientes para a exatidão que qualquer conceito científico requer.

AS DIFICULDADES PARA UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA DA MODERNIDADE

No interior das Ciências Sociais, embora próximas, diferenciam-se a perspectiva sociológica e a antropológica. Grosso modo, enquanto a Sociologia preocupa-se com as regularidades das variáveis que encontra, à Antropologia interessa o inusitado, o particular, o exótico, o que destoa do comum. A questão da marginalidade, por exemplo, que em linhas gerais é tratada pelas Ciências Sociais como comportamento desviante, ou seja,

como aquelas formas de conduta e de ação, individuais ou coletivas, que desviam do padrão “normal” dos demais membros de um determinado grupo social, têm recebido um enfoque, neste sentido, mais acentuado da Antropologia. Nela, as culturas, o comportamento, o universo social enfim, são descritos e interpretados segundo sua significação interna ou, em caso oposto, comparativamente a outras formas sociais previamente identificadas e tomadas como padrão.

Assim, quando isolamos nosso objeto de análise – a sociedade –, tomando-a como “um todo único, coeso e orgânico”, acompanhando o modelo de interpretação funcionalista, podemos, empiricamente, classificar seus membros de acordo com o grau de aproximação ou distanciamento dos valores, crenças e costumes descritos como normais para esta sociedade. Neste caso, o comportamento “desviante” pode assumir as mais diferentes formas, de acordo com o que seja o contexto analisado. Numa sociedade de trabalho, por exemplo, aquele que não tem ocupação ou está desempregado é marginal; numa sociedade de brancos, aquele que é negro ou amarelo também é marginal; numa sociedade muçulmana, aquele que é cristão ou judeu é, da mesma forma que nos casos anteriores, um marginal. Porém, note bem, o inverso também é verdadeiro. Numa sociedade de criminosos, aquele que respeita as leis da sociedade é que é o “desviado”, ou marginal. Como, para as Ciências Sociais, as definições conceituais dependem dos olhos do observador, o conceito de marginalidade, se aplicado em termos estritamente funcionalistas, torna-se ambíguo e confuso. Em razão de sua inerente relatividade, definir o que seja “normal” e o que seja “marginal” é uma tarefa complexa. Se de um universo sócio-cultural qualquer tomamos um conjunto regular de ocorrências estatísticas para definir normalidade em oposição à marginalidade, integração, neste caso, pode ser conceituada como o quanto determinado indivíduo encontra-se em sintonia com os valores, crenças, normas e costumes do grupo, quando então falaremos de indivíduo integrado, ou, no caso contrário, quando falaremos de elementos não-integrados ou desviantes, ou ainda, marginais. Vê-se, por-

tanto, como fica complicada a abordagem sociológica a partir de um único paradigma. Ainda mais quando o objeto é extremamente complexo e em constante mutação.

Se o objetivo maior do sociólogo for entender a sociedade de seu tempo, então, para dar conta da modernidade, parece-nos mais viável combinar diferentes paradigmas e modelos interpretativos como, por exemplo, foi feito por Jürgen Habermas ao longo de sua produção teórica. Habermas recorreu a um modelo de sociedade em dois níveis – mundo da vida e sistema – para mostrar que é possível, do ponto de vista da análise sociológica, juntar, num mesmo viés interpretativo, teorias da ação e teorias sistêmicas, elementos da ordem e do conflito, análises funcionalistas, estruturais-funcionalistas e histórico-materialistas que fossem suficientes para tentar explicar a desigualdade e a diversidade que, efetivamente, encontramos na realidade.

Assim, partindo das noções durkheimianas de solidariedade mecânica – derivada do compartilhamento pelo grupo de crenças e costumes comuns – e solidariedade orgânica – derivada da interdependência que a divisão do trabalho cria entre os homens –, Habermas nos chama a atenção para um paradoxo. À medida que a crescente divisão social do trabalho consegue criar uma interdependência recíproca entre os membros da sociedade, ela destrói sem repor no lugar tradições, culturas e formas de sociabilidade. O paradoxo consiste em que o processo de diferenciação social teria que engendrar uma nova moralidade ancorada ainda na consciência coletiva, mesmo que transformada em suas estruturas. Mas não é isso que ocorre. O processo de diferenciação social engendra estados anômicos, a exemplo do conflito entre capital e trabalho, já verificados nos estudos de Durkheim.

Relevante na formulação de uma teoria da sociedade, para Habermas, são as relações empíricas existentes entre a diferenciação sistêmica e as formas de integração social, justamente porque seu objetivo é demonstrar a articulação entre sistema e mundo da vida. Habermas (1999b, p. 168) apresenta um conceito de sociedade dual onde articula estas duas dimensões: mundo da vida, em que predomina o mecanismo de coordenação da ação, que é a solida-

riedade, e sistema, no qual predomina a lógica sistêmica, em que os mecanismos de coordenação da ação seriam o poder e o dinheiro. Segundo aponta Habermas (1999b, p. 196), há nas origens da modernização das sociedades, de um lado, um processo de racionalização do mundo da vida e, de outro, o aumento de complexidade dos sistemas sociais.

Cultura, Personalidade e Sociedade constituem-se nas estruturas do mundo da vida: Cultura refere-se ao “acervo de saber, em que os participantes na comunicação se abastecem de interpretações para entender-se sobre algo no mundo”; Sociedade, “às ordenações legítimas através das quais os participantes na interação regulam seu pertencimento a grupos sociais, assegurando com isto a solidariedade”; e, por Personalidade, Habermas “entende as competências que convertem um sujeito em alguém capaz de linguagem e de ação, isto é, que o capacitam para tomar parte em processos de entendimento e para afirmar neles sua própria identidade”. Há, uma tendência, possível de ser verificada historicamente, para que os sistemas culturais, sociais e de personalidade se autonomizem, que busquem sua própria identidade quer seja criando instituições, organizando instâncias de poder e de ação, sedimentando saberes ou construindo estruturas de relacionamento (Habermas, 1999b, p. 196).

Para Habermas (1983, p. 122 e 123), a racionalização do mundo vivo se fez acompanhar paralelamente da complexidade e da diferenciação sistêmica entre cultura, sociedade e personalidade. Porém, este não é um processo inexorável. Por si só, afirma, “não há uma relação unívoca entre complexidade e conservação da existência; há aumentos de complexidade que se revelam, no plano da evolução, becos sem saída”, porém, verifica-se que a reprodução e sobrevivência das sociedades acontecem quando há “garantia de uma identidade normativamente prescrita e consolidada da sociedade, de uma vida – interpretada no plano cultural – ‘boa’ ou ‘tolerável’”. Habermas identifica, assim, quatro mecanismos de diferenciação sistêmica que estão presentes no processo evolutivo das sociedades (Ingram, 1994, p. 166 e 167).

Nas sociedades integradas pelas relações de parentesco não há ainda separação entre mundo vivo e sistema. O sistema de parentesco determina a

atribuição de papéis e tarefas que cada qual deve executar dentro da economia doméstica e define igualmente a natureza do intercâmbio entre diferentes grupos sociais. Sociedades organizadas neste estágio são economicamente auto-suficientes: produzem apenas o necessário para o consumo básico e nada além do que outra família também possa produzir.

Com o crescimento populacional, a necessidade de buscar parceiros fora do grupo original força o alargamento e extensão das fronteiras sociais. Exigências relacionadas ao casamento levam à necessidade de produzir bens de qualidade destinados à troca por mulheres, numa rede de reciprocidades que fundamenta uma incipiente divisão do trabalho. O aumento da produção econômica decorre, portanto, mais de necessidades sociais do que propriamente de necessidades econômicas. E, assim, o intercâmbio – primeiro mecanismo de diferenciação sistêmica – surge quando ocorre a expansão horizontal do número de unidades homogêneas por meio do casamento.

Neste estágio da evolução social inexistente uma diferenciação funcional efetiva dada à dificuldade de organizar atividades por demais complexas no que se refere à estratificação vertical do poder. O segundo mecanismo de diferenciação do sistema – o poder – ainda está fundamentado no prestígio pessoal e é transmitido de pessoa para pessoa em razão de seu *status* no grupo social, determinado pela linhagem. “Embora o status represente o primeiro passo para organizar a sociedade como um sistema funcional, ele também, em última análise, permanece enraizado nas estruturas de parentesco do mundo vivo. Conseqüentemente, não constitui ainda uma função sistêmica independente da integração” (Ingram, 1994, p. 166). A autoridade não possui, portanto, o reconhecimento ou os meios organizativos necessários para o exercício real do poder político.

Mundo vivo e sistema somente se separam quando surgem as sociedades estratificadas em classes organizadas em torno do Estado. O terceiro mecanismo de diferenciação sistêmica ocorre quando as posições de poder se destacam do sistema de parentesco e são anexadas às funções políticas. As atividades legislativas, judiciárias e executivas se organizam formalmente

através do Estado, que passa a exigir justificação ideológica para manter o monopólio do poder. Como conseqüência, o exercício legítimo do poder se afasta cada vez mais do prestígio natural de origem, uma vez que é constantemente ampliado pela distribuição de privilégios e vantagens entre aqueles que exercem com fidelidade funções públicas.

Sob o regime da lei formal é que a separação entre mundo vivo e sistema completa-se totalmente. A disseminação do princípio da liberdade, principalmente com vistas à manutenção de contatos objetivando o ganho privado, tem como conseqüência não-prevista a possibilidade de transformar capital e trabalho em meios monetários de troca, dando origem ao mercado. Esta possibilidade constitui-se no quarto mecanismo de diferenciação do sistema. O mercado adquire o *status* de um sistema auto-regulado que distribui mercadorias obedecendo às leis da oferta e da procura (Ingram, 1994, p. 167).

Neste processo de complexificação e diferenciação sistêmica Habermas (1994) verifica que a integração sistêmica é condicionada (mas não requerida) pela racionalização do mundo vivo. Se antes do surgimento de um mundo vivo racionalizado, a integração do sistema se subordina à integração social, com o advento da sociedade de classes, essa relação se inverte, pelo menos parcialmente, e o sistema se torna relativamente independente do mundo vivo, impondo-lhe cada vez mais restrições. Dessa forma, “no capitalismo avançado, o mundo vivo se reduz gradualmente a um satélite do sistema. Paradoxalmente, o mecanismo com o qual áreas inteiras da vida são transferidas para o sistema – o que Habermas, seguindo Parsons, chama de generalização do valor – parece ser um produto direto da racionalização” (Ingram, 1994, p. 166 e 167).

Podemos verificar as conseqüências, desejáveis ou não, desta “coloniização” que o sistema exerce sobre o mundo da vida observando a sociedade moderna (Habermas, 1999b, p. 245). Atualmente, não restam dúvidas, estamos num daqueles momentos cruciais da História, onde mudanças vultosas e radicais ocorrem a grande velocidade. São as novas tecnologias agilizando a informação; é a readaptação constante das tarefas, rotinas e proces-

so alterando as regras e o jogo do poder, levando à flexibilidade e individualização das relações, antes mediadas pelas grandes instituições sociais. A capacidade de processar informações segue substituindo a força física no trabalho; a educação orienta-se cada vez mais para a atualização do indivíduo frente ao universo tecnológico, relevando a um segundo plano sua formação cultural geral. Surgem novas formas de parentesco e organização familiar. Debate-se com viva intensidade qual o papel e quais os limites do Estado, dos movimentos sociais, dos meios de comunicação, da engenharia genética e das organizações não-governamentais que atuam na sociedade. Porém, de outro lado, aumenta-se o número dos que são excluídos e marginalizados pela sociedade tecnológica; dos que procuram nas diversas formas de fundamentalismos construir identidades; ou dos que simplesmente se afirmam através da intolerância, do preconceito e da violência.

Estas questões que a modernidade coloca para a abordagem sociológica exigem outros tipos de solução. Não basta mais saber como manter a ordem e equilíbrio dos sistemas sociais ou discutir as contradições inerentes à sua própria constituição histórica. Não é suficiente situar os indivíduos em categorias abrangentes como “normais” ou “marginais”; “cidadãos” ou “não-cidadãos”; “trabalhadores” ou “não-trabalhadores”; “operários” ou “capitalistas”; etc. É preciso, antes, uma abordagem sociológica que satisfaça o desejo e objetivo de entender a modernidade. Elas existem, sim, mas da forma como estão sendo discutidas e trabalhadas parecem incapazes de lidar satisfatoriamente com a velocidade e as surpresas do presente.

Em seu trabalho, o sociólogo deve levar em conta que os valores culturais que orientam e legitimam a ação dos indivíduos tendem a ser tão diversos quanto é diversa e complexa a sociedade moderna. Há a formação de quadros de referência, de lógicas de inserção do indivíduo, de processos de integração indivíduo e sociedade que escapam aos métodos de abordagem unidimensionais, aqueles que fazem referência a uma única visão paradigmática. Devido à sua complexidade, determinados problemas e questões que a modernidade apresenta só podem ser satisfatoriamente avaliados e

entendidos quando as sociedades nas quais eles surgem forem observadas em sua conformação real, ou seja, como um quadro multirreferencial e poli-orientador para os atores sociais que nelas interagem. Neste sentido, acredito, as sociedades devem ser vistas como interiormente compostas pela aglomeração de “sociedades” menores e não como o conjunto único e grandioso onde apenas uns poucos laços, como a economia ou a política, por exemplo, aplicam-se à totalidade dos indivíduos que a compõem. Em que pese todas as conseqüências metodológicas que daí resultam.

ABSTRACT: The main objective of this text is to propose a reflection on the limits and reach of the classic sociological approach, specially, when it tries to understand the paradoxes of the modern society. With the diversification and specialization of the activities in all the sections of the human life results insufficient an analysis that doesn't meditate in a necessary way the many conflicts, interests and disputes appeared in it's core. Modern societies are configured in such a way that we cannot speak in homogeneous groups, classes or roles, and categories as Family, Nation, Class or State are no longer enough in the sociological interpretation. We needed to think new approach forms.

KEYWORDS: modernity, social theory, society, conflicts.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- DURKHEIM, Emile. *Da Divisão do Trabalho Social*. S P: Abril Cultural, 1878a.
- DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. S P: Abril Cultural, 1978b.
- DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. S P: Abril Cultural, 1978c.
- GALLIANO, Alfredo Guilherme. *Introdução à Sociologia*. SP: Harper & Row do Brasil, 1981.

- HABERMAS, Jürgen. *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*. S P: Brasiliense, 1983.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la Acción Comunicativa, I*. Madrid: Taurus, 1999a.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la Acción Comunicativa, II*. Madrid: Taurus, 1999b.
- INGRAM, David. *Habermas e a dialética da razão*. Brasília: Editora UnB, 1994.
- JOHNSON, Allan G. *Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,1997.
- LOCKWOOD, David. *Solidarity and Schism: 'the problem of disorder' in Durkheimian and Marxist sociology*. New York: Oxford University Press, 1992.
- MARX, Karl. *Elementos Fundamentales para la Critica de la Economía Política (Borrador) 1857 –1858*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina Ed. AS,1973.
- MARX, Karl. “Para a Crítica da Economia Política”. “Prefácio”. In: *Os Pensadores*, vol. XXXV, Abril Cultural, São Paulo, 1974.
- MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural. Livro Primeiro: O Processo de Produção do Capital. Tomo 1 (Prefácios e Capítulos I a XII), 1985.
- PARSONS, Talcott. *O Sistema das Sociedades Modernas*. São Paulo: Pioneira, 1974.
- PARSONS, Talcott “Durkheim e a Teoria da Integração dos Sistemas Sociais”. In: CONH, Gabriel (org.). *Sociologia: para ler os clássicos*. RJ - SP: LTC, 1977.
- SIMMEL, George. *Filosofia Del Dinero*. Madrid. 1977.
- WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1967
- WEBER, Max. *Ensayos sobre Sociología de la Religión*. Madrid. 1973
- WEBER, Max. “A ‘objetividade’ do conhecimento nas Ciências Sociais”. In: COHN, Gabriel (org.). *Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1997.

RAÇA, ESTERILIZAÇÃO FEMININA E ARREPENDIMENTO NO NORDESTE BRASILEIRO¹

Gabriela Maria Hita²

RESUMO: A esterilização feminina foi tema polêmico no início dos anos 90s no Brasil e ao interior de grupos negros. O perigo de um crescente risco de arrependimento desta prática era indicado como uma das suas principais contra-indicações. Neste trabalho de teor empírico se procura demonstrar a improcedência desta argumentação por encontrar ser este um problema quase que inexistente em contextos de extrema pobreza do Nordeste brasileiro onde a prática da esterilização se apresenta como um protetor à saúde materno-infantil e não como um fator de risco ao arrependimento. Entre as mulheres pesquisadas, a grande maioria negra, a demanda insatisfeita pela esterilização indica ser ela uma ato voluntário e muito desejado antes que imposto. A partir do estudo da trajetória reprodutiva de 41 esterilizadas em bairro popular da cidade de Salvador (encontradas a partir de survey a 120 domicílios), e de reflexão sobre a significação do termo arrependimento em grupo focal de 8 esterilizadas, o trabalho aponta a necessidade de se problematizar e refletir melhor a forma de conceituar e medir o fenômeno do arrependimento.

PALAVRAS CHAVES: Gênero, Saúde Reprodutiva, Esterilização, Raça, Trajetórias (cursos) de vida.

¹Uma versão preliminar deste texto foi escrito durante os cursos “Reprodução Humana I e III” do Cemicamp sob a coordenação da Dra. Ellen Hardy e Dr. Aníbal Faúndes, respectivamente. Agradeço a esta equipe sua generosa colaboração e disposição à interlocução e em especial ao Dr. Faúndes pela paciente revisão das distintas versões do texto durante o 1o. semestre de 1998, assim como pela riqueza e precisão dos seus comentários que me permitiram amadurecer algumas das reflexões aqui apresentadas, o que igualmente o exige das limitações e da perspectiva apresentadas neste texto, com as quais ele nem sempre se identificou. Este texto foi apresentado no Foro da XII ABEP-2000, no GT Gênero e Reprodução e foi publicado nos anais eletrônicos do Encontro.

² Doutoranda em Ciências Sociais IFCH/ Unicamp e Prof.^a de Sociologia da Universidade Federal de Bahia.

INTRODUÇÃO

O tema da esterilização vem sendo abordado desde vários campos disciplinares, o médico, o demográfico, o sociológico, o político e poucos são os estudos que destacam a perspectiva das usuárias. Desde a perspectiva demográfica, a “laqueadura tubária” se configura como o encerramento da carreira reprodutiva das mulheres bem antes da menopausa. Para o campo bio-médico é concebida como uma técnica cirúrgica cuja finalidade é evitar, em definitivo, a gestação, com o máximo índice de eficácia e aparentemente menos complicações ou seqüelas em relação a outros métodos (Meloni, 1994). Como produto da modernidade resultante do avanço tecnológico e desenvolvimento do conhecimento médico no campo da reprodução humana, a esterilização passou de sua utilização como “solução médica a determinados problemas de riscos à saúde da mãe” em meados do séc. XIX a uma prática generalizada como alternativa de “contracepção voluntária” no séc. XX. (Scavone, 1992; Meloni, 1994), o que vem sendo altamente problematizado devido ao seu caráter definitivo.

A laqueadura tubária, prática muito difundida entre mulheres de vários países do mundo inteiro, é mais acentuada em regiões menos desenvolvidas. No Brasil, a proporção de mulheres esterilizadas é das mais elevadas e seu percentual veio aumentando nas últimas décadas. Em 1996, das mulheres em união (casadas) usuárias de métodos, 40,3% estavam esterilizadas (Bemfam, 1997). A região Nordeste, contexto de nosso estudo, é das regiões que apresentam maiores percentuais de esterilização feminina no país. Entre as mulheres de 15 a 49 anos, em união e usuárias de métodos, a proporção elevou-se de 24,6% em 1986 a 43,9% em 1996. A prevalência geral de uso de meios anticonceptivos para a região subiu de 52,9% em 1986 para 68,2% em 1996, crescendo o da esterilização e caindo levemente o da pílula (23%). Ambos métodos, em 1991, representavam 85,9% das usuárias de métodos (Bemfam, 1991; Berquó, 1993; Bemfam, 1996; Bemfam 1997).

Mas é seu caráter definitivo e sua disseminação entre parcelas de mulheres cada vez mais jovens que tem preocupado especialmente os estudiosos do tema (Berquó, 1993; Meloni, 1994; Aquino et al., 1995; Hardy et al., 1996, Bemfam, 1996)³. Estes estudos apontam para uma desaceleração demasiado rápida do crescimento populacional assim como um risco de arrependimento 18 vezes maior entre esterilizadas antes dos 25 anos de idade (Hardy et. al., 1994).

Desde a perspectiva das usuárias, entretanto, os níveis de satisfação são muito elevados, e entre as não esterilizadas a prática é muito popular (Berquó, 1993; Serruya, 1993; Meloni, 1994; Hardy et al., 1994; Hita & Silva, 1998). Contudo, para a mulher que deseja reverter a cirurgia, possibilidade pequena no conjunto geral das esterilizadas, a ligadura tubária tem uma grande desvantagem em relação a outros métodos: o procedimento cirúrgico de reversão ainda é difícil e caro ou de difícil acesso, não está isento de risco à saúde da candidata e nem sempre se logra, pois depende do tipo de técnica utilizada (Population Reports, 1990 apud Tuirán, 1990; Hardy et al., 1996).

No Brasil existem poucos estudos sobre o arrependimento da esterilização feminina e, internacionalmente, ainda não foram superadas certas dificuldades teórico-metodológicas dos novos campos de Pesquisa. As definições são amplas e há dificuldades de medição. A “insatisfação” é geralmente confundida com o arrependimento, a qual pode expressar-se de formas distintas e com grau variado de intensidade entre as usuárias. De forma geral, entendendo o arrependimento como o desejo ou pedido de reversão, se o tem identificado como um fenômeno relativamente pequeno no conjunto das esterilizadas variando de 2 a 13% em distintos países da América. No Brasil tem-se falado de um percentual de 11,0% (Liskin et. al., 1985 apud Meloni, 1994; Hardy et. al. , 1994), percentual entretanto, que se refere particularmente ao caso de S. Paulo e não a uma média propriamente nacional.

³A idade média de esterilização feminina em 1986 era de 31,4 anos e passou em 1996 para 28,9, havendo uma redução média de 2,5 anos de vida para a realização da intervenção (Bemfam, 1996).

Análises sobre o arrependimento entre mulheres esterilizadas no exterior apontam a necessidade de se considerar o “tempo de esterilização” como variável importante. Pesquisas apontam que depois de 6 anos da laqueadura a possibilidade de detecção de um “verdadeiro” arrependimento aumentaria, sugerindo essa periodicidade como um parâmetro mais seguro para diferenciar o arrependimento entendido como pretensão de reversibilidade de outro tipo de insatisfações como por exemplo desconforto e fase de adaptação ao novo estado. (Wright, 1981 APUD Tuirán, 1990).

Variáveis associadas ao arrependimento apontam para a maior possibilidade do seu surgimento entre mulheres esterilizadas muito jovens e/ou que, após uma separação ou morte do marido, se unem a outros parceiros, quando o desejo de ter filhos do novo companheiro pode reaparecer. Também se tem apontado para o maior risco em casos de mortes de filho após a cirurgia (Meloni, 1994; Hardy et al., 1994).

ESTERILIZAÇÃO E RAÇA

A esterilização feminina foi um tema polêmico no início dos anos 90 no Brasil. Alguns pesquisadores continuam insinuando sobre o perigo de um crescente risco de arrependimento da mesma, o que me parece ser im procedente em contextos de extrema pobreza do Nordeste brasileiro.

Até 1997 a esterilização era considerada ilegal apesar da sua ampla difusão. Nesse ano foi legalizada pela regulamentação do planejamento familiar, lei aprovada pelo Congresso Nacional e normatizada pelo Ministério da Saúde para evitar os abusos e dissociar o procedimento da cirurgia do momento do parto, para que, ainda que no início a demanda subisse, a longo prazo se pudesse reduzir a incidência da mesma. Ponto complicado na votação foi o referente à idade mínima. A proposta original visava reduzir a idade de esterilização a 25 anos, mas a aprovada foi um mínimo de 30 anos. Nos anos anteriores à legalização ocorreram varias polêmicas na sociedade

civil em torno ao projeto de lei n°. 209/91 subscrito por deputados como Benedita da Silva propondo sua legalização (Roland, 1998; Corrêa, 1998).

Dentre esses debates resgato uma crítica a posturas de grupos tradicionais negros e de certas feministas realizado pelo movimento negro da mulher do Geledés. Uma contextualização da situação geral da saúde das mulheres no Brasil permite identificar no grupo racial negro, entre outros, os maiores índices de morbi-mortalidade materna e os maiores riscos de vida em abortos entre mulheres com problemas de anemias falciformes – doença predominantemente desta raça. Em 1991 o Programa de saúde do Geledés – Instituto da Mulher Negra – publicou 2 cadernos que tiveram forte impacto nos debates dos anos vindouros: “Mulher negra e saúde” e “Esterilização: impunidade ou regulamentação?”. Estas publicações indicaram que os desejos e necessidades (de defesa à saúde) das mulheres negras estavam sendo ter menos filhos e que a esterilização estava sendo uma via de acesso a esta demanda generalizada (Roland, 1998).

A argumentação desta facção se opôs àquela tradicional do movimento negro que via a esterilização como um instrumento de genocídio do povo negro, chegando a propor que era tarefa das mulheres negras terem mais filhos. A visão tradicional pecava por simplismo exacerbado sobre a complexidade do fenômeno que é multi-causal e que requer uma combinação bem mais complexa de soluções, tais como formulação de políticas públicas, adequação de serviços de saúde, educação das mulheres, campanhas de mídia, etc. Mas esta crítica igualmente se opôs à de feministas pela “livre escolha”, pois para este grupo de mulheres negras a esterilização das mulheres pobres nas condições de precariedade de serviços de saúde e falta de opções a variedade de alternativas anticoncepcionais é muito mais uma ausência de liberdade e falta de escolha do que uma real opção de “livre escolha”. Enquanto as feministas pela “livre escolha” defendiam **liberar** a esterilização, o Programa de Saúde do Geledés propunha **regulamentá-la** para coibir abusos e estimulando outras alternativas, mas, não por isso negar o acesso à elevada demanda insatisfeita pela esterilização. Deste debate políti-

co, que não foi consensual no interior do movimento negro, se atribui o caráter embrionário da produção de uma visão própria no campo da saúde reprodutiva, levando esta facção a diferenciar-se e destacar-se no documento conhecido como “Declaração de Itapeçerica” em 1993 (sobre direitos reprodutivos) que teria conquistado e legitimado a participação de uma representante negra no Cairo. (Roland, 1998)

PRESSUPOSTOS E PROPÓSITOS DO ESTUDO

Quando iniciei a pesquisa sobre esterilização na Bahia me interessou particularmente compreender o surpreendente fenômeno do significado altamente positivado atribuído à cirurgia em grupos populares, dado que me parecia que precisava ser melhor explicado. Esta demanda insatisfeita pela esterilização não pode ser reduzida a uma mera consequência de políticas públicas altamente eficazes incentivadas pelo FMI no sentido de reduzir o “tamanho ideal” de famílias, ou ao alto poder de convencimento e imposição de profissionais da medicina sobre “indefesas e ignorantes mulheres das massas populares”⁴. A esterilização no Brasil, à diferença de outros países, onde foi por vezes imposta e praticada sem consentimento das mulheres, aponta para seu caráter voluntário e para o claro desejo das mulheres e casais brasileiros de reduzir sua prole. Estas mudanças no comportamento reprodutivo das últimas décadas apontam para uma nova mentalidade e para re-significação individual de valores familiares, usos de contracepção, etc., que caminham na mesma direção do movimento daqueles primeiros “determinantes” estruturais das políticas populacionais.

A análise a seguir apresenta alguns dados sobre a prevalência de “arrependimento” e “insatisfação” em população de esterilizadas de uma pes-

⁴ Outras linhas de estudos tem apontado a correlação abusiva existente entre aumento de cesáreas e esterilização no Brasil (Ver trabalhos de Cecatti na Unicamp) e também a uma certa probabilidade de aumento do risco de infecção de HIV (Ver trabalhos de Regina Barbosa na UFRJ e no Nepo/Unicamp)

quisa empírica. Este estudo foi realizado em comunidade aberta mediante um survey aplicado a 120 domicílios de um bairro popular na cidade de Salvador que é predominantemente negro. Para isto foram analisados os perfis socio-demográficos, as histórias reprodutivas e o posicionamento subjetivo frente à esterilização das 41 esterilizadas encontradas nessa amostra⁵. Em trabalho anterior sobre esta amostra (Hita e Silva, 1998) se analisou a presença de fatores de risco ao arrependimento na nossa amostra, que pela trajetória de vida e reprodutiva deste contingente dificilmente conduziriam a detectar qualquer caso de arrependimento posterior.

Interessada em explorar o que tem sido chamado arrependimento da esterilização, mediante a técnica do grupo focal com 8 mulheres esterilizadas da mesma comunidade, procurei compreender como este fenômeno era apreendido por elas. Esta seção analítica sobre o conceito de arrependimento foi complementada com a análise de entrevistas à profundidade a algumas de nossas informantes sobre o tema, cujos depoimentos permitem refletir sobre a complexidade do fenômeno em questão e que dificilmente pode ser compreendido desde apenas uma perspectiva: seja ela política (cenário de conflitos ideológicos e disputas legislativas), de saúde pública, de princípios filosóficos ou direitos humanos, ou simplesmente da dimensão subjetiva de cada esterilizada, aspecto último priorizado neste artigo. Devido à diversidade da população de mulheres esterilizadas em todo o Brasil é impossível propor qualquer tipologia que abarque a totalidade destas usuárias,

⁵ Tratou-se da pesquisa "Processos de fragilização à saúde mental de mulheres em camadas populares de Salvador" (ECSAS/UFBA, 1997) financiada pela CNPq e FCH. Aplicou-se amplo questionário a mulheres de 120 Unidades domésticas do bairro popular escolhido na cidade de Salvador, selecionadas mediante amostra representativa por conglomerado de forma sistemática (1 cada 3 casas), em 1 das 4 regiões dessa localidade. Obteve-se que 41 das entrevistadas (34,2%) estavam esterilizadas. Este tamanho de amostra é pequeno para captar casos de arrependimento (com um percentual estimado de 11% de arrependimento esperados deveríamos ter encontrado uns 4 casos de arrependimento nessa amostra), mas, a vantagem de pesquisas em comunidades abertas consiste no maior controle de bias de dados, o que é mais complicado nos estudos realizados com contingentes de usuários de clínicas de reprodução humana como tem sido a maioria dos estudos sobre arrependimento, onde há maior concentração de tais casos já que são locais onde se os tenta solucionar.

devem ser levadas em consideração diferenças regionais, de estratificação social e geracionais, entre outras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO PARA MELHORES DEFINIÇÕES DE ARREPENDIMENTO

a) Prevalência de Arrependimento e Insatisfação

Em pesquisa domiciliar a mulheres de classe trabalhadora urbana, encontrou-se que entre 41 esterilizadas apenas uma (2,5%) declarou-se arrependida. Um perfil sintético das mulheres esterilizadas do nosso estudo poderia ser colocado nestes termos: tratou-se, em geral, de mulheres muito carentes, a grande maioria, empregadas domésticas, com vários membros do lar (filhos, companheiros ou outros) trabalhando para o sustento familiar⁶. Se na comunidade o arranjo familiar predominante é o extenso, entre as esterilizadas a relação se inverte, predominando o arranjo nuclear puro com 46,3%, o extenso e composto (arranjos nucleares com outros parentes ou membros além dos pais e filhos) com 34,1%, e o incompleto (predominando mães e sua prole, sem a presença do companheiro) em torno dos 17,1% – o sendo este último dos mais carentes. 82,9% das 41 esterilizadas tinha até 45 anos de idade, a maioria ainda em fase reprodutiva. Predomina entre as entrevistadas a cor negra e parda, e são moradoras de um dos bairros po-

⁶ Vinte e oito delas – a maioria, 68,3% – exerciam funções remuneradas, muito embora cinco estivessem desempregadas no momento da entrevista. Dez não trabalhavam e três tinham outro tipo de provisão (aposentadoria, renda e pensão). Dos 34 lares com cônjuges, 73,5% contavam com as mulheres colaborando com os parceiros no orçamento doméstico e em 60,0% destes também o faziam os filhos ou outros parentes da Unidade Doméstica. Das 28 mulheres que tinham trabalho remunerado, pouco menos da metade o era como empregada doméstica, cerca de 25,0% como costureiras, 7,0% como baianas de acarajé; e as demais se distribuíam em outras atividades pouco especializadas. Os níveis de escolaridade são relativamente baixos: 39,0% declararam primário incompleto e as demais (61,0%), até quarta série primária ou mais, com uma forte concentração no primeiro grau incompleto (46,3% não chegaram à 8a. série).

pulares de Salvador estigmatizado como dos mais violentos, e marginalizados da cidade. Quanto ao Estado civil encontrou-se nesta amostra 33 (80,5%) mulheres unidas, 5 separadas, 2 solteiras e 1 viuva. Mulheres de alta paridade, com muitos filhos vivos (e importante percentual de filhos mortos), uso de anticoncepcionais moderado a baixo, e significativa incidência de abortos. A esterilização parece operar no seu imaginário como a solução ideal a problemas com a saúde e a dificuldades com os meios anticoncepcionais, além de deixar para algumas o agradável legado da descoberta ou conquista de uma sexualidade cheia de prazer e gozo⁷.

A única mulher que se declarou arrependida tinha-se esterilizado 1 ano antes da entrevista, encontrando-se ainda em fase de adaptação, o que a rigor, segundo estudos de Tuirán (1990) seria fase muito prematura para incluí-la em amostra de estudos de arrependimento. Por outro lado, suas características socio-econômicas e de auto identificação a aproximariam mais a estratos médios que aos populares da região onde residia, desde o tipo de casa, profissão, estilo de vida e aspirações pessoais que a distinguem da maioria da nossa amostra. Ela é funcionária pública e seu marido tem emprego fixo de carteira assinada, e já estava de mudança para melhor localidade, para o tradicional bairro de classe media em Brotas. Se se considerassem estes dois aspectos, a nossa única arrependida deveria ser metodologicamente excluída desta amostra.

Esta mulher teve três filhos e se “histerectomizou” (retirou o útero) aos 29 anos – idade que para o parâmetro nordestino não é o de uma mulher muito jovem. Seu discurso sobre arrependimento foi ambíguo e cheio de contradições, carregada de sentimentos de culpa por “ter mentido” ao marido (sobre a necessidade e gravidade do seu problema de saúde) para conseguir que ele pagasse e consentisse com a cirurgia. Sua história reprodutiva, entretanto, não parece desmentir ter tido problemas de saúde: sua primeira gravidez foi complicada, com posterior experiência de aborto espontâneo e

⁷ Maiores detalhes sobre a caracterização da amostra e fundamentação de alguns destes dados ver em Hita e Silva (1998).

com riscos de saúde. Tentou usar métodos anticoncepcionais, aos quais nunca se adaptou. Respeito à experiência da histerectomia (que é mais traumático que qualquer esterilização no imaginário feminino), afirmou sentir uma “interrupção do seu ritmo natural” associado a um “sentimento de vazio e sensação de amputação/mutilação”. Talvez o que declarou ser “arrependimento” fosse mais um inconformismo com seus problemas de saúde do que um desejo real de reversão. Fora este caso explícito não tivemos notícia ainda nesta mesma comunidade de algum outro caso de arrependimento.

Entretanto, foram encontradas algumas queixas quanto a certos efeitos colaterais. Das 41 mulheres entrevistadas, 5 citaram problemas desta ordem, mas em nenhuma delas havia arrependimento. Exceto esses casos, a satisfação com essa prática foi generalizada e incondicional. E se considerarmos que as insatisfeitas o estão com alguns aspectos mas não com a decisão de terem se esterilizado, 97,5% das esterilizadas neste contexto voltariam a tomar a mesma decisão se tivessem que voltar a escolher por ela (para uma revisão sobre a posição e narrativas sobre satisfação, ver Hita e Silva, 1998).

Aparente inconsistência nas declarações de uma mesma mulher sobre algum tipo de insatisfação, como vontade de ter novos filhos (identificado como indicador de arrependimento em estudo de Meloni), com a afirmação na mesma mulher de não desejar reverter a cirurgia, se explica ao realizar análise apurada de sua história de vida e significações atribuídas a outros eventos. Foi o caso de uma das entrevistadas, com vida reprodutiva complicada (problemas de saúde), vários filhos, e que estava por isso satisfeita com a esterilização. No seu caso, seu desejo de “criar um filho” foi satisfeito com a “adoção” ou como eles chamam o ato de “criar um filho” (prática muito comum nesta população), que não é exatamente o mesmo que adoção mas que refere à mesma ordem de coisas. Neste sentido, ao desvincular a noção de arrependimento da de insatisfação algumas destas aparentes “inconsistências entre distintos indicadores tidos como de arrependimento ficam melhor esclarecidas, e deixam de funcionar como variáveis de confundimento do fenômeno.

Resultados de pesquisa do IRRRAG – International Reproductive Rights Research Action Group – desenvolvida em S. Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco apontam na mesma direção das minhas hipóteses, indicado que nem nas amostragens do Rio ou de Pernambuco encontrou-se casos de arrependimento. Este achado no caso do nordeste foi associado por essa pesquisa a discursos e expectativas de maior mobilidade social em mulheres do sudeste, e de maior fatalidade entre nordestinas, como comentam as autoras ao referir-se às avaliações sobre uso de anticoncepcionais:

“Se as mulheres no Rio e S. Paulo se queixam dos efeitos colaterais da pílula anticoncepcional, em Pernambuco o corpo reprodutor carrega um peso que o coloca à beira da morte. Esta pode ser uma razão para que a esterilização seja tão bem aceita na região. Ela parece encerrar definitivamente a trajetória de doenças do trato reprodutivo, ou porque estas doenças estão ligadas à gestação, parto e puerpério ou porque, quando as mulheres não se esterilizam, fazem a histerectomia, uma outra intervenção cirúrgica também “vista com bons olhos” (Citeli, Mello e Souza e Portella, 1998, p. 71)

b) Definição e medição do Arrependimento

Meloni (1994) mostra como a definição do arrependimento da esterilização e a sua forma de medição não é consensual, alguns estudos criticam certa confusão entre arrependimento e insatisfação, enquanto outros estudos criticam justamente a falta de inclusão de aspectos importantes de insatisfação nas fichas aplicadas por profissionais da Saúde a usuárias da esterilização. Na sua pesquisa de doutorado Meloni parece adotar a segunda opção ao entender o arrependimento como formando parte de um *continuum* entre diversos graus de insatisfação até o extremo oposto do próprio arrependimento, no sentido de “um desejo por ter novos filhos” ou pela “reversão da cirurgia”. Estudos mais rigorosos tendem a identificá-lo apenas com o pedido de reversão em clínicas de reprodução humana, e um dos indicadores utilizados para sua detecção é aquele da identificação do desconforto apenas com a decisão,

isto é, se tivessem a possibilidade de voltar a escolher novamente, as arrependidas não se esterilizariam novamente. (Hardy et al., 1994).

Resultados do nosso estudo sugerem a conveniência de tratar os conceitos de insatisfação e arrependimento como coisas distintas e não como dimensões de diversa gradação de um mesmo fenômeno dentro de um *continuum*. É comum que mulheres, declaradas satisfeitas com a esterilização, manifestem simultaneamente insatisfação com efeitos colaterais, mudanças orgânicas ou físicas sem por isso se arrependem de ter feito a esterilização. I.e., se tivessem de escolher novamente por ela, repetiriam tal opção. Também aconteceu encontrarmos mulheres que desejaram ter novos filhos (revivificar a experiência maternal) sem por isso terem desejado reverter a cirurgia, pois o desejo era pelo “criar” um filho, mas não de próprio útero, preferindo a adoção, e manifestando nunca ter-se arrependido ou desejado não ter feito a cirurgia.

Se bem alguns casos de insatisfação poderão transformar-se em arrependimento, isto não justifica tratar ambas dimensões como parte de um mesmo *continuum* de diversas gradações. Uma definição de tal tipo mais pode confundir do que ajudar-nos a compreender o fenômeno, misturando em uma mesma matriz problemas de ordens diversas. Neste sentido conclui-se que indicadores como o “desejar ter novos filhos” e outro tipo de insatisfações são inadequados para a medição do arrependimento. O arrependimento melhor será captado pela afirmação: Se você pudesse escolher hoje, voltaria a optar pela esterilização?

c) Concepção popular sobre arrependimento

Na exploração do que se entendia por “arrependimento” em grupo focal com 8 esterilizadas da comunidade, observou-se estranhamento com o termo e foi enfatizada a satisfação com a esterilização por resolver problemas antes que por criar novos. A possibilidade de arrependimento estava fora de cogitação: “Arrependimento o quê? quê nada! Devia era ter feito antes!”

Uma participante do grupo trouxe uma história que se descobriu posteriormente ser inventada, mas que em nada altera a análise, pois o que se resgata nela é todo o rico imaginário popular sobre a compreensão deste fenômeno que foi propiciada pelo debate dessa situação. Ela levantou o fantasma, prevaemente na comunidade, sobre a temida possibilidade de “desligamento natural da cirurgia” no caso de uma mulher que uns 13 a 14 anos após a operação, voltou a engravidar. Este relato motivou o levantamento de muitas questões e diversos posicionamentos das outras participantes. Nesta direção, o debate do grupo focal se centrou sobre duas concepções em torno à esterilização predominantes do imaginário popular, e recorrentes nesta comunidade: a diferenciação que estas mulheres estabelecem entre o ser “ligada” e “estrangulada”⁸.

Esta diferenciação de termos aponta em sentido contrário ao da falta de informação, ao meu ver ao de uma muito especializada, como o da existência de diversas técnicas de esterilização com graus diversos de eficácia, ainda que tais informações sejam erroneamente manipuladas, re-significadas e utilizadas pelo imaginário popular. Nesta direção, o estrangulamento é associado à idéia de “corte” e que este sim não teria nenhuma possibilidade

⁸ Interpretações apressadas da variedade de possibilidades de significação outorgada a afirmações de pesquisas quantitativas tem levado alguns pesquisadores a afirmar um certo desconhecimento (ignorância) ou falta de informação da população sobre a irreversibilidade da esterilização (ou até sobre conhecimentos em torno da anticoncepção, entre outros) devido aos percentuais de respostas positivas a asserções como a seguinte: “Uma mulher que tenha se esterilizado pode ter mais filhos se o desejar” ou em outro caso por exemplo de que o fato de não se citar um conjunto de métodos signifique necessariamente o seu desconhecimento. Em muitos casos trata-se de problemas de comunicação entre entrevistadores e entrevistados, e difíceis de controlar em grandes pesquisas quantitativas (com mais de um entrevistador) com perguntas fechadas. Como se por acaso todos os entrevistados entendessem a pergunta do mesmo modo e uma mesma resposta venha a significar em todos os casos um único e mesmo sentido dado à sentença. A aplicação da sentença: “Uma mulher que tenha se esterilizado pode ter mais filhos se o desejar” e outras tidas como indicadores de arrependimento nos questionários da tese de Meloni apliquei em uma sub amostra de 20 esterilizadas do nosso estudo. Desse teste se observou certa variação de significados outorgados a uma mesma afirmação, podendo uma resposta negativa de uma mulher coincidir com o sentido da mesma resposta positiva de outra mulher; ou mesmo duas respostas negativas a uma mesma afirmação conterem sentidos opostos.

de reversão. A ligadura é associada à noção de “nó”, e portanto, de que poderia ser desamarrado no futuro se se o desejar (com intervenção médica ou até naturalmente sem se o desejar como recria o imaginário popular), e por isso, reversível. Esta possibilidade de reversibilidade, no caso da nossa pesquisa, se apresenta como um fantasma a atormentá-las e não como uma crença na sua reversão, falta de informação, desejo ou ambigüidade sobre seu caráter definitivo. Na mesma direção das pesquisas do IRRRAG (op.cit.), no contexto estudado percebeu-se uma preferência generalizada pelo “estrangulamento” e não pela “ligadura” justamente por seu caráter definitivo e segurança de não voltar a engravidar.⁹

Nesta direção observou-se que, como na noção de “trajetórias”, os sentimentos próximos ao que estamos denominando de “arrependimento” são vivenciados e significados de forma específica em cada indivíduo, e parecem estar associados a circunstâncias particulares e momentos particulares. Por exemplo, não teriam a mesma probabilidade de arrependimento uma mulher que tem 5 filhos com 25 anos de idade do que outra sem nenhum filho com os mesmos 25 anos. A mera presença de fatores de risco não é suficiente para supor maior probabilidade do surgimento futuro de um arrependimento, é necessário analisá-los em sua relação com o curso de vida da esterilizada em questão, i.e., avaliar o momento da vida em que, por exemplo, uma separação seguida de novas uniões ou morte de filhos tenham tido lugar no seu curso vital, se antes ou depois da esterilização, se quando jovens e com poucos filhos ou se em mulheres maduras com larga prole, ou, como no caso de muitas das mulheres da nossa amostra, estar-se tratando de mulheres esterilizadas jovens (entre 25 e 30 anos) mas em geral com bastantes filhos. Uma leitura combinada de fatores e vivências ao longo da trajetória individual (cursos de vida) é o que aqui se denomina de “*circunstancialidade-contextual*”.

Igualmente, muitos sentimentos e avaliações no passado sobre certas situações nem sempre vigoram ao longo do tempo, são passíveis de mudar a

⁹ Sobre as avaliações das entrevistadas em torno à esterilização ver trabalho de Hita e Silva (1998)

partir de novas vivências ou experiências. Desta forma, tanto a probabilidade de uma mulher hoje satisfeita se arrepender no futuro, como o de uma atualmente declarada arrependida vir a sentir-se satisfeita com a operação no futuro, são indicadores do que aqui denomina-se “*temporalidade-conjuntural*” do arrependimento. Estas duas novas dimensões do conceito arrependimento que aqui proponho¹⁰ emergiram a partir de reflexões do grupo focal. Penso que elas podem nos ajudar a melhor delimitar e compreender o fenômeno, complexificando-o por um lado, e por outro, no caso da temporalidade-conjuntural, exigindo, para uma mais precisa captação do fenômeno, estudos de longo prazo sobre uma mesma amostra de indivíduos (com o sério risco de se introduzirem “bias” nessa direção).

Se bem os conflitos conjugais são tidos por alguns estudos sobre o processo de decisão da esterilização como um elemento predispositor de futuros arrependimentos (Meloni, 1994), no nosso estudo, é justamente este um dos motivos levantados pelas mulheres para evitar a vinda de novos filhos e de decisão pela esterilização. Boa parte do debate sobre a questão da “improbabilidade” futura do arrependimento concentrou-se em torno a queixas sobre os desgastes das relações de conjugalidade. Outra parte concentrou seus argumentos na inconveniência de se ter filhos e as dificuldades decorrentes da “criação dos filhos” neste contexto.

O tipo de queixa mais generalizada sobre atuais companheiros gira em torno aos maus tratos cotidianos, violência doméstica, e precário ou inexistente apoio financeiro para a satisfação das necessidades básicas da família. Conjunto de fatores que são apontados como determinantes para o

¹⁰ Esta classificação, ainda em fase transitória de nomeação, foi propositadamente pensada de forma a retificar, no segundo termo o primeiro, como um intento de aproximação à noção de autopoiesis e auto-referencialidade luhmannianas. A auto-referência seria uma forma particular de relação, a relação máxima. Ela é mal-entendida como falsa-relação, simples circulação viciosa, para superar este problema Luhmann as introduz na esfera da “diferença”. Assim, auto-referência só poderá ser tal entanto seja ela mesma unidade de diferenças, e fortalece o conceito de auto-referência com o de autopoiesis (utilizado em teoria de sistemas, cibernéticas e da biologia), conceito mais poderoso, dirá, e que estende o anterior, mostra como a auto-referência é unidade de diferenças, a-simetrizada e nunca tautologia oca.

desejo de não se querer ter mais filhos destes ou qualquer outro companheiro futuro que por ventura os venha a substituir. Visão fatalista e também bastante realista como mostram as representações que as mulheres desta comunidade têm de suas novas uniões, com o mesmo tipo de queixas daquelas unidas uma só vez¹¹.

Tampouco se deseja ter mais filhos pela crença de que as satisfações provenientes da maternidade são menores do que os problemas a enfrentar. Mais do que o medo às dores do parto (recorrente em mulheres brasileiras), houve consenso geral em torno à idéia de que “filho é somente bom quando é “bebezinho” e “pequenininho”, “quando está molinho” porque quando crescem “é puro problema”. Com as filhas preocupa a gravidez adolescente, com os filhos ou maridos o problema da violência. Moradoras de um bairro tido como dos mais violentos e com maiores índices de marginalidade em Salvador, algumas destas mulheres tiveram filhos, maridos, parentes e ou conhecidos ameaçados e até mortos pela polícia ou outros inimigos do bairro – em brigas de distintos bandos de traficantes e/ou marginais, brigas de bar, etc. A realidade da violência em seus diversos níveis atinge a todos os moradores do bairro¹².

Como o problema do arrependimento não aparecesse naturalmente no grupo focal, foi necessário forçar um pouco o tema apresentando situações extremas e hipotéticas a fim de explorar o campo das emoções, o que operou mais como jogo do que espontânea expressão de opiniões. Levantou-se a hipótese de se elas se separassem dos atuais e tão “criticados” companheiros e encontrassem finalmente um “príncipe encantado” pelos

11 Na comunidade estudada, observou-se forte queixa das mulheres sobre as relações conjugais e a representação que elas têm dos homens é bastante negativa. A visão romântica e o sonho de uma relação amorosa integradora, predominante das fases de namoro, parecem perder lugar na concretização da união. Esta percepção é reforçada nos casos de uniões sucessivas (ver Hita, 1997), onde é bastante comum ouvir-se “para que ter filhos de um novo companheiro se do mesmo jeito eles não prestam?”, ou então “se eu já tenho todos os filhos que quis – geralmente mais dos desejados–, e ele os dele, para quê mais?”. Neste contexto, uma nova união não pareceria estar associada, em geral, ao desejo de se ter filhos do novo companheiro.

¹² Dados etnográficos da região e reflexão sobre a violência ver em Hita (1998)

que estivessem profundamente apaixonadas, se nesse caso poderia chegar a reaparecer a vontade de ter um filho deste novo homem, e no caso, desejar reverter a cirurgia. Ainda com este novo cenário predominou o posicionamento contrário ao arrependimento. Entre as esterilizadas mais velhas e com menor probabilidade de procriação a postura foi enfática e segura. Entre as mais jovens houve alguma ambigüidade, uma delas declarou que talvez assim ela pudesse vir a se arrepender. Esta mulher declarou ter 3 filhos pequenos de parceiros distintos e é mãe solteira. Em alguns casos a gravidez ou filho é uma das principais estratégias empregada por mulheres em contexto de extrema miséria para conseguir atrair “um parceiro” provedor.

Um caso especialmente interessante do nosso estudo é o de Dina, que por suas características poderia considerar-se um caso “potencial” de futura arrependida. Ela fez sua cirurgia antes dos 25 anos, sofre de problemas de “nervoso”¹³ e para sua família isto começou após sua esterilização. Aos 19 anos Dina já tinha seus 4 filhos de um mesmo “namorado” que só foi morar definitivamente com ela quando o menor deles tinha seus 8 a 10 anos. Sua primeira gravidez foi com 13 anos. Ela se esterilizou aos 19, quando engravidou novamente de gêmeos, e decidiu abortar por estar em conjuntura eleitoral e temer perder a chance de ser esterilizada posteriormente (sabia que pela idade poderia ser rejeitado seu pedido de esterilização). Sua mãe, reconhecida parteira na comunidade estudada, ficou escandalizada e magoada com o “brutal ato” da sua filha, e estava convencida de que o problema de “nervoso” que Dina sofre se atribui a este momento da esterilização. Não é esta, entretanto, a avaliação que Dina faz da situação. Vejamos trechos diversos do seu depoimento sobre o contexto e momento de decisão da sua esterilização que é um rico material para mostrar a complexidade do fenômeno com suas ambigüidades e contradições internas:

¹³ Sobre o “nervoso” ver dados do artigo de Hita (1998c). A categoria émica do “nervoso” é amplamente discutida pela literatura antropológica brasileira. Um dos autores pioneiros na utilização desta categoria é Luis Fernando Duarte (1986).

“Dois anos depois de Railda [a última filha]... emprenhei de novo, a barriga crescendo... E ele [Juca, o companheiro] disse: — ‘não, dessa vez eu vou ficar com você. Vou ficar junto. [Antes não] Porque você tem muito ciúme’. E eu dizendo que esse negoço não ia dar certo...

Eu já tava mais experiente, né? E as menina [amigas] botando na minha cabeça: —‘Menina você está maluca? você é muito nova pra ficar parindo’. Aí a barriga foi crescendo... Foi na época de eleição que eu já tava com 4 meses de barriga. Tava disposta a deixar, né. Aí chegou um político, o Dr. Gilberto, né, que trabalha...que tava ligando mulher a rodo, ligando adoidado. Aí eu peguei e fui lá. Ele disse que ia estrangular a minha... no parto, quando eu tivesse neném, que ia estrangular. Aí eu sozinha: Tá certo! Tá bom! [tom de quem não acreditou no médico e que tomaria suas próprias providências]. Fiz os exame todo, tudo por fora, né, que já tinha feito... [o aborto], porque eu pensei que eu não ia mais parir, né, para ligar as trompas. Aí o que é que acontece? Eu perdi o menino.

[sobre o aborto] Eu estava com tanta raiva! [falando do companheiro]. Pior que ele batia assim arrudo (?), sem que nem prá quê, eu não fazia nada, nada pra ele quebrar a minha cara, nada, nada, nada. Aí eu fiz assim: Ah, tá certo, é assim né? Tá! Peguei o Cintotec. Comprei, não, uma colega me deu, peguei coloquei. (—“Para esterilizar?”). Não, eu fazia porque eu queria perder mesmo. Eu queria perder. Queria fazer mesmo. Aí, acontece. Vai eu, coloquei o remédio, né, eram mais ou menos umas 10 da noite, quando foi 1h da manhã: 2 meninos! tinha uns 20 cm os dois! [gêmeos]. Já pensou que perturbação? Eu já com 4 filhos, com mais 2 capetinha do lado? Aí é que ia me desgraçar mesmo! Ai que eu ia pra sarjeta pedir esmola. Aí eu perdi! Aí maíinha... hoje ela é crente, né? Mas antes ela: —‘Você é miserável, fazer uma coisa dessa, 2 menino homem!’

Quando ele [Juca] soube...—‘que ia acabar o mundo, né, que esses 2 menino era a riqueza dele’. Porque não os 4? Porque esses 2? Só pra me iludir? Pra eu ficar pensando? [de que por estes ele ficaria e não pelos anteriores?]

Aí eu levantei a mão pro céu. [de agradecimento pelo aborto]. Mas no outro dia mesmo eu já fui na SOMEDE, falar com Dr. Gilberto. Que eu tava menstruada, pra fazer o exame, porque só fazia assim, a pessoa menstruada, prá saber, né, se não tá grávida ou não. Aí ele marcou a ligadura. Pedi [a Juca] para assinar o termo, ele não assinou. Disse que não ia assinar nada que eu procurasse “O Homem”, que eu procurasse “meus homens na rua”, pra assinar, que ele não ia assinar. Ele tava com tanta raiva, né, tava magoado porque perdeu os menino. Aí eu disse: Tá certo. Cheguei lá e [o médico] disse: –”Trouxe o papel?” – Mainha assinou! Ela não sabe assinar não, colocou o dedo. Levei para Dr. Gilberto...(–”Então ela assumiu?”) É, ela assumiu. Aí ele marcou o dia, peguei eu fui! Fiz a ligadura...8 dias depois do...[aborto] ainda sangrando. Minha menstruação nunca vinha. Ai...quando eu liguei, né, esperei 1 mês pra minha menstruação descer. Ai eu disse: “pronto que eu tou prenha de novo”!. Eu ficava com medo já! Tinha aquela, eu já tava com aquele trauma de filho, de todo ano ter que parir... acontece! Quando foi no outro mês, a menstruação veio. Quê felicidade! todo mês vindo (rindo). Ai foi que eu comecei a transar com a mão na cabeça pra não perder o juízo (risadas)...antes ficava sem ação, né? mas agora não. Ai foi indo, foi indo, foi indo... Aí depois que liguei as trompas, né, passados 3 a 4 meses depois começou a briga tudo de novo.[com Juca] [...]

[No dia da esterilização] Levei o papel que mainha tinha assinado, quando cheguei lá ele me perguntou: –‘cadê o marido?’ Eu disse que não tinha marido, né, porque... Juca sempre foi distante de mim, sempre... Aí eu peguei... então ele disse assim: “sente aí, aguarde um momento”. Tinha mais mulheres além de mim. A mais nova era eu, a mais nova era eu que tava com 21 anos. 21!. Ai me deitou na cama. Depois mandou sentar, colocar a mão no joelho, me deu o rack (anestesia), mas eu estava escutando tudo, tudo que ele estava falando. Ai ele me dizia a mim, que conversando com o outro médico, que eu era muito nova: –’olha ai, uma menina dessa se desperdiçando, parindo essa quantidade de filho...isso aqui eu tenho prazer de fazer’. Ele dizendo, né, que tinha prazer de fazer essa ligadura em mim, mas que não tinha prazer de fazer nas mulher de 35, né,

39 ano que tava parindo ainda. Aí eu peguei e fiz...Railda já tava com 2 anos quando eu liguei. Eu com 19 já tava com meus 4. Já tinha dado o que tinha pra dar. Aí que aconteceu? Eu fiz a cirurgia, vim pra casa no outro dia, né. Quando acordei, quem tava de junto de mim? foi mainha! Juca não foi! Quem me trouxe foi mainha também. Que Juca nem lá, nem esse dia nem cá ele apareceu! (—"Ele não queria que você fizesse, não é?") Não [Nada!], era só charminho, prá dizer que... Não... antes ele dizia...—"Procure perder esse menino, viu?" Pra que eu procurasse perder, que ele não queria mais filho nenhum não, que eu ia ficar sozinha, que ele ia saltar fora.

{—O que você sentiu depois da esterilização?}. A mim me alegrou, me deu paz, problema nenhum! A dor de cabeça que eu sentia já vinha já antes da cirurgia, não tinha nada a ver, depois que fiz a cirurgia não senti nada, não tive nada, nada, nada. Dor de cabeça que eu sentia e mainha pensava que era por causa disso...Mas não foi, isso eu já vinha sentindo a muito tempo (—"E sua mãe pensa que seu nervoso começou com a esterilização..."). Mas não, eu já era nervosa, eu já tinha esse problema, devido as porradas que eu tomava na cabeça, espero que não esqueça disso [os relatos de agressão do companheiro e anteriormente de familiares ao engravidar com 13 anos, quando foi expulsa da casa pelo pai]. Não, não, não...

(—"E sobre possibilidade de arrependimento futuro? Digamos assim que você separasse...") Se eu me separar de Juca e arranjasse um homem e ele quisesse um filho? Ah não! Ou ele aceitava a mim com os 4 que eu já tinha ou do contrário eu não tinha mais outro. Quê! Deus que me livre! (—"Uma decisão bem tomada?") É, decisão bem tomada, de cabeça feita. Oxente, quando eu coloquei o pé na clínica eu disse logo, meu Deus, eu estou entrando no céu! (risada) eu sabia que ia cair limpa. E eu acho que mulher nenhuma deve se arrepender porque é uma coisa que...(e sobre a historia contada no grupo focal do caso que desligou) Eu acho que não, né? que não tinha como mulher nenhuma ligar e aparecer grávida de novo, não existe isso, não, quê!

Nós pobre, né? Só rico!, né? Mas nós pobre, tem que levantar a mão pro céu. Eu acho que não tem arrependimento não. Não existe isso. Porque só ...parir é fácil, criar é que é ela, né. Fazer é mais fácil ainda. Oxen. E ninguém diz assim, neguinho pare porque quer, né não! Já vem, quando a pessoa nasce já traz aquela coisa nas costas, você vai parir 10 filhos, é 10 filhos mesmo, não tem...pra onde correr. Não tem remédio... só se estrangular as trompas, né...ou então ligar. Mas do caso contrário...tem que parir mesmo.”

CONCLUSÕES

Na comunidade estudada a noção de “arrependimento da esterilização” aparece como categoria pouco familiar e provável de acontecer – predominando a surpresa e negação da sua probabilidade futura. Reflexão sobre o conceito sugere a necessidade de uma melhor definição do problema de forma a incorporar dimensões identificadas nos dados qualitativos da pesquisa até então não explorados em literatura especializada tais como: “circunstancialidade contextual” e “temporalidade conjuntural” implícitas na noção “trajetórias de vida e reprodutivas”, assim como uma clara distinção entre o conceito de arrependimento e insatisfação.

Apesar de considerar que o arrependimento da esterilização, ao menos pelo momento, seja um problema estatisticamente insignificante na realidade de mulheres carentes do Nordeste brasileiro, não creio que deva, em absoluto, ser excluído na adoção de medidas e critérios de regulamentação da esterilização que garantam ao máximo a impossibilidade de sua aparição posterior. Suponho que a estranheza com o termo arrependimento, entre minhas informantes, se explica pelo contexto em que estão inseridas. Parto do suposto de que a existência, neste meio, de um sem número de problemas prioritários a resolver – desde o que suponho são seus critérios, tais como a sua sobrevivência cotidiana e a de seus familiares. Isto associado à familiaridade do fato da morte de filhos, maridos ou familiares, por doenças, violência cotidiana, assassinatos, acidentes, etc. – inviabiliza a emergência de sentimentos de arre-

pendimento sobre a esterilização. A qual, pela dificuldade de acesso leva a maioria dos casos atuais à tomada de decisões conscientes, tornando seu arrependimento mais improvável, ao menos no contexto social analisado. Refiro a que para aceder a esta cirurgia entre as populações carentes há critérios de idade e filiação a cumprir, e que pela demanda excedente os percentuais de desrespeito a este tipo de critérios não são tão significativos ou generalizados. Contra certas posturas de facções radicais da esquerda, do feminismo, e de grupos negros, considero que a decisão pela esterilização no Brasil é feita pelas mulheres de maneira voluntária e consciente, ainda que esteja bem longe do que possa se definir como uma opção de “livre escolha”.

Veja-se que defender este campo de ação “relativamente autônomo” dos “pobres” tomados aqui como “sujeitos situados” não quer dizer que estejamos negando ou desconsiderando o conjunto de constrangimentos que interferem na sua capacidade e forma de escolha. De fato, não se pode falar de ampla liberdade baseada em um acesso a possibilidades diversificadas de alternativas. A escolha, entretanto, existe sim: entre esterilizar ou não; entre pílula ou esterilização. Obviamente que se trata de uma escolha restringida e de forma alguma daquela denominada “livre escolha” que defenderam algumas feministas no passado. Todas estas afirmações podem levar o leitor a pensar que sou simpatizante da técnica da esterilização como método anticoncepcional. Não é o caso. Sou favorável da necessidade da regulamentação e normatização desta técnica mais do que a de total liberalização do seu acesso. Tampouco posso deixar de reconhecer, junto à população que estudo, como esta prática tem colaborado na prevenção de novos problemas na saúde de milhares de mulheres carentes. Estas mulheres percebem a esterilização como a melhor forma de controlar sua fertilidade (até recentemente bem alta no Nordeste), uma vez alcançado o número de filhos desejados (geralmente excedido). Ao mesmo tempo, esta prática protege a saúde e corpo destas mulheres de complicações das suas trajetórias reprodutivas, tão fortemente associadas aos elevados índices de morte materna pós abortos ou outras causas de doenças materno-infantis.

ABSTRACT: Female sterilization was a polemic theme in the beginning of the nineties in Brazil and among black communities. The increasing risk of regretting this practice was considered its main counterpart. In the present empirical work, we try to demonstrate this is not a well-founded argument in the context of extreme poverty of Brazilian Northeast. Here the sterilization practice seems to work as a protection to the women's health and not as regret risk. Within the interviewed women, most of them black, the sterilization resulted from a voluntary decision rather than an imposition. Beginning with a study of the reproductive trajectory of 41 sterilized women from a low income neighborhood in Salvador, Bahia (from a 120 domicile survey), and reflecting about the meaning of the term **regret** in a focal group of 8 sterilized women, the work points out the necessity to restate and rethink the way of conceiving and to measure the regret phenomena.

KEY WORDS: Gender, Reproductive Health, Sterilization, Race, Course Life

BIBLIOGRAFIA

- AQUINO, E. Et al. "Saúde, Sexualidade e direitos reprodutivos: a situação da mulher na Bahia". Salvador, ISC-UFBA, 1995. (mimeo).
- AVILA, M.B. "Modernidade e cidadania reprodutiva". Em *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, Vol.1, no.2. 1993, p.382-393.
- BERQUÓ, E. "O crescimento da população da América Latina e mudanças na fecundidade". Em: Azeredo, S. & Stolke, V. (coords.), *Direitos Reprodutivos*, São Paulo, FCC/PRODIR, 1991, p. 61-73.
- BERQUÓ, E. "Brasil, um caso exemplar: anticoncepção e parto cirúrgicos à espera de uma ação exemplar". Em *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, 1993, Vol.1, no.2., p.366-381.
- CITELI, M. T.; De Melo e Souza, C e Portella, A. P. "Reveses da anticoncepção entre mulheres pobres", em Luís Fernando Duarte e Ondina F. Leal.(org.) *Doença, Sofrimento, Perturbação: perspectivas etnográficas*. Rio de Janeiro, Fio Cruz, , 1998. P. 57-77 [Col. Antropologia e Saúde].
- CORREA, S. "Anticoncepcionais injetáveis na perspectiva feminista: O debate histórico e os novos desafios". Em Margareth Arilha e Ma. Teresa Citeli

- (org.) *Políticas, Mercado, Ética. Demandas e Desafios no Campo da Saúde Reprodutiva*. São Paulo, CCR/ Ed. 34, 1998. P. 27-41.
- FIGUEROA, J.G.; AGUILAR GANADO, B.M. & HITA, M.G. “Una aproximación al entorno de los derechos reproductivos por medio de un enfoque de conflictos” *Revista Estudios Sociológicos*, México, El colégio de México, 1994, Vol. XII, n. 34, p.129-154.
- HARDY, E. et.al. Arrependimento após esterilização cirúrgica: estudo de caso controle. Campinas, CEMICAMP. Textos Cemicamp 002/94 [Relatório Final de pesquisa para a FCC].
- HARDY, E. et.al “Risk Factors for Tubal Sterilization, Regret Detectable Before Surgery”. ISSN 0010-7824 Elsevier Science Inc. 1996.
- HITA, M.G “Familia e Pobreza: Modelo único hegemônico?”. En *Población y Cambio Social* Revista Latinoamericana de Poblacion (eletrônica), México, Prolap. 1997, Vol 1, no. 1.
- HITA, M.G. “Violência: elemento central na formação de Identidade de classes trabalhadoras”. Trabalho apresentado em XXI Encontro da ABA, no GT 14: Violência e processo de subjetivação no Brasil contemporâneo. Vitória. 1998a.
- HITA, M. G. e SILVA, M. G. “Esterilização feminina no Nordeste brasileiro: Uma decisão voluntária?” em E. Dória Bilac e M.I. Baltar da Rocha.(orgs.) *Saúde Reprodutiva na América Latina e no Caribe. temas e problemas*. Campinas, Ed. 34, 1998b. p-291-230.
- MELONI, V.E. Regret After Sterilization Among Low Income Women in São Paulo-Brazil, USA. 1994. [Tese de doutoramento, Universidade Exeter].
- ROLAND, Edna. “Saúde Reprodutiva da população negra no Brasil: entre Malthus e Gobineau”. Em Margareth Arilha e Ma. Teresa Citeli (org.) *Políticas, Mercado, Ética. Demandas e Desafios no Campo da Saúde Reprodutiva*. São Paulo CCR/SP. Ed. 34, 1998, p.97-110.
- The Population Council. ROSS, J.A. Sterilization: Past, Present, Future. The Population Council, 1991, no 29. [Working Papers]

- SCAVONE, L. "Impactos das Tecnologias médicas na família". Texto apresentado na XVI ANPOCS, Caxambu, M. G. 1992. (mimeo)
- SCAVONE, Lucila et al. "Contracepção, controle demográfico e desigualdades sociais: Análise comparativa franco-brasileira." *Revista Estudos feministas*. Rio de Janeiro CIEC/ECO/UFRJ,. 1994, Vol. 2, no.2 ,357-372
- SERRUYA, Suzane Mulheres esterilizadas: submissão ou desejo?. UFPA, 1993. [Dissertação de mestrado UFPA]
- SOCIEDADE CIVIL BEM-ESTAR FAMILIAR NO BRASIL. Pesquisa sobre Saúde Familiar no Nordeste. Brasil, BEMFAM/DHS. 1991
- SOCIEDADE CIVIL BEM-ESTAR FAMILIAR NO BRASIL Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde 1996. Rio de Janeiro, BEMFAM/DHS. 1996 [Relatório preliminar] 47p. 1997 [Relatório Final]. 180p.
- TUIRAN, R. "La esterilización anticonceptiva en México: 'Satisfacción método'". En *Memorias de la VI Reunión nacional de investigación demográfica en México*. México, INEGI/Sociedad Mexicana de Demografía, 1990, Tomo 1.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

INFORMAÇÕES GERAIS

A Revista *TEMÁTICAS* publica trabalhos originais dos alunos de pós-graduação em Ciências Sociais do IFCH/UNICAMP, na forma de artigos, resenhas, comunicações e traduções. Só serão aceitas resenhas de livros que tenham sido publicados no Brasil, nos dois últimos anos, e no exterior, nos quatro últimos anos.

Prioritariamente, os trabalhos devem ser redigidos em português ou em espanhol. O *Resumo* e os *Unitermos*, que precedem o texto, escritos no idioma do artigo, os que sucedem o texto, em inglês (*Abstract/Keywords*).

É permitida a reprodução parcial ou total dos trabalhos da Revista *TEMÁTICAS* em outras publicações ou sua tradução para outro idioma, desde que citada a fonte original.

PREPARAÇÃO DOS ORIGINAIS

Apresentação. Os trabalhos devem ser apresentados em disquete e acompanhados dos *printers* (3 cópias impressas, fiéis do disquete, sendo 2 cópias sem nome do autor do texto), em um dos seguintes programas: *Word 6.0* ou superior, não devendo exceder 8.000 palavras. O Conselho Editorial se reserva o direito de não considerar a publicação de trabalhos que ultrapassem os limites estabelecidos. Sem a obediência das normas, o texto não será publicado.

Estrutura do trabalho. Os trabalhos devem obedecer à seguinte seqüência: folha de rosto com *Título*; *Autor(es)* (por extenso e apenas o sobrenome em maiúscula); *programa e área* aos quais está(ão) vinculado(s), vínculo docente, endereço residencial e telefone para contato; no corpo do texto: *Título*, *Resumo* (com máximo de 200 palavras); *Unitermos* (com até 7 palavras tiradas do *Thesaurus* da área, quando houver); *Texto*; *Abstract* e *Keywords* (versão para o inglês do Resumo e Unitermos); *Referências Bibliográficas* (trabalhos citados no texto), *Bibliografia* (indicar obras consultadas ou recomendadas, não referenciadas no texto, se houver).

Referências Bibliográficas. Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR 6023 da ABNT.

Abreviaturas. Os títulos de periódicos deverão ser abreviados conforme o *Current Contents*.

Exemplos:

- Livros e outras monografias:

FIGUEIREDO, A.C., FIGUEIREDO, M. *O plebiscito e as formas de governo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993, 98 p.

- Capítulos de livros:

JOHNSON, W. Palavras e não palavras. In: STEINBERG, C.S. *Meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1972, p.47-66.

- Dissertações e teses:

BITENCOURT, C.M.F. *Pátria, Civilização e Trabalho*. O ensino nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de

Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

- Artigos de periódicos:

LESSA, S. Lukács: Trabalho, objetivação, alienação. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v.15, p.39-51, 1992.

Citação no texto. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, separado por vírgula da data de publicação (Torres, 1978). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: “Segundo Schaff (1992)...” Quando for necessário especificar página(s), esta(s) deverá(ão) seguir a data, separada(s) por vírgula e precedida(s) de p. (Delouya, 1994, p.54). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (Marx, 1984a) (Marx, 1984b). Quando a obra tiver dois autores, ambos são indicados, ligados por & (Lamounier & Meneguello, 1986) e quando tiver três ou mais, indica-se o primeiro seguido de et al. (Weffort et al., 1988).

Notas. Devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé de página. As remissões para o rodapé devem ser feitas por números arábicos, na entrelinha superior.

As opiniões e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.

RESENHAS E TRADUÇÕES

As resenhas devem seguir o padrão de publicação de *Temáticas* contendo no máximo 3000 palavras.

temáticas

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL DOS PÓS-GRADUANDOS EM
CIÊNCIAS SOCIAIS DO IFCH

Pedidos: **Temáticas**

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH
Setor de Publicações
Cidade Universitária “Zeferino Vaz”
Caixa Postal 6.110
CEP: 13083-970 - Campinas - SP - Brasil
Fone: (019) 3788.1604 / 3788.1603
Fax: (019) 3788.1589

morewa@unicamp.br

Tiragem: 500 exemplares

SOLICITA-SE PERMUTA
Exchange Desired

Diagramação - Revisão - Impressão
IFCH/UNICAMP

ERRATA

O artigo de *Samira Feldman Marzochi*, publicado no número anterior (*Temáticas*, ano 9, 17/18 – 2001), sofreu alterações no processo de revisão e formatação da Revista.

- Pg. IV e contracapa:** Onde se lê “A técnica ou estética da “conformação” ou: para uma teoria da estética nas técnicas de conformação”, leia-se “A técnica e a estética da “conformação” (ou: *para uma teoria estética das técnicas de conformação*)”.
- Pg. 175:** onde se lê “...objetos produzidos pela técnica ou o corpo humano...”, leia-se “...objetos produzidos pela técnica, ou o corpo humano...”
- Pg. 179:** onde se lê “se apresentar-se-ia”, leia-se “se apresentaria”. Onde se lê “Assim, como a forma em abstrato...”, leia-se Assim como a forma em abstrato...”.
- Pg. 180:** onde se lê “de que se dispõe”, leia-se “de que dispõe”.
- Pg. 184:** onde se lê “Sahlins inspira-se” leia-se “Sahlins se inspira”. Onde se lê “técnicas específicas desenvolvessem-se”, leia-se “técnicas específicas se desenvolvem”.
- Pg. 189:** Onde se lê “funciona porque distingue-se”, leia-se “funciona porque se distingue”.
- Pg. 192:** Onde se lê “Por isso, é que a racionalidade...”, leia-se “Por isso é que a racionalidade...”
- Pg. 198:** Onde se lê “nele projeta-se”, leia-se “nele se projeta”.
- Pg. 200:** Onde se lê “...o propósito de crítica perderia num exercício criativo...”, leia-se “...o propósito de crítica se perderia num exercício criativo...”.

Conselho Editorial *Temáticas*

